



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

BRASÍLIA – DF

2017



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154 de 19 de outubro de 2016, da Portaria TCU nº 59 de 17 de janeiro de 2017, da Portaria CGU nº 500 de 8 de março de 2016 e demais orientações do órgão de controle interno.

Coordenação-Geral de Planejamento
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

BRASÍLIA – DF

2017

Lista de siglas e abreviações

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABOP - Associação Brasileira de Orçamento Público
AEC - Abrigo dos Excepcionais de Ceilândia
APADA/DF - Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos do DF
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
BSC - *Balanced Scorecard*
CBRA - *Campus* Brasília
CCEI - *Campus* Ceilândia
CD - Colégio de Dirigentes
CDAE - Coordenação de Assistência Estudantil
CDAS - Coordenação de Relações Institucionais e Articulação com a Sociedade
CDIN - Coordenação de Ações Inclusivas
CDIT - Coordenação de Inovação Tecnológica
CDPB - Coordenação de Publicações
CDPE - Coordenação de Programas e Projetos de Extensão
CDPG - Coordenação de Pós-graduação
CDPq - Coordenação de Pesquisa
CEPE - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CEST - *Campus* Estrutural
CG - Conselho Gestor
CGAM - *Campus* Gama
CGD - Comitê de Governança Digital
CGEO - Coordenação-Geral de Execução Orçamentária
CGPIBP - Comitê Gestor de Programas Institucionais de Bolsas e Projetos
CGPL - Coordenação-Geral de Planejamento
CGPQ - Coordenação-Geral de Políticas de Qualificação
CGTIC - Comitê Gestor de Tecnologia, Informação e Comunicação
CGU – Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União
CGUPAD - Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
CHGB - Chefia de Gabinete da Reitoria
CIS - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COET - Comissão de Ética
CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONARE - Comitê Nacional para Refugiados
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPF - Cadastro de Pessoa Física
CPLA - *Campus* Planaltina
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
CRFI - *Campus* Riacho Fundo
CS - Conselho Superior
CSAM - *Campus* Samambaia
CSSB - *Campus* São Sebastião
CTAG - *Campus* Taguatinga

CTGC - *Campus* Taguatinga Centro
DF - Distrito Federal
DOU - Diário Oficial da União
DREP - Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão
DRGP - Diretoria de Gestão de Pessoas
DVP – Demonstração das Variações Patrimoniais
EAC - Eficiência Acadêmica – Concluintes
EaD - Educação a Distância
EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EIFB - Editora do Instituto Federal de Brasília
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMI - Ensino Médio Integrado
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
EPCT - Educação Profissional Científica e Tecnológica
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
ESAF - Escola de Administração Fazendária
FABIN - Programa Fábrica de Ideias Inovadoras
FAP-DF - Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
FIC - Formação Inicial e Continuada
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GCA - Gastos Correntes por Aluno
GCI - Gastos com Investimentos
GCP - Gasto Corrente com Pessoal
GDF - Governo do Distrito Federal
GOC - Gastos com Outros Custeios
GRU - Guia de Recolhimento da União
IBC - Instituto Benjamim Constant
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM - Instituto Brasília Ambiental
ICPE - Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil
IEL - Instituto Euvaldo Lodi
IFB - Instituto Federal de Brasília
IFES - Instituto Federal do Espírito Santo
IN - Instrução Normativa
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISO - International Organization for Standardization - Organização Internacional para Padronização
LGBTT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MP – Medida Provisória
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MRF - Alunos Matriculados por Renda Per Capita Familiar
NAIN - Núcleo de Auditoria Interna
NAPNE - Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade
NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
NENG - Núcleo de Engenharia

NIT - Núcleo de Inovação Tecnológica
NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
NTIC - Núcleo de Tecnologia da Informação
NUCS - Núcleo de Comunicação Social
PAC - Plano Anual de Capacitação
PAD - Processo Administrativo Disciplinar
PAINT - Plano Anual de Auditoria Interna
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PES - Projeto de Esplanada Sustentável
PIBIC/PIBITI - Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica
PIPA - Projeto Integrador Pesquisa e Ação
PIT - Plano de Trabalho Docente
PLS - Plano de Gestão de Logística Sustentável
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil
PPA – Plano Plurianual
PRAD - Pró-Reitoria de Administração
PRDI - Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
PREN - Pró-Reitoria de Ensino
PREX - Pró-Reitoria de Extensão
PROEJA - Programa de Educação de Jovens e Adultos
Progrupos - Programa de Apoio aos Grupos de Pesquisa do IFB
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRPI - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
PUP - Publicidade de Utilidade Pública
RA - Regiões Administrativas
RAD - Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral
RAINT - Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna
RCM - Relação Concluintes/Aluno Matriculado
RCV - Relação Candidato Vaga
RFE - Retenção do Fluxo Escolar
RIM - Relação Ingresso/Aluno Matriculado
RIP - Registro Imobiliário Patrimonial
RIT - Relatório de Trabalho Docente
RPNP - Restos a Pagar Não Processados
RPP – Restos a Pagar Processados
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SGA - Sistema de Gestão Acadêmica
SGI - Sistema de Gestão Integrado
SGPS - Sistema de Gestão de Processos Seletivos
SIABI - Sistema de Automação das Bibliotecas
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Governo Federal
SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIBIFB - Sistema de Bibliotecas do IFB
SIGA - Sistema Integrado de Gestão Administrativa
Sisnama - O Sistema Nacional do Meio Ambiente
SISPES - Programa Esplanada Sustentável

SISPROSEL - Sistema de Processo Seletivo
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SiSU - Sistema de Seleção Unificada
SLTI/MPOG - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SLU - Serviço de Limpeza Urbana
SNVS - Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
SPIUnet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria do Patrimônio da União
SPU/DF - Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal
SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública
Suasa - Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
TAE - Técnicos Administrativos em Educação
TAM - Termo de Acordos de Metas e Compromissos
TCD - Titulação do Corpo Docente
TCU - Tribunal de Contas da União
TERRACAP - Companhia Imobiliária de Brasília
TI - Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
TILS - Tradutor e Intérprete de Libras
UG - Unidade Gestora
UJ - Unidade Jurisdicionada
UNAI - Unidade de Auditoria Interna
UnB - Universidade de Brasília
UPC - Unidade Prestadora de Contas
VPA - Variações Patrimoniais Aumentativas

Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Tabelas

Tabela 1 - Fontes de receita.....	53
Tabela 2 - Indicadores de Gestão de Pessoas	98
Tabela 3 - Vida útil e taxa de depreciação- Macrofunção 020330.....	129
Tabela 4 - Variações Patrimoniais Aumentativas — Por Grupo	178
Tabela 5 - Transferências e Delegações — Por ano.....	178
Tabela 6 - Variações Patrimoniais Diminutivas — Por Grupo	179

Quadros

Quadro 1 - Endereços das Unidades do IFB	17
Quadro 2 - Normas que autorizaram o funcionamento dos <i>Campi</i>	17
Quadro 3 - Normas sobre a estrutura e o funcionamento (em vigor).....	18
Quadro 4 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	23
Quadro 5 - Macroprocessos finalísticos (Ensino)	26
Quadro 6 - Macroprocessos finalísticos (Extensão).....	29
Quadro 7 - Macroprocessos finalísticos (Pesquisa)	31
Quadro 8 - Descrição sintética dos objetivos estratégicos	34
Quadro 9 - Vinculação dos objetivos estratégicos com as competências institucionais e outros planos	35
Quadro 10 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	38
Quadro 11 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS	43
Quadro 12 - Ações do Orçamento de Investimento	44
Quadro 13 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	48
Quadro 14 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.....	50
Quadro 15 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	51
Quadro 16 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela unidade nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.....	51
Quadro 17 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão	51
Quadro 18 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos	52
Quadro 19 - Despesas totais por modalidade de contratação.....	54
Quadro 20 - Despesas por grupo e elemento de despesa	55
Quadro 21 - Resultado dos indicadores do PDI	56
Quadro 22 - Resultado dos indicadores do Acórdão TCU nº 2.267/2005	74
Quadro 23 - Estrutura de governança.....	88
Quadro 24 - Servidores do NAIN	92
Quadro 25 - Ações do Núcleo de Auditoria Interna.....	93
Quadro 26 - Riscos identificados e controles internos estabelecidos.....	96
Quadro 27 - Eventos de Capacitação em 2016	99
Quadro 28 - Força de Trabalho da UPC.....	101
Quadro 29 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	101
Quadro 30 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	101
Quadro 31 - Despesas com pessoal	103

Quadro 32 - Afastamentos por motivo de saúde, sem perícia.....	105
Quadro 33 - Afastamento por motivo de saúde, com perícia.....	105
Quadro 34 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade	107
Quadro 35 - Evolução dos gastos com Estagiários no IFB (2014-2016).....	110
Quadro 36 - Cessão de espaços a terceiros	113
Quadro 37 - Obras realizadas em 2016 relacionadas à atividade-fim.....	115
Quadro 38 - Projetos de TI.....	116
Quadro 39 - Sistemas utilizados pela instituição	117
Quadro 40 - Resultado da pesquisa de satisfação (cidadão)	122
Quadro 41 - Informações disponíveis que contribuem para a transparência da gestão	123
Quadro 42 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento ou estão aguardando manifestação do TCU ao final do exercício	131
Quadro 43 - Recomendações exaradas no exercício de 2015	132
Quadro 44 - Despesas com publicidade	136
Quadro 45 - Cursos de graduação que ofertam libras como disciplina obrigatória	139
Quadro 46 - Resultado do planejamento 2016 por eixo, objetivo estratégico, indicador e unidade	142
Quadro 47 - Resultado do planejamento 2016 por objetivo estratégico	156
Quadro 48 - Resultado do planejamento 2016 por unidade	156
Quadro 49 - Resultado do questionário aplicado pelo TCU em relação à sustentabilidade	157

Figuras

Figura 1 - Localização dos <i>Campi</i> no Distrito Federal	19
Figura 2 - Estrutura básica do Planejamento Organizacional	32
Figura 3 - Mapa estratégico do IFB	33
Figura 4 - Relação Candidato Vaga (RCV) por Unidades do IFB em 2016.....	75
Figura 5 - Evolução da Relação Candidato Vaga (RCV) IFB e Rede Federal	75
Figura 6 - Relação Ingresso por Aluno Matriculado (RIM) por Unidades do IFB em 2016	76
Figura 7 - Evolução da Relação Ingresso por Aluno Matriculado (RIM) do IFB e Rede Federal	76
Figura 8 - Relação Concluintes por Aluno Matriculado (RCM) por Unidades do IFB em 2016	77
Figura 9 - Evolução da Relação Concluintes por Aluno Matriculado (RCM) do IFB e Rede Federal	77
Figura 10 - Índice de Eficiência Acadêmica dos Concluintes (EAC) por Unidades do IFB em 2016	78
Figura 11 - Evolução do Índice de Eficiência Acadêmica (EAC) dos Concluintes do IFB e Rede Federal.....	78
Figura 12 - Índice de Retenção do Fluxo Escolar por Unidades do IFB em 2016.....	79
Figura 13 - Evolução do Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE) do IFB e Rede Federal.....	79
Figura 14 - Relação de Alunos (Equivalente) por Docente (RAD) em Tempo Integral por Unidades do IFB.....	80
Figura 15 - Evolução da Relação Aluno por Docente (RAD) em Tempo Integral do IFB e Rede Federal.....	80
Figura 16 - Evolução do Gasto Corrente por Aluno (GCA) do IFB	81
Figura 17 - Evolução do Gasto Corrente por Aluno (GCA) do IFB e Rede Federal	81
Figura 18 - Evolução do Gasto Corrente com Pessoal (GCP) do IFB	82
Figura 19 - Evolução do Gasto Corrente com Pessoal (GCP) do IFB e Rede Federal	82
Figura 20 - Evolução do Gasto com Outros Custeios (GOC) do IFB.....	83
Figura 21 - Evolução do Gasto com Outros Custeios (GOC) do IFB e Rede Federal.....	83
Figura 22 - Evolução do Gasto com Investimentos (GCI) do IFB.....	84
Figura 23 - Evolução do Gasto com Investimentos (GCI) do IFB e Rede Federal.....	84
Figura 24 - Índice de Titulação do Corpo Docente (TCD) por Unidades do IFB.....	85

Figura 25 - Evolução do Índice de Titulação do Corpo Docente (TCD) do IFB e Rede Federal	85
Figura 26 - Percentual de Alunos Matriculados por Renda Per Capita Familiar (MRF) em 2016....	86
Figura 27 – Servidores por grupo de cargos	97
Figura 28 - Servidores por gênero.....	97
Figura 29 - Servidores por faixa etária.....	97
Figura 30 - Servidores por grau de escolaridade.....	98
Figura 31 - Servidores capacitados em 2016, por unidade (1) e segmento (2).....	99
Figura 32 - Servidores participaram de programa de qualificação em 2016, por unidade (1) e segmento (2)	100
Figura 33 - Quantidade de processos por temas (Gestão de Pessoas).....	104
Figura 34 - Número de dias de afastamento por motivo de saúde em 2016	105
Figura 35 - Quantidade de servidores afastados por faixa etária	106
Figura 36 – Dias de afastamento em relação a quantidade de servidores afastados, por cargo	106
Figura 37 - Percentual de servidores afastados em relação ao total de cargos.....	107
Figura 38 - Custeio de estagiários por área (meio fim)	109
Figura 39 - Quantitativo de manifestações recebidas pela Ouvidoria.....	120
Figura 40 – Número de estudantes atendidos pelos NAPNE's	125
Figura 41 - Público alcançado por eventos com temática inclusiva	126

Lista de anexos

Anexo I - Organograma.....	141
Anexo II - Resultado do planejamento 2016.....	142
Anexo III - Questionário do TCU aplicado ao IFB em relação à Sustentabilidade	157
Anexo IV - Demonstrações contábeis e notas explicativas.....	165

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1. VISÃO GERAL	15
1.1 Finalidades e competências	15
1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	17
1.3 Ambiente de atuação	19
1.4 Organograma.....	23
1.5 Macroprocessos finalísticos	26
2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	32
2.1 Planejamento Organizacional.....	32
2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	34
2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico.....	35
2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	35
2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	37
2.3 Desempenho orçamentário.....	38
2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	38
2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário.....	48
2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento.....	48
2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores.....	50
2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos	51
2.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	52
2.3.6 Informações sobre a realização das receitas.....	53
2.3.7 Informações sobre a execução das despesas	54
2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho	56
2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União.....	73
3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	88
3.1 Descrição das estruturas de governança.....	88
3.2 Atuação da unidade de auditoria interna	92
3.2.1 Sobreposição de carga horária - PRONATEC	94
3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	95
3.4 Gestão de riscos e controles internos	96
4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	97
4.1 Gestão de pessoas.....	97
4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade	101
4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal	103

4.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	104
4.1.4	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	107
4.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura	110
4.2.1	Gestão da frota de veículos	110
4.2.2	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	112
4.2.3	Gestão do patrimônio imobiliário da União	112
4.2.4	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	112
4.2.5	Informações sobre imóveis locados de terceiros	115
4.2.6	Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim ..	115
4.3	Gestão da tecnologia da informação	115
4.3.1	Principais sistemas de informações	117
4.4	Gestão ambiental e sustentabilidade	117
4.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	118
5	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	120
5.1	Canais de acesso do cidadão	120
5.2	Carta de serviços ao cidadão	121
5.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	121
5.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	122
5.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	123
6	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	127
6.1	Desempenho financeiro no exercício	127
6.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	127
6.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	130
6.4	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	130
7	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	131
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	131
7.2	Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	132
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	135
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	135
7.5	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	136
7.6	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	136
7.7	Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005	139
	ANEXOS E APÊNDICES	141

APRESENTAÇÃO

O Instituto Federal de Brasília (IFB) é uma instituição de ensino vinculada ao Ministério da Educação. O IFB articula a educação superior, básica e profissional e de pós-graduação. Trata-se de uma instituição equiparada às universidades federais. Além de cursos superiores de graduação e pós-graduação, a instituição oferta cursos técnicos profissionalizantes de nível médio e cursos de curta duração voltados à qualificação profissional. A oferta inclui ainda cursos pelo Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), além daqueles ofertados na modalidade de Educação a Distância (EaD) pelo Programa e-Tec Brasil. Criado nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFB faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. De modo semelhante às outras instituições que compõem a Rede, é *multicampi* e possui gestão delegada; em 2016, o IFB atuou por meio de 10 *campi* e 5 polos de Educação a Distância. Assim como ocorreu em 2015, o ano de 2016 foi dedicado à continuidade do processo de consolidação do Instituto, que corresponde ao propósito da gestão 2015-2018.

De um modo especial, 2016 foi o ano em que o IFB conseguiu levar o Ensino Médio Integrado para 7 *campi*, ofertando 9 diferentes cursos. Essa oferta, em período integral, permite ao IFB cumprir seu compromisso com a sociedade de assegurar uma referência para o ensino médio de no seu território de atuação. O fato de o ensino médio ofertado estar integrado à formação profissional permite a formação geral de profissionais-cidadãos, ampliando as condições de inserção no mundo do trabalho, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico, social e cultural do Distrito Federal.

Ainda no que concerne à oferta educacional, o IFB conseguiu ampliar o leque de cursos ofertados no período noturno de modo a promover a inclusão de uma parcela da população que fica fora da escola por falta de oportunidade. Os cursos técnicos subsequentes, o PROEJA e os cursos superiores funcionam prioritariamente à noite. No ano de 2016, foram aprovados 8 novos cursos, sendo 4 cursos técnicos e 4 superiores. Os novos cursos superiores estão listados a seguir: Licenciatura em Pedagogia, no *Campus* São Sebastião; Tecnologia em Sistemas para Internet e Tecnologia em Eventos, ambos no *Campus* Brasília; e Tecnologia em Alimentos, no *Campus* Gama. Os novos cursos técnicos são os que se seguem: Técnico Subsequente em Segurança do Trabalho, *Campus* Ceilândia; Técnico Integrado em Química, *Campus* Gama; Técnico Integrado em Manutenção Automotiva, *Campus* Estrutural; e Proeja Restaurante e Bar, no *Campus* Riacho Fundo.

Para que esse ensino acontecesse de modo integrado com a geração de conhecimento tecnológico e com as demandas da sociedade, o IFB promoveu um grande evento nacional denominado Conecta IF, cujo objetivo foi conectar os diferentes *campi* do IFB e da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, além de conectar os Institutos Federais com o mundo do trabalho. O evento teve duração de uma semana e registrou a presença de aproximadamente 22 mil pessoas. O Conecta IF ocorreu no *Campus* Samambaia e contou com mais de 50 eventos culturais, apresentações de centenas de trabalhos científicos, feira de estágio e emprego com recrutamento, dezenas de cursos rápidos de qualificação profissional, festival de curta-metragem, apresentação de protótipos inovadores, rodada de negócios, miniolimpíada da educação profissional, além de outras atividades. O Conecta IF também trouxe os estudantes da rede pública do Distrito Federal para visitarem e participarem das diversas atividades. Ainda sobre os eventos nacionais, o IFB sediou a etapa nacional dos Jogos dos IFs e contou com a presença de mais de 1.200 atletas de todo o Brasil.

Internacionalmente, o IFB fechou mais uma parceria com o Instituto Politécnico de Santarém (Portugal), para a primeira turma do Mestrado em Administração Escolar voltada para a qualificação dos servidores do IFB. Aprofundando as parcerias com Portugal, também tivemos a participação do Instituto Politécnico do Porto, bem como dos institutos de Coimbra e de Castelo Branco, nas

atividades do Conecta IF. Além disso, o IFB ofertou, por meio do PRONATEC, em parceria com Instituto de Migrações e Direitos Humanos e com o Comitê Nacional para os Refugiados, o curso de português para refugiados.

A consolidação passa também pela infraestrutura. No ano de 2016 o IFB deu continuidade às obras da biblioteca e do ginásio do *Campus* Brasília, além de licitar o auditório e a rampa para o *Campus* Planaltina e também a nova sede do *Campus* Taguatinga Centro, que será na região administrativa de Recanto das Emas. Dessa forma, a oferta de educação profissional e tecnológica adquire melhor qualidade e o atendimento ao público se torna mais abrangente.

No âmbito da pesquisa, em 2016 se observou significativo incremento na oferta de bolsas de iniciação científica vinculadas aos Programas Institucionais de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC/PIBITI). Em 2016, foram 10 editais e 88 bolsas ofertadas, representando um aumento de 66% no número de bolsas para o desenvolvimento de projetos de iniciação científica e tecnológica em relação a 2015. Aliada aos recursos próprios da instituição investidos em pesquisa, a parceria com agências de fomento, como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a FAP-DF (Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal), contribuiu para esse crescimento. Outros programas também se fortaleceram em 2016, como o Progrupos (Programa de Apoio aos Grupos de Pesquisa do IFB), que visa à consolidação e à geração de produtos, fator que propulsiona o desenvolvimento da pesquisa institucional, e o Programa Fábrica de Ideias Inovadoras (FABIN), que tem como objetivo incentivar a criação e o desenvolvimento de produtos inovadores.

A extensão deu continuidade às parcerias com o mundo do trabalho, realizando eventos de aproximação entre o IFB e as empresas, além de aprimorar o fluxo dos acordos de cooperação. Novos editais foram lançados contemplando projetos de ação social, tecnologia social, esporte, lazer, meio ambiente, e promoção da saúde. Em 2016, foram lançados 04 editais exclusivos da extensão. No tema inclusão, um dos destaques da extensão, foram promovidos diversos eventos com o objetivo de aprofundar o conhecimento na área, possibilitando a todos os envolvidos uma maior compreensão do papel do IFB no favorecimento de um atendimento educacional e inclusivo a todos os estudantes.

A integração do ensino, da pesquisa e da extensão também se evidenciou em 2016, e ocorreu por meio do lançamento do Programa PIPA (Projeto Integrador Pesquisa e Ação), cujo objetivo é estimular o desenvolvimento de experiências exitosas que articulem ensino, pesquisa e extensão, contribuindo, dessa forma, para a formação intelectual, acadêmica e profissional dos estudantes. Destaca-se também o edital de arte e cultura, fruto da integração do ensino e da extensão no IFB.

No que tange à transparência pública, em 2016 o IFB foi premiado com a Plataforma IFB em números (ifbemnumeros.ifb.edu.br) no 4.º Concurso de Boas Práticas da CGU, organizado pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), na categoria “Promoção de transparência ativa e/ou passiva”. O IFB em Números é uma plataforma, concebida para a comunidade interna e para a comunidade externa, a fim de que possam visualizar e acompanhar informações de ensino, pesquisa, extensão e gestão do Instituto Federal de Brasília.

As dificuldades são inerentes ao processo de trabalho e desenvolvimento. No IFB, durante 2016, foram enfrentadas algumas dificuldades de gestão. Entre elas, a mais severa foi a incerteza orçamentária. Sendo o orçamento distribuído de forma igual entre todas as unidades do país, os valores não atendem as peculiaridades regionais. Dessa forma, o montante atribuído ao IFB não cobre todas as despesas. Assim sendo, atividades previstas ou desejadas não foram conduzidas a contento por falta de recursos. Além disso, os recursos foram sendo liberados aos poucos, e não houve garantias de que o montante previsto na Lei Orçamentária Anual seria liberado, o que levou a atraso de atividades e cronogramas previstos. Por vezes, isso gerou custos adicionais.

Há ainda restrições (e imposições) legais para atender o público com necessidades específicas. Apesar de o IFB ser uma instituição que tem a justiça social em sua missão, acolhendo estudantes de todas as classes sociais e mais de 300 estudantes (e alguns servidores) com necessidades

específicas, as divergências geradas na legislação de inclusão e de gestão são obstáculos concretos à consecução dessa missão social. Cabe aqui destacar pelo menos duas situações: a dos intérpretes de libras e a dos cuidadores (de autistas, esquizofrênicos, pessoas com déficit de atenção...).

No entanto, cabe ressaltar que mais de 3.000 estudantes foram beneficiados pelos programas implantados pela política de Assistência Estudantil do IFB em 2016, atendendo o objetivo de lhes garantir a permanência e o êxito educacional.

As principais informações institucionais podem ser obtidas na carta de serviços ao cidadão. Por isso, convidamos o leitor a consultá-la no seguinte *link*: <http://www.youblisher.com/p/1137029-Carta-de-Servicos-ao-Cidadao/>.

Este Relatório de Gestão, destinado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, foi elaborado em conformidade com o que dispõem a Instrução Normativa TCU nº 63 de 1 de setembro de 2010, que estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares; a Decisão Normativa TCU nº 154 de 19 de outubro de 2016, que especifica a forma, os conteúdos gerais e os prazos para apresentação; a Decisão Normativa TCU nº 156 de 30 de novembro de 2016, que relaciona as unidades prestadoras de contas cujos responsáveis terão as contas julgadas pelo Tribunal e ainda especifica a forma, os prazos e os conteúdos para a elaboração das peças de responsabilidade dos órgãos de controle interno e demais instâncias; bem como com o previsto na Portaria TCU nº 59 de 17 de janeiro de 2017, que apresenta as orientações para a elaboração dos conteúdos e para a operacionalização do Sistema de Prestação de Contas.

Os itens atribuídos ao IFB por meio do sistema e-Contas, em atendimento ao disposto no art. 2º da Portaria TCU nº 59/2017, foram organizados na forma de capítulos e numerados em sequência de acordo com a estrutura básica indicada no sistema, não contemplando, nesta sequência, os conteúdos não apresentados pela instituição, conforme relação e justificativa abaixo:

- Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal – sem ocorrência no período;
- Informações sobre projetos e programas financiados com recursos externos – sem ocorrência no período;
- Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais – sem ocorrência no período; e
- Informações sobre projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958/1994 – sem ocorrência no período.

1. VISÃO GERAL

Este capítulo contempla os elementos identificadores do IFB, bem como sua estruturação, seu contexto de atuação, seus principais macroprocessos e suas competências. O objetivo é proporcionar a compreensão do que é o instituto, as razões de sua existência e suas principais relações com o ambiente em que está inserido.

1.1 Finalidades e competências

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, também denominado Instituto Federal de Brasília, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. Vinculada ao Ministério da Educação, integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Possui natureza jurídica de autarquia e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Finalidades

Em consonância com o Art. 6º da Lei nº 11.892, de 2008, o IFB tem por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Competências

De forma ampla o IFB tem definido em Lei os seus objetivos, conforme Art. 7º da Lei nº 11.892, de 2008:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI - ministrar em nível de educação superior:

- a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- b) cursos de Licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e
- e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

A missão, visão e valores do Instituto Federal de Brasília foram definidos pela comunidade e encontram-se disponíveis no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2014 a 2018.

Missão

Oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social.

Visão

Até 2018, consolidar-se no Distrito Federal como instituição pública de Educação Profissional e Tecnológica de qualidade inclusiva e emancipatória, articulada em rede e com a comunidade.

Valores

Ética; educação como bem público gratuito e de qualidade; formação crítica, emancipatória e cidadã; gestão democrática: transparência, participação, autonomia, pluralismo e integração; respeito

à diversidade e à dignidade humana; promoção da inclusão; inovação; sustentabilidade econômica e socioambiental.

O IFB possui, como órgão central, a Reitoria e dez unidades de ensino, distribuídas em diversas localidades do Distrito Federal, atendendo a necessidade de qualificação profissional e tecnológica dos arranjos produtivos de Brasília, Ceilândia, Estrutural, Gama, Planaltina, Riacho Fundo, Samambaia, São Sebastião, Taguatinga e Taguatinga Centro.

Quadro 1 - Endereços das Unidades do IFB

Unidade	Endereço
<i>Campus</i> Brasília	SGAN 610, Módulos D, E, F e G. Brasília-DF (Sede Definitiva)
<i>Campus</i> Ceilândia	QNN 26, Área Especial, s/n, ao lado da UNB. Ceilândia-DF (Sede Definitiva)
<i>Campus</i> Estrutural	Quadra 16, Área Especial nº 01, Cidade do Automóvel. SCIA-DF (Sede Definitiva)
<i>Campus</i> Gama	Rodovia DF 480, Lote 01, Setor de Múltiplas Atividades. Gama – DF (Sede Definitiva)
<i>Campus</i> Planaltina	Rodovia DF 128, Km 21, Zona Rural. Planaltina – DF (Sede Definitiva)
<i>Campus</i> Riacho Fundo	Av. Cedro, Área Especial nº 15, QS 16. Riacho Fundo – DF (Sede Definitiva)
<i>Campus</i> Samambaia	Rodovia DF 460, Lote 02, Subcentro Leste (Complexo Boca da Mata). Samambaia-DF (Sede Definitiva)
<i>Campus</i> São Sebastião	Centro de Múltiplas Funções, Área Especial nº 2, s/n, Bairro São Bartolomeu. São Sebastião-DF (Sede Definitiva)
<i>Campus</i> Taguatinga	QNM 40, Área Especial Nº 01. Taguatinga-DF (Sede Definitiva)
<i>Campus</i> Taguatinga Centro	Pistão Sul, QSD, AE 1, Lt.4, 1º Andar, Ed. Spazio Duo. Taguatinga-DF (Sede Provisória)
Reitoria	SGAN 610, Módulos D, E, F e G. Brasília-DF (Sede Provisória)

1.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

O IFB é composto por uma Reitoria, com sede no Plano Piloto, e dez *Campi* distribuídos pelo Distrito Federal, conforme relacionado no Quadro 1. Portarias do Ministério da Educação (MEC) autorizaram o funcionamento dos *Campi*, conforme segue:

Quadro 2 - Normas que autorizaram o funcionamento dos *Campi*

Unidade	Portaria MEC Nº	Diário Oficial da União (DOU)
<i>Campus</i> Brasília	Portaria nº 1.170, de 21/09/2010	DOU nº 182, de 22/09/2010
<i>Campus</i> Ceilândia	Portaria nº 933, de 07/10/2013	DOU nº 195 de 08/10/2013
<i>Campus</i> Estrutural	Portaria nº 933 de 07/10/2013	DOU nº 195 de 08/10/2013
<i>Campus</i> Gama	Portaria nº 1.170, de 21/09/2010	DOU nº 182, de 22/09/2010
<i>Campus</i> Planaltina	Portaria nº 365, de 14/03/2008	DOU nº 53, de 18/03/2008
<i>Campus</i> Riacho Fundo	Portaria nº 330, de 23/04/2013	DOU nº 78, de 24/04/2013
<i>Campus</i> Samambaia	Portaria nº 1.170, de 21/09/2010	DOU nº 182, de 22/09/2010
<i>Campus</i> São Sebastião	Portaria nº 330, de 23/04/2013	DOU nº 78, de 24/04/2013
<i>Campus</i> Taguatinga	Portaria nº 1.170, de 21/09/2010	DOU nº 182, de 22/09/2010
<i>Campus</i> Taguatinga Centro	Portaria nº 330, de 23/04/2013	DOU nº 78, de 24/04/2013

As normas que tratam da estrutura organizacional encontram-se disponíveis no portal do instituto na internet <http://www.ifb.edu.br/>, na aba Acesso à Informação > Institucional > Normas

Internas do IFB, ou na aba Acesso Rápido > Portarias e Resoluções. As principais normas sobre a estrutura e o funcionamento da instituição são:

Quadro 3 - Normas sobre a estrutura e o funcionamento (em vigor)

Norma	Data	Ementa
Lei nº 11.892/2008	29/10/2008	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.
Resolução CS nº 020/2009	02/09/2009	Aprova Regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Resolução CS nº 021/2009	14/09/2009	Aprova Regimento Interno da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – CIS, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
Resolução CS nº 020/2010	02/12/2010	Cria o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Instituto Federal de Brasília e aprova seu regimento.
Resolução CS nº 009/2012	03/02/2012	Cria o Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, de que trata a Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005 e dispõe sobre a proteção de direitos relativos à Propriedade Intelectual no âmbito do Instituto Federal de Brasília – IFB.
Resolução CS nº 012/2012	08/02/2012	Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal de Brasília – IFB.
Resolução CS nº 022/2012	25/06/2012	Estabelece as normas de funcionamento do Conselho Editorial da Editora do Instituto Federal de Brasília – IFB.
Resolução CS nº 035/2012	13/11/2012	Aprova a nova estrutura organizacional para o Instituto Federal de Brasília.
Resolução CS nº 034/2012	28/11/2012	Aprova o regulamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA, no âmbito do IFB.
Resolução CS nº 037/2012	06/12/2012	Aprova o Regimento Interno da Ouvidoria do Instituto Federal de Brasília - IFB
Resolução COET nº 001/2012	10/12/2012	Estabelece as normas de funcionamento e de rito processual para a Comissão de Ética do Instituto Federal de Brasília.
Resolução CS nº 009/2013	24/05/2013	Altera o Regimento Interno do Conselho Superior do IFB e, por conseguinte, atualiza o Estatuto do IFB, no que concerne a este órgão colegiado.
Portaria Normativa 004/2013	11/07/2013	Torna público as formas de atuação e as atribuições e competências dos Núcleos executivos e sistêmicos do IFB – Núcleos de Auditoria Interna – NAIN; de Tecnologia da Informação – NTIC; de Comunicação Social – NUCS; e de Engenharia – NENG.
Resolução CS nº 024/2013	16/10/2013	Regulamenta o funcionamento e as atribuições dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE.
Portaria Normativa 002/2014	11/04/2014	Institui o Regulamento do Comitê Gestor dos Programas Institucionais de Bolsas e Projetos do IFB.
Resolução CS nº 017/2014	19/08/2014	Aprova as normas para o processo de escolha dos integrantes da Comissão Eleitoral Central e Comissões Eleitorais nos <i>Campi</i> .
Portaria Normativa 008/2014	10/10/2014	Institui o Regulamento Interno do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.

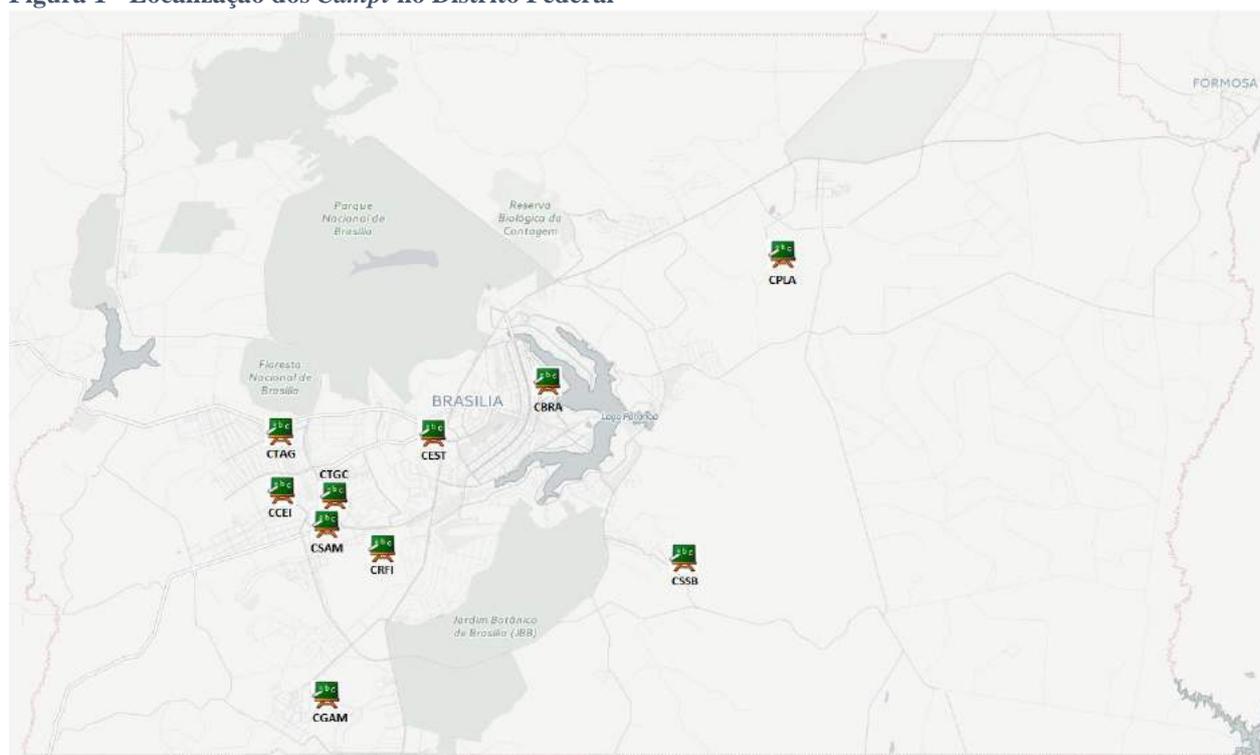
Resolução CS nº 006/2015	15/05/2015	Estabelece as normas de funcionamento da Coordenação de Curso, do Colegiado de Curso e do núcleo docente estruturante complementares ao Regimento Geral do IFB e dá outras providências.
Portaria Normativa 002/2016	02/05/2016	Dispõe sobre o Regimento Interno do Comitê de Governança Digital (Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – IFB).
Resolução CS nº 014/2016	25/05/2016	Altera o Regimento Interno do Conselho Superior (CS/IFB) no que concerne a este órgão colegiado e atualiza o Regimento Geral do IFB.
Resolução CS nº 017/2016	25/05/2016	Altera o Estatuto do Instituto Federal de Brasília, no que concerne ao Regimento Interno do Conselho Superior – CS/IFB.
Resolução CS nº 024/2016	22/09/2016	Altera o Regimento Geral do IFB no que concerne ao Regimento Interno do Conselho Superior do IFB (CS/IFB).
Resolução CS nº 035/2016	15/12/2016	Aprova a mudança de sede do <i>Campus</i> Taguatinga Centro para o Recanto das Emas.

1.3 Ambiente de atuação

O Instituto possui *Campus* em nove Regiões Administrativas (RA) do Distrito Federal, são elas: RA I Plano Piloto - *Campus* Brasília; RA II Gama - *Campus* Gama, RA III Taguatinga - *Campus* Taguatinga e Taguatinga Centro; RA VI Planaltina - *Campus* Planaltina, RA IX Ceilândia - *Campus* Ceilândia; RA XII Samambaia - *Campus* Samambaia; RA XIV São Sebastião - *Campus* São Sebastião; RA XVII Riacho Fundo - *Campus* Riacho Fundo; e RA XXV SCIA - *Campus* Estrutural. A atuação do IFB, no entanto, abrange outras regiões do DF, atendendo a necessidade de formação profissional e tecnológica de populações de regiões administrativas vizinhas.

A figura abaixo representa a distribuição dos *Campi* do IFB no Distrito Federal:

Figura 1 - Localização dos *Campi* no Distrito Federal



Fonte: IFB em Números (<http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/>)

▪ Espaço potencial de atuação e espaço ocupado

Para cumprir sua missão o Instituto Federal de Brasília oferta cursos técnicos, superior e de pós-graduação em diversas áreas do conhecimento de forma a ampliar as oportunidades de acesso ao ensino público e de qualidade em regiões administrativas mais carentes desse tipo de equipamento comunitário e com alta demanda para qualificação. Cada *Campus* atua com dois ou mais eixos tecnológicos de forma a oportunizar a verticalização do aprendizado pelo estudante.

Na sequência apresenta-se uma breve caracterização do espaço de atuação e ocupação de cada *Campus*:

Campus Brasília: localizado no plano piloto, é considerado *Campus* capital, com infraestrutura física diferenciada dos demais em termos de área construída. Em 2016, encerrou suas atividades com 2.242 alunos. O *Campus* oferta os seguintes cursos: Técnico em Informática e Técnico em Eventos, integrados ao ensino médio; Técnico em Serviços Públicos, na modalidade subsequente; graduação em Licenciatura em Dança e Tecnologia em Gestão Pública; pós-graduação em Gestão Pública; e cursos diversos de formação inicial e continuada.

Campus Ceilândia: localizado na região administrativa de Ceilândia, está situado à 26 km do plano piloto. Em 2016, encerrou suas atividades com 942 estudantes. O *Campus* oferta cursos técnicos subsequentes em Equipamentos Biomédicos, Segurança do Trabalho e Eletrônica e cursos diversos de formação inicial e continuada. O curso Técnico em Equipamentos Biomédicos ainda não é ofertado por nenhuma outra escola do Distrito Federal, nem mesmo do Centro-Oeste, e foi muito demandado pela comunidade, tendo em vista a crescente demanda por profissionais dessa área. O *Campus* Ceilândia se destaca por ser o pioneiro na oferta de curso na modalidade EaD própria do IFB.

Campus Estrutural: está estrategicamente localizado na entrada da Cidade do Automóvel, cerca de 15 km do plano piloto. Nesta área existe a maior concentração de empresas que comercializam veículos novos e seminovos de diversas marcas além da existência de um número expressivo de oficinas de manutenção/repares de veículos automotores. Em 2016, encerrou suas atividades com 730 estudantes. O *Campus* oferta cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Manutenção Automotiva, da modalidade Jovem Aprendiz, idiomas de inglês e espanhol, informática e gestão; Curso Técnico subsequente em Manutenção Automotiva e Curso Superior de Licenciatura em Matemática.

Campus Gama: localizado na região administrativa do Gama, está situado à 40 km do plano piloto. Em 2016, encerrou suas atividades com 1.557 estudantes. O *Campus* oferta cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Integrado em Alimentos e PROEJA em Administração; cursos técnicos subsequentes em Logística, Química e em Agronegócio; cursos superiores em Licenciatura em Química e Tecnólogo em Logística e cursos diversos de formação inicial e continuada. A oferta desses cursos se deve pela proximidade do porto seco de Brasília, do pólo JK (indústrias) e de produtores rurais.

Campus Planaltina: localizado na região administrativa de Planaltina, está situado à 47 km do plano piloto. Em 2016, encerrou suas atividades com 2.415 estudantes. O *Campus* oferta cursos técnicos nas modalidades integrado ao ensino médio e Subsequente, por meio da oferta de curso técnico em agropecuária e agroindústria, no ensino superior oferece o curso de tecnologia em agroecologia e licenciatura em Biologia. É o único *Campus* do IFB situado em área rural, sendo uma escola fazenda. Destaca-se a parceria desse *Campus* com o governo distrital no atendimento de pessoas com necessidades especiais por meio do método terapêutico e educacional da Equoterapia.

Campus Riacho Fundo: localizado na região administrativa do Riacho Fundo, está situado à 20 km do plano piloto. Em 2016, encerrou suas atividades com 938 estudantes. O *Campus* oferta Cursos técnicos integrado ao ensino médio em cozinha e em hospedagem; curso técnico subsequente

em cozinha e panificação, curso superior de licenciatura em letras – língua inglesa e diversos cursos de formação inicial e continuada.

Campus Samambaia: localizado na região administrativa de Samambaia, está situado à 20 km do plano piloto. Em 2016, encerrou suas atividades com 1.602 alunos. O *Campus* oferta cursos técnicos integrados em meio ambiente e controle ambiental; cursos técnicos subsequentes em edificações, controle ambiental e design de móveis e curso superior de licenciatura em formação pedagógica de professores para a educação profissional, além de diversos cursos de formação inicial e continuada.

Campus São Sebastião: localizado na região administrativa de São Sebastião, está situado à 33 km do plano piloto. Em 2016, encerrou suas atividades com 1.241 alunos. O *Campus* oferta cursos Técnicos integrados ao ensino médio de Secretariado e Administração, cursos Técnicos subsequentes em Secretariado e Secretaria Escolar; cursos superiores de Licenciatura em Letras Língua Portuguesa e Tecnólogo em Secretariado, além de diversos cursos de formação inicial e continuada.

Campus Taguatinga: localizado na região administrativa de Taguatinga, as margens da via Estrutural e está situado à 25 km do plano piloto. Em 2016, encerrou suas atividades com 1.589 estudantes. O *Campus* atende especialmente três eixos tecnológicos: Eletromecânica, Informática e Vestuário. Na área de Eletromecânica o *Campus* oferece dois cursos técnicos em Eletromecânica, um na modalidade integrado e outro subsequente e um curso superior de Tecnologia em Automação Industrial. Na área de vestuário tem-se um curso técnico subsequente em Vestuário, um PROEJA em Artesanato e um superior em Tecnologia em Design de Moda. Na área de informática um curso técnico subsequente em Manutenção e Suporte em Informática e dois cursos superiores (bacharelado e licenciatura em Ciência da Computação), também oferta-se uma Licenciatura em Física, além de diversos cursos de formação inicial e continuada.

Campus Taguatinga Centro: localizado no centro da região administrativa de Taguatinga, e está situado à 25 km do plano piloto. Em 2016, encerrou suas atividades com 3.304 estudantes. O *Campus* oferta curso técnico subsequente em comércio, curso superior de licenciatura em letras – espanhol e tecnólogo em processos gerenciais e especialização em gestão pública, além de diversos cursos de formação inicial e continuada.

Com relação aos cursos técnicos na modalidade a distância, vários *Campi* ofertam cursos técnicos em administração, logística, meio ambiente, segurança do trabalho e serviços públicos. Esses cursos estão distribuídos por 5 pólos de EaD no Distrito Federal.

▪ **Concorrentes e parceiros**

Os principais concorrentes do IFB são as demais instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, que atuam na educação básica, superior e profissionalizante. As principais instituições são as escolas do Distrito Federal de ensino médio e profissionalizantes, as escolas técnicas do SENAI e as universidades e faculdades, como, por exemplo, a Universidade de Brasília.

Por outro lado, ao mesmo tempo que essas instituições são concorrentes no que diz respeito a captação de estudantes, elas podem ser parceiras no requisito de oportunidade de estágio ou de desenvolvimento conjunto de ações de pesquisa.

Dentre os principais parceiros do IFB destacam-se a Secretaria de Educação do Distrito Federal, a Universidade de Brasília, a Advocacia-Geral da União, ENAP, SENAC, IEL, Hospital Ana Nery, as administrações regionais, Fundação de Apoio à Pesquisa do DF, IBRAM, IPHAN, EMATER, EMBRAPA, Agência Brasileira de Estágio, Grupo Brasil, Instituto Blaise Pascal e os demais Institutos que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

▪ Expectativas da população

As maiores expectativas expressadas pelos cidadãos e estudantes são a ampliação das vagas e oferta de novos cursos, tanto em nível técnico quanto superior. Além disso, há o anseio acerca da importância da instituição para a formação de cidadãos e profissionais qualificados para ingressar no mercado de trabalho. Por parte dos estudantes, as expectativas se referem à inserção no mercado de trabalho, às oportunidades de participar de projetos de pesquisa e extensão e de aumento dos recursos destinados para a assistência estudantil. Do ponto de vista dos atores do mundo do trabalho (empresas, instituições, indústrias, ONG's) a expectativa é pela pesquisa aplicada e também pela formação qualificada de estudantes que poderão ser futuros trabalhadores dessas instituições.

No geral, o público atendido ou a ser atendido pelo IFB espera a oferta de um serviço público de qualidade e que lhes dê projeção profissional, econômica, educacional e até mesmo social. Uma formação profissional que garanta o ingresso no mercado de trabalho (ou que ao menos o aproxime dele), que o torne profissional melhor qualificado e o conduza a novos horizontes. Para isso, cobra transparência, além de eficácia, eficiência e efetividade na gestão das atividades fim e dos meios, sejam eles financeiros ou humanos. Há também, a expectativa da população quanto ao processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promovam a inclusão, interação dialógica e transformação da sociedade, levando em consideração a territorialidade.

▪ Ameaças

A maior ameaça para qualquer instituição é a restrição orçamentária, seja por meio da redução do orçamento anual aprovado seja por meio de decretos de contingenciamento dos valores aprovados. O orçamento limitado é uma barreira para responder no tempo adequado às demandas de manutenção da estrutura física que vierem apresentar sinais de desgaste natural de uso. Essa questão orçamentária também limita a ampliação de espaços para melhor controle de bens/estoques e otimização dos espaços que servem aos laboratórios

Ainda constitui como ameaça para o IFB o pouco conhecimento e clareza da população do Distrito Federal em relação ao serviço oferecido para a comunidade. É comum muitas pessoas da comunidade ligando para saber se realmente os cursos são gratuitos. A sensação de insegurança nas adjacências e acesso aos *Campi* do IFB também é considerada uma ameaça, aliado algumas vezes, a escassez de transporte público, de iluminação e de sinalização.

No quesito recursos humanos, notadamente da carreira dos técnicos administrativos, a atual política salarial é um dos motivos para a frequente rotatividade. A dificuldade de contratação de intérpretes, por questões legais impositivas também atrapalha o andamento das atividades, pois o número deles não atende ao número de estudantes e professores com deficiência auditiva, atualmente matriculados no instituto.

▪ Oportunidades

A nossa maior oportunidade está na própria sociedade que demanda por capacitação profissional. O evento CONECTA IF resolveu uma ameaça local que era o desconhecimento de um dos *Campi* do IFB por parte da população local. A procura por vagas este ano demonstra que a população já vê o IFB como importante instituição para a qualificação profissional.

As emendas parlamentares são uma das oportunidades para minimizar a ameaça da deficiência orçamentária. A localização do IFB também é um oportunidade, em face da proximidade para agendar reuniões com o MEC.

1.4 Organograma

Em conformidade com a Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o IFB é organizado em estrutura multicampi, tem como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, e como órgão executivo a reitoria, composta por um Reitor e cinco Pró-Reitorias. São consideradas unidades estratégicas: o Gabinete da Reitoria, as Pró-Reitorias e os *Campi*. O organograma completo do IFB encontra-se disponível no Anexo I deste relatório.

Quadro 4 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas /Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitoria	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do IFB, art. 26, da Resolução n.º 012-2012/IFB*	Wilson Conciani	Reitor	23/05/2011 31/12/2016
Gabinete da Reitoria- CHGB	Prestar assistência técnico-administrativa ao Reitor, art. 31, da Resolução n.º 012-2012/IFB*	Daniella Santiago Andrade	Chefe de Gabinete da Reitoria	12/07/2013 31/12/2016
Pró-Reitorias				
Pró-Reitoria de Administração- PRAD	Planejar, dirigir e controlar a execução das atividades de planejamento e administração orçamentária e financeira e efetuar o gerenciamento de recursos humanos e patrimoniais, de acordo com o art. 23 do Estatuto do IFB, art. 62, da Resolução n.º 012-2012/IFB*	Simone Cardoso dos Santos Penteadó	Pró-Reitora de Administração	25-06-2013 31/12/2016
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional- PRDI	O planejamento estratégico institucional, a pesquisa e o controle dos dados institucionais, a avaliação institucional, a gestão da tecnologia da informação, o apoio às ações de comunicação social interna e externa, a mercadologia institucional e o planejamento da capacitação dos servidores, conforme, art. 24 do Estatuto do IFB, art. 71, da Resolução n.º 012-2012/IFB*	Fernando Dantas de Araujo	Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional	29/01/2014 01/06/2015
		Luciana Miyoko Massukado		01/06/2015 31/12/2016
Pró-Reitoria de Ensino - PREN	Planejar, coordenar, supervisionar, executar, fiscalizar e controlar as políticas de ensino para a instituição, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, e acompanhar a implementação dessas políticas, além de avaliar o seu desenvolvimento, de acordo com o art. 20 do Estatuto do IFB, art. 38, da Resolução n.º 012-2012/IFB*	Adilson César de Araújo	Pró-Reitor de Ensino -	06/06/2013 31/12/2016
Pró-Reitoria de Extensão - PREX	Planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e executar as atividades relativas à extensão, à integração e ao intercâmbio da instituição com o setor produtivo, em particular, e com a sociedade em geral, além de implementar as políticas dos cursos de formação inicial e	Giano Luis Copetti	Pró-Reitor de Extensão	03/12/2012 31/12/2016

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação – PRPI	continuada, de acordo com o artigo 21 do Estatuto do IFB, art. 54, da Resolução n.º 012-2012/IFB*	Marley Garcia Silva	Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação	
	Definição e o acompanhamento das linhas de pesquisa, o fomento e a criação de intercâmbio de alunos com outros órgãos de pesquisa científica, nacionais e internacionais, a coordenação e a supervisão dos projetos e dos grupos de pesquisa, além de planejar, coordenar, supervisionar e controlar as políticas para os cursos de pós-graduação do IFB e o contato com órgãos financiadores de apoio à pesquisa, de acordo com o ar. 22 do Estatuto do IFB, art. 46, da Resolução n.º 012-2012/IFB*			29/05/2015 31/12/2016
Diretorias-Gerais				
Diretoria Geral do <i>Campus</i> Brasília	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do <i>Campus</i> , compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB*	Patrícia Albuquerque de Lima	Diretor-Geral do <i>Campus</i> Brasília	22/10/2015 20/01/2016
		Philippe Tshimanga Kabutakapua		20/01/2016 31/12/2016
Diretoria Geral do <i>Campus</i> Ceilândia	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do <i>Campus</i> , compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB*	Tarcísio Araújo Kuhn Ribeiro	Diretor- Geral do <i>Campus</i> Ceilândia	13/03/2013 31/12/2016
Diretoria Geral do <i>Campus</i> Estrutural	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do <i>Campus</i> , compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB*	Marcelo Silva Leite	Diretor - Geral do <i>Campus</i> Estrutural	13/11/2012 31/12/2016
Diretoria Geral do <i>Campus</i> Gama	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do <i>Campus</i> , compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB*	Êrika Barretto Fernandes Cruvinel	Diretora - Geral do <i>Campus</i> Gama	27/03/2014 12/02/2016
		Rômulo Ramos Nobre Júnior		12-02-2016 31/12/2016
Diretoria Geral do <i>Campus</i> Planaltina	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do <i>Campus</i> , compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB*	Edilene Carvalho Santos Marchi	Diretor - Geral do <i>Campus</i> Planaltina	02/02/2015 31/12/2016
Diretoria Geral do <i>Campus</i> Riacho Fundo	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do <i>Campus</i> , compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB*	Sérgio Barbosa Gomes	Diretor - Geral do <i>Campus</i> Riacho Fundo	01/05/2014 31/12/2016
Diretoria Geral do <i>Campus</i> Samambaia	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do <i>Campus</i> , compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB*	Luiz Diogo de Vasconcelos Junior	Diretor- Geral do <i>Campus</i> Samambaia	15/10/2014 12/02/2016
		Fernando Dantas de Araújo		12/02/2016 31/12/2016
Diretoria Geral do <i>Campus</i> São Sebastião	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do <i>Campus</i> , compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB*	Rodrigo Mendes da Silva	Diretor - Geral do <i>Campus</i> São Sebastião	08/02/2012 30/09/2016
		Fernando Barbosa Vito		30/09/2016 31/12/2016

Diretoria Geral do <i>Campus</i> Taguatinga	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do <i>Campus</i> , compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB*	da Silva Leonardo Moreira Leódido	Diretor - Geral do <i>Campus</i> Taguatinga	10/09/2014 31/12/2016
Diretoria Geral do <i>Campus</i> Taguatinga Centro	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do <i>Campus</i> , compreendendo aquelas previstas no art. 117, da Resolução n.º 012-2012/IFB*	Germano Teixeira Cruz	Diretor - Geral do <i>Campus</i> Taguatinga Centro	01/09/2015 31/12/2016

Observação: Destaca-se que a relação na íntegra das competências de cada cargo citado acima está presente no Regimento Interno do IFB (Resolução nº 012/2012/CS-IFB).

Fonte:

*Resolução n.º 012-2012 que aprova o Regimento Geral do Instituto Federal de Brasília - IFB Disponível em : http://www.ifb.edu.br/attachments/2939_Resolu%C3%A7%C3%A3o%20RIFB_012_2012-Aprova%20Regimento%20Geral%20do%20IFB.pdf. Acessado em 18 de novembro de 2016.

Portal do IFB: Boletins de Serviço. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/acesso-a-informacao/boletinsdeservico>. Acessado em 18 de novembro de 2014.

1.5 Macroprocessos finalísticos

Dentre as atividades realizadas pela instituição, são consideradas finalísticas as relacionadas ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão. Segue a descrição dessas atividades agrupadas em macroprocessos:

Quadro 5 - Macroprocessos finalísticos (Ensino)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Assistência Estudantil	Elabora diretrizes, políticas e estratégias a fim de subsidiar à equipe multiprofissional das CDAE nos <i>Campi</i> , com base na Política de Assistência Estudantil proposta pelo IFB, no que diz respeito ao atendimento/apoio pedagógico, psicológico e socioeconômico aos estudantes do IFB, colaborando para a igualdade de oportunidades, permanência e êxito na instituição.	<p><u>Serviços:</u> Coordenar as atividades dos setores de Assistência Estudantil dos <i>Campi</i> Assessorar, acompanhar e avaliar a Política de Assistência Estudantil, com apoio da Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social dos <i>Campi</i>. Elaborar e atualizar, regularmente, estudo técnico que subsidia a distribuição dos recursos entre os <i>Campi</i>. Propor e colaborar com eventos culturais e multidisciplinares, na perspectiva da permanência e do êxito dos estudantes: Festival de Curtas, Encontros com Estudantes, CONECTA.</p> <p><u>Produtos:</u> Nota Técnica 01/2016 - Atribuições do psicólogo no âmbito da CDAE Nota Técnica 05/2016 - Pagamento de Auxílios da Assistência Estudantil em situação de greve Nota Técnica 001/2016 - PREN/PRDI - Atualização da Portaria Normativa 005 de 01/08/2014 - Valores Monetários de Auxílios Estudantis</p>	Gestores e Técnicos de <i>Campus</i> e comunidade interna em geral	Pró-reitora de Ensino/ Diretoria de Políticas de Ensino/ Coordenação de Assistência Estudantil
Biblioteca	Elabora documentos que regem o funcionamento e rotinas das bibliotecas e constrói diretrizes para publicações acadêmicas/científicas; Promove ações de integração entre as bibliotecas, seus usuários e públicos externos por meio de eventos, seminários, e/ ou simpósios;	<p><u>Serviços:</u> Coordenar as atividades dos setores de Biblioteca dos <i>Campi</i>. Dimensionar o nível de estruturação das bibliotecas do IFB para fins de diagnóstico e acompanhamento da evolução nos produtos e serviços oferecidos aos usuários/ alunos. Elaborar da Política de Desenvolvimento de Coleções.</p>	Comunidade Acadêmica	Pró-reitora de Ensino/ Diretoria de Políticas de Ensino/ Coordenação de Bibliotecas

	Gere recursos informacionais compartilhados pelo Sistema de Bibliotecas do IFB (SIBIFB); Subsídia os <i>Campi</i> quanto ao processo de avaliação, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos superiores.	Revisar e elaborar materiais institucionais: Revista Caderno Espaço Inclusão, fichas catalográficas para livros da Editora do IFB, Elaboração de Manuais e Boletins. Gerenciar/ fiscalizar do contrato de suporte técnico do sistema de automação das bibliotecas – SIABI e contrato de acesso às normas técnicas da ABNT Produtos: I Encontro dos Profissionais das Bibliotecas do IFB I Bibliotecas em Cena junto ao Vitrine dos Saberes no CONECTAIF		
Registro Acadêmico	Assessora na estruturação e normatização dos procedimentos relacionados a certificação e registros da vida acadêmica dos alunos. Gere a aquisição e distribuição dos materiais do setor. Colabora na implementação de recursos tecnológicos adequados, que permitem o acompanhamento da vida escolar do aluno por meio do Sistema de Gestão Acadêmica.	Serviços: Assessorar as Coordenação de Ensino Técnico e de Graduação no desenvolvimento da Nota Técnica 02/2016 (Processo de reintegração discente devido a cancelamento de matrícula) Extração de dados do Sistema de Gestão Acadêmica para subsidiar os diversos setores da instituição. Coordenar as atividades dos setores de Registro Acadêmico dos <i>Campi</i>	Comunidade Acadêmica	Pró-reitora de Ensino/ Diretoria de Políticas de Ensino/ Coordenação de Registro Acadêmico
Acesso e Ingresso de Estudantes	Coordena as ações de acesso e ingresso de estudantes nos diferentes níveis e modalidades de ensino oferecidos pela instituição, por meio de processos de seleção orientados por políticas institucionais e por políticas nacionais relacionadas à educação.	Elaborar os cronogramas oficiais de processo seletivo. Realizar os Processos Seletivos unificados para cursos técnicos e superiores. Treinar os servidores dos <i>Campi</i> para utilização do Sistema de Gestão de Processos Seletivos. Propor normas e fluxos para acesso e ingresso. Atender e orientar os candidatos. Administrar e propor melhoria para o Sistema de Gestão de Processos Seletivos - SGPS	Comunidade Acadêmica e Comunidade em Geral	Pró-reitora de Ensino/Diretoria de Políticas de Ensino/Coordenação de Acesso e Ingresso
Estágio	Normatiza procedimentos relacionados ao estágio de acordo com a legislação em vigor. Articula e orienta os <i>campi</i> sobre a política de oferta de estágio no IFB. Implementa procedimentos tecnológicos que possibilite ao estudante a vivência da profissão ainda enquanto aluno, colaborando com a inserção dos estudantes no mercado de trabalho.	Serviço: Coordenar as atividades dos coordenadores de Estágio dos <i>Campi</i> . Produto: II Feira de Estágio e Emprego no CONECTA IF	Comunidade Acadêmica	Pró-reitora de Ensino/ Diretoria de Desenvolvimento de Ensino/ Coordenação de Estágio

	Gere e estabelece processos de parceria com outros órgãos para execução do estágio.			
Coordenação Pedagógica	Acompanha a política de ensino da instituição; Propõe e articula ações estratégicas, em conjunto com a Coordenação de Assistência Estudantil, que contribuam para a permanência e o êxito dos estudantes. Assessora as Coordenações Pedagógicas e demais áreas do Instituto, assim como servidores técnicos e docentes, para o bom andamento dos processos de ensino e aprendizagem. Orienta e normatiza procedimentos relacionados à área da Educação. Desenvolve projetos de formação dos profissionais da educação.	Serviço: Coordenar as atividades dos setores de Coordenação Pedagógica dos <i>Campi</i> . Realizar pareceres de documentos e processos ligados ao Ensino. Promover cursos e fóruns de formação continuada em Educação para os servidores técnicos e docentes da instituição.	Comunidade Acadêmica	Pró-reitora de Ensino/ Diretoria de Desenvolvimento de Ensino/ Coordenação Pedagógica
Graduação	Orienta e normatiza procedimentos realizados à área do Ensino Superior. Assessora e orienta os <i>Campi</i> na construção dos Projetos pedagógicos de Curso e na implantação dos mesmos. Assessora no processo de reconhecimento dos cursos.	Serviços: Coordenar as atividades dos coordenadores de Graduação dos <i>Campi</i> Analisar e os planos de curso. Colaborar com a formação dos profissionais do ensino.	Comunidade acadêmica e comunidade em geral	Pró-reitora de Ensino/Diretoria de Desenvolvimento de Ensino/Coordenação de Graduação
Educação a Distância	Estabelece as diretrizes para o funcionamento, acompanhamento e avaliação dos cursos a serem realizados nos pólos EaD. Administra os recursos financeiros e humanos necessários a estruturação e manutenção do pólos. Assessora os <i>campi</i> na implantação dos cursos técnicos da rede e-TEC, do Pró-funcionário e EaD própria.	Serviços: Elaborar documentos relacionados a esta modalidade, construindo assim uma Política de EaD. Formar tutores e professores para a EaD. Elaborar os Editais para tutores e professores pesquisadores. Auxiliar o processo de implantação da EaD própria no <i>Campus</i> .	Comunidade acadêmica e comunidade em geral	Pró-reitora de Ensino/ Diretoria de Desenvolvimento de Ensino/ Coordenação de Educação a Distância
Ensino Técnico	Orienta e normatiza procedimentos realizados à área do Ensino Técnico em suas diferentes formas de oferta: FIC, Ensino Médio Integrado, concomitante ou subsequente e o PROEJA; Assessora e orienta a elaboração dos Planos de cursos do Ensino Técnico e na implantação dos mesmos.	Serviços: Coordenar as atividades dos Coordenadores de Ensino Técnico dos <i>Campi</i> Planos de curso analisados e cursos aprovados Colabora com a formação dos profissionais do ensino.	Comunidade acadêmica e comunidade em geral	Pró-reitora de Ensino/ Diretoria de Desenvolvimento de Ensino/ Coordenação de Ensino Técnico

Quadro 6 - Macroprocessos finalísticos (Extensão)

Macroprocessos	Descrição	Produtos & Serviços	Principais clientes	Subunidades responsáveis
Parcerias com a Sociedade	Formalização de Acordos de Cooperação Técnica que objetivam parcerias de ensino, pesquisa e extensão.	Acordos de Cooperação	<i>Campi & Empresas</i>	CDAS
	Formalização de Convênios de Estágio que objetivam proporcionar experiências práticas para estudantes do IFB no mundo do trabalho.	Convênios de Estágio	Estudantes & Empresas	
	Relação com o mundo do trabalho e sociedade.			
Editais de Programas Projetos de Extensão	Publicação de editais em conjunto com Ensino, Pesquisa e Extensão.	EDITAL N° 019/RIFB, de 04 de maio de 2016 (09 propostas selecionadas). EDITAL N° 024/RIFB, de 24 de junho de 2016 (17 propostas selecionadas).	Servidores do IFB, estudantes e comunidade externa.	CDPE
	Publicação de Editais de Extensão.	EDITAL N° 017/RIFB, de 02 de maio de 2016 (41 propostas selecionadas).	Servidores do IFB, servidores da Rede, estudantes, egressos e comunidade externa.	CDPE
		EDITAL N° 041/RIFB, de 06 de outubro de 2016 (14 propostas selecionadas). EDITAL N° 047/RIFB, de 03 de novembro de 2016 (10 propostas selecionadas). EDITAL N° 048/RIFB, de 03 de novembro de 2016 (11 propostas selecionadas).	Servidores do IFB, estudantes e comunidade externa.	
Eventos de Extensão	Aproximar o mundo do trabalho do universo da educação e o desenvolvimento de aptidões para a vida social e produtiva, por meio de oficinas de extensão.	Qualific Express	Servidores do IFB, servidores da Rede, estudantes, egressos e comunidade externa.	CDPE
	Festival de Arte e Cultura para promover expressões artísticas (dança, música, poesia e a realização do 2.º Festival de curta-metragem)	Festival de Arte e Cultura (em parceria com a PREN)	Servidores, estudantes, e comunidade.	CDPE e PREN
	Orientação sobre a seleção de oficinas de extensão no Qualific Express.	Workshop Qualific Express	Servidores, estudantes e egressos.	CDPE
	Oportunizar encontro de empresas com mão de obra qualificada para ingressar no mercado de trabalho.	II Feira de Estágio e Emprego	Estudantes e Egressos do IFB	CDAS
	Oportunizar o diálogo entre empresas, instituições sociais, professores e gestores do IFB sobre o mercado de trabalho, o perfil do profissional dos estudantes e cursos.	Conexão Empresarial	<i>Empresas & Campi</i>	
		V Fórum de EPT inclusiva		CDIN

	Fomentar a reflexão sobre os assuntos abordados nas diversas áreas (raça, gênero, imigração, necessidades específicas e diversidade sexual) e proporcionar debates acerca das possibilidades de atendimento frente às novas demandas educacionais favorecendo a inclusão.	Ciclo de palestras em educação inclusiva		
	Fomentar as discussões sobre as ações dos núcleos e do IFB na garantia da acessibilidade das pessoas com necessidades específicas no acesso, permanência e êxito na educação profissional. Possibilitar a compreensão do papel do NAPNE para uma Instituição de Educação Profissional.	Encontro de Napne	Comunidade interna e externa	
	Promover e fomentar reflexões, discussões e experiências culturais sobre negritudes, gênero e raça.	Sernegra		
	Promover aos participantes a troca de conhecimentos específicos, experiências e o desenvolvimento de novas habilidades por meio das oficinas.	Encontro de Tradutores e Intérpretes de Libras do IFB		
	Promover a participação dos Estudantes em Eventos Esportivos	Jogos dos Institutos Federais (JIFs) – etapa nacional	Estudantes dos IFs	PREX
Cursos e Oficinas	Integrar os estudantes e servidores com a comunidade e a troca de saberes; contribuir para a formação profissional, cidadã e crítica dos discentes; proporcionar aquisição de capacidades indispensáveis para poder iniciar o exercício de uma profissão; aprimorar, atualizar ou aprofundar habilidades técnicas em uma área específica do conhecimento; qualificar trabalhadores, a fim de promover seu ingresso e/ou reingresso no mundo do trabalho.	39 oficinas ofertadas pelo Qualific Express	Servidores, estudantes; egressos e comunidade externa.	CDPE
	Proporcionar formação na área de deficiência visual.	Capacita Brasil	Comunidade interna e externa	CDIN
	Proporcionar formação na área de deficiência auditiva.	Surdez, linguagem e exclusão social	Comunidade interna e externa	

Quadro 7 - Macroprocessos finalísticos (Pesquisa)

Macroprocesso	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades responsáveis
Pesquisa	<p>Pesquisa e Inovação: Estimular o desenvolvimento da ciência e tecnologia por meio da pesquisa aplicada, nas diversas áreas do conhecimento em que atua o IFB, buscando a interação com o setor produtivo e soluções técnicas e tecnológicas para situações específicas. Este desenvolvimento está relacionado ao apoio institucional aos grupos de pesquisa, cadastrados e certificados, bem como na consolidação dos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica do IFB, em parceria com agências financiadoras, como CNPq e FAP-DF. Ademais, destaca-se o fomento a projetos de Inovação Tecnológica, por meio de programas específicos, como o FABIN (Fábrica de Ideias Inovadoras).</p> <p>Divulgação Científica: Por meio da Editora IFB, a PRPI também contribui para a divulgação científica e tecnológica, por meio do lançamento de livros (Processos via edital interno) e manutenção do Periódico Revista Eixo (semestral). Além disto, a editora presta apoio a demais unidades do IFB quanto a publicação de materiais. Pós-graduação: O setor é responsável pela articulação, junto aos <i>Campi</i>, da oferta de cursos de pós-graduação. A coordenação procura participar das discussões nos <i>Campi</i> e auxilia na construção do processo.</p>	<p>Pesquisa e Inovação: Lançamento de editais de fomento à pesquisa:</p> <p>a) Em 2016 foram lançados 10 editais vinculados aos programas de Iniciação Científica e Tecnológica, com recursos do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), FAP-DF (Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal) e recursos do orçamento da PRPI, totalizando 88 projetos nesta categoria.</p> <p>b) Foram lançados 4 editais vinculados ao Programa FABIN, totalizando 40 ideias inovadoras selecionadas.</p> <p>c) 2 editais de apoio a grupos de pesquisa do IFB no Programa Progrupos, com 11 projetos selecionados com financiamento da PRPI/IFB.</p> <p>d) 1 termo de execução descentralizada junto ao IFES para a incubação e capacitação para o empreendedorismo, com vistas à criação da Incubadora IFB.</p> <p>e) 1 edital integrando o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, por meio do Programa PIPA (Projeto Integração Pesquisa e Ação), com 9 projetos selecionados.</p> <p>Divulgação Científica: Em 2016 ocorreu o lançamento de 12 livros, 1 cartilha de orientações destinado aos alunos de iniciação científica e tecnológica (Diário de Bordo) e 1 catálogo de livros. Lançamento da revista eixo V.5 (números 1,2 e 3) e V.4 (número 2), totalizando 4 edições.</p> <p>Pós-graduação: Orientações aos <i>campi</i> quanto a construção de cursos de pós-graduação. Apoio para a elaboração do curso de especialização em Ensino de Humanidades (em tramitação), acompanhamento no curso vigente de especialização em gestão pública e apoio para submissão de proposta de novo curso de mestrado acadêmico (Ciência da Computação) junto a CAPES.</p> <p>Integração das unidades da PRPI - ConectaIF: organização da VI Semana de Produção Científica, III Fábrica de Ideias Inovadoras, II Desafio de Projetos e Vitrine dos Saberes, onde todos as coordenações trabalharam de modo integrado para a realização destes eventos durante ConectaIF.</p>	Alunos, docentes, servidores administrativos, terceirizados e comunidade externa.	<p>Coordenação de Pesquisa – CDPq</p> <p>Coordenação de Inovação Tecnológica – CDIT</p> <p>Coordenação de Publicações – CDPB</p> <p>Coordenação de Pós-graduação – CDPG</p>

2 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Este capítulo trata da forma como IFB planeja sua atuação ao longo do tempo e do seu desempenho em relação aos objetivos e metas previstos para o exercício. Está estruturado em três grandes eixos: planejamento organizacional, desempenho orçamentário e apresentação e análise dos indicadores de desempenho.

2.1 Planejamento Organizacional

O Planejamento do Instituto Federal de Brasília compreende um conjunto de objetivos estratégicos, indicadores, metas e planos anuais de ação, estabelecidos com vistas ao cumprimento da missão e ao alcance da visão de futuro. Essa ferramenta de gestão, em conjunto com o Projeto Pedagógico Institucional, fundamenta o Plano de Desenvolvimento Institucional, documento exigido pela Lei nº 10.861/2004 que estabelece as diretrizes de atuação e o horizonte a ser percorrido por um período de cinco anos. O PDI vigente da instituição encontra-se disponível na aba “Acesso à Informação/Institucional/Normas Internas” do Portal do IFB (www.ifb.edu.br).

A figura abaixo representa a estrutura do planejamento institucional, nele compreendidos o planejamento estratégico para o quinquênio de vigência do PDI e o planejamento anual, formado pelos planos de ação de cada exercício:

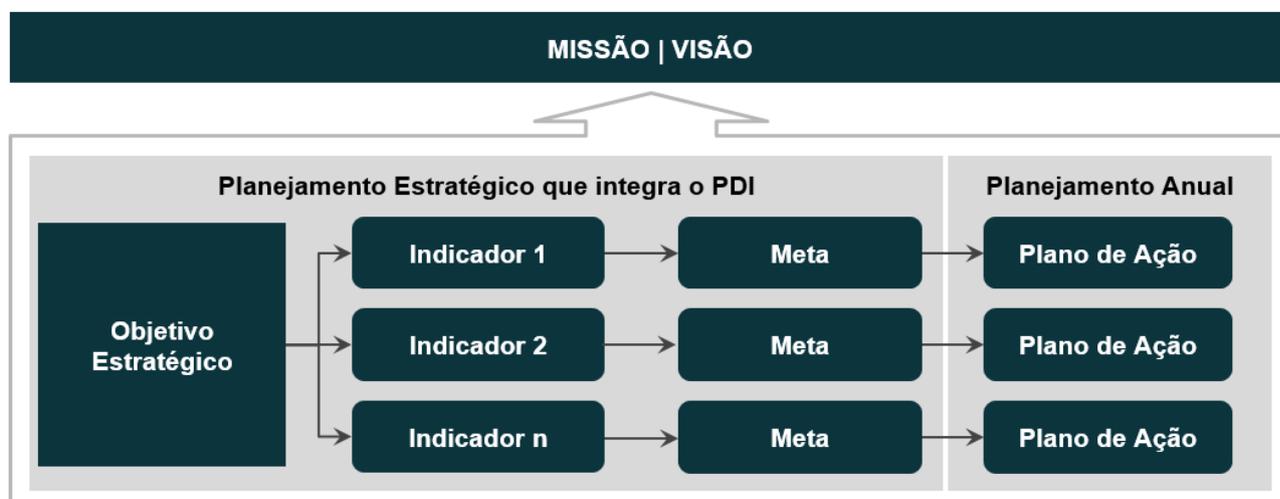


Figura 2 - Estrutura básica do Planejamento Organizacional
Fonte: CGPL

O Planejamento Estratégico, que integra o PDI, foi construído com base no sistema de medição de desempenho e de gestão da estratégia denominado *Balanced Scorecard* (BSC), que tem, dentre seus objetivos, esclarecer, traduzir e comunicar a visão e a estratégia a todos os níveis da organização. A partir desse modelo foram estabelecidas quatro perspectivas, dezesseis objetivos estratégicos e cinquenta e quatro indicadores, com metas para cada exercício de vigência do PDI, abrangendo estratégias para a Reitoria e para os dez *Campi*. Segue o mapa estratégico da instituição, com a representação gráfica do conjunto de perspectivas e objetivos estratégicos da instituição:

MAPA ESTRATÉGICO DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA – IFB
PDI 2014/2018

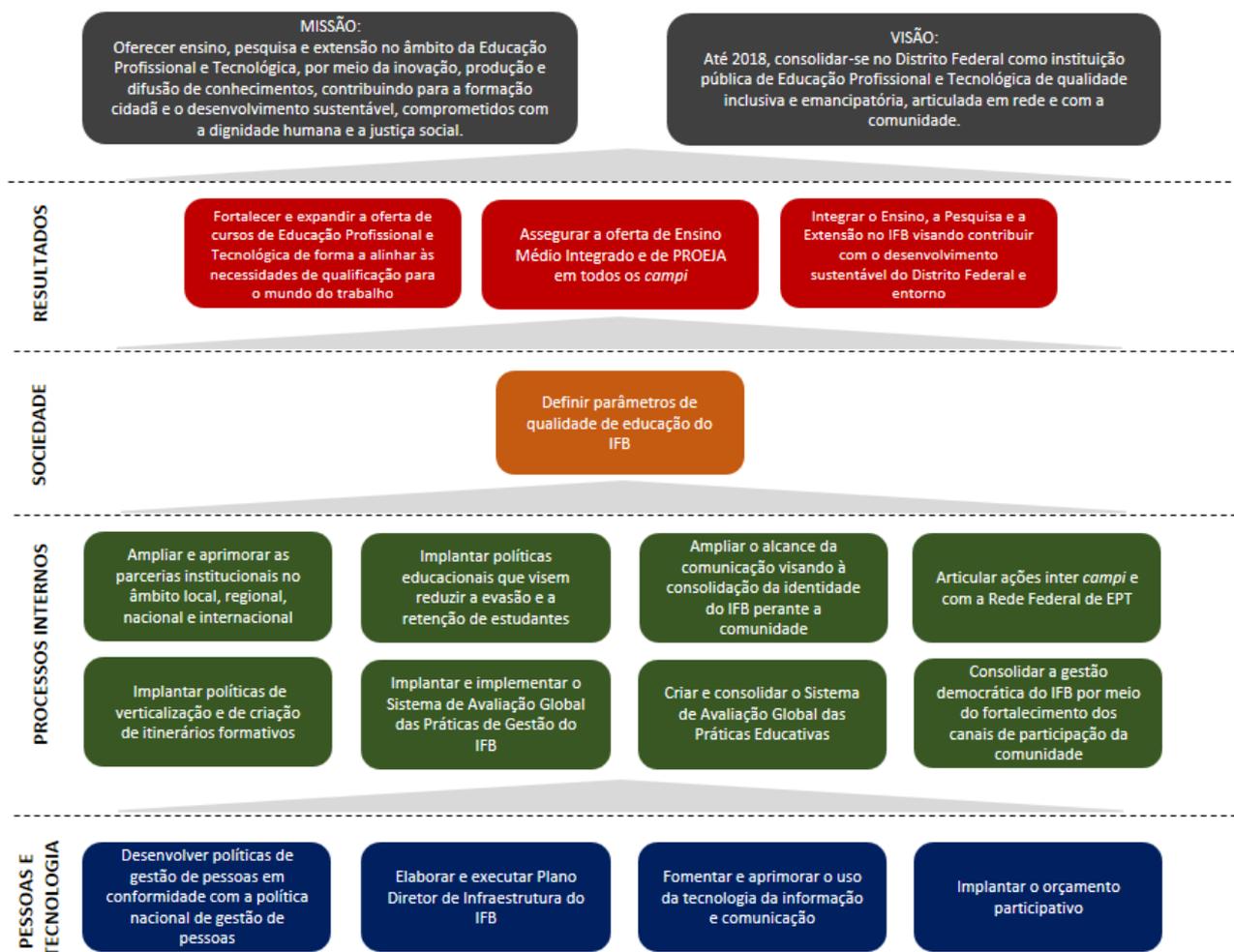


Figura 3 - Mapa estratégico do IFB
Fonte: PDI/IFB 2014-2018 (com adaptações)

A partir dos objetivos estratégicos e dos respectivos indicadores previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional, a instituição elaborou o Planejamento 2016, que contemplou metas e planos de ação para a Reitoria e para os *Campi*. Os planos de ação foram elaborados em evento realizado com esta finalidade, com a participação dos *Campi* e unidades da Reitoria. A partir do alinhamento estratégico dessas unidades e estabelecimento das cursos das ações, o planejamento foi inserido no Sistema de Gestão Integrado (SGI), com a indicação do o que seria feito, do responsável, do prazo previsto de início e de conclusão e do nível de prioridade em relação as demais ações.

Esse planejamento contou com 307 iniciativas distribuídas por 19 unidades, as quais foram desdobradas em 988 ações. O resultado geral desse planejamento consta do item 2.4 – *Apresentação e análise de indicadores de desempenho* e o detalhamento do cumprimento de cada iniciativa por unidade, consta do Anexo II deste Relatório. Mais detalhes sobre o planejamento institucional e o resultado dos planos de ação por unidade podem ser obtidos no projeto *Planejamento 2016* do SGI, disponível em http://sgi.prdi.ifb.edu.br/projects/plan_2016/, de acesso público.

2.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

O planejamento estratégico do IFB contempla 54 indicadores relacionados aos 16 objetivos estratégicos, distribuídos por três grandes eixos: Educação, Relação Institucional e Gestão. Segue a descrição sintética desses objetivos:

Quadro 8 - Descrição sintética dos objetivos estratégicos

Educação	<p>1.1 Objetivo: Assegurar a oferta de ensino médio integrado e PROEJA em todos os <i>Campi</i>. Descrição: Assegurar a oferta do ensino médio integrado e PROEJA em todos os <i>Campi</i> do IFB. Para os primeiros cinco <i>Campi</i> será de dois anos da aprovação do PDI, para os demais <i>Campi</i>, a adequação será de três anos após o ato autorizativo.</p>
	<p>1.2 Objetivo: Criar e consolidar o Sistema de Avaliação Global das Práticas Educativas. Descrição: Estabelecer coletivamente critérios de avaliação de todas as instâncias do IFB, profissionais de educação, alunos, infraestrutura, gestão e egressos, visando a melhoria dos processos de trabalho e o reconhecimento de iniciativas inovadoras.</p>
	<p>1.3 Objetivo: Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão no IFB visando contribuir com o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e o entorno. Descrição: Criar estratégias de fortalecimento para a integração entre os processos de ensino, pesquisa e extensão com articulação dos sujeitos envolvidos com o trabalho do IFB – gestores, docentes, discentes, comunidade – nos processos de ensino, pesquisa e extensão.</p>
	<p>1.4 Objetivo: Fortalecer e Expandir a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de forma a alinhar às necessidades de qualificação para o mundo do trabalho. Descrição: Estabelecer, no IFB, instâncias de interlocução com os setores produtivos do DF, entorno e comunidade, com vistas a agilizar as definições de ofertas de cursos dos diversos níveis e modalidades de EPT: formação inicial e continuada; ensino médio integrado e PROEJA.</p>
	<p>1.5 Objetivo: Definir parâmetros de qualidade de educação do IFB. Descrição: Estabelecer indicadores para análise dos processos e resultados da ação educativa por meio das seguintes dimensões: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, ambiente físico escolar, acesso, permanência e sucesso na escola, egressos, mundo do trabalho.</p>
	<p>1.6 Objetivo: Implantar políticas educacionais que visem reduzir a evasão e a retenção dos estudantes. Descrição: Desenvolver políticas que serão constituídas por equipes que tratem das dimensões individuais, institucionais e sociais.</p>
	<p>1.7 Objetivo: Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos. Descrição: Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos.</p>
Relação Institucional	<p>2.1 Objetivo: Ampliar o alcance da comunicação visando a consolidação da identidade do IFB perante a comunidade interna e externa. Descrição: Fortalecer a imagem da Instituição por meio da articulação de suas unidades e consolidá-la perante a sociedade</p>
	<p>2.2 Objetivo: Ampliar e aprimorar as parcerias institucionais no âmbito local, regional, nacional e internacional. Descrição: Aumentar as oportunidades de capacitação, qualificação, estágios e intercâmbio para os servidores e estudantes.</p>
	<p>2.3 Objetivo: Articular ações inter <i>Campi</i> e com a rede federal de EPT. Descrição: Consolidar a ideia de rede interna e externa, diminuindo o impacto de ações isoladas e/ou extemporâneas.</p>
Gestão	<p>3.1 Objetivo: Consolidar a gestão democrática do IFB por meio do fortalecimento dos canais de participação da comunidade interna e externa. Descrição: Ampliar e consolidar a participação da comunidade interna e externa na busca da consolidação do IFB como um locus privilegiado para a consolidação dos princípios republicanos e constitucionais.</p>
	<p>3.2 Objetivo: Fomentar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação. Descrição: Oferecer recursos inovadores de tecnologia da informação para atender a comunidade do IFB.</p>
	<p>3.3 Objetivo: Implantar Orçamento Participativo. Descrição: Melhorar e consolidar a política de planejamento orçamentário participativo, com a definição de prioridades anuais.</p>

3.4 Objetivo: Desenvolver políticas de gestão de pessoas em conformidade com a política nacional de gestão de pessoas. Descrição: Realizar o desenvolvimento de pessoas da instituição atendendo as políticas nacionais de gestão de pessoas, tendo em vista, o desenvolvimento, a qualificação, a qualidade de vida do servidor.
3.5 Objetivo: Implantar e implementar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão. Descrição: Estabelecer coletivamente critérios de avaliar de desempenho tanto de servidores quanto de gestores visando a melhoria dos processos de trabalho e o reconhecimento das iniciativas inovadoras.
3.6 Objetivo: Elaborar e executar Plano Diretor de infraestrutura. Descrição: Promover a ampliação e a melhoria da infraestrutura do IFB.
Fonte: PDI 2014-2018

2.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

A implantação do planejamento estratégico em vigor acompanhou a elaboração do PDI do IFB para o quinquênio de 2014 a 2018. A metodologia utilizada para elaboração e implementação desse planejamento consta do próprio PDI, que pode ser acessado por meio do portal do instituto: Página Inicial > Acesso à Informação > Institucional > Normas Internas do IFB.

2.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os objetivos estratégicos do IFB visam cumprir as competências institucionais previstas nos normativos e nos demais documentos que norteiam a atuação do instituto, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 9 - Vinculação dos objetivos estratégicos com as competências institucionais e outros planos

Objetivo Estratégico	Indicador	Competência institucional
1.1 Assegurar a oferta de ensino médio integrado e PROEJA em todos os <i>Campi</i> .	1.1.1 N° de <i>Campus</i> ofertando PROEJA por ano; 1.1.2 N° de <i>Campus</i> ofertando Ensino Médio Integrado por ano;	Lei nº 11.892/2008 – Art. 7º, Inciso I: I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
1.2 Criar e Consolidar o Sistema de Avaliação Global das Práticas Educativas	1.2.1 Índice de participação por segmento 1.2.2 Implantação e execução do sistema de avaliação	Lei nº 9.394/1996 – Art. 3º, Inciso IX: Art. 3 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: IX - garantia de padrão de qualidade; Lei nº 11.892/2008 – Art. 6º, Incisos V e VI: V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
1.4 Fortalecer e Expandir a oferta de cursos de EPT de forma a alinhar às necessidades de qualificação para o mundo do trabalho	1.4.1 Percentual de alunos matriculados – Técnico de Nível Médio – por <i>Campus</i> 1.4.2 Percentual de alunos matriculados – PROEJA – por <i>Campus</i>	Lei nº 11.892/2008 – Art. 7º, Inciso I: I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

	<p>1.4.3 Percentual de alunos matriculados – Licenciatura – por <i>Campus</i></p> <p>1.4.4 Nº de eventos em articulação ao mundo do trabalho – por <i>Campus</i></p>	<p>Lei nº 11.892/2008 – Art. 7º, Inciso VI: VI - ministrar em nível de educação superior:</p> <p>b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;</p> <p>Lei nº 11.892/2008 – Art. 7º, Inciso IV: IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;</p> <p>Lei nº 11.892/2008 – Art. 8º: Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.</p>
<p>1.5 Definir parâmetros de qualidade de educação do IFB</p>	<p>1.5.1 Índice de Eficácia – concluintes em função do número de vagas</p> <p>1.5.2 Percentual de doutores em função dos docentes em efetivo exercício</p> <p>1.5.3 Percentual de doutores em função dos técnicos administrativos em efetivo exercício</p> <p>1.5.4 Percentual de vagas de estágio por quantidade de alunos em condições de estagiar</p> <p>1.5.5 Índice de satisfação dos usuários e profissionais da educação</p> <p>1.5.6 Índice de participação da comunidade escolar nas políticas educacionais do <i>Campus</i></p>	<p>Lei nº 11.892/2008 – Art. 6º, Incisos V e VI: V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;</p> <p>VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;</p> <p>Termo de Acordos de Metas e Compromissos – MEC/IFs (TAM), Subcláusula primeira, item 2: Alcance da meta mínima de 80% de eficácia da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 70% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas.</p>
<p>1.6 Implantar políticas educacionais que visem reduzir a evasão e a retenção dos estudantes</p>	<p>1.6.1 Percentual de alunos retidos</p> <p>1.6.2 Percentual de alunos evadidos</p>	<p>Acórdão TCU nº 2.267/2005 – Plenário: Indicadores para a rede federal de EPCT, relacionados à retenção e à evasão.</p>
<p>1.7 Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos</p>	<p>1.7.1 Percentual de alunos FIC para Técnicos</p> <p>1.7.2 Percentual de alunos Técnicos para Nível Superior</p> <p>1.7.3 Percentual de alunos Nível Superior para Pós Graduação</p>	<p>Lei nº 11.892/2008 – Art. 6º, Inciso III: III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;</p>
<p>2.2 Ampliar e aprimorar as parcerias institucionais no âmbito local, regional, nacional e internacional</p>	<p>2.2.1 Nº de parcerias para estágios</p> <p>2.2.2 Nº de parcerias institucionais</p> <p>2.2.3 Nº de parcerias nacionais</p> <p>2.2.4 Nº de parcerias regionais</p>	<p>Lei nº 11.892/2008 – Art. 7º, Inciso IV: IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com</p>

		ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
2.3 Articular ações inter <i>Campi</i> e com a rede federal de EPT	2.3.1 N° de eventos de gestão do planejamento orçamentário participativo nos <i>Campi</i> 2.3.2 N° de Visitas como foco em Desenvolvimento Institucional – <i>Campus</i> /ano 2.3.3 N° de eventos interinstitucionais – por ano	Termo de Acordos de Metas e Compromissos – MEC/IFs (TAM), Subcláusula primeira, item 17: Desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão interagindo os <i>Campi</i> do Instituto Federal; e programas interinstitucionais interagindo o Instituto Federal com outras Instituições Nacionais e Internacionais.
3.1 Consolidar a gestão democrática do IFB por meio do fortalecimento dos canais de participação da comunidade interna e externa	3.1.1 Eventos externos de divulgação 3.1.2 Eventos de avaliação institucional – por <i>Campus</i> 3.1.3 Percentual de colegiado que realizam auto avaliação anual 3.1.4 N° de conferências de avaliação do PDI 3.1.5 Fórum institucional para discussão de políticas internas	Lei nº 9.394/1996 – Art. 3º, Inciso VIII: Art. 3 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
Fonte: CGPL/PRDI		

2.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

O acompanhamento do planejamento anual do IFB é realizado por meio do Sistema de Gestão Integrado. Esse sistema, estruturado em projetos, abarca as metas e ações de cada unidade. Por meio dele, os setores indicam os responsáveis por cada meta e ação, determina os prazos para realização das tarefas e atualiza a situação de acordo com o andamento dos trabalhos. O monitoramento é em tempo real, por meio do próprio ambiente gráfico do sistema, ou mediante extração de dados, disponível na ferramenta.

Além do monitoramento contínuo da execução do planejamento por meio do SGI, são realizados dois balanços do planejamento em um exercício. No primeiro balanço, previsto para o início do segundo semestre, as unidades avaliam, via sistema, a situação das ações e alteram, se for o caso, os prazos e os responsáveis. No segundo, previsto para o início do ano seguinte, os planos de ação e os respectivos resultados são submetidos a apreciação do Conselho Superior, que emite parecer e, se necessário, apresenta sugestões ou determinações.

A plataforma *IFB em números*, disponibilizada na rede interna do IFB em 2015 e no portal da instituição em 2016, também é utilizada para monitorar indicadores de gestão e outras informações consideradas estratégicas para a instituição. Com informações gerenciais, o *IFB em números* permite que os gestores visualizem os resultados dos indicadores do TCU e do TAM, o quantitativo de alunos por diversas categorias, os cursos ofertados por ano e modalidade, a taxa de evasão por unidade e modalidade de cursos, a série histórica do censo da educação superior, dentre outras.

No exercício de 2016, o IFB realizou a Conferência de Avaliação do PDI, com o objetivo de submeter à avaliação da gestão e da comunidade em geral o Planejamento Estratégico, o Planejamento de Oferta de Cursos e outros temas que compõem o documento. Nesse evento, realizado no *Campus* Taguatinga, foram apresentados os resultados dos planos e a percepção das unidades estratégicas em relação ao ambiente organizacional. Os envolvidos se apropriaram da estratégia e o evento resultou em um processo de revisão do PDI vigente, com efeitos a partir de 2017 e 2018.

2.3 Desempenho orçamentário

2.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

AÇÕES DO OFSS

Quadro 10 - Ações relacionadas a programa temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial						
Código	2080.20RG				Tipo: Atividade		
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	0617 - Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção sócio profissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.						
Objetivo	1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.						
Programa	2080 - Educação de qualidade para todos				Tipo: Atividade		
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
5.058,537,00	5.058.537,00	4.958,526,00	2.612.055,75	1.301.198,37	1.310.857,38	2.346.470,25	
Execução Física							
Descrição da meta				Unidade de medida	Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
Apoio ou execução de planos de reestruturação e expansão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que visem ao aumento do número de vagas e à redução da evasão por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.				Projeto Viabilizado	1	-	3

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Sem informação no período						
Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					
Código	2080.20RL					Tipo: Atividade
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	0617 - Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção sócio profissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.					
Objetivo	1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.					
Programa	2080 - Educação de qualidade para todos					Tipo: Atividade
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
35.872.434,00	35.872.434,00	26.767.426,63	22.187.230,62	22.184.977,28	2.253,34	4.580.196,01
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.		Estudante Matriculado	5.240	6.500	17.383	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Sem informação no período						
Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial					

Código	2080.2994					Tipo: Atividade	
Título	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	0617 - Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção sócio profissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.						
Objetivo	1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.						
Programa	2080 - Educação de qualidade para todos					Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Lei Orçamentária do exercício							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
5.331.943,00	5.081.943,00	4.755.130,95	3.783,796,16	3.783.796,16	0	971.334,79	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Meta		
					Prevista	Reprogramada	Realizada
Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.			Benefício Concedido		2.005		3.015
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Sem informação no período							
Identificação da Ação							
Responsabilidade da UPCna execução da ação	() Integral (X) Parcial						
Código	2031.20RG					Tipo: Atividades	
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.						
Objetivo	Código: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.						
Programa	2031 - Educação Profissional e Tecnológica					Tipo: Atividades	
Unidade Orçamentária	26428						
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						

Lei Orçamentária do exercício					
Sem informação no período					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
13.018.320,40	10.249.146,58	306.538,33	Ampliar, reorganizar, modernizar e integrar as unidades vinculadas a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com vistas a expandir a oferta de vagas.	Projeto viabilizado	1
Identificação da Ação					
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial				
Código	2031.20RL		Tipo: Atividades		
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.				
Objetivo	Código: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.				
Programa	2031 - Educação Profissional e Tecnológica		Tipo: Atividades		
Unidade Orçamentária	26428				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício					
Sem informação no período					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
10.420.748,26	7.473.906,95	1.610.151,02	Garantir o funcionamento das instituições federais de Educação Profissional e Tecnológica, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.	Estudante Matriculado	17.383
Identificação da Ação					
Responsabilidade da UPC	() Integral (X) Parcial				

na execução da ação					
Código	2031.2994			Tipo: Atividades	
Título	Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	02A5 – Ampliação do acesso em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada, em instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, populações do campo, indígenas, quilombolas e afrodescendentes, e promoção de permanência aos estudantes.				
Objetivo	Código: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência				
Programa	2031 - Educação Profissional e Tecnológica			Tipo: Atividades	
Unidade Orçamentária	26428				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício					
Sem informação no período					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.099.124,09	519.478,77	555.195,16	Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho na escola	Benefício Concedido	275
Identificação da Ação					
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial				
Código	2031.6380			Tipo: Atividades	
Título	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	02A2 – Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnico-administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão.				
Objetivo	Código: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.				
Programa	2031 - Educação Profissional e Tecnológica			Tipo: Atividades	
Unidade Orçamentária	26428				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício					

Sem informação no período					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
19.152,68	18.000,00	1.152,68	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica no Distrito Federal	Unidade Apoiada	02
Fonte: Tesouro Gerencial – Extração 01/02/2017					

AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA DO EXERCÍCIO – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – OFSS

Quadro 11 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da Ação					
Código	2031.6358		Tipo: Atividade		
Título	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	02B3 -Ampliação da oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada e técnico de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência do estudante.				
Objetivo	0588 - Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação da escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional				
Programa	2031 - Educação Profissional e Tecnológica Tipo: Atividade				
Unidade Orçamentária	26428				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
17.283,98	3.000,00	13.473,98	Proporcionar aos docentes e profissionais de educação profissional (Gestores, Técnico Administrativos, etc) oportunidade de capacitação visando a melhoria da qualidade dos cursos e modalidades deste segmento educacional.	Pessoa Capacitada	
Identificação da Ação					
Código	1062.8650		Tipo: Atividade		
Título	Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	Ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante a implantação de novas unidades de ensino, vinculadas aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.				
Objetivo	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria da qualidade.				
Programa	1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica Tipo: Atividade				

Unidade Orçamentária	26428				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
9.673,00	0	9.673,00			
Identificação da Ação					
Código	1062.2992		Tipo: Atividade		
Título	Educação Ensino Profissional				
Iniciativa	Garantir a manutenção e custeio das instituições da rede federal de educação profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.				
Objetivo	Manutenção das instituições, por meio da sua gestão administrativa, financeira e técnica, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto dessas instituições, assegurando condições de funcionamento, atingimento dos objetivos da atividade-fim - processos de ensino X aprendizagem.				
Programa	1062 – Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Tipo: Atividade		
Unidade Orçamentária	26428				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
6.514,54	0	6.514,54	Aluno matriculado		

ACÇÕES – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO – OI

Quadro 12 - Ações do Orçamento de Investimento

Identificação da Ação					
Código	2080.20RG		Tipo: Atividade		
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	0617 - Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção sócio profissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.				
Objetivo	1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.				
Programa	2080 - Educação de qualidade para todos		Tipo: Atividade		
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Execução Financeira e Física					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		

Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
4.758.537,00	4.758.537,00	2.612.055,75	Apoio ou execução de planos de reestruturação e expansão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que visem ao aumento do número de vagas e à redução da evasão por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.	Projeto Viabilizado	1		3

Identificação da Ação

Código	2031.20RL	Tipo: Atividades
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	
Iniciativa	02A0 - Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.	
Objetivo	Código: 0582 - Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.	
Programa	2031 - Educação Profissional e Tecnológica	Tipo: Atividades
Unidade Orçamentária	26428	
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras	

Execução Financeira e Física

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
1.050.000,00	4.050.000,00	105.848,10	Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às	Estudante Matriculado	5.240	6.500	17.383

			universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades..				
Identificação da Ação							
Código	2080.2994			Tipo: Atividade			
Título	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica						
Iniciativa	0617 - Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção sócio profissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.						
Objetivo	1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.						
Programa	2080 - Educação de qualidade para todos			Tipo: Atividade			
Unidade Orçamentária	26428 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília						
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras						
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
841.361,00	591.361,00	0	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.	Benefício Concedido	2.005		3.015

Análise situacional

Quanto à execução das metas, apesar das dificuldades orçamentárias enfrentadas, todas as metas previstas foram atingidas em sua totalidade. Segue a análise por ação:

- Ação 20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

A dotação inicial da ação 20RG no PLOA de 2016 foi de R\$ 5.058.537,00. Desse valor, R\$ 1.400.000,00 refere-se às emendas individuais, sendo, R\$1.100.000,00 de investimento e R\$ 300.000,00 de custeio. Dos créditos da ação 20RG, foram empenhados 98,02%.

Como os limites de empenho de investimento não foram liberados em sua totalidade e considerando a necessidade de equipamentos e de obras, o IFB optou por utilizar os limites de custeio.

Quanto aos Restos a Pagar do Exercício, os valores contabilizados como processados referem-se às notas fiscais liquidadas e não pagas ao final do exercício devido à ausência de recurso financeiro. Os Restos a Pagar Não Processados referem-se aos empenhos para aquisição de equipamentos para laboratórios emitidos ao final do exercício e que ainda não foram entregues, bem como a obra de reforma da nova sede do *Campus* Taguatinga Centro, que foi empenhada ao final do exercício, não havendo, portanto, tempo hábil para a liberação da ordem de serviço.

- Ação 20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica

A dotação inicial da ação 20RL na LOA de 2016 era de R\$ 29.113.035,00 incluindo a previsão de arrecadação com receitas próprias. Porém, esse valor sofreu um contingenciamento inicial de R\$ 117.288,00.

O valor apresentado nos quadros anteriores de R\$35.872.434,00, contempla R\$6.376.687,00, referente à emenda de bancada, cujo valor inicial era de R\$55.000.000,00, sendo que R\$48.623,313,00 foram contingenciados. Não foram liberados limites de empenho para os R\$6.376.687,00 remanescentes.

A ação 20RL sofreu alteração orçamentária ao longo do exercício. O IFB solicitou remanejamento, no valor de R\$3.000.000,00, de custeio para investimento diante das diversas necessidades das unidades, muito além do total disponível no orçamento do órgão.

Os créditos de investimento desta ação receberam 78,66% de limites de empenho em relação ao total. Assim, diante das necessidades de créditos de capital, a gestão optou por utilizar limites de custeio para atender despesas de investimento, da mesma forma que na Ação 20RG.

Quanto aos Restos a Pagar do Exercício, os valores contabilizados como processados referem-se a notas fiscais liquidadas e não pagas ao final do exercício devido à ausência de recurso financeiro. Os Restos a Pagar Não Processados referem-se aos empenhos para aquisição de equipamentos para laboratórios e aquisições diversas, emitidos ao final do exercício e que ainda não foram entregues; bem como às obras de reforma da nova sede do *Campus* Taguatinga Centro, de construção de rampa de acessibilidade e de conclusão do auditório do *Campus* Planaltina, que foram empenhados ao final do exercício.

- Ação 2994 - Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica

A execução do crédito de Assistência ao Educando foi realizada de acordo com as políticas de assistência estudantil da PREN. Os créditos de investimento não receberam limites em sua totalidade. Foram liberados 78,66% do total.

Em cumprimento ao Decreto 8.859/2016, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016 e o bloqueio de créditos, foi realizado bloqueio no valor de R\$ 250.000,00 em investimento.

Quanto aos Restos a Pagar do Exercício, os valores contabilizados como Não Processados referem-se aos empenhos de aquisições realizados ao final do exercício, cujos materiais não foram entregues até 31/12/2016.

O envolvimento da gestão fez com que a execução da ação fosse realizada de forma satisfatória superando a meta física. Apesar dos esforços do IFB, diante de dificuldades como falta de servidores e a inexistência de um sistema que propicie o acompanhamento da assistência ao educando como um todo e de forma individualizada em cada *Campus*, a execução do crédito não foi realizada em sua plenitude. Está em estudo a melhoria do sistema de gestão acadêmica para incluir um módulo específico da assistência estudantil.

2.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

A Lei Orçamentária Anual (LOA), publicada em 15 de janeiro de 2016, conforme Lei nº 13.255 de 14 de janeiro de 2016, estimou a receita e fixou a despesa para o exercício de 2016. Apesar da aprovação da LOA no início do exercício, a execução de custeio pelas unidades do IFB ficou prejudicada, considerando a demora na liberação dos limites de empenho e a perspectiva de que os limites fossem contingenciados no período.

Com o contingenciamento dos limites de empenho, as unidades reduziram suas despesas ao mínimo possível e os processos de aquisição foram prejudicados. O cenário de incerteza orçamentária gerou também atraso nas licitações e no repasse de recursos financeiros a fornecedores e aos alunos contemplados pelos programas de auxílio da assistência ao educando. Com a liberação repentina e tardia dos limites de empenho, a execução do custeio já havia sido prejudicada.

O IFB solicitou que seu orçamento fosse alterado, com o remanejamento de R\$ 3.000.000,00 de custeio para investimento. Os valores empenhados em investimento impactam diretamente a qualidade do ensino oferecido pelos *Campi*, visto que foram utilizados para equipar laboratórios e adquirir equipamentos necessários para o funcionamento do *Campus*, bem como para realizar obras.

Os limites de empenho de custeio restantes foram utilizados em sua maioria para atender as despesas de investimento, visto que a instituição não recebeu limites de investimento em sua totalidade. Com esse recurso, foram empenhadas obras importantes, como: conclusão do auditório e rampa de acessibilidade do *Campus* Planaltina e reforma da futura sede do *Campus* Taguatinga Centro, que será na RA XV - Recanto das Emas.

Os créditos de assistência ao educando foram utilizados de acordo com as políticas de assistência da Pró-Reitoria de Ensino. Foram adquiridos com créditos de investimento vários itens que atenderam a todos os *Campi* do IFB.

2.3.3 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 13 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400		CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
152140	00478727000189	0,00	97,33	97,33	0,00
152140	974133	0,00	19.034,24	19.034,24	0,00
152140	00082024000137	0,00	2.711,12	2.711,12	0,00
152140	03506307000157	0,00	727,25	727,25	0,00
152140	110245	0,00	4.013,26	4.013,26	0,00
158143	33065699000127	0,00	218.397,05	218.397,05	0,00
Identificação da Conta Contábil					

Código SIAFI		Denominação			
211110101		SALARIOS REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
152147	Folha de pagamento	0,00	4.136,03	4.136,03	0,00
158143	Folha de pagamento	0,00	218.397,05	218.397,05	0,00
Código SIAFI		Denominação			
211420101		INNS CONT S SALARIOS E REMUNERAÇÕES			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
158143	510001/57202	0,00	12.184,86	12.184,86	0,00
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213110400		CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
158143	07522669000192	0,00	962,28	962,28	0,00
158143	974133	0,00	7548,86	7548,86	0,00
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
213120400		CONTAS A PAGAR CREDITORES NACIONAIS – INTRA OFSS			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
158143	110245/00001	0,00	660.729,72	660.729,72	0,00
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
218910100		INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES E COMPENSAÇÕES			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
158143	770738351-68	0,00	491,59	491,59	0,00
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
218910402		AUXILIO NATALIDADE A PAGAR			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
158143	-	0,00	523,65	523,65	0,00
Fonte: SIAFI					

Análise Crítica

As despesas caracterizadas como pagamento de pessoal foram decorrentes de pagamento de exercícios anteriores. As despesas referentes a Contas a Pagar Credores Nacionais – INTRA OFSS referem-se ao saldo negativo acumulado com a Imprensa Nacional, identificado recentemente. A causa desse saldo foi decorrente de falha na comunicação entre o Instituto e a contratada, pois algumas notas fiscais chegavam à instituição para pagamento e outras não, sob a alegação por parte da contratada de endereço desatualizado. Objetivando regularizar essas situações e evitar novas incidências dessa natureza, os cadastros do IFB foram atualizados, além de adoção de métodos de acompanhamentos das publicações e respectivos pagamentos.

Como consequência da falta ou atraso na liberação de limite orçamentário para o custeio de despesas correntes ou continuadas, ocorreram algumas despesas de pagamentos de credores prestadores de serviços, majoritariamente nos primeiros meses do ano, época em que a Instituição contava com apenas 1/18 de seu orçamento. Observando a dificuldade orçamentária e ainda o cenário nacional, as unidades do IFB que vinham passando por tais situações, tiveram que adequar suas despesas e reduzir custos. Ao final do exercício, todas as unidades do IFB já tinham adequado suas despesas de acordo com a nova disponibilidade orçamentária para o exercício.

2.3.4 Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 14 - Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1/1/2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2016 (d) = (a-b-c)	
2015	1.647.206,27	1.647.206,27	0	0	
2014	115.635,56	115.635,56	0	0	
2013	758.339,01	758.339,01	0	0	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1/1/2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2016 (i) = (e-g-h)
2015	23.036.640,92	17.324.489,21	17.186.989,21	1.849.385,70	4.000.266,01
2014	1.983.795,24	491.817,64	491.817,64	1.095.450,11	396.527,49
2013	1.674.290,65	1.179.167,37	1.178.893,62	96.891,28	398.505,75

Fonte: Tesouro Gerencial

A permanência dos valores em restos a pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro deve-se ao fato dos fornecedores não possuírem os bens prontos para realizarem a entrega na data da solicitação. A extrapolação do exercício anterior dos valores das obras foi resultado da não finalização de todas etapas da construção no exercício terminado. Dessa forma, para o recebimento dos equipamentos adquiridos, juntamente com a contratação da edificação, existe a necessidade da entrega da obra. As despesas que constam como restos a pagar processados e não processados ainda não percorreram todo o prazo contratado e as que já cumpriram o prazo tiveram a vigência dos seus contratos prorrogadas.

2.3.5 Execução descentralizada com transferência de recursos

VISÃO GERENCIAL DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS

Quadro 15 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente : INSTITUTO FEDERAL DE BRASILIA						
UG/GESTÃO	158143/26428					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Termo de Cooperação	03	02	02	45.737,45	493.726,15	450.502,78
Fonte: SIAFI						

VISÃO GERENCIAL DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS RECURSOS PELOS RECEBEDORES

Quadro 16 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela unidade nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres

Unidade Concedente: : INSTITUTO FEDERAL DE BRASILIA			
Nome: UG/GESTÃO: 158143/26428			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos
			Termo de Cooperação
Exercício do relatório de gestão:	Contas Prestadas	Quantidade	03
		Montante Repassado	866.108,88
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	01
		Montante Repassado	45.737,45
Exercícios anteriores:	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-
		Montante Repassado	-
Fonte: SIAFI			

VISÃO GERENCIAL DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS

Quadro 17 - Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente : INSTITUTO FEDERAL DE BRASILIA		
Nome: UG/GESTÃO: 158143/26428		
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão	Instrumentos	
	Termo de Cooperação	
Contas analisadas	Quantidade aprovada	3
	Quantidade reprovada	-
	Quantidade de TCE instauradas	-

	Montante repassado (R\$)	866.108,88
Contas NÃO analisadas	Quantidade	1
	Montante repassado (R\$)	45.737,45
Fonte: SIAFI		

Quadro 18 - Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente : INSTITUTO FEDERAL DE BRASILIA					
Nome: UG/GESTÃO: 158143/26428					
Instrumentos de transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Termo de Cooperação	1	0	1	0	1
Fonte: SIAFI					

Análise Crítica

No que se refere ao comportamento das prestações de contas frente aos prazos, embora as organizações com as quais foram celebrados termo de cooperação – execução descentralizada - tenham prestado contas dentro dos prazos regulamentares, notou-se uma dificuldade de comunicação com as áreas técnicas responsáveis pela celebração dos termos de cooperação. Em alguns casos a prestação de contas já havia sido enviada ao IFB, porém, devido a dificuldades técnicas, o processo não teve andamento no setor competente.

Tendo em vista os atrasos, a Pro-Reitoria de Administração, em conjunto com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional está monitorando constantemente os prazos de entrega das prestações de contas e criando controles para solucionar os problemas relatados.

Os termos de descentralização tem sido uma forma de promover a cooperação entre o Instituto Federal de Brasília e órgãos da Administração Pública que têm expertise em determinadas áreas de atuação. Com relação ao acordo firmado com a ESAF, percebe-se um excelente custo-benefício, por serem cursos ofertados a um valor inferior ao de mercado, porém com a conhecida expertise da citada escola. Quanto à adesão à Redecomep/Gigacandanga, trata-se de acordo que permitiu à Instituição oferecer à comunidade acadêmica uma rede de dados mais rápida e eficiente, com um custo muito menor que outras soluções ofertadas no mercado.

No exercício de 2016 foram celebrados 3 instrumentos de Termo de Execução Descentralizada totalizando em R\$ 420.737,45 de valores firmados.

2.3.5.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

No âmbito do Poder Executivo Federal, as prestações de contas dos recursos executados de forma descentralizada necessitam de registro nos sistemas contábeis. Não há grande movimentação de descentralização de recursos para outros órgãos. No exercício de 2016, se comparado com 2015, foi menor ainda. Desta forma em razão da pequena demanda, contamos com a equipe da Coordenação de Contabilidade para registrar a respectiva prestação e contas após análise e aprovação do Ordenador de despesas.

Entretanto, considerando a missão institucional deste IFB, dentre nossas premissas está o de fomentar projetos de pesquisa e extensão, onde o IFB adota o repasse de recursos aos pesquisadores devidamente qualificados e classificados por edital com a transferência de recursos para um cartão na modalidade crédito ao portador e gerenciado pelo Banco do Brasil. Após a conclusão do projeto, existe a obrigação do coordenador do projeto apresentar a prestação de contas do recurso recebido e utilizado no desenvolvimento de seu projeto. Nessa esteira, considerando o grande volume de projetos que o IFB tem conseguido fomentar, a equipe técnica que a administração dispõe para a análise e aprovação dessas prestações de contas é insuficiente, contando atualmente com apenas 2 servidores capacitados para realizar tais análises, gerando assim um grande acúmulo de processos aguardando para serem analisados.

2.3.6 Informações sobre a realização das receitas

Tabela 1 - Fontes de receita

Denominação da Receita Orçamentária	Código	Fonte	Previsto	Arrecadado
Aluguéis e Arrendamentos	13100111	250026428	2.938,00	3.967,67
Concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso de bens imóveis públicos	13100211	250026428		8.107,26
Remuneração de Depósitos Bancários	13210011	280026428	80.615,00	204,88
Demais Receitas Patrimoniais	13900011	250026428		53.936,80
Receita Agropecuária	14000011	250026428	80.276,00	377.026,16
Serviços Administrativos e Comerciais	16100111	250026428	28.682,00	10.749,50
Multas previstas em legislação específica	19100111	250026428		7,00
Multas e juros previstos em contrato	19100911	250026428		212,50
Outras Restituições	19229911	250026428		209.078,20
Outras receitas primários - multas e juros	19909912	250026428		5.592,60
Total:			192.511,00	668.882,57

Fonte: SIAFI

2.3.7 Informações sobre a execução das despesas

DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

Quadro 19 - Despesas totais por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	28.651.356,74	17,35	40.262.452,46	26,54	18.273.723,49	12,14	19.349.187,42	15,23
a) Convite	0		0		0		0	
b) Tomada de Preços	0		0		0		0	
c) Concorrência	0		1.536.564,13	20,78	0		918.033,41	0,72
d) Pregão	23.760.016,04	14,3	31.535.003,53	4,74	18.273.723,49	12,14	18.431.154,01	14,51
e) Concurso	0		0		0		0	
f) Consulta	0		0		0		0	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	4.891.340,70	2,96	7.190.884,80	4,74	0		0	
2. Contratações Diretas (h+i)	3.656.199,22	2,21	5.128.074,04	3,11	2.809.560,31	1,70	2.627.250,59	1,59
h) Dispensa	792.181,03	0,48	851.109,02	0,52	569.589,45	0,34	651.503,43	0,39
i) Inexigibilidade	2.864.018,19	1,73	4.276.965,02	2,59	2.329.970,86	1,36	1.975.747,16	1,20
3. Regime de Execução Especial	0		0		0		0	
j) Suprimento de Fundos	0		0		0		0	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	110.600.800,45	66,95	92.700.810,53	61,05	110.600.800,45	73,45	92.600.777,70	72,90
k) Pagamento em Folha	110.551.047,78	66,95	92.620.995,22	61,05	110.551.047,78	73,45	92.600.777,70	72,90
l) Diárias	49.752,67	0,03	79.815,31	0,05	49.752,67	0,03	79.815,27	0,06
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	142.908.356,41	66,98	138.091.337,03	61,11	131.684.084,25	73,48	114.657.030,98	72,97
6. Total das Despesas da UPC	165.117.498,16	100	151.703.587,64	100	150.516.567,90	100	127.019.740,45	100

Fonte: Tesouro Gerencial

DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Quadro 20 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	89.656.492,74	75.212.463,69	89.656.492,74	75.212.463,69	0	0	89.656.492,74	75.212.463,69
Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	18.072.034,93	14.978.686,23	18.072.034,93	14.978.686,23	0	2.201,61	18.072.034,93	14.978.686,23
Contratação p/ Tempo Determinado	1.676.120,83	1.596.773,16	1.676.120,83	1.596.773,16	0	0	1.676.120,83	1.596.773,16
Demais elementos do grupo	1.146.399,28	833.072,14	1.146.399,28	815.056,23	0	18.015,91	1.146.399,28	815.056,23
3. Outras Despesas Correntes	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Locação de Mão-de-Obra	15.286.589,36	18.670.133,25	13.646.490,06	15.871.980,08	1.640.099,30	2.798.153,17	13.646.490,06	15.667.966,25
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	6.777.892,08	7.340.640,90	5.668.638,39	3.550.642,83	1.109.253,69	3.789.998,07	5.666.883,71	3.550.642,83
Auxílio-Alimentação	5.409.830,33	3.862.151,62	5.409.830,33	3.862.151,62	0	0	5.409.830,33	3.862.151,62
Auxílio Financeiro a Estudantes	4.005.674,14	3.642.554,74	3.433.964,66	3.111.015,05	571.709,48	531.539,69	3.393.740,66	3.084.815,05
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	2.824.879,60	517.840,00	2.785.381,39	387.190,01	39.498,21	130.649,99	2.485.392,39	387.190,01
Demais elementos do grupo	7.592.525,90	8.291.377,35	4.653.457,43	5.698.825,35	2.939.068,47	2.592.552,00	4.576.605,90	5.462.318,72
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos								
Auxílio Financeiro a Pesquisadores	5.062.351,17	183.575,71	5.062.351,17	183.575,71	0	0	4.072.132,17	183.575,71
Obras e Instalações	4.891.340,70	9.364.897,59	0	1.226.840,16	4.891.340,70	8.138.057,43	0	918.033,41
Equipamentos e Material Permanente	2.715.367,10	6.349.002,40	735.094,28	1.875.748,21	1.980.272,82	4.473.254,19	714.444,90	1.272.599,70
Demais elementos do grupo	0	860.418,86	0	298.200,00	0	562.218,86	0	29.669,45
Fonte: Tesouro Gerencial								

Análise crítica

O crédito orçamentário do Grupo Pessoal e Encargos Sociais teve um crescimento considerável no exercício, devido a nomeação de servidores aprovados em concursos públicos. As despesas com diárias, em grande parte, tiveram uma redução significativa, pois a instituição optou por priorizar outras despesas consideradas imprescindíveis ao seu funcionamento, em função do contingenciamento orçamentário. Nas despesas correntes, não houve variação substancial em relação à execução no exercício anterior.

Os créditos orçamentários de investimentos foram utilizados na continuidade do processo de crescimento do IFB, com o prosseguimento das obras dos *Campi* Estrutural, Riacho Fundo, Ceilândia e São Sebastião. Foram utilizados também recursos de investimento para aquisição materiais e equipamentos de algumas unidades do IFB. Os recursos de investimento foram inferiores aos do exercício anterior.

A Instituição não teve todo seu orçamento de custeio e de capital executado por falta de liberação de limite para empenho, o que prejudicou o atendimento de certas necessidades, dentre elas a aquisição de materiais e equipamentos imprescindíveis à implementação de laboratórios de algumas unidades do IFB. A falta de recursos disponíveis para emissão de empenho prejudicou também a implementação de infraestrutura de rede, para atendimento de obras ainda não inauguradas.

As despesas decorrentes de dispensa de licitação foram cerca de 50% menor em relação ao exercício anterior. Já as despesas de inexigibilidade aumentaram, tendo em vista que foram adquiridos equipamentos de fornecedores exclusivos. Essas despesas, no entanto, ainda correspondem a uma parcela muito inferior em relação a outras modalidades licitatórias.

Nas despesas de capital, houve aumento considerável no auxílio financeiro a pesquisadores, que se relaciona ao crescimento significativo dos projetos aprovados em 2016 para atendimento das demandas da sociedade. Para atender com qualidade essas demandas e manter a infraestrutura mínima da instituição, foram captados recursos por meio de Acordos de Cooperação, Emendas Parlamentares e Termos de Execução Descentralizadas.

2.4 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

O desempenho da instituição em relação ao cumprimento dos objetivos previstos no Planejamento Estratégico do quinquênio de 2014-2018 será demonstrado a partir do resultado dos indicadores previstos para os três primeiros exercícios de vigência do PDI. O desempenho do exercício de referência deste Relatório de Gestão está relacionado ao cumprimento do Plano de Ação do Planejamento Institucional mencionado no item 2.1 – Planejamento Organizacional. O Quadro 21 apresenta o resultado por indicador, objetivo estratégico e eixo do PDI.

Quadro 21 - Resultado dos indicadores do PDI

1. Educação

1.1 Assegurar a oferta de ensino médio integrado e PROEJA em todos os *campi*

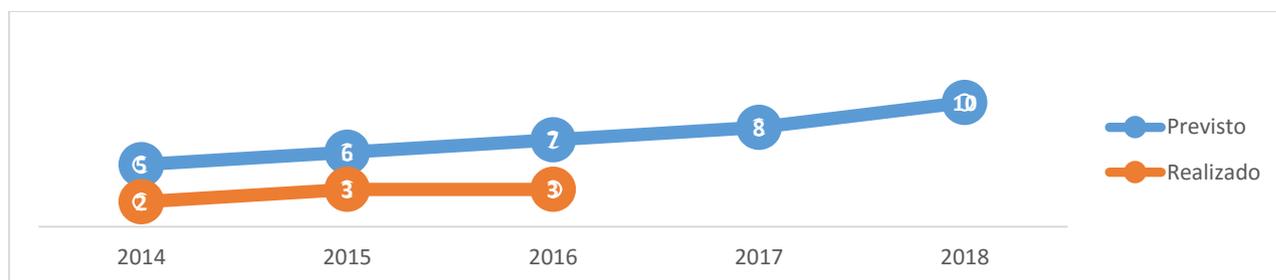
1.1.1 Indicador: Número de *Campus* do IFB ofertando PROEJA

Este indicador apresenta o compromisso da instituição em relação a oferta de PROEJA. A intenção é que o instituto promova cursos nesta modalidade em todas as suas unidades de ensino, para atender o público de Jovens e Adultos com educação profissional nas regiões abrangidas pelos *campi* do IFB.

Os resultados de 2014, 2015 e 2016 foram insatisfatórios, alcançando eficácia máxima de 43%, correspondente ao último exercício. Em 2016, conforme dados do SISTEC, foram ofertados cursos

pele PROEJA nos *campi*: CGAM, CSAM e CTAG. Os *Campi* CPLA, CBRA, CRFI e CTGC não ofertaram conforme previsto no PDI, mas iniciaram a discussão para que a oferta aconteça nos próximos exercícios.

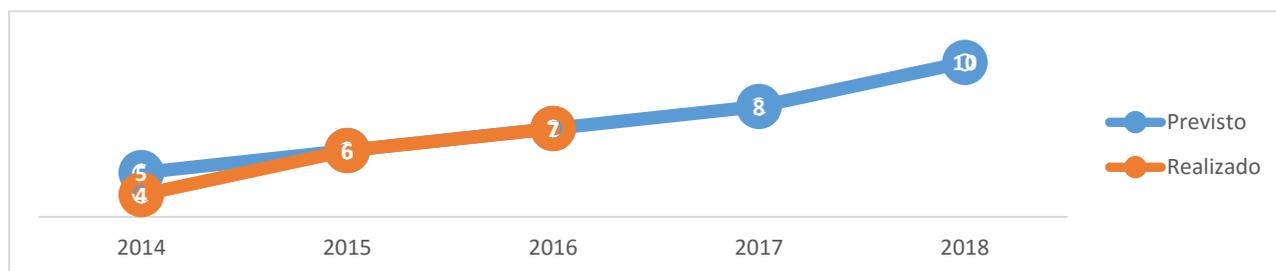
(nº de *campus* que ofertam PROEJA)



1.1.2 Nº de *Campus* ofertando Ensino Médio Integrado - por ano

A oferta de educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, é um dos objetivos previstos na Lei de criação dos Institutos Federais. O compromisso da instituição é que ensino médio integrado (EMI) seja ofertado em todos os *Campi*. Em 2015 e 2016, os resultados foram satisfatórios, pois a instituição ofertou EMI em CBRA, CGAM, CPLA, CRFI, CSAM, CSSB e CTAG, conforme dados do SISTEC.

(nº de *campus* que ofertam EMI)



1.2 Criar e Consolidar Implantar o Sistema de Avaliação Global das Práticas Educativas

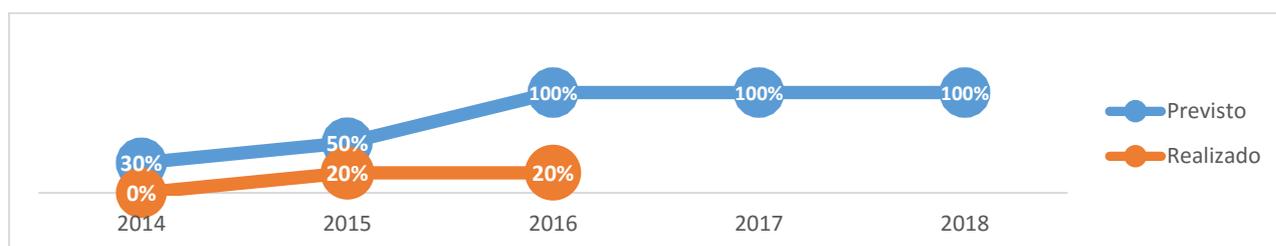
1.2.1 Índice de participação por segmento

O Sistema de Avaliação Global das Práticas Educativas não foi implementado na instituição, por esse motivo, o resultado deste indicador ainda não foi mensurado.

1.2.2 Implantação e execução do sistema de avaliação

Em 2015 foram realizadas reuniões de planejamento para tratar da estratégia e metodologia para implementação do sistema. Em 2016 foram elaboradas as diretrizes de avaliação para as aprendizagens a fim de subsidiar o referido sistema. Essas diretrizes foram avaliadas em reunião do Conselho Superior no final daquele ano e a partir de reuniões com representantes dos *campi*, foi criada comissão própria para dar início aos trabalhos.

(percentual de implementação e execução do sistema)

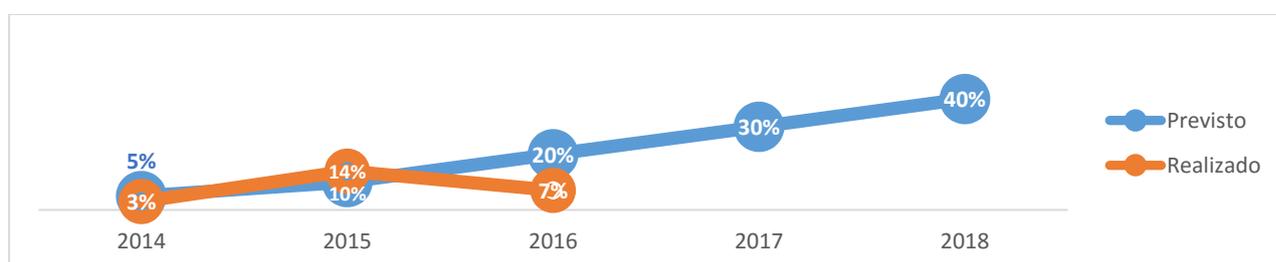


1.3 Integrar o ensino, a pesquisa e a extensão no IFB visando contribuir com o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal e o entorno

1.3.1 Índice de projetos/programas articulados com Ensino, Pesquisa e Extensão

A integração entre ensino, pesquisa e extensão por meio de programas e projetos alcançou o resultado esperado em 2015, tendo ultrapassado em 4% a meta prevista para esse exercício, com um salto de 12 projetos/programas em relação ao exercício anterior. Em 2016, esse resultado foi insatisfatório, considerando que dentre 187 programas/projetos desenvolvidos na instituição, apenas 13 integravam as três áreas. O não alcance da meta em 2016 é resultado do aumento expressivo do número de projetos/programas, de 116 em 2015 para 486 em 2016, crescimento não acompanhado na mesma proporção por projetos e programas articulados. No entanto, em números absolutos, o quantitativo de projetos/programas articulados com Ensino, Pesquisa e Extensão dobrou de 2015 (16) para 2016 (32).

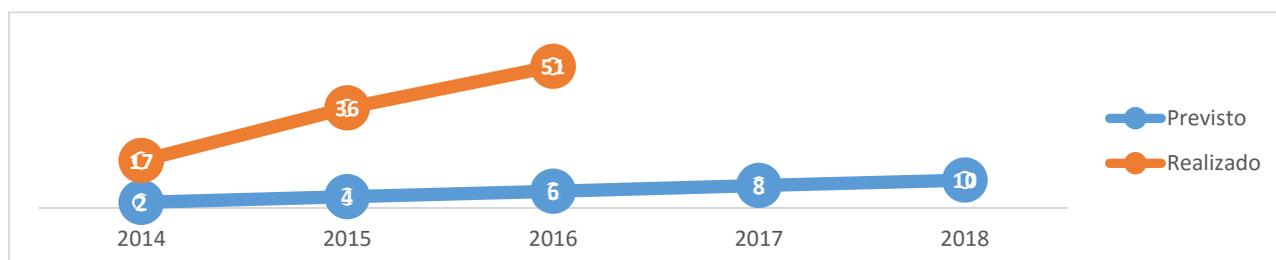
$$\left(\frac{\text{n}^{\circ} \text{ de projetos e programas articulados com En, Pe, Ex}}{\text{total de projetos e programas}} \right) \times 100$$



1.3.2 N° de seminários/ feiras/fóruns/congressos articulados com Ensino, Pesquisa e Extensão

A instituição realizou, em 2016, 41 eventos que articularam Ensino, Pesquisa e Extensão, um crescimento de 14% em relação ao exercício anterior e de 141% em relação a 2014. A meta de 2016, portanto, foi superada, conforme dados extraídos do SGI. O indicador possui apenas uma variável – número de eventos. Considerando a abrangência do indicador (qualquer tipo de evento) e a quantidade de eventos promovidos pela instituição, o resultado se apresentou bem acima do que foi planejado.

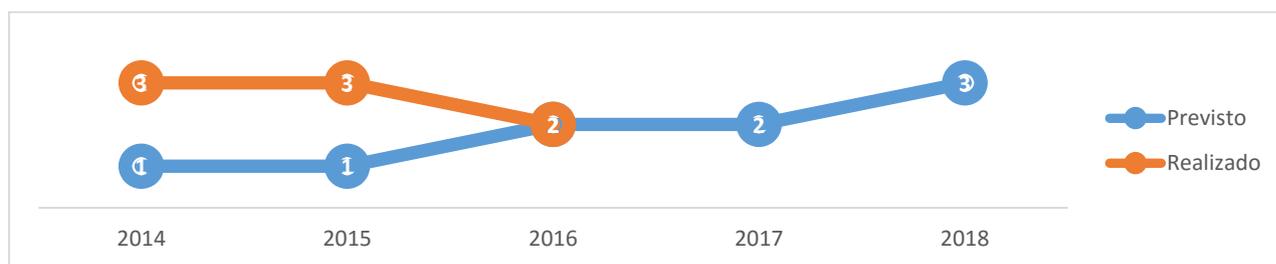
(nº de seminários, feiras, fóruns e congressos que articularam En, Pe, Ex)



1.3.3 N° de Editais conjuntos Ensino, Pesquisa e Extensão

Foram empreendidos esforços para promover editais conjuntos no IFB. Em 2016, a instituição publicou o Edital nº 19 em 4 de maio, que teve por objetivo selecionar propostas de ações de ensino, pesquisa e extensão de incentivo a Projetos de Integração Pesquisa e Ação (PIPA), voltados à ação social e relação com o mundo do trabalho no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Técnico e Científico. Nesse mesmo ano, foi realizada chamada para submissão de propostas para apresentação no IF Olímpico, com a integração dos três eixos.

(nº de editais conjuntos de En, Pe, Ex)

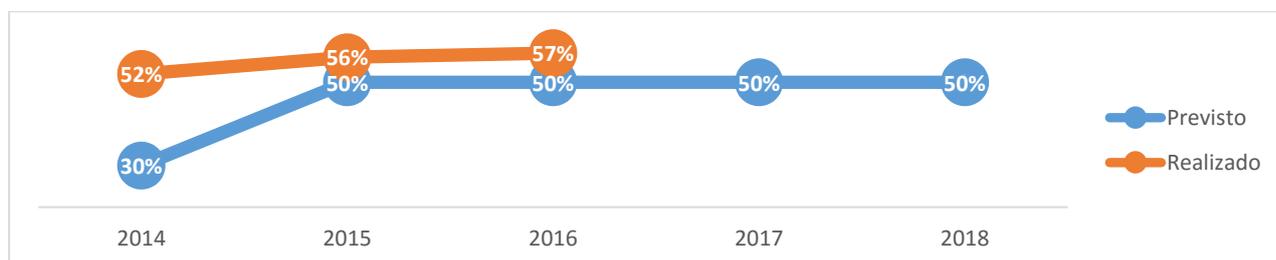


1.4 Fortalecer e Expandir a oferta de cursos de EPT de forma a alinhar às necessidades de qualificação para o mundo do trabalho.

1.4.1 Percentual de alunos matriculados - Técnico de Nível Médio – por Campus

A Lei nº 11.892/2008 estabelece que a instituição deve garantir, em cada exercício, no mínimo 50% de suas vagas para atender o objetivo de oferta de cursos técnicos de nível médio. O IFB alcançou essa meta no período em análise, conforme gráfico abaixo. No plano interno, o IFB definiu que esse percentual deve ser garantido em todas as unidades. Desde a primeira medição, a instituição apresentou resultado acima do esperado, mantendo um leve crescimento de um exercício para o outro. Dos *Campi* mais novos, destaca-se o CCEI que saltou de 0% em 2014 para 57% em 2016. CEST e CRFI, apesar de não atingirem a meta, progrediram durante o período. O CTGC apresentou pequena redução, que se justifica por não ter a infraestrutura necessária para atender ao quantitativo previsto.

$$\left(\frac{\text{nº de alunos matriculados em cursos técnicos de nível médio}}{\text{total de alunos matriculados}} \right) \times 100$$

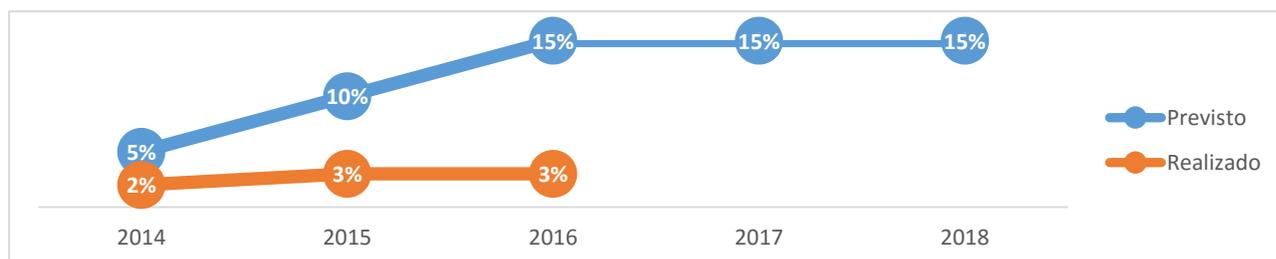


ANO	CBRA	CCEI	CEST	CGAM	CPLA	CRFI	CSAM	CSSB	CTAG	CTGC
2014	54%	0%	0%	75%	63%	39%	51%	74%	58%	30%
2015	63%	38%	8%	76%	63%	25%	59%	70%	60%	39%
2016	58%	57%	31%	64%	62%	31%	75%	70%	64%	34%

1.4.2 Percentual de alunos matriculados - PROEJA – por Campus

O Decreto nº 5.840/2006 determina que a instituição deve disponibilizar no mínimo 10% de suas vagas de ingresso ao PROEJA. O IFB estabeleceu em seu Planejamento Estratégico a destinação de 15% de suas matrículas ao PROEJA até 2018. Conforme dados extraídos do SISTEC, o percentual de matriculados nesta modalidade não alcançou as metas previstas para 2014 e 2015. O Conselho Superior do IFB, nesse sentido, determinou, por meio da Resolução nº 3/2016, que o Instituto iniciasse o processo de discussão sobre a oferta de cursos nesta modalidade na instituição. Ressalta-se que o método de cálculo utilizado pelo IFB considera alunos matriculados, em atendimento ao previsto no PDI, e não vagas de ingresso como estabelece o decreto, ou Ingressantes Acumulados Equivalentes como define a Portaria MEC nº 818/2015.

$$\left(\frac{n^{\circ} \text{ de alunos matriculados PROEJA}}{\text{total de alunos matriculados}} \right) \times 100$$

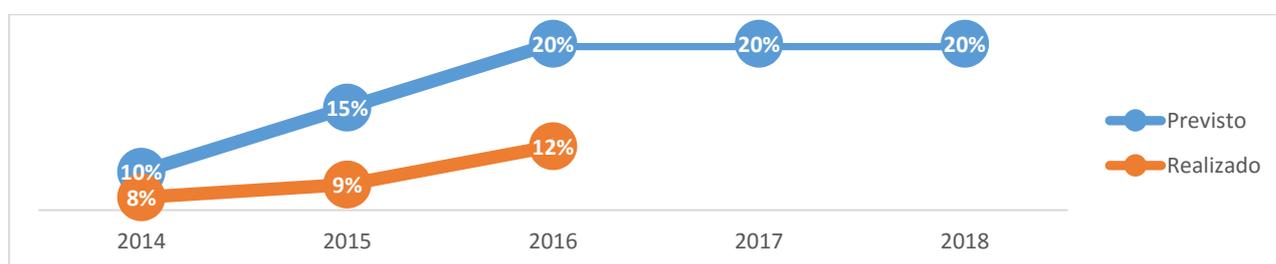


ANO	CBRA	CCEI	CEST	CGAM	CPLA	CRFI	CSAM	CSSB	CTAG	CTGC
2014	2%	0%	0%	5%	0%	3%	3%	0%	0%	0%
2015	2%	0%	0%	13%	0%	3%	6%	0%	5%	0%
2016	0%	0%	0%	14%	0%	0%	10%	0%	4%	0%

1.4.3 Percentual de alunos matriculados – Licenciatura – por *Campus*

A Lei nº 11.892/2008 também determina a destinação de no mínimo 20% de vagas para cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica. O IFB prevê em seu Planejamento Estratégico que 20% de suas matrículas devem ser destinadas a Licenciaturas, por *Campus*, até 2018. Nesse quesito, apenas o CGAM alcançou esse percentual, tanto em 2014 quanto em 2016. Os *Campi* CEST, CPLA e CTGC apresentaram crescimento e saltaram para dois dígitos em 2016.

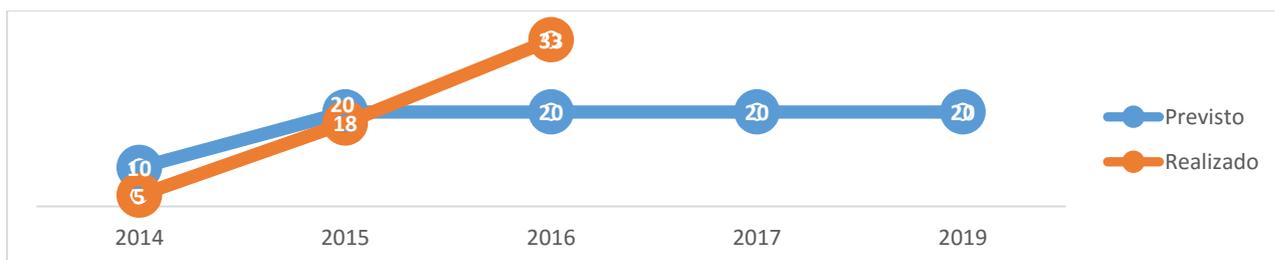
$$\left(\frac{n^{\circ} \text{ de alunos matriculados Licenciatura}}{\text{total de alunos matriculados}} \right) \times 100$$



ANO	CBRA	CCEI	CEST	CGAM	CPLA	CRFI	CSAM	CSSB	CTAG	CTGC
2014	17%	0%	0%	20%	5%	6%	0%	4%	0%	8%
2015	16%	0%	9%	19%	9%	8%	4%	7%	3%	10%
2016	15%	0%	18%	22%	12%	18%	7%	9%	5%	14%

1.4.4 N° de eventos em articulação ao mundo do trabalho – por *Campus*

O indicador mede a quantidade de eventos em articulação ao mundo do trabalho realizados em cada *Campus*. A meta prevista é de um evento por *Campus* em 2014 e de dois eventos por *Campus* a partir de 2015. A figura abaixo representa quantitativo total de eventos promovidos pela instituição, não considera a divisão por *Campus*. Em 2014, apenas os *Campi* CBRA e CEST realizaram eventos desse tipo; em 2015, apenas 4 não realizaram no mínimo 2 eventos; e em 2016, todos realizaram eventos, mas apenas três não o fizeram no quantitativo previsto, conforme tabela abaixo.



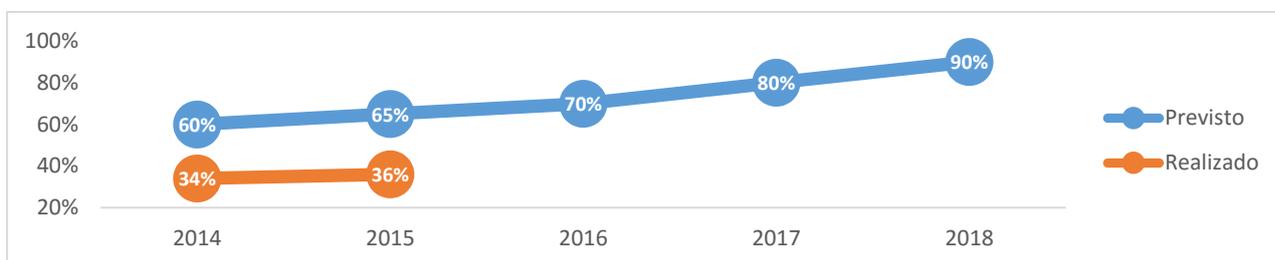
ANO	CBRA	CCEI	CEST	CGAM	CPLA	CRFI	CSAM	CSSB	CTAG	CTGC
2014	3	0	2	0	0	0	0	0	0	0
2015	3	2	0	3	1	2	2	1	3	1
2016	3	3	1	5	2	5	6	1	1	6

1.5 Definir parâmetros de qualidade de educação do IFB

1.5.1 Índice de Eficácia - concluinte em função do número de vagas ofertadas por turma

A meta de 90% do índice de eficácia, inserida no PDI, foi prevista inicialmente no Termo de Acordos e Metas (TAM) firmado entre a SETEC/MEC e o IFB. O indicador considera o número de concluintes em relação às vagas ofertadas por turma. Considerando que a extensa relação de turmas no IFB, o resultado aqui apresentado se refere a média das turmas do instituto em cada exercício. Depreende-se do gráfico que o resultado se apresenta abaixo do esperado e a tendência, considerando o histórico, é de se manter neste patamar até o final da vigência do PDI. O método de cálculo utilizado é diferente do previsto no Manual para Cálculo dos Indicadores de Gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pois o IFB no PDI considera vagas ofertadas como denominador e concluintes como numerador da fração enquanto o manual considera o inverso.

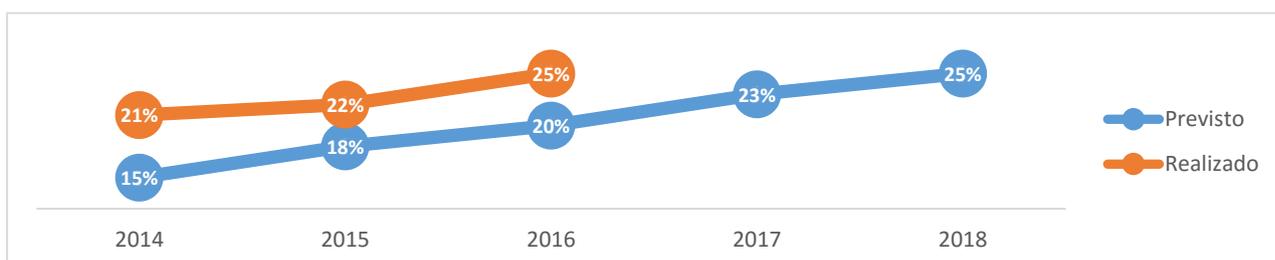
$$\left(\frac{\text{Concluintes}}{\text{Vagas Ofertadas}} \right) \times 100$$



1.5.2 Percentual de doutores em função dos docentes em efetivo exercício

Este indicador tem por objetivo mensurar a qualificação do corpo docente do instituto. Nos dois primeiros anos de vigência do PDI, as metas foram superadas e os docentes com doutorado representavam cerca de 20% do total de docentes do instituto. Conforme gráfico abaixo, houve crescimento progressivo, com a meta de 2018 alcançada já em 2016. Os dados foram coletados da planilha disponibilizada para cálculo dos Indicadores da Rede Federal de EPT.

$$\left(\frac{\text{Docentes com doutorado}}{\text{Total de docentes}} \right) \times 100$$



1.5.3 Percentual de doutores em função dos técnicos administrativos em efetivo exercício

O PDI não estabelece meta para o indicador de referência. Apesar do crescimento do número de Técnicos Administrativos com doutorado de 2014 para 2015, os resultados foram inferiores a 1%, com baixa representatividade em relação ao total do corpo técnico da instituição.

$$\left(\frac{\text{Técnicos com doutorado}}{\text{Total de técnicos}} \right) \times 100$$

1.5.4 Percentual de vagas de estágios por quantidade de alunos em condição de estagiar

O resultado do indicador não foi mensurado, considerando a indisponibilidade de base de dados das variáveis que compõem o cálculo.

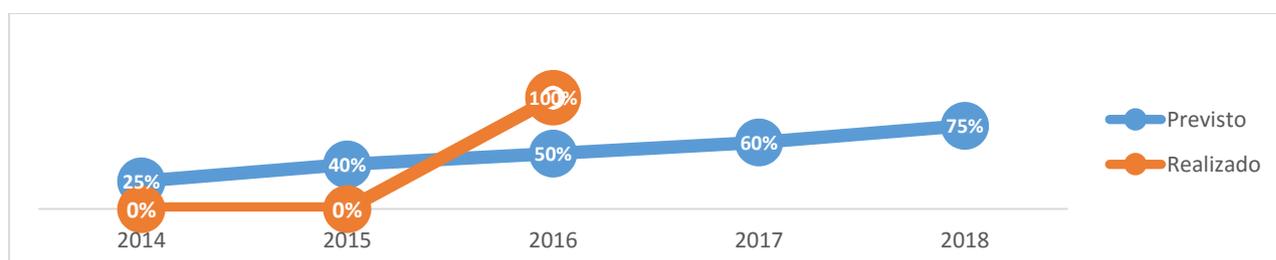
$$\left(\frac{\text{Vagas de estágio [identificadas]}}{\text{Alunos em condições de estagiar}} \right) \times 100$$

1.5.5 Índice de satisfação dos usuários e profissionais da educação

O resultado do indicador não foi mensurado, considerando a ausência de método de cálculo e de fonte de dados das variáveis que compõem índice de satisfação.

1.5.6 Índice de participação da comunidade escolar nas políticas educacionais do *Campus*

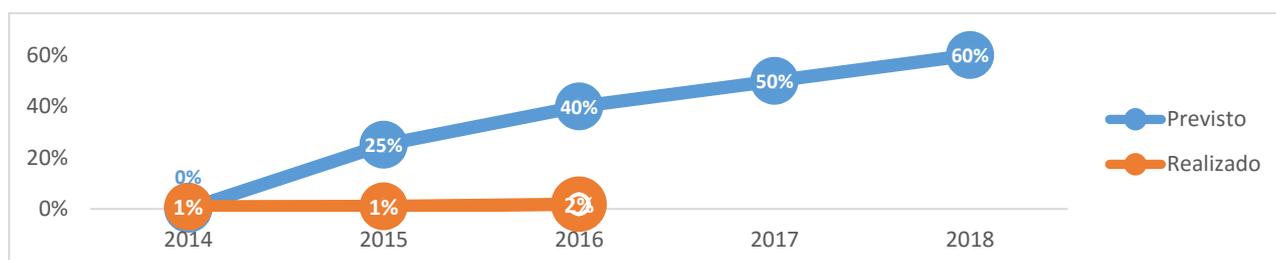
A instituição tem por meta promover a participação da comunidade escolar na elaboração das políticas educacionais de suas unidades. Os dados de 2014 e 2015 não foram coletados. Em 2016, 9 *Campi* elaboraram políticas educacionais com participação da comunidade escolar. Um *Campus* não disponibilizou dados. Infere-se do gráfico abaixo, que todas as 27 políticas elaboradas nos 9 *Campi* tiveram a participação da comunidade.



1.5.7 Percentual de docentes com formação pedagógica específica para EPT

Este indicador visa acompanhar a formação pedagógica dos docentes, neste caso, específica para Educação Profissional e Tecnológica. Essa formação é pouco representativa na instituição, considerando que a oferta de formação para esta área é incipiente. Dos 468 docentes em 2014, apenas 4 possuíam formação pedagógica específica em EPT; em 2015, dos 505 docentes, apenas 5; e em 2016, dos 540, apenas 10, conforme dados extraídos do SIAPE (nº de docentes) e informações disponibilizadas pelos *campi* (nº de docentes com formação em EPT).

$$\left(\frac{\text{Docentes com formação pedagógica em EPT}}{\text{Total de docentes}} \right) \times 100$$



1.5.8 Percentual de Egressos trabalhando na área

O resultado do indicador não foi mensurado, considerando a indisponibilidade de fonte de dados.

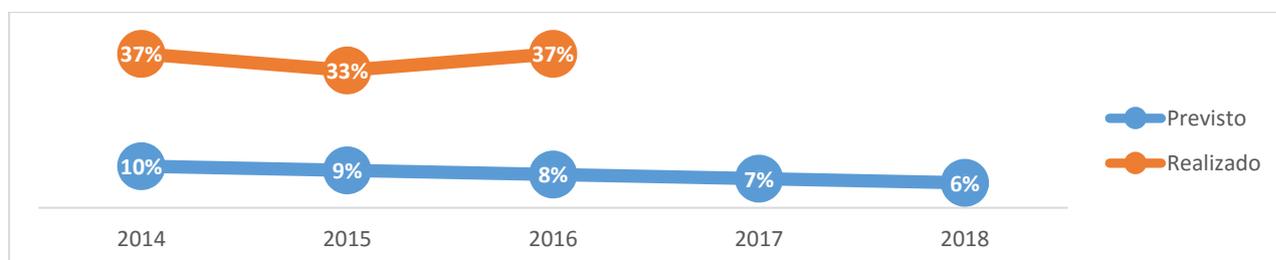
$$\left(\frac{\text{Egressos que trabalham na área}}{\text{Total de egressos}} \right) \times 100$$

1.6 Implantar políticas educacionais que visem reduzir a evasão e a retenção dos estudantes.

1.6.1 Percentual de alunos retidos

O percentual de alunos retidos manteve certo padrão nos últimos três anos, conforme gráfico abaixo. Apesar do esforço empreendido e da meta de redução estabelecida, a taxa de 2016 foi maior que a do ano anterior. No exercício de 2016, o IFB instituiu comissão para avaliar a situação da permanência e êxito dos estudantes e para estabelecer uma política que tem, dentre seus objetivos, reduzir a retenção e a evasão dos estudantes.

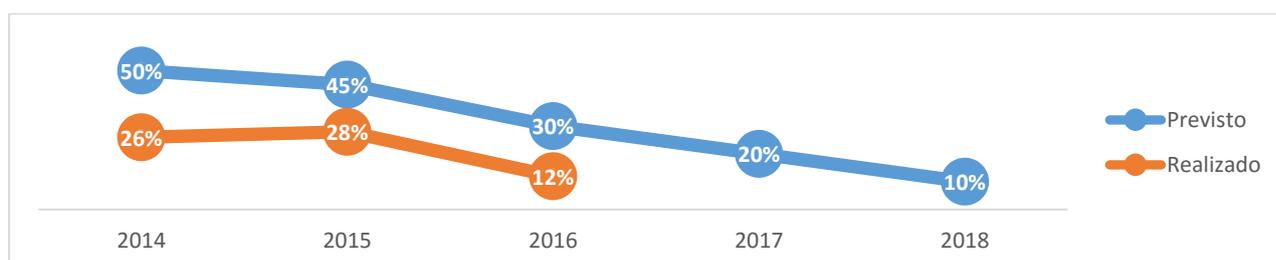
$$\left(\frac{\text{n}^\circ \text{ de alunos retidos}}{\text{n}^\circ \text{ de alunos matriculados}} \right) \times 100$$



1.6.2 Percentual de alunos evadidos

Houve acentuada queda do percentual de evasão dos estudantes do IFB em 2016, apesar do histórico de crescimento que o indicador apresentava. Esse resultado aproximou o indicador para o valor esperado em 2018, conforme figura abaixo.

$$\left(\frac{\text{n}^\circ \text{ de alunos evadidos}}{\text{n}^\circ \text{ de alunos matriculados}} \right) \times 100$$

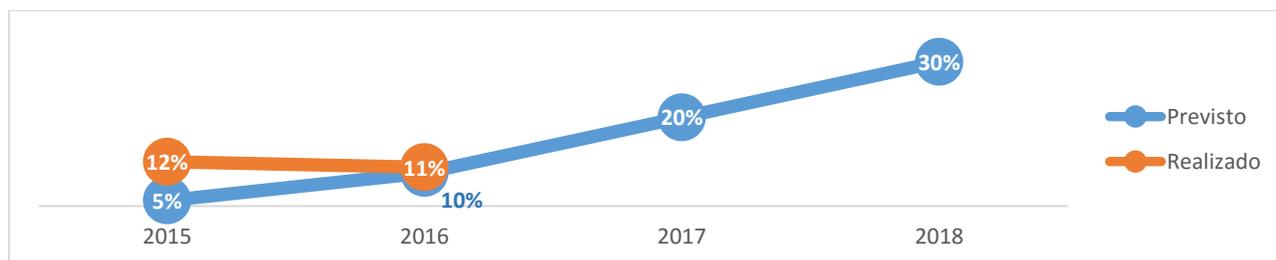


1.7 Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos.

1.7.1 Percentual de alunos FIC para Técnicos

Os Institutos Federais possuem, dentre as finalidades e características previstas na Lei nº 11.892/2008, a de promover a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão. Não existe meta definida na lei em relação à verticalização. O IFB, por meio do seu planejamento estratégico, estabeleceu meta de crescimento de 5% de 2015 para 2016 e de 10% de 2016 em diante, para a diferença entre os alunos oriundos de cursos FIC que ingressaram em cursos Técnicos. Os resultados de 2015 e de 2016 foram satisfatórios, no entanto, se seguir a tendência desse período, a instituição não alcançará a meta prevista para os próximos exercícios.

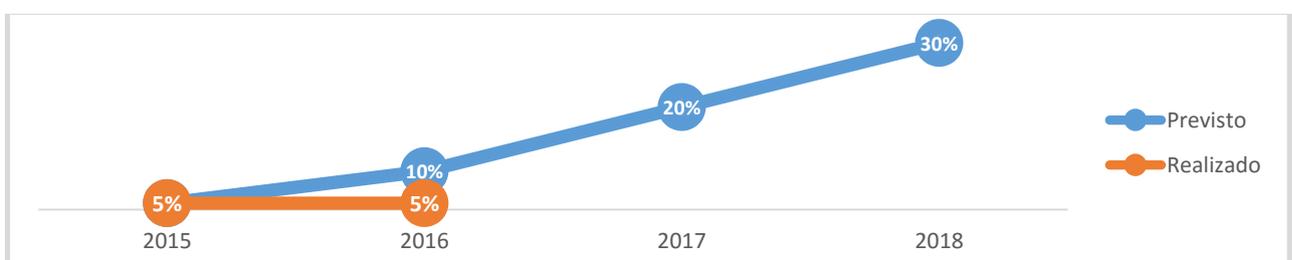
$$\left(\frac{n^{\circ} \text{ de matr. em c. FIC no ano anterior q matr. em c. Técnicos no exercício}}{\text{total de alunos matriculados em cursos Técnicos no exercício}} \right) \times 100$$



1.7.2 Percentual de alunos Técnicos para Nível Superior

O percentual de alunos de cursos Técnicos que ingressaram em cursos de Nível Superior no IFB chegou a 5% em 2015, alcançando a meta prevista para o exercício. Em 2016, no entanto, o IFB não alcançou a meta, apresentando resultado semelhante ao de 2015, 5% abaixo do esperado.

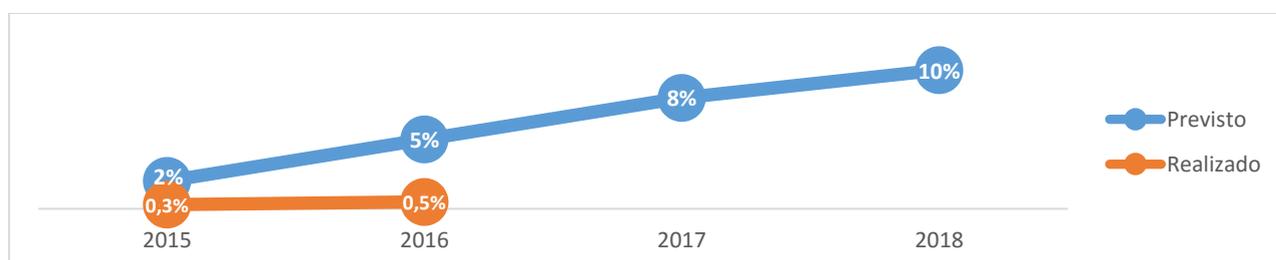
$$\left(\frac{n^{\circ} \text{ de matr. em c. Técnicos no ano anterior q matr. em c. de NS no exercício}}{\text{total de alunos matriculados em cursos de Nível Superior no exercício}} \right) \times 100$$



1.7.3 Percentual de alunos Nível Superior para Pós Graduação

Em relação aos alunos de cursos de Nível Superior no IFB que ingressaram em cursos de Pós Graduação na instituição, o resultado apresentou crescimento de 2015 a 2016, mas ainda insatisfatório se comparado à meta do período. Inference-se dos resultados apresentados nos três últimos indicadores, que a verticalização apresenta certo padrão, com índices estáveis de um exercício para o outro, o que não foi previsto/calculado quando do estabelecimento das metas em 2014. A verticalização de Nível Superior para Pós-Graduação apresenta resultado insatisfatório, considerando que poucos cursos desta modalidade são ofertados na instituição.

$$\left(\frac{n^{\circ} \text{ de matr. em c. de NS no ano anterior q matr. em c. de Pos Graduação no exer.}}{\text{total de alunos matriculados em cursos de Pós Graduação no exercício}} \right) \times 100$$



2. Relação Institucional

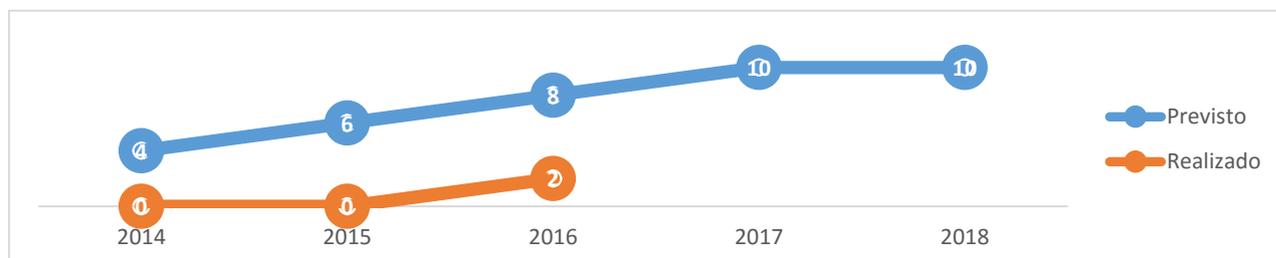
2.1 Ampliar o alcance da comunicação visando a consolidação da identidade do IFB perante a comunidade interna e externa.

2.1.1 N° de conselhos gestores implantados com minimamente quatro reuniões ordinárias anuais

A participação de órgão colegiado na gestão da escola é uma das estratégias da instituição para estabelecer uma relação próxima com a comunidade escolar e com os atores que integram os arranjos

produtivos, sociais e culturais da localidade de atuação do instituto. O IFB prevê não apenas a criação desses conselhos, mas a sua atuação regular em cada exercício, com no mínimo 4 reuniões ordinárias por ano. Em 2014, dos 10 *Campi*, apenas CBRA, CEST, CGAM, CTAG e CTGC haviam implantado o CG, com registro de apenas 1 reunião cada. Em 2016, os demais *Campi* implementaram seus conselhos, mas apenas os *Campi* Planaltina e São Sebastião realizaram as quatro reuniões anuais.

(nº de conselhos gestores implantados e com 4 reuniões ordinárias por ano)



2.1.2 N° de eventos relacionados à Gestão Democrática

O instituto tem a intenção de promover a gestão democrática, para que os diversos segmentos participem da gestão da instituição. Pelos dados coletados em 2014 e 2015, a instituição não havia atingido a meta de 2 eventos anuais. Em 2016, no entanto, realizou 3 eventos. Considerando que não há definição clara do que seria gestão democrática, os resultados não refletem com exatidão o que foi realizado na instituição no período.

(nº de eventos relacionados à gestão democrática)

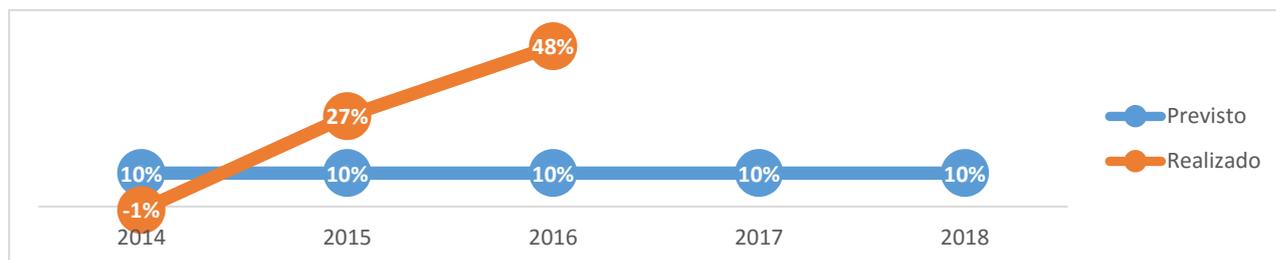


2.1.3 Percentual de aumento do nº candidatos inscritos nos processos seletivos em relação ao ano anterior

Este indicador demonstra parte da percepção que a população tem em relação a atuação do instituto no tempo. O aumento do número de inscritos de um ano para o outro reflete, de certo modo, o resultado do processo de consolidação da instituição no seu ambiente de atuação, principalmente pelo fato de que estar em fase de crescimento nesse mercado, se comparada com outras instituições de ensino, já consolidadas.

A queda no número de inscritos de 2013 para 2014 – e consequentemente o não cumprimento da meta neste período – deve-se a redução do número de inscritos por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), que é realizado pelo INEP/MEC, no exercício de 2014. Ao se analisar os demais anos, houve um crescimento acentuado de um exercício para o outro, com resultados bem acima da meta estabelecida. Isso é resultado do crescimento do número de inscritos pelo SiSU e pelo processo seletivo próprio da instituição, que saltou de 57.577 em 2014 para 73.329 em 2015 e para 108.708 em 2016, o que representa um aumento médio de 38% no período. Neste relatório foram considerados dados fornecidos pelo Processo Seletivo do IFB.

$$\left(\frac{n^{\circ} \text{ de inscritos no ano} - n^{\circ} \text{ de inscritos no ano anterior}}{n^{\circ} \text{ de inscritos no ano anterior}} \right) \times 100$$

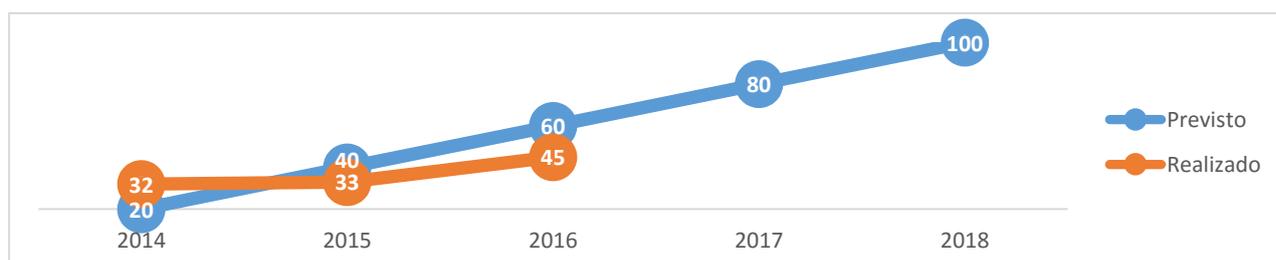


2.2. Ampliar e aprimorar as parcerias institucionais no âmbito local, regional, nacional e internacional

2.2.1 N° de parcerias para estágios

O estágio curricular é considerado um ato educativo supervisionado que é desenvolvido no ambiente de trabalho com os objetivos de articular teoria e prática e preparar o educando para o trabalho produtivo. A instituição, para proporcionar a facilidade de acesso a esse processo educativo, procura parcerias com instituições. O planejamento estratégico prevê acréscimo de 20 parcerias por ano, para chegar, até 2018 a 100 parcerias firmadas. Depreende-se do resultado demonstrado abaixo que o número de parcerias firmadas não acompanhou esse salto anual. Considerando essa tendência, apesar de todo esforço empreendido, as metas para os exercícios de 2017 e 2018 estão em processo de revisão, para quantitativos que representem um desafio possível de ser alcançado pela instituição.

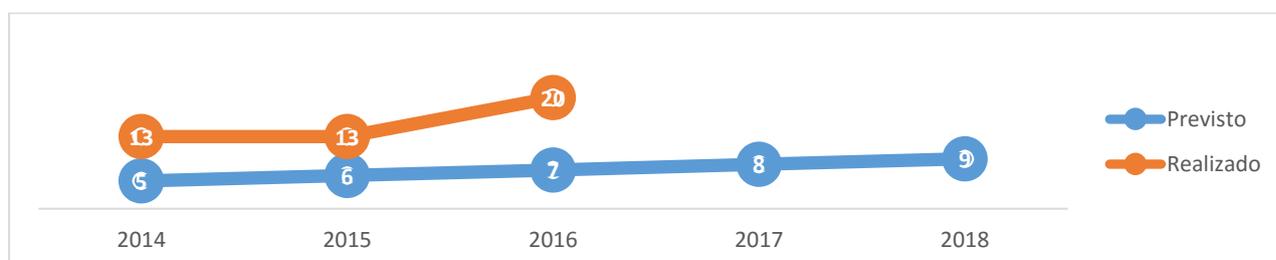
(n° de parcerias de estágio vigentes no exercício)



2.2.2 N° de parcerias internacionais

Foram firmadas 20 parcerias internacionais desde 2014. Destacam-se, em relação ao período de abrangência, as parcerias com o Instituto Politécnico e do Porto – IPP Portugal e com a National Council Of Technical & Technological Education (NCTE) Of Sudan – Sudão que já somam mais de 6 anos de vigência. A média das demais parcerias é de 5 anos. Dentre as parcerias, destaca-se também a firmada com o Instituto Politécnico de Santarém – Portugal, que possibilitou a qualificação profissional, com programa de mestrado, de 52 servidores em 2015 e 31 em 2016.

(n° de parcerias internacionais vigentes no exercício)

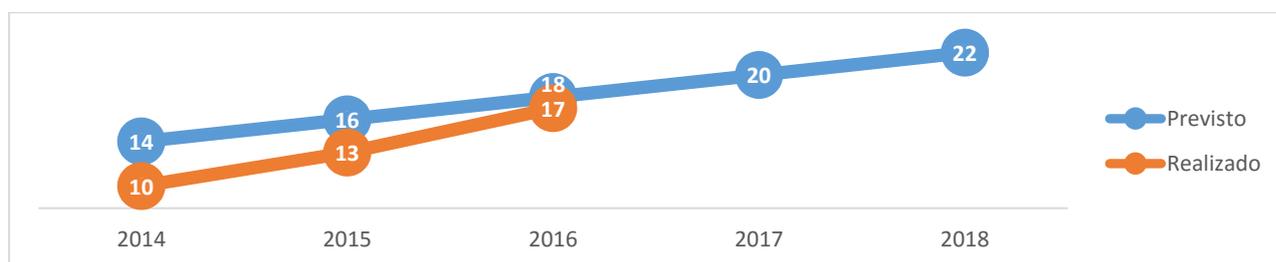


2.2.3 N° de parcerias nacionais

Desde que o indicador passou a ser mensurado, foram firmadas no IFB ao todo 17 parcerias nacionais, conforme representação gráfica abaixo. Esse quantitativo se apresenta abaixo da meta prevista para

o exercício de 2016, como nos anos anteriores. A explicação para este número consta do próximo indicador – 2.2.4.

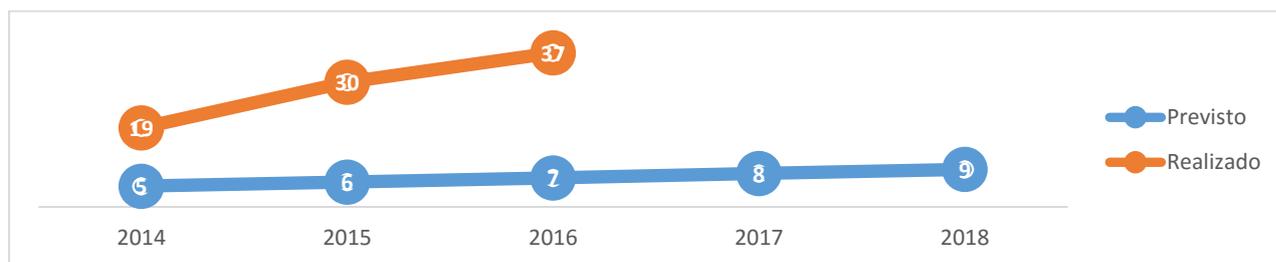
(nº de parcerias nacionais vigentes no exercício)



2.2.4 N° de parcerias regionais

O número de parcerias regionais supera o das parcerias nacionais, conforme gráfico abaixo. Essa tendência reflete a necessidade de ajuste das metas previstas para os dois indicadores. Em muitos casos, instituições de âmbito nacional e internacional possuem representações regionais. Essas representações são autônomas em termos de capacidade de firmar parcerias e são o ponto de contato mais próximo para que os termos sejam acordados. Esse é um dos motivos do quantitativo de parcerias regionais ser superior ao número de parcerias nacionais.

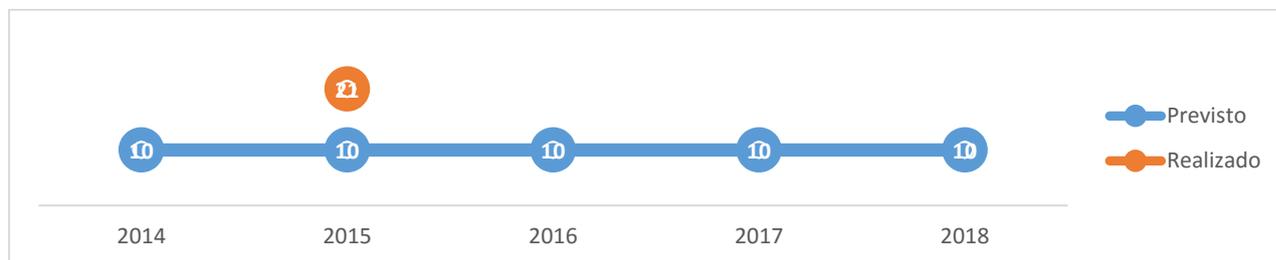
(nº de parcerias regionais vigentes no exercício)



2.3. Articular ações inter *Campi* e com a rede federal de EPT

2.3.1 N° de eventos de gestão do planejamento orçamentário participativo nos *Campi*

O resultado de 2014 não foi mensurado. Em 2015, a instituição promoveu 21 eventos, 2 por *Campus* e 1 geral. Em 2016, o resultado não foi mensurado por unidade do IFB, no entanto, há registro de pautas com essa temática nas reuniões do Colégio de Dirigentes, órgão colegiado com representação dos Diretores-Gerais, Pró-Reitores e Diretores Sistêmicos, cumprindo o previsto no objetivo estratégico a que o indicador se refere.



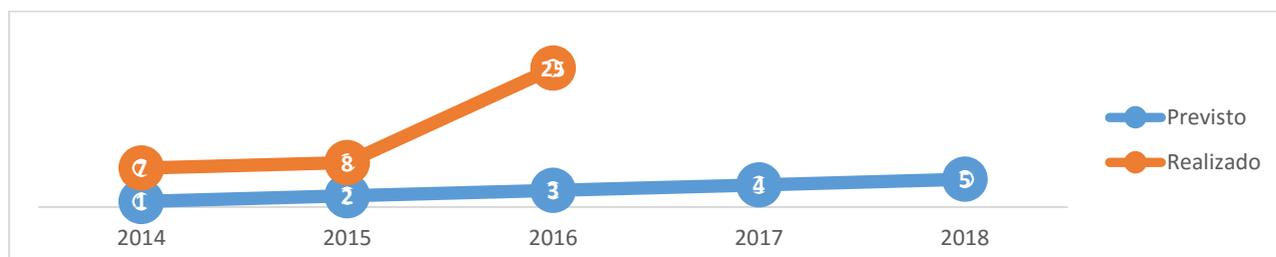
2.3.2 N° de Visitas com o foco em Desenvolvimento Institucional – *Campus*/ano

O indicador foi objeto de revisão, considerando a previsão no PDI de metas de eventos de planejamento e de orçamento nos campi, o que gera duplicidade de medição – um mesmo evento consta do resultado de dois ou mais indicadores.

2.3.3 N° de eventos interinstitucionais – por ano

A instituição realizou e participou de vários eventos interinstitucionais desde o início da medição do indicador, em 2014. Cabe destaque o exercício de 2016, o qual apresenta salto de 212,5%, se comparado com o exercício anterior. Esses eventos proporcionam a integração de conhecimentos e práticas de ensino, pesquisa e extensão com os diversos agentes envolvidos com a educação profissional e tecnológica, além de promover o contato dos estudantes com o mundo do trabalho.

(n° de eventos interinstitucionais em que a instituição participou ou realizou)



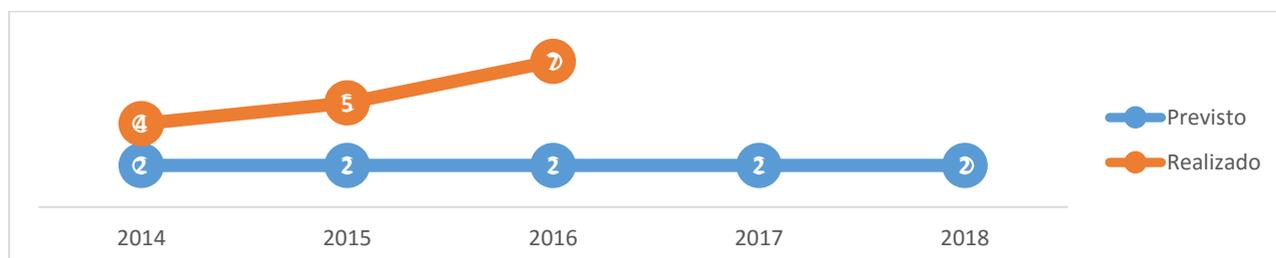
3 Gestão

3.1 Consolidar a gestão democrática do IFB por meio do fortalecimento dos canais de participação da comunidade interna e externa.

3.1.1 Eventos externos de divulgação

Foram realizados no IFB ao todo 16 eventos externos de divulgação desde 2014. As metas dos três primeiros anos de vigência do PDI foram alcançadas, com histórico de crescimento anual. Como resultado dessas ações, o IFB apresentou crescimento do número de candidatos inscritos nos processos seletivos, principalmente em 2015 e 2016, conforme resultado do indicador 2.1.3.

(n° de eventos externos de divulgação realizados no exercício)



3.1.2 Eventos de avaliação institucional – por Campus

O resultado não foi mensurado em todas as unidades.

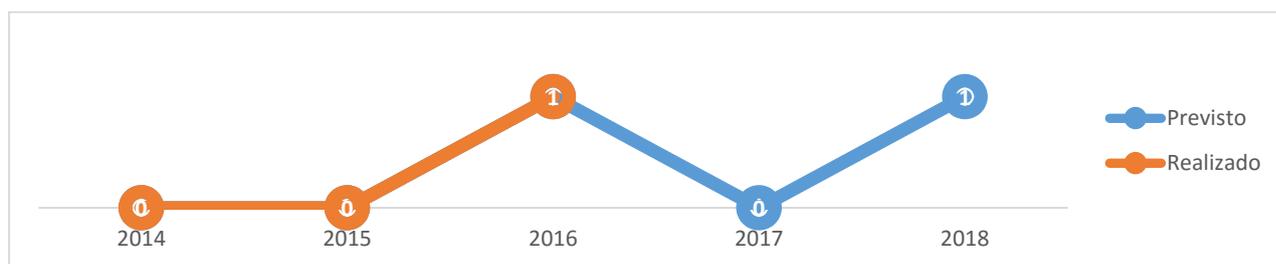
3.1.3 Percentual de colegiado que realizam Auto avaliação anual

Este indicador não é compatível com o objetivo estratégico a que se refere. O indicador também foi previsto para acompanhar o cumprimento do objetivo “Implantar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão”.

3.1.4 N° conferências de avaliação do PDI

Em 2014, quando o PDI foi concluído, a comunidade do IFB identificou a necessidade de aprofundar as discussões sobre questões relevantes para a instituição. Estipulou, então, a realização de duas conferências, uma em 2016 e outra em 2018. A 1ª Conferência de avaliação do PDI foi realizada no Campus Taguatinga em 18/08/2016 e teve por finalidade apresentar os resultados do planejamento estratégico frente ao ambiente organizacional em que o IFB estava inserido, sob efeito de mudanças de conjuntura econômica, política, administrativa, jurídica e de pessoal. Como desdobramento da conferência, foi dado início ao processo de revisão do PDI.

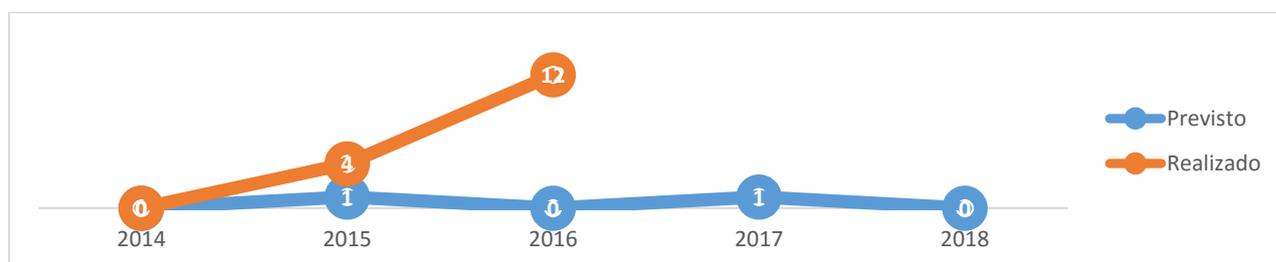
(nº de conferências de avaliação do PDI realizadas)



3.1.5 Fórum institucional para discussão de políticas internas

Foram realizados 16 fóruns institucionais para discutir políticas internas no período de 2014 a 2016, compreendendo eventos em todos *campi* e Reitoria. Esse valor supera as metas previstas. Considerando a diferença entre o previsto e o resultado e a indefinição quanto aos responsáveis e quanto aos conceitos envolvidos, o indicador foi submetido a avaliação em 2016.

(nº de fóruns institucionais promovidos para discussão de políticas internas)

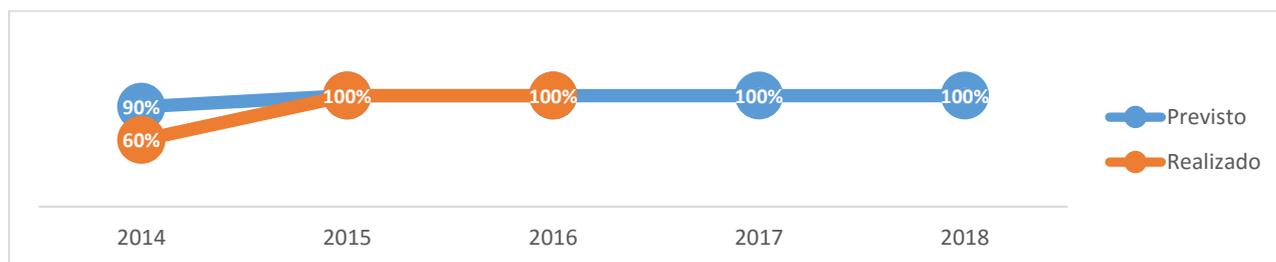


3.2 Fomentar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação.

3.2.1 Percentual de *Campus* com link de internet ativado

A instituição implementou em todos os *Campi* link de internet ativado desde 2015, alcançando a meta prevista para aquele ano e anos seguintes, conforme figura abaixo.

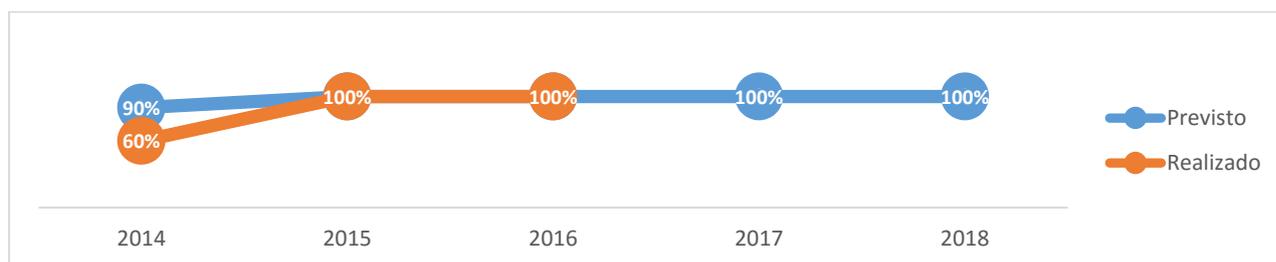
$$\left(\frac{\text{nº de campus com link de internet ativado}}{\text{nº de campus}} \right) \times 100$$



3.2.2 Percentual de *Campus* com cabeamento estruturado implantado

No mesmo sentido, a infraestrutura de cabeamento foi implementada em todas as unidades a partir de 2015, alcançando a meta prevista, conforme figura abaixo.

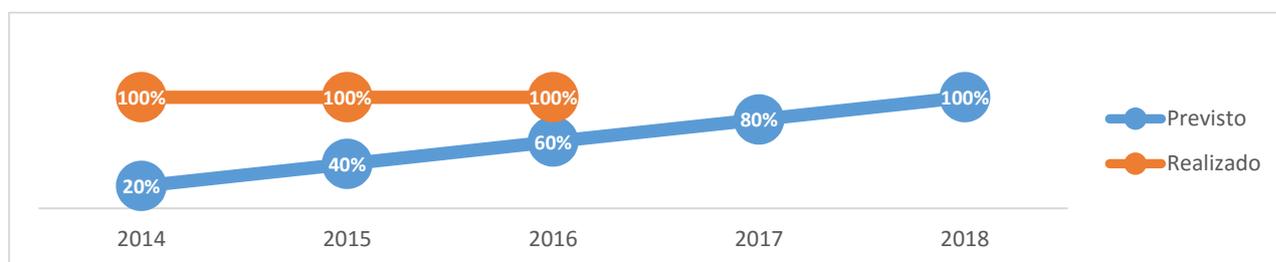
$$\left(\frac{n^{\circ} \text{ de campus com cabeamento estruturado}}{n^{\circ} \text{ de campus}} \right) \times 100$$



3.2.3 Percentual de processos administrativos e acadêmicos informatizados

Em relação ao percentual de processos administrativos e acadêmicos informatizados, a instituição vem cumprindo a meta desde 2014, considerando implantados todos os processos que foram identificados.

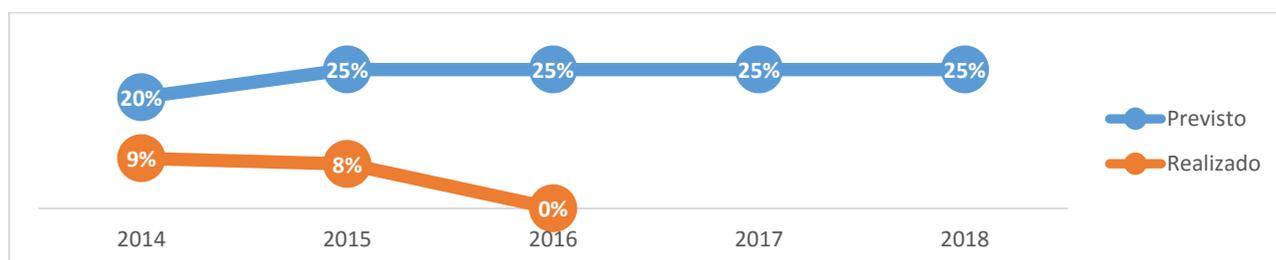
$$\left(\frac{n^{\circ} \text{ de processos administrativos e acadêmicos informatizados}}{\text{total de processos administrativos e acadêmicos identificados}} \right) \times 100$$



3.3 Implantar Orçamento Participativo

3.3.1 Índice de metas associadas ao orçamento no SGI de forma coletiva

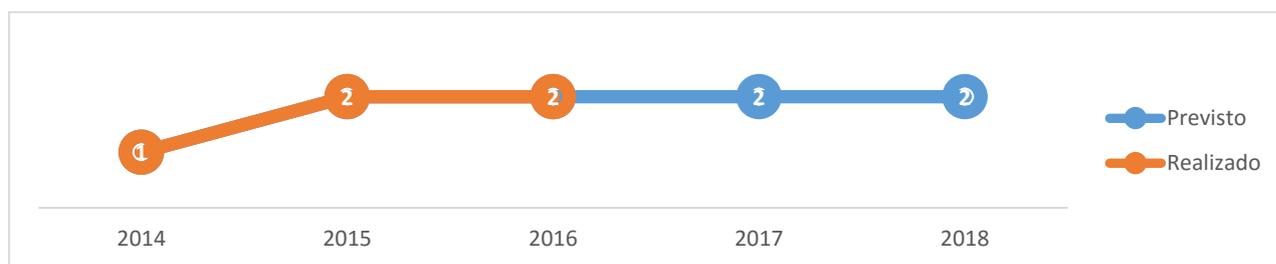
O indicador visa mensurar como o planejamento integra o orçamento e o quanto este foi estabelecido de forma coletiva. Das metas inseridas no SGI em 2014, apenas 9% havia previsão de orçamento, e apenas 8% previam isso em 2015. O planejamento desses dois anos compreendia as metas institucionais previstas no PDI e também metas locais, sem vinculação direta com o planejamento estratégico. A partir de 2016, a instituição passou a estabelecer seu planejamento anual seguindo estritamente as metas institucionais previstas no Planejamento Estratégico do PDI. Considerando que esse documento não prevê metas associadas ao orçamento, o resultado foi nulo nesse exercício.



3.3.2 N° de eventos de planejamento participativo - por ano/Campus

A instituição promoveu a 1ª Conferência de Avaliação do PDI em 2016 com a participação de todos os *Campi*. Apesar de ser apenas um evento, proporcionou a participação de todas as unidades e promoveu a comunicação da estratégia aos atores envolvidos na sua implementação. Em cada exercício, são realizados também balanços de planejamento em cada unidade, um balanço em cada semestre. Em 2016, esse balanço aconteceu apenas no segundo semestre, para avaliação das ações realizadas no primeiro semestre.

(nº de eventos de planejamento participativo por campus)

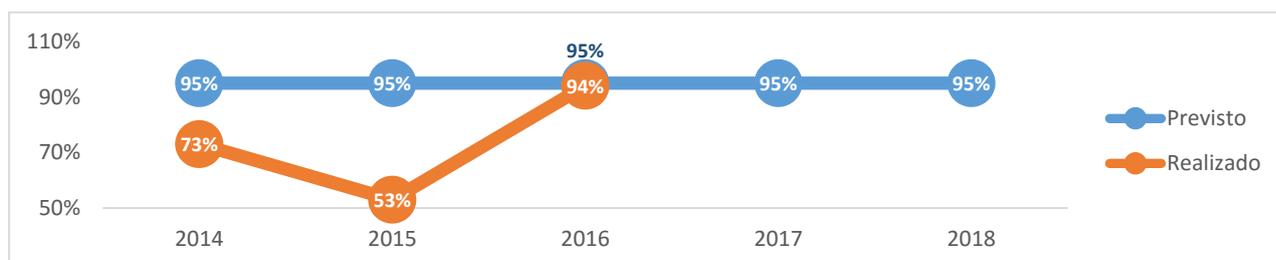


ANO	CBRA	CCEI	CEST	CGAM	CPLA	CRFI	CSAM	CSSB	CTAG	CTGC
2014	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
2015	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
2016	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2

3.4 Desenvolver políticas de gestão de pessoas em conformidade com a política nacional de gestão de pessoas

3.4.1 Índice de Execução do Orçamento com Capacitação

Os resultados apresentados foram insatisfatórios, apresentando seu menor índice em 2015, quando o IFB executou apenas 53% do orçamento de capacitação. Em 2016, o resultado ficou próximo da meta estabelecida, com o não alcance por apenas 1% de diferença.



3.4.2 Nº de hora/capacitação técnico- administrativo Classe C e D - por ano

O resultado do indicador não foi mensurado, considerando a indisponibilidade de base de dados das variáveis que compõem o cálculo e a não previsão de método de cálculo.

3.4.3 Nº de hora/capacitação técnico- administrativo Classe E e Docentes – por ano

O resultado do indicador não foi mensurado, considerando a indisponibilidade de base de dados das variáveis que compõem o cálculo e a não previsão de método de cálculo.

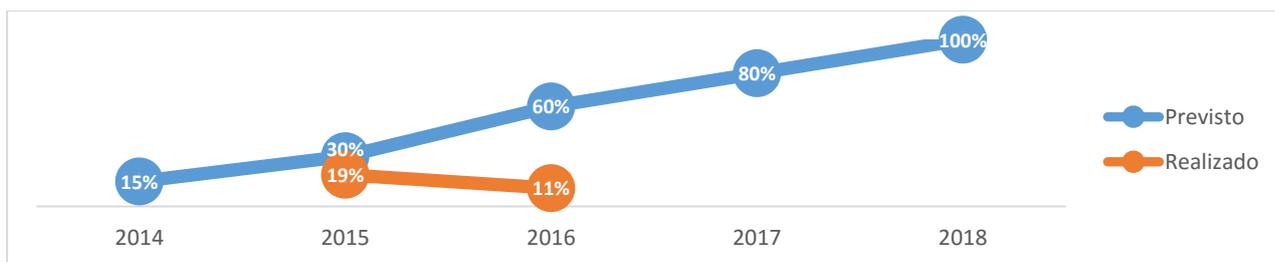
3.4.4 Índice de Qualificação dos servidores – no ano

O resultado do indicador não foi mensurado, considerando a indefinição quanto as variáveis que compõem o método de cálculo do indicador.

3.4.5 Índice de exame periódico regularizado – por ano

A realização de exames periódicos dos servidores públicos tem como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais, conforme previsto no artigo 2º do Decreto nº 6.856/2009. Apesar dos esforços, os índices alcançados pela instituição são abaixo das metas previstas para o período, com queda de 58% de 2015 a 2016. O tema foi tratado no item “Gestão de riscos relacionados ao pessoal” deste Relatório de Gestão.

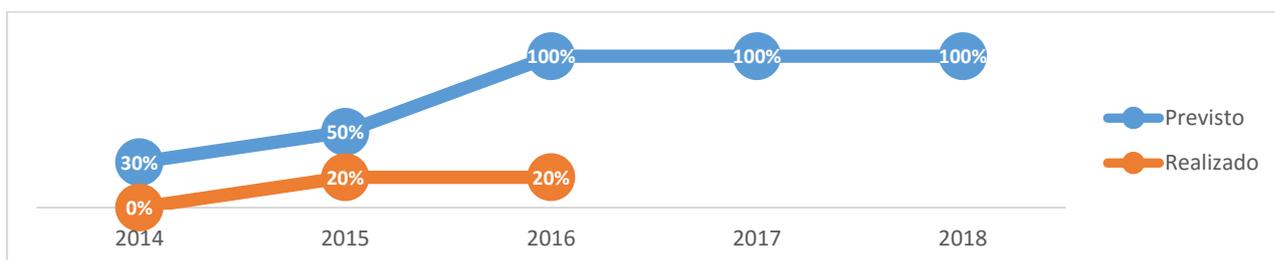
$$\left(\frac{\text{exames periódicos regularizados}}{\text{exames periódicos previstos}} \right) \times 100$$



3.5 Implantar e implementar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão

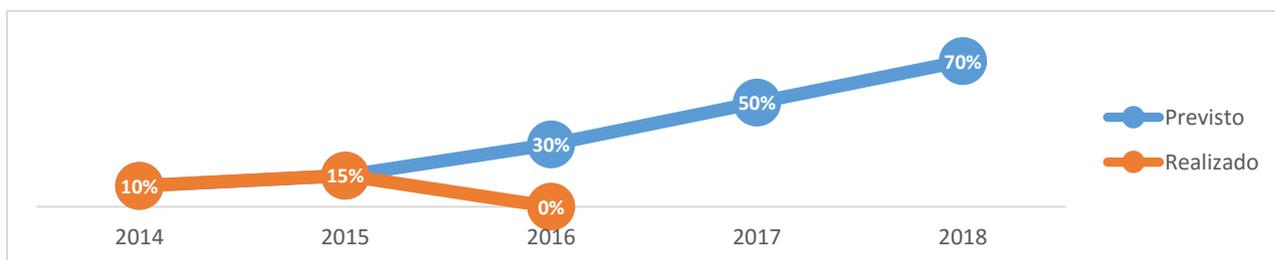
3.5.1 Percentual de implantação e execução do sistema de avaliação

O Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão não foi implementado e não houve incremento no resultado de 2015 para 2016. A indefinição do que seria o sistema e da unidade responsável pela sua implementação deram causa ao resultado abaixo do esperado.



3.5.2 Percentual de Fluxo de Processos revisados - por ano

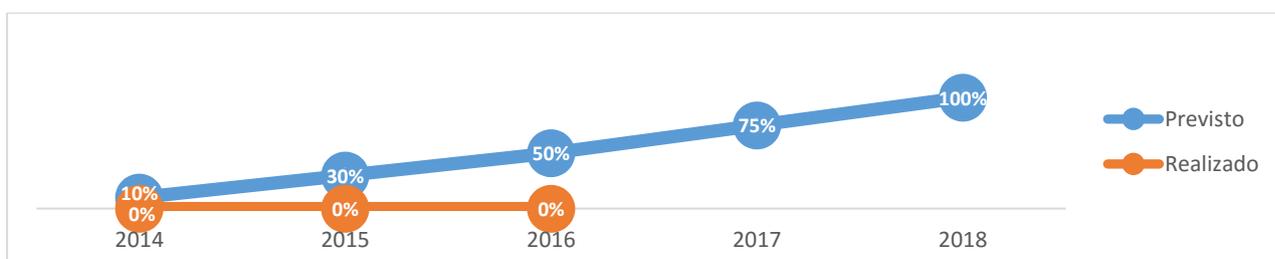
Há registro de revisão dos fluxos de processos da instituição nos exercícios de 2014 e 2015, com a indicação de alcance das metas previstas para esse período. Em 2016, no entanto, não foi realizada ação no sentido de promover a revisão dos fluxos existentes.



3.5.3 Percentual de colegiado que realizam Auto avaliação anual

O resultado deste indicador não foi mensurado, pois não houve registro formal da realização de autoavaliação pelos colegiados da instituição.

$$\left(\frac{n^{\circ} \text{ de colegiados que realizam auto avaliação anual}}{\text{total de colegiados}} \right) \times 100$$

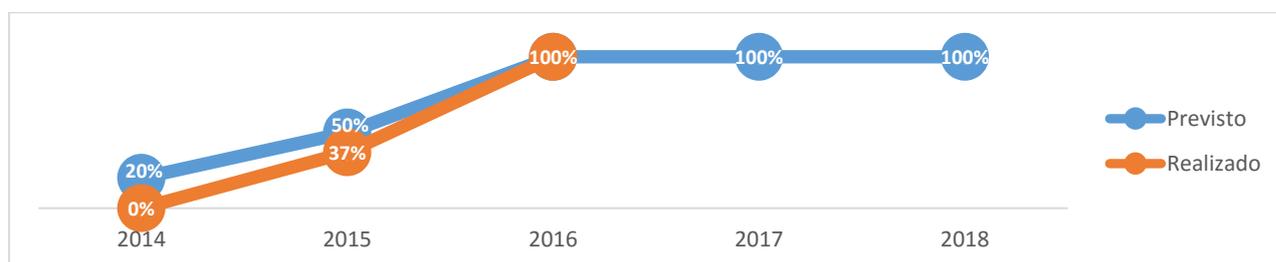


3.6 Elaborar e executar Plano Diretor de infraestrutura.

3.6.1 Percentual de Plano Elaborado

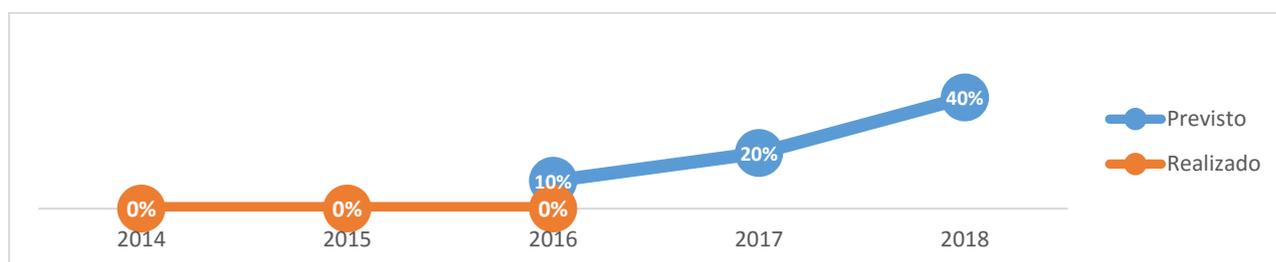
O Plano Diretor de Infraestrutura foi implementado em 2016, conforme previsto. Entretanto, a execução do plano, como prevista no indicador seguinte 3.6.2, não foi iniciada.

(percentual de elaboração do plano)



3.6.2 Percentual de execução do plano

(percentual de execução do plano)



■ Eixo do PDI

■ Objetivo Estratégico

■ Indicador PDI

Fonte: SGI, projeto Relatório de Gestão 2016

2.4.1 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Em consonância com o que determinou o Tribunal de Contas da União (TCU) por meio do Acórdão nº. 2.267/2005, de 12/12/2005, quanto aos indicadores de desempenho operacional, para aferição anual da atuação das Instituições Federais de Educação Tecnológica, são apresentados a seguir os resultados obtidos pelo IFB no exercício de 2016, bem como dados de uma série histórica, relativos aos 12 parâmetros definidos pelo mencionado Acórdão. Os resultados desses indicadores foram disponibilizados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do MEC.

A base de dados, utilizada pela SETEC para o cálculo dos indicadores, considerou alunos de cursos do *Campus* Avançado Sobradinho. O IFB solicitou a criação desse *Campus* para atender as demandas da comunidade e ao acordo de cooperação firmado com a Associação Brasileira de Gemas. Entretanto, antes da entrega do prédio para a instalação do *Campus*, a cooperação apresentou algumas dificuldades, dentre elas, a não concretização da doação dos equipamentos necessários à instalação dos laboratórios para as aulas práticas e a falta de recursos, comprometidos no acordo, para a reforma do prédio indicado pela SPU naquela localidade, que foram superiores à primeira estimativa. Dessa forma, o funcionamento dessa unidade ficou comprometido, embora já houvesse oferta de curso de formação inicial e continuada, que estava, em concordância com todos os inscritos, sendo ofertado na RA Recanto das Emas, no endereço que receberá a nova sede do *Campus* Taguatinga Centro, doado pelo Governo do DF. Por esse motivo, os valores correspondentes ao *Campus* Avançado Sobradinho, não foram apresentados no detalhamento dos indicadores que compõem este tópico.

Quadro 22 - Resultado dos indicadores do Acórdão TCU nº 2.267/2005

Indicadores	Sigla	Fórmula de Cálculo	Exercícios						
			2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Acadêmicos									
Relação Candidato/Vaga	RCV	$\left(\frac{\text{Inscritos}}{\text{Vagas para Ingresso}}\right)$	9,23	8,13	3,09	9,72	5,71	6,59	4,23
Relação Ingressos/Aluno	RIM	$\left(\frac{\text{Ingressantes}}{\text{Matrículas Atendidas}}\right) \times 100$	53,03%	58,66%	52,26%	45,26%	71,07%	71,35%	87,85%
Relação Concluintes/Aluno	RCM	$\left(\frac{\text{Concluintes}}{\text{Matrículas Atendidas}}\right) \times 100$	9,17%	18,21%	16,55%	16,24%	11,81%	25,51%	23,64%
Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	EAC	$\left(\frac{\text{Concluintes}}{\text{Finalizados}}\right) \times 100$	32,95%	37,30%	20,89%	41,42%	29,22%	34,35%	26,91%
Índice de Retenção do Fluxo Escolar	RFE	$\left(\frac{\text{Retidos}}{\text{Matrículas Atendidas}}\right) \times 100$	37,21%	33,02%	36,88%	40,23%	28,53%	***	10,38%
Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	RAD	$\left(\frac{\text{Matrículas Atendidas}}{\text{Docentes}}\right)$	27,61*	19,15*	26,79	32,41	33,11	17,43	15,21
Administrativos									
Gastos Correntes por Aluno (em R\$1,00)	GCA	$\left(\frac{\text{Gasto Total}}{\text{Matrículas Atendidas}}\right) \times 100$	11.100,59	9.800,69	9.459,37	7.345,24	6.137,26	14.935,90	8.670,29
Percentual de Gastos com Pessoal	GCP	$\left(\frac{\text{Gasto com Pessoal}}{\text{Gasto Total}}\right) \times 100$	65,63%	58,53%	56,82%	31,71%	27,23%	24,57%	21,50%
Percentual de Gastos com outros Custeios	GOC	$\left(\frac{\text{Gasto com Outros Custeios}}{\text{Gasto Total}}\right) \times 100$	17,94 %	19,84%	23,4%	17,80%	17,96%	13,15%	8,42%
Percentual de Gastos com Investimentos	GCI	$\left(\frac{\text{Gasto com Investimentos}}{\text{Gasto Total}}\right) \times 100$	11,49%	18,05%	19,78%	44,05%	52,62%	60,54%	68,14%
Socioeconômico									
Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	MRF	-	-	-	-	-	-	-	-
Gestão de Pessoas									
Índice de Titulação do Corpo Docente	TCD ****	$\left(\frac{G \times 1 + A \times 2 + E \times 3 + M \times 4 + D \times 5}{G + A + E + M + D}\right)$	3,87	3,71	3,51	3,48	3,50	3,55	3,57

Fonte: SISTEC

*Considera o conceito de Aluno-Equivalente, não podendo ser diretamente comparável aos demais valores da série.

** Informação não disponível no Relatório de Gestão 2009.

*** Informação não disponível no Relatório de Gestão 2011.

****G=Graduação A=Aperfeiçoamento E=Especialização M=Mestrado D=Doutorado

Relação Candidato Vaga (RCV)

O indicador de RCV tem o intuito de medir a capacidade de oferta da instituição de ensino em relação à procura do público. Infere-se da figura abaixo que o *Campus* Taguatinga foi o que mais se destacou neste indicador, seguido por Brasília e Planaltina. Os resultados da figura abaixo têm uma correlação forte com o tempo de consolidação do *Campus*, ou seja, aqueles com tempo maior de existência apresentaram desempenho superior.

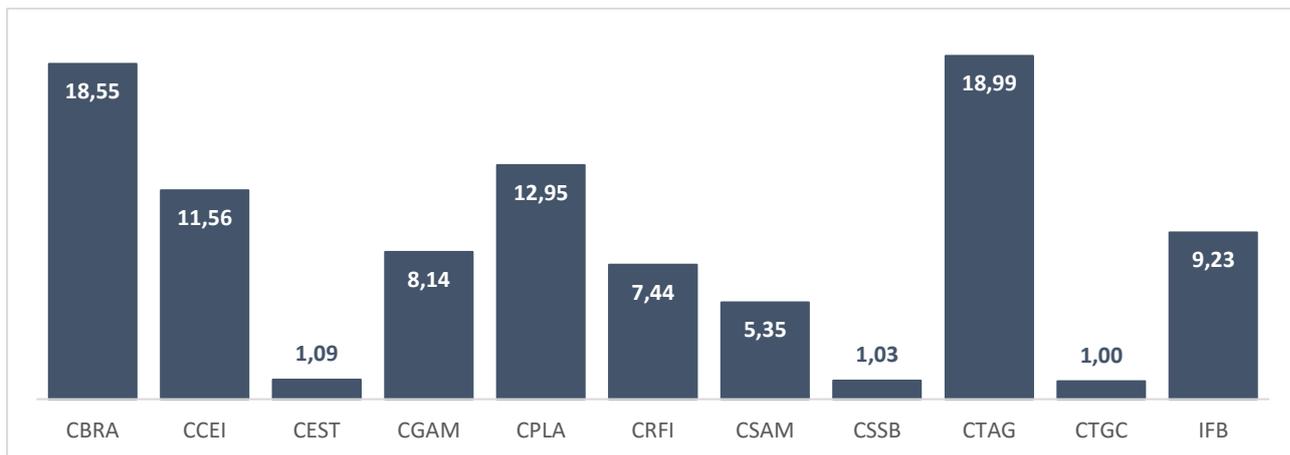


Figura 4 - Relação Candidato Vaga (RCV) por Unidades do IFB em 2016
Fonte: SETEC

A figura abaixo fornece um panorama da evolução deste indicador. Nota-se que, em relação ao ano de 2015, o RCV teve um crescimento de 14%, demonstrando a manutenção do crescimento e da posição acima da média histórica do instituto que é de 6,67 candidatos por vaga. A figura abaixo tem o intuito de fazer o *benchmark* do IFB em relação à rede federal de ensino tecnológico. Desta forma, se a média da rede federal para 2016 se mantiver no patamar de 2015 o IFB apresentará um RCV acima da média da rede federal.

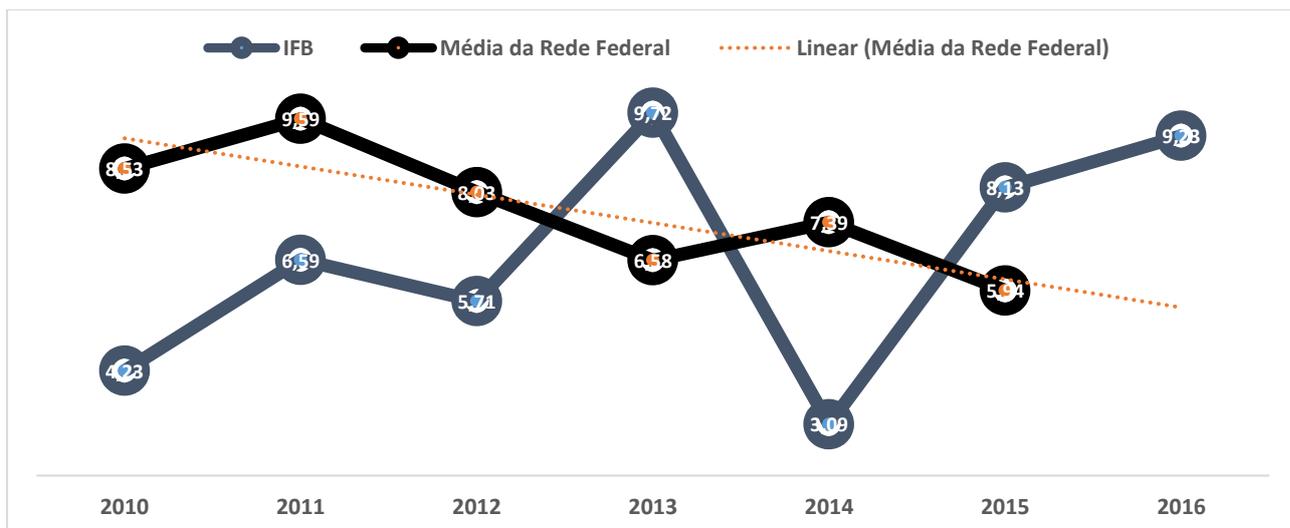


Figura 5 - Evolução da Relação Candidato Vaga (RCV) IFB e Rede Federal
Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Relação Ingresso/Aluno Matriculado (RIM)

Assim como o RCV, o RIM tem o intuito de medir a capacidade de oferta de uma instituição de ensino, contudo, como seu numerador leva em conta ingressos, a dimensão de oferta captada pelo indicador está ligada àqueles alunos que de fato entraram na instituição. Na figura abaixo nota-se que, ao contrário do que ocorreu com o RCV, os *campi* Estrutural e Ceilândia apresentaram maiores valores para o RIM. Isso porque são *campi* que estão em um processo de expansão de suas atividades e, recentemente, receberam sua sede definitiva de funcionamento.

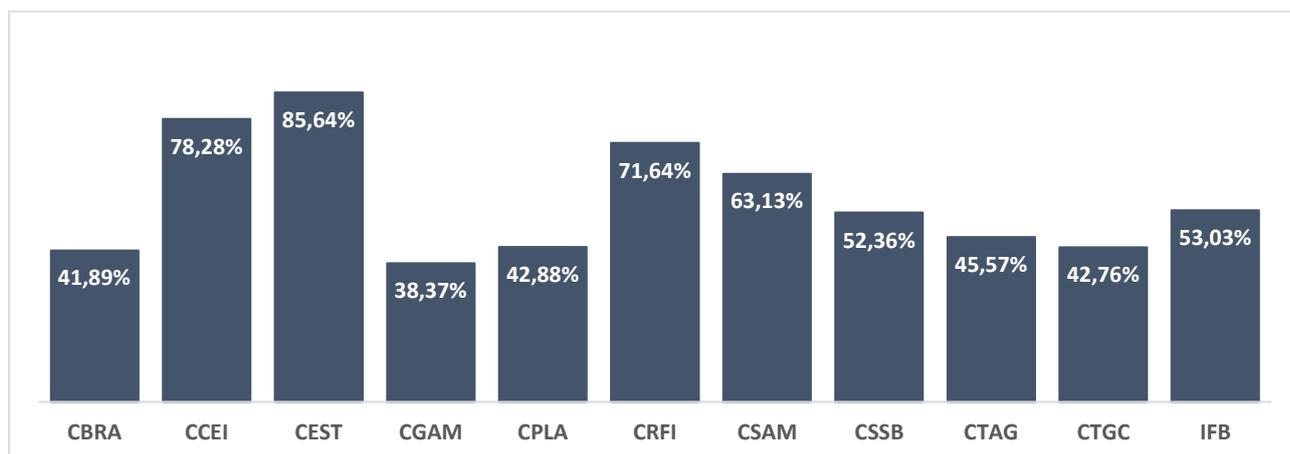


Figura 6 - Relação Ingresso por Aluno Matriculado (RIM) por Unidades do IFB em 2016
Fonte: SETEC

Quando se observa o RIM para o IFB como um todo, nota-se, pela análise da figura abaixo, que o índice apresenta certa estabilidade em relação aos anos anteriores, e leve queda em relação a 2015, considerando o crescimento do número de alunos matriculados, que se mantém a cada ano, em proporção maior em relação a quantidade de ingressantes. A despeito dessa queda, o percentual do IFB se mantém acima da média histórica da rede federal, com tendência de se manter nesta posição.

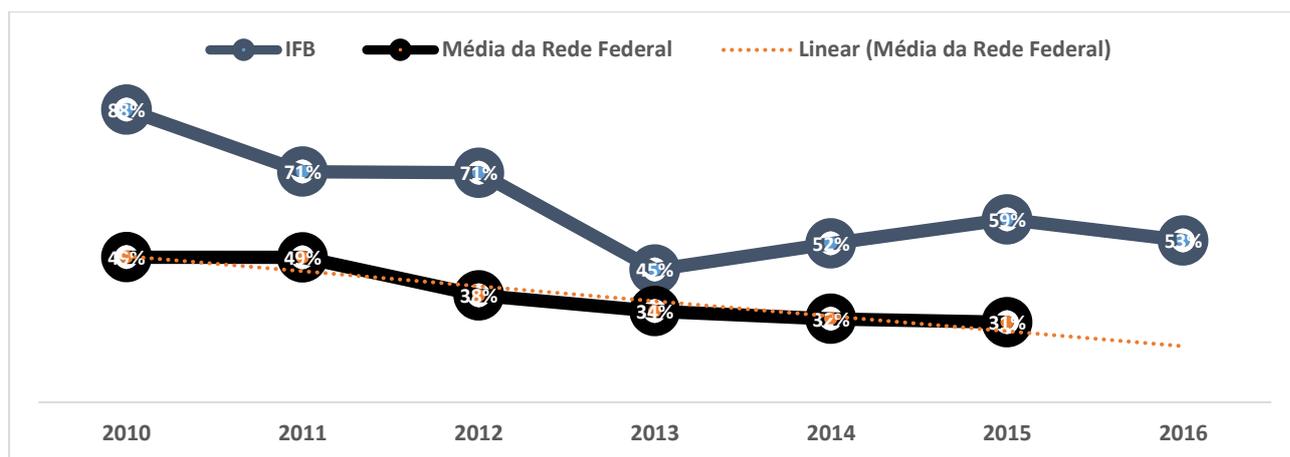


Figura 7 - Evolução da Relação Ingresso por Aluno Matriculado (RIM) do IFB e Rede Federal
Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Relação Concluintes/Aluno Matriculado (RCM)

O indicador de Relação de Concluintes por Matrícula Atendida (RCM) visa medir a capacidade de alcançar êxito escolar da instituição de ensino. Ao se observar a figura abaixo podemos dividir o IFB em três grupos de desempenho para o RIM. Um primeiro grupo com desempenho elevado é formado pelos *Campi* São Sebastião, Ceilândia e Planaltina. Um segundo grupo com desempenho intermediário é formado pelos *Campi* Taguatinga Centro, Riacho Fundo e Estrutural e, por fim, com desempenho baixo têm-se os *campi* Brasília, Gama, Samambaia e Taguatinga.

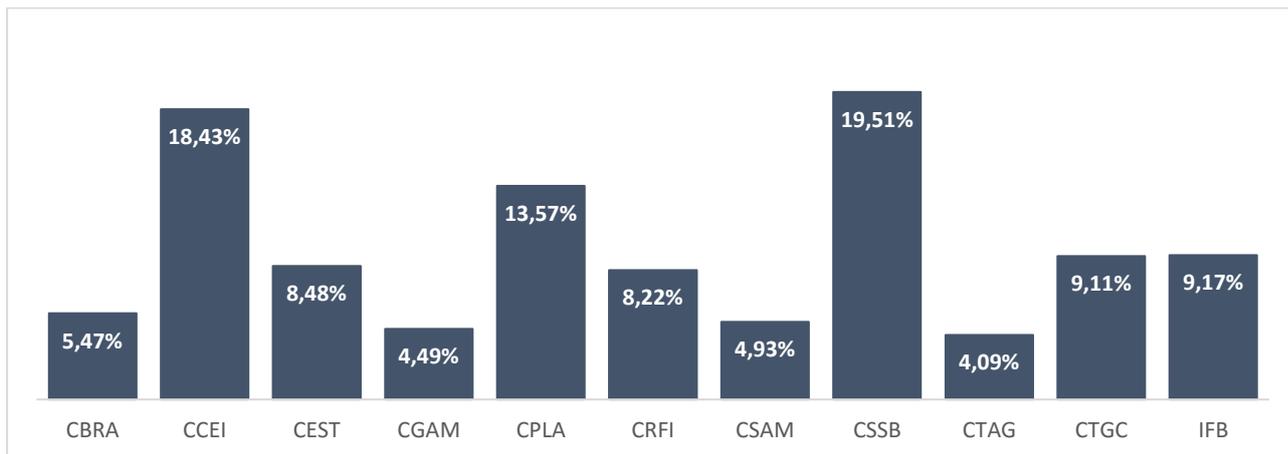


Figura 8 - Relação Concluintes por Aluno Matriculado (RCM) por Unidades do IFB em 2016

Fonte: SETEC

Infere-se da figura abaixo que houve queda da RCM no IFB em contraposição ao leve crescimento dos anos anteriores. Essa queda representou o posicionamento desse indicador abaixo da média histórica, que é de 17%. Em comparação com a média da Rede Federal, nota-se que o IFB ficou abaixo da média projetada para 2016, diferente do que foi previsto e da tendência para o período.

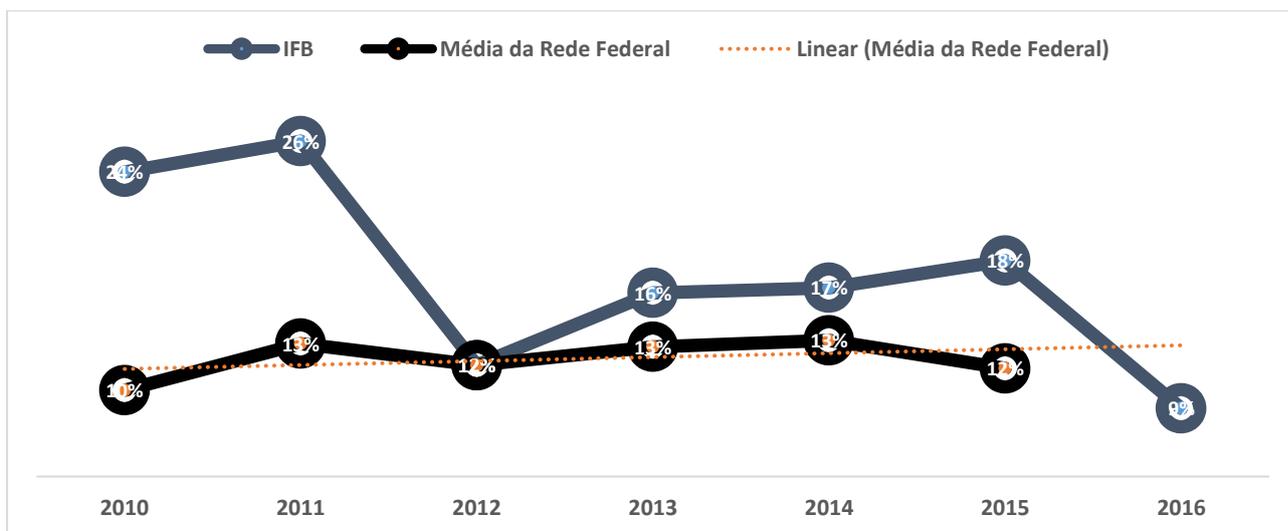


Figura 9 - Evolução da Relação Concluintes por Aluno Matriculado (RCM) do IFB e Rede Federal

Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes (EAC)

Este indicador mede a capacidade de alcançar êxito entre os alunos que finalizam (Concluído, Integralizado, Evadido, Desligado ou Transferido Externo). Depreende-se da figura abaixo que São Sebastião, Taguatinga Centro e Brasília apresentaram os melhores índices de EAC, seguidos por Planaltina e Ceilândia.

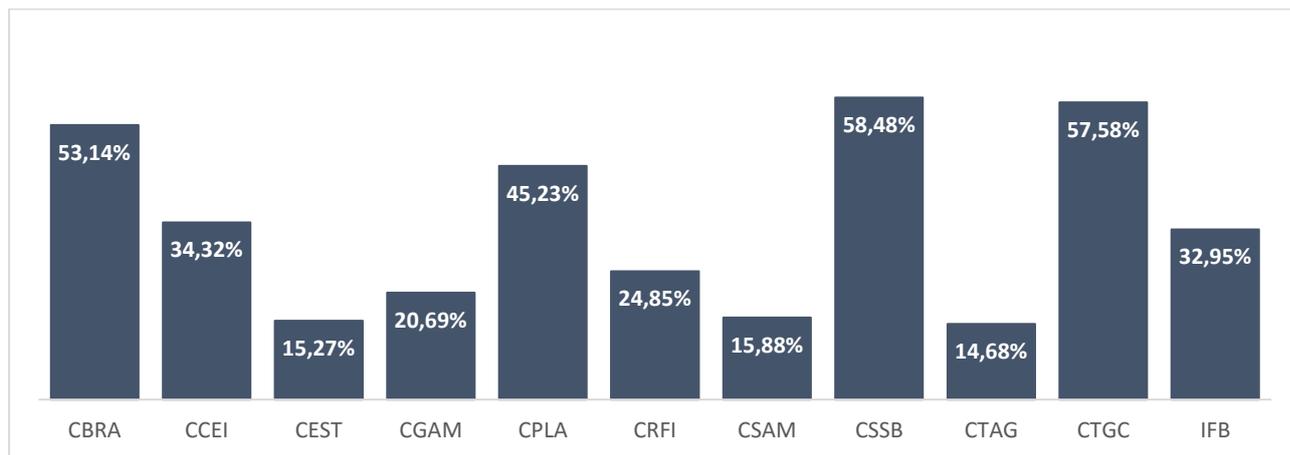


Figura 10 - Índice de Eficiência Acadêmica dos Concluintes (EAC) por Unidades do IFB em 2016
Fonte: SETEC

Ao se observar a evolução histórica do EAC para o IFB, representada pela figura abaixo, registra-se que em 2016 houve pequena queda em relação ao exercício anterior, mas se mantém acima da média histórica, que é de 32%. Em comparação com a Rede Federal, o índice do IFB se encontra abaixo da média das demais instituições, representando valores compatíveis com 2010 e 2011 da rede.

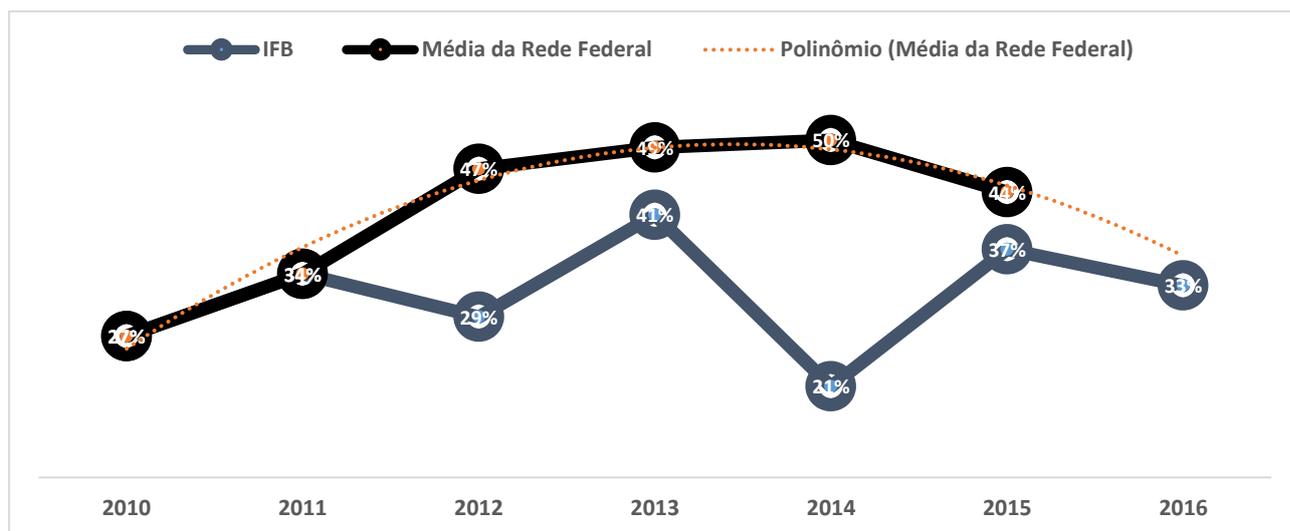


Figura 11 - Evolução do Índice de Eficiência Acadêmica (EAC) dos Concluintes do IFB e Rede Federal
Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE)

Este indicador tem o intuito de medir a relação de alunos que não concluem seus cursos no período previsto. Desta forma, ao se analisar os dados representados na figura abaixo, nota-se que Taguatinga Centro, Riacho Fundo, Gama e Brasília foram os *Campi* que apresentaram os maiores percentuais de retenção do fluxo escolar. Os melhores índices são dos *Campi* Ceilândia e Estrutural, que representam as unidades com menos tempo de consolidação.

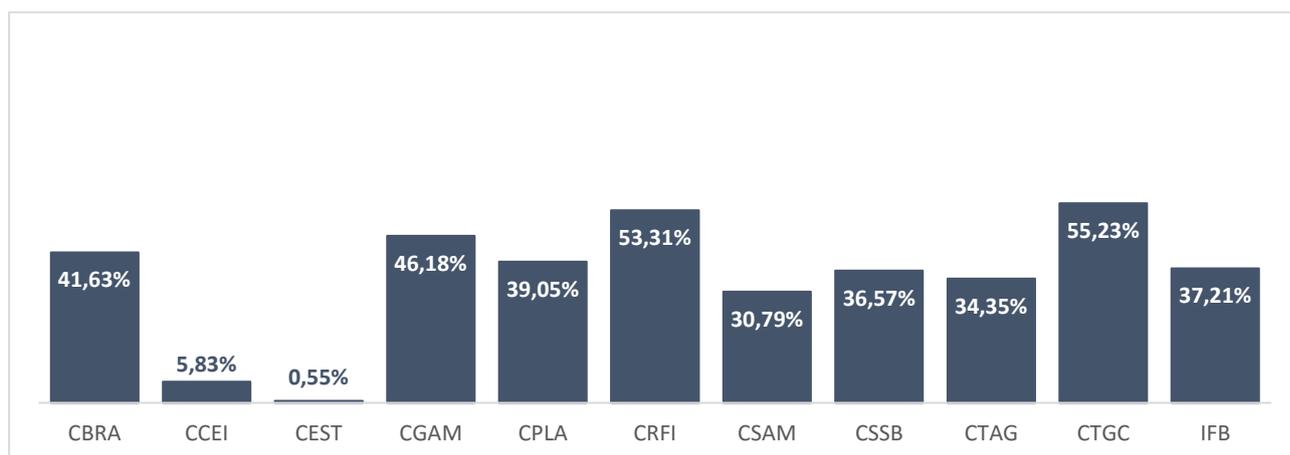


Figura 12 - Índice de Retenção do Fluxo Escolar por Unidades do IFB em 2016
Fonte: SETEC

Ao se observar a evolução histórica do RFE, infere-se que o IFB vem apresentando melhora nesse indicador desde 2013, no entanto, essa tendência não se manteve em 2016, tendo retornado para índice próximo ao de 2014, conforme figura abaixo. Em relação à Rede Federal, o IFB ora se posicionou acima ora abaixo da média, mantendo uma proporcionalidade em relação aos índices das demais instituições que a compõem, conforme figura abaixo. Se mantida a tendência de crescimento desse índice em 2016 para a Rede Federal, o IFB ainda estará abaixo da média.

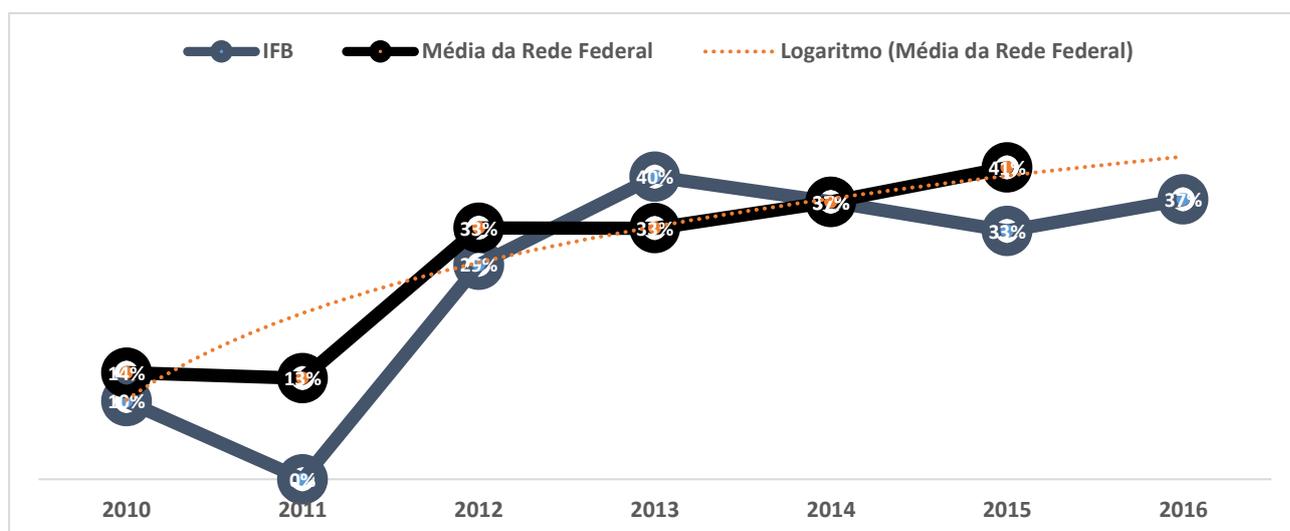


Figura 13 - Evolução do Índice de Retenção do Fluxo Escolar (RFE) do IFB e Rede Federal
Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral (RAD)

Este indicador tem o objetivo de medir a capacidade de atendimento pela força de trabalho docente. Inference-se da figura abaixo que os *Campi* Planaltina e Taguatinga Centro se destacaram, em seguida têm-se um grupo de desempenho intermediário formado pelos *Campi* Brasília, Estrutural e São Sebastião. Os demais apresentam média de 21 alunos por docente em tempo integral.

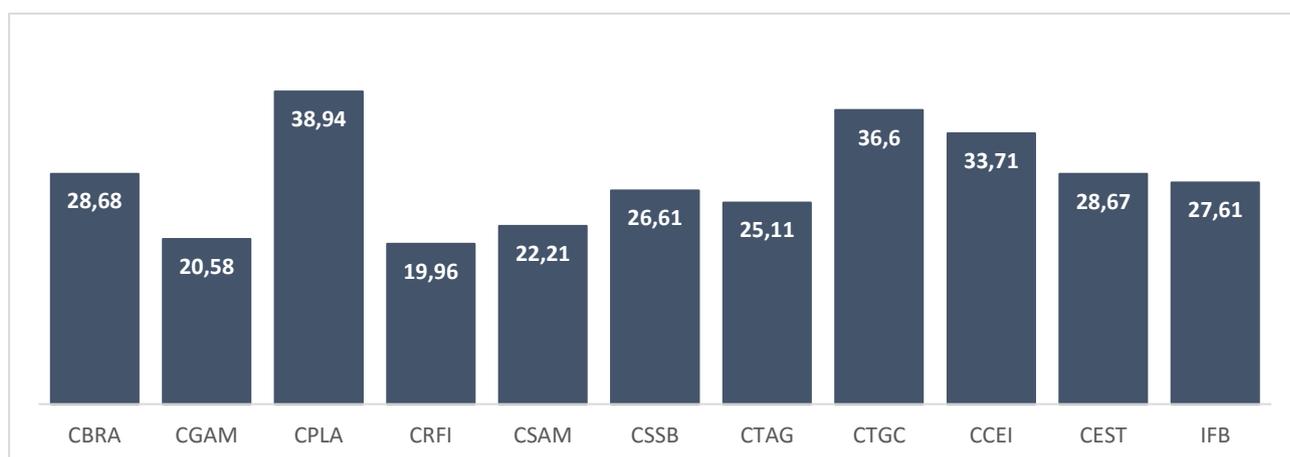


Figura 14 - Relação de Alunos (Equivalente) por Docente (RAD) em Tempo Integral por Unidades do IFB
Fonte: SISTEC

A figura abaixo apresenta o IFB com valor acima da média histórica da Rede Federal. No exercício de 2016, houve um crescimento de 44% em relação a 2015, um pouco acima da projeção prevista para a média da Rede.

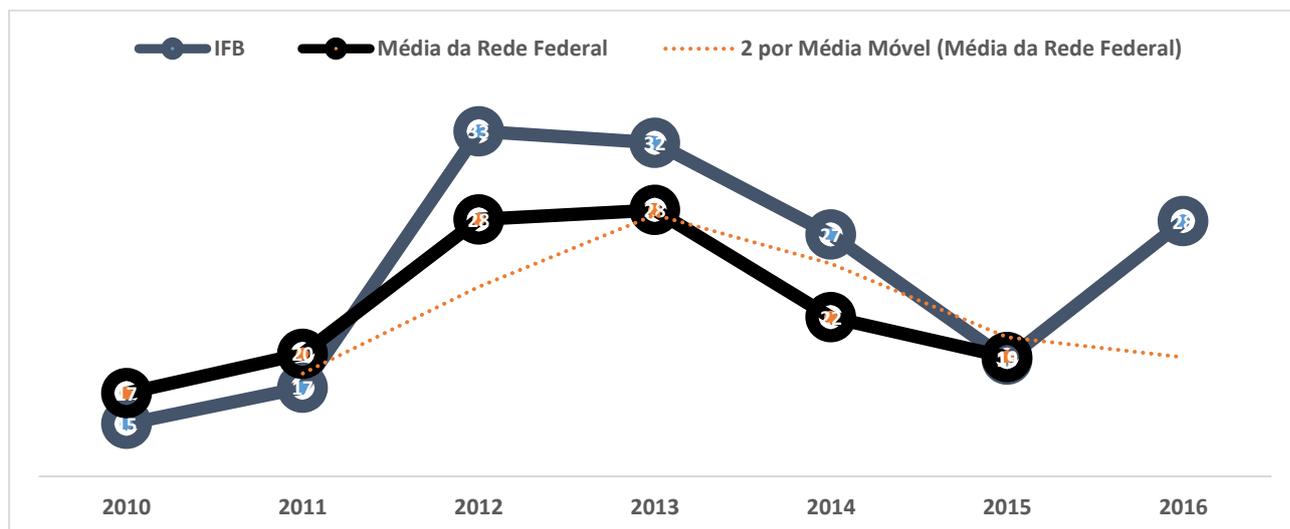


Figura 15 - Evolução da Relação Aluno por Docente (RAD) em Tempo Integral do IFB e Rede Federal
Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Gastos Correntes por Aluno (GCA)

Este indicador tem o objetivo de medir o custo médio de cada aluno da instituição. Pela análise da figura abaixo, infere-se que, desde 2012, há uma tendência de crescimento no GCA do IFB, com uma tendência de estabilização se observarmos o biênio 2014/2015. O resultado de 2016 está acima da média histórica de R\$ 9.635,62 e apresenta crescimento em torno de 14% em relação a 2015.

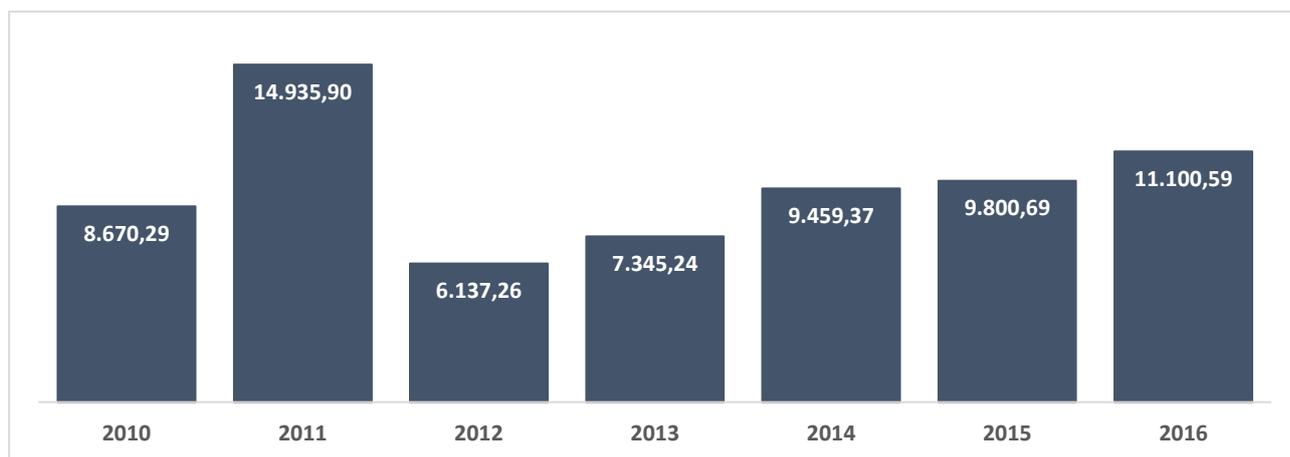


Figura 16 - Evolução do Gasto Corrente por Aluno (GCA) do IFB
Fonte: SISTEC

Infere-se da figura abaixo que desde 2012 o IFB apresenta um GCA abaixo da média da Rede Federal e se o patamar de 2015 da Rede se mantiver em 2016, esse quadro será mantido.

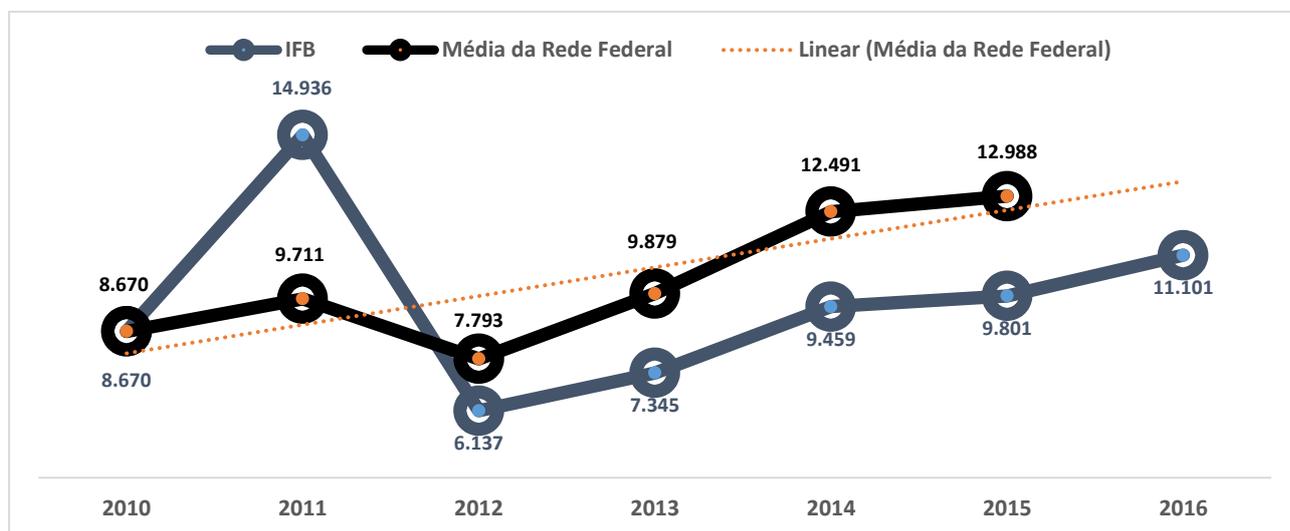


Figura 17 - Evolução do Gasto Corrente por Aluno (GCA) do IFB e Rede Federal
Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Percentual de Gastos com Pessoal (GCP)

Este indicador tem o objetivo de medir os gastos com pessoal em relação aos gastos totais da instituição. Infere-se da figura abaixo que o indicador apresenta crescimento desde do início de sua medição, com salto de 25% de 2013 para 2014, refletindo o processo de estruturação da força de trabalho do instituto. O exercício de 2016 apresentou o maior índice da sequência.

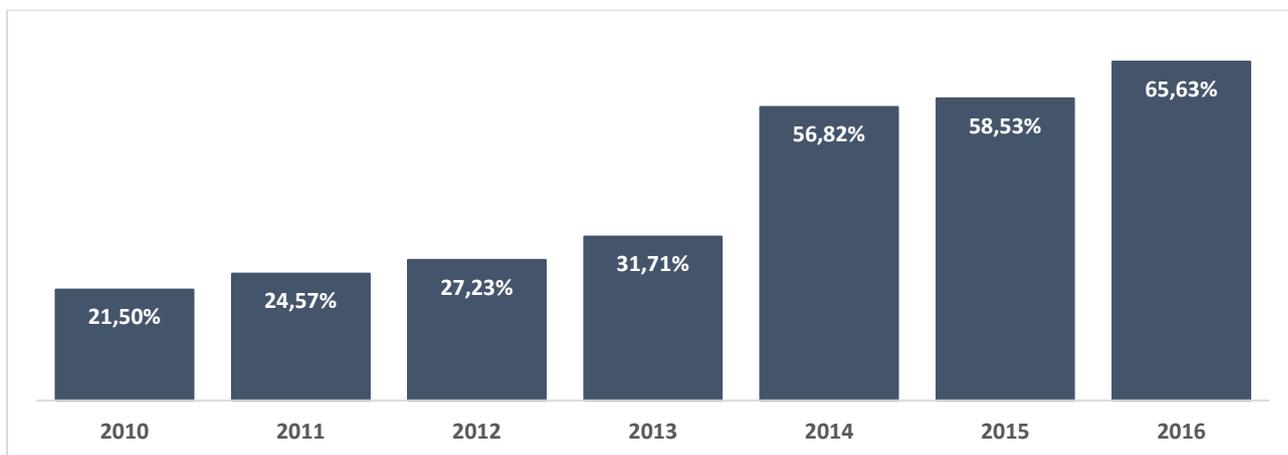


Figura 18 - Evolução do Gasto Corrente com Pessoal (GCP) do IFB
Fonte: SISTEC

Não obstante a tendência de crescimento do GCP do IFB, percebe-se que, em relação à média da Rede Federal, sempre apresentou valor menor, mas manteve a tendência de aproximação a essa média. Caso o crescimento seja mantido e a média da Rede se estabilizar, o índice do IFB alcançará o da Rede, a partir de 2017.

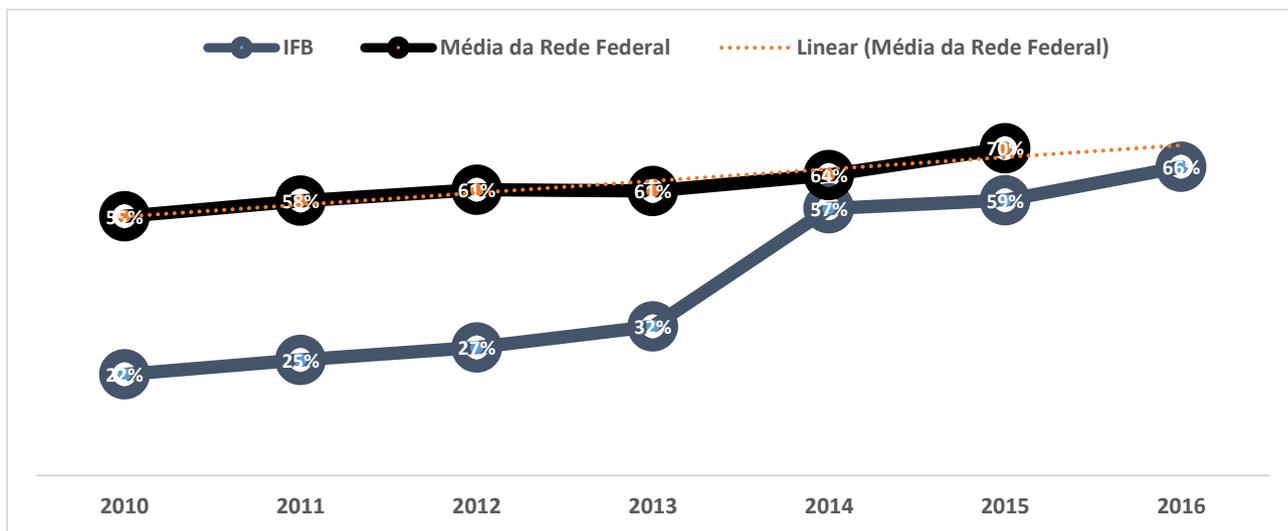


Figura 19 - Evolução do Gasto Corrente com Pessoal (GCP) do IFB e Rede Federal
Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Percentual de Gastos com Outros Custeios (GOC)

Este indicador tem o objetivo de mensurar os gastos com outros custeios (excluídos benefícios e Pasep) em relação aos gastos totais da instituição. Pela inspeção da figura abaixo, houve um crescimento de gastos com outros custeios desde o início da medição, com destaque em 2014 que apresentou o maior índice, fora da linha de crescimento da série histórica.

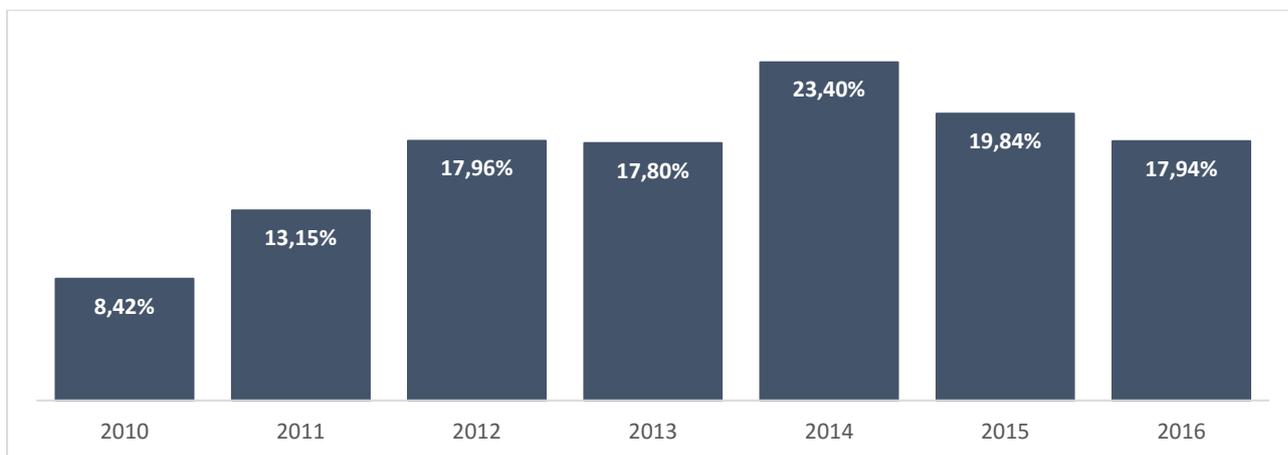


Figura 20 - Evolução do Gasto com Outros Custeios (GOC) do IFB
Fonte: SISTEC

Ao se comparar o GOC do IFB com a média da Rede Federal, percebe-se que a partir de 2014 o IFB apresentou um GOC acima da média, e esta tendência tende a se manter se a média histórica da Rede Federal se mantiver em 2016.

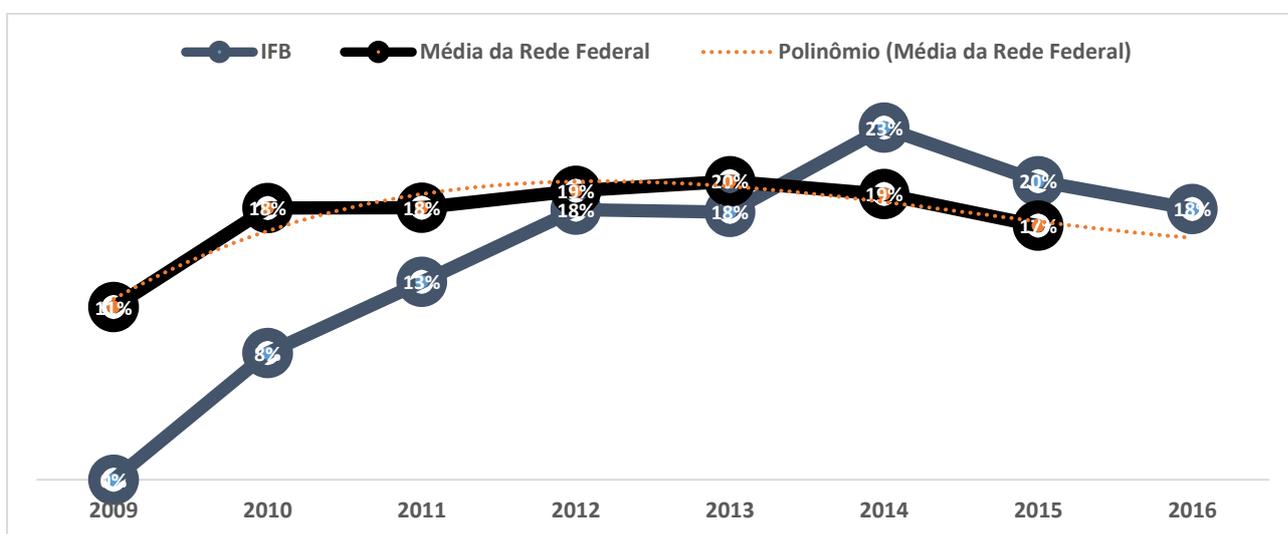


Figura 21 - Evolução do Gasto com Outros Custeios (GOC) do IFB e Rede Federal
Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Percentual de Gastos com Investimentos (GCI)

Este indicador tem o objetivo de medir os gastos com investimentos em relação aos gastos totais da instituição. Ao se analisar a figura abaixo, percebe-se que desde 2010 o GCI apresenta uma tendência de queda ano após ano. Em relação a 2015, o GCI apresentou em 2016 uma queda de 36%, bem representativa para o período. Como a tendência é de queda, o GCI auferido em 2016 está abaixo da média histórica do IFB que é de 39%.

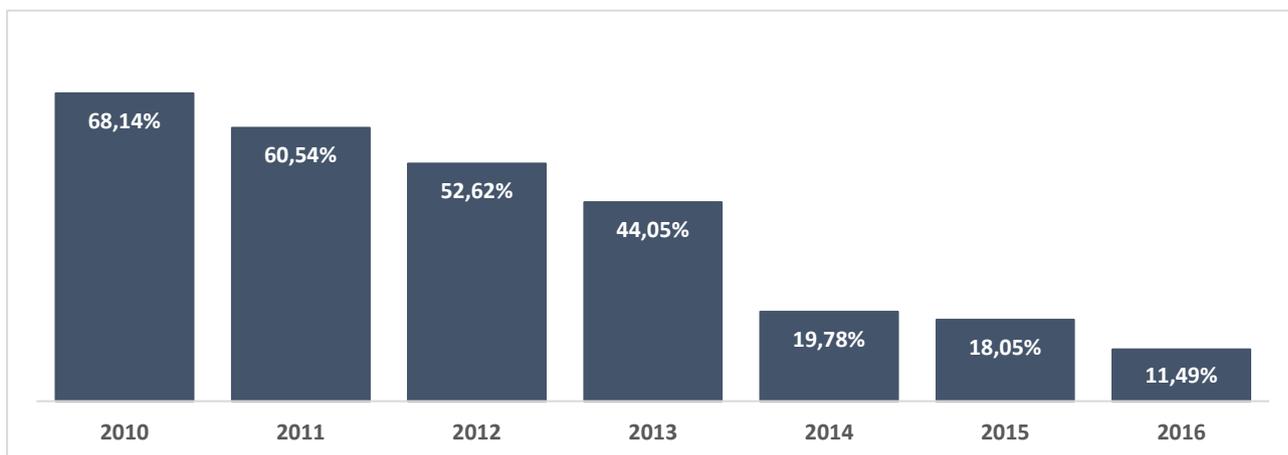


Figura 22 - Evolução do Gasto com Investimentos (GCI) do IFB
Fonte: SISTEC

Quando se compara o GCI do IFB com a média da Rede Federal, percebe-se que o gasto como investimento no IFB se apresentou bem acima da média da rede. Com a consolidação da instituição e finalização do processo de estruturação dos *Campi*, esse índice passou a se aproximar da média da Rede e, se mantida a tendência, chegará ao mesmo patamar desta nos próximos anos.

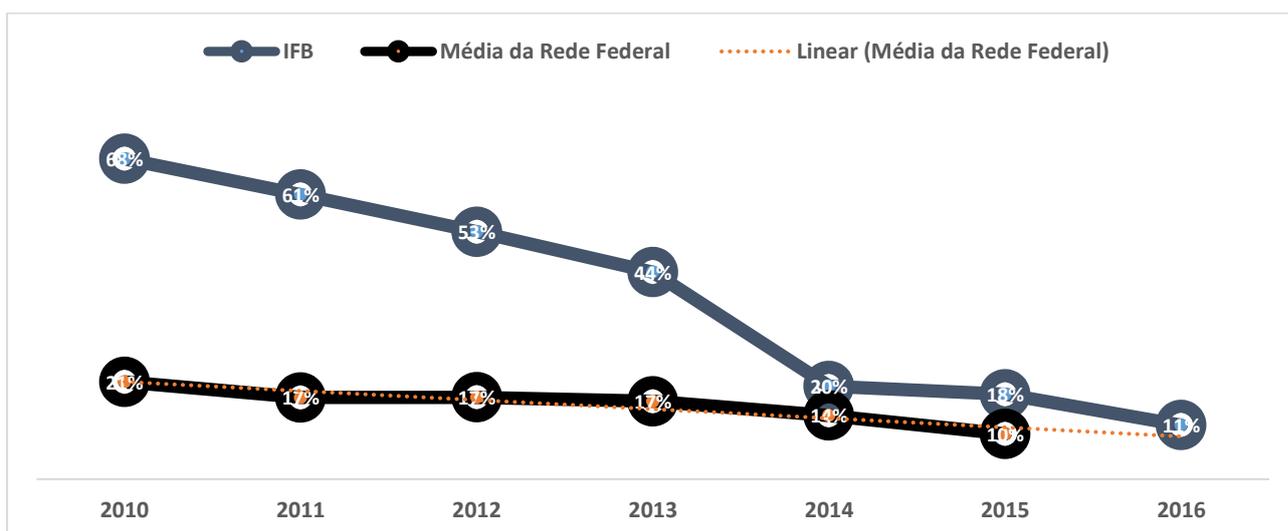


Figura 23 - Evolução do Gasto com Investimentos (GCI) do IFB e Rede Federal
Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Índice de Titulação do Corpo Docente (TCD)

Este indicador tem o objetivo de medir a titulação do corpo docente da instituição. Pela análise da figura abaixo, percebe-se que os *Campi* Planaltina e Gama apresentam os maiores valores de TCD. No geral, o índice é semelhante em todas as unidades.

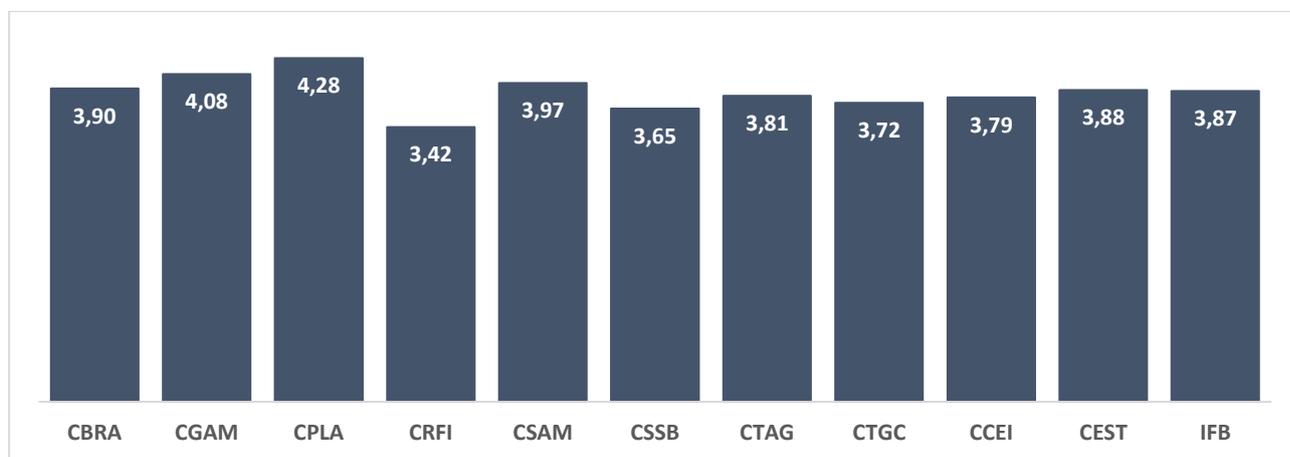


Figura 24 - Índice de Titulação do Corpo Docente (TCD) por Unidades do IFB

Fonte: SISTEC

Quando se analisa o TCD do IFB em sua evolução histórica, apresentada abaixo, nota-se que este apresentou uma certa estabilidade desde 2010 e crescimento acentuado a partir de 2015. Em comparação com a Rede Federal, nota-se que até 2013 o IFB se apresentava acima da média, tendo esta situação se invertido em 2014. Se o patamar de 2015 da Rede Federal manter a tendência em 2016, o IFB terá convergido para a média.

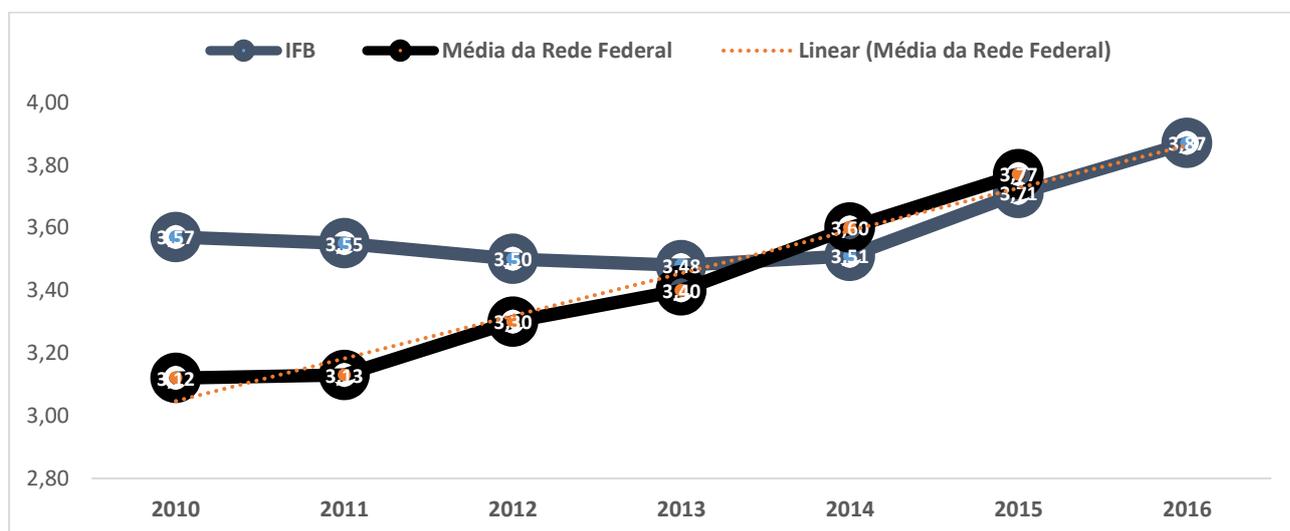


Figura 25 - Evolução do Índice de Titulação do Corpo Docente (TCD) do IFB e Rede Federal

Fonte: ifbemnumeros.ifb.edu.br

Número de alunos matriculados por renda per capita familiar (MRF)

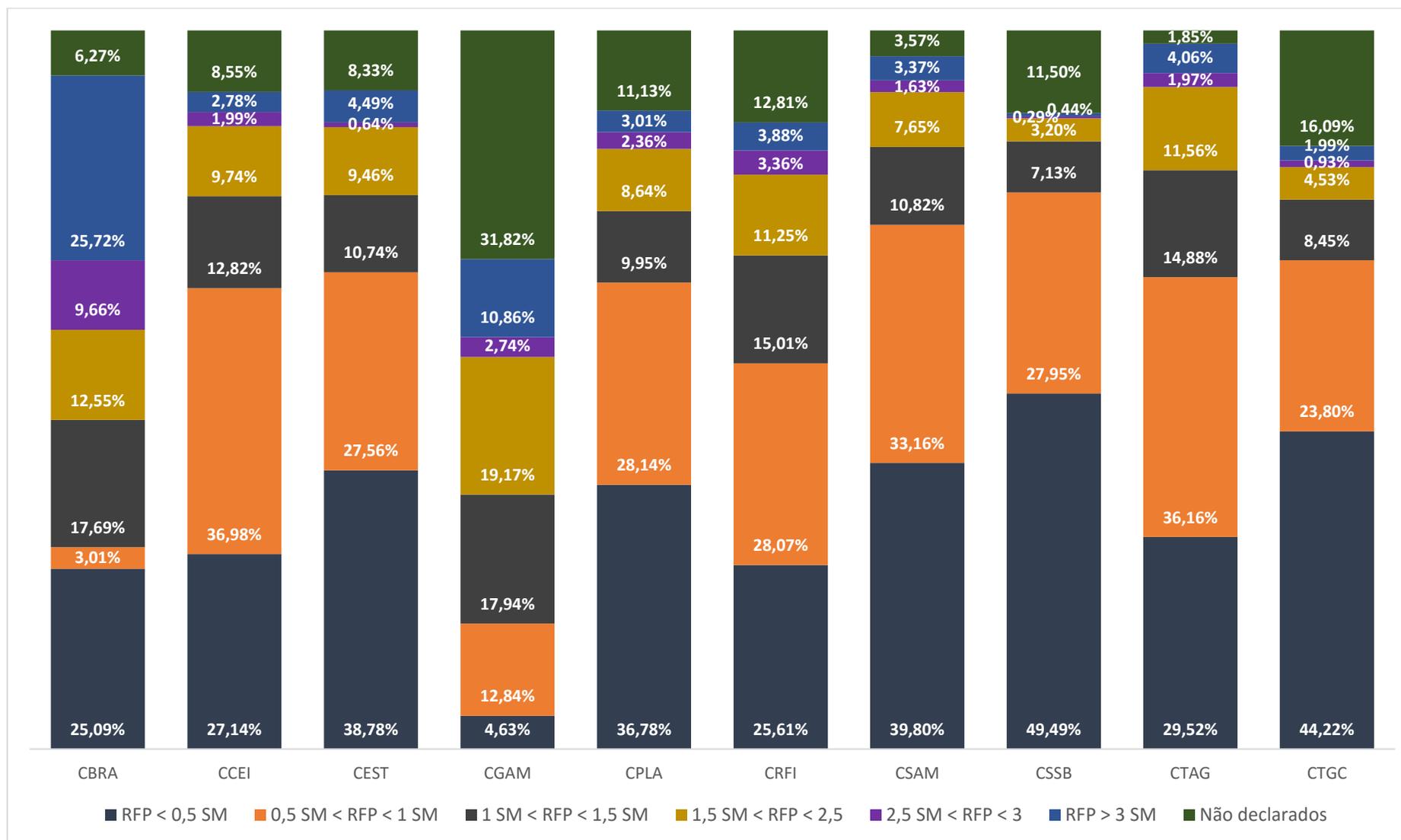


Figura 26 - Percentual de Alunos Matriculados por Renda Per Capita Familiar (MRF) em 2016

Fonte: SGA

Este indicador tem o objetivo de mensurar a capacidade de inclusão social da instituição. Ao se observar a Figura 26, nota-se que o IFB possui a maior parte de seus estudantes ingressantes em 2016 ocupando as duas primeiras faixas de renda familiar per capita (RFP). Isso significa dizer que, aproximadamente, 60% de seus estudantes ingressantes em 2016 têm RFP de até um salário mínimo. Se levar em conta que apenas 13% não declararam sua RFP, têm-se que essas duas faixas de renda representam 68% dos estudantes que declararam sua RFP.

Esse padrão pode ser observado na maioria dos *Campi* do IFB, com exceção do Campus Gama, que apresenta 32% de não declarantes e 51% de estudantes com RFP acima de um salário mínimo, e do Campus Brasília, que apresenta 6% de não declarantes e 66% de estudantes com RFP acima de um salário mínimo.

3 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Este capítulo apresenta a estrutura de governança do IFB, explicita as atividades realizadas pelas unidades que a compõem, os mecanismos e os controles internos adotados para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados.

3.1 Descrição das estruturas de governança

Quadro 23 - Estrutura de governança

Estrutura de governança	
Instância:	Descrição:
Conselho Superior - CS	Base Normativa: art. 9º, §3º da Lei nº 11.892/2008. Arts. 7º, 8º, 9º, 10, 13, 15, 20, 27, 32 e 37 do Estatuto do IFB, aprovado pela Resolução CS nº 18 de 18 de agosto de 2009, alterado pela Resolução CS nº 09 de 24 de maio de 2013.
	Atribuições: I-aprovar as diretrizes para atuação do IFB e zelar pela execução de sua política educacional; II-aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do IFB e dos Diretores-Gerais dos <i>Campi</i> , em consonância com o estabelecido nos arts. 12 e 13 da Lei nº. 11.892/2008; III-aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual; IV-aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares; V-aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; VI-autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; VII-apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros; VIII-deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFB; IX-autorizar a criação, a alteração curricular e a extinção de cursos no âmbito do IFB, bem como o registro de diplomas; X-aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IFB, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica; e XI-deliberar sobre questões submetidas à sua apreciação
	Forma de atuação: reuniões ordinárias às segundas terças-feiras dos meses pares, e reuniões extraordinárias
Colégio de Dirigentes - CD	Base Normativa: art. 10ª da Lei nº 11.892/2008, art. 7º e 36 do Estatuto do IFB e art. 4º, 5º, 19, 20 e 21 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB.
	Atribuições: I - opinar nos casos de comodato, cessão, locação e alienação no todo ou em parte de bens imóveis patrimoniados ou não; II - propor ao Conselho Superior/CS critérios referentes à destinação de cargos docentes nas unidades do IFB; III - propor ao Conselho Superior/CS a distribuição dos cargos docentes vagos; V - opinar sobre os demais casos encaminhados pelo Reitor e pelos Pró-Reitores; VI – propor as políticas estratégicas do IFB; VII – demais competências estabelecidas em seu regimento interno; VIII - apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos; IX - apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos e para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; X - propor ao Conselho Superior a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFB; XI - apreciar e recomendar o calendário de referência anual; XII - apreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; XIII - apreciar os assuntos de interesse da administração do IFB a ele submetido.
	Forma de atuação: reuniões ordinárias mensais e, extraordinárias, quando convocado pelo Reitor ou por requerimento de dois terços de seus membros.
Conselho Gestor	Base Normativa: art. 4º, 84 até 88 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB
	Atribuições: I - subsidiar o Diretor-Geral do <i>Campus</i> , com informações da comunidade, relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão; II - avaliar as diretrizes e metas de atuação do <i>Campus</i> e zelar pela execução de sua política educacional; III - apreciar o calendário acadêmico de referência do <i>Campus</i> ; IV - assessorar a Direção Geral do <i>Campus</i> na divulgação das atividades do <i>Campus</i> junto à comunidade; V - acompanhar as ações previstas no

	<p>Plano de Desenvolvimento Institucional, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados à administração do <i>Campus</i>; VI - apreciar e aprovar os relatórios das atividades desenvolvidas; VII - acompanhar as ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional, nos planos de ação e em projetos e programas vinculados ao ensino médio, técnico e superior; VIII - apreciar os relatórios das atividades desenvolvidas; IX – opinar sobre as solicitações de convênios e parcerias nacionais e internacionais atinentes às dimensões de extensão, analisando a conveniência e as oportunidades desses acordos no desenvolvimento acadêmico e administrativo do <i>Campus</i>; X - colaborar nas políticas e ações para aprofundar os conhecimentos adquiridos na formação discente; XI – contribuir para a proposição de ações de políticas de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no âmbito <i>Campus</i>; XII - contribuir para a proposição das estratégias do ensino de pós-graduação, atuação em pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; XIII – propor ações de incentivo à difusão de ciência, pesquisa e desenvolvimento tecnológico e à cultura de inovação; XIV - reconhecer o mérito de ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação desenvolvidas no <i>Campus</i> e propor iniciativas para premiar tais ações; XV - opinar e elaborar recomendações sobre questões submetidas à sua apreciação.</p> <p>Forma de atuação: reuniões trimestrais em cada <i>Campus</i></p>
<p>Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE</p>	<p>Base Normativa: art. 22 e 23 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB</p> <p>Atribuições: I - propor diretrizes, estratégias, políticas e prioridades do IFB nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão; II - elaborar e aprovar o seu próprio regimento e as respectivas modificações, por dois terços de seus membros, submetendo-o ao CS; III - emitir parecer conclusivo prévio ao CS sobre o projeto político pedagógico do IFB e apreciar e aprovar seus respectivos documentos complementares, assim como suas alterações; IV – propor normas complementares ao Regimento Geral do IFB sobre matéria didático pedagógica, pesquisa, extensão, transferências de estudantes, revalidação e equivalência de diploma estrangeiro ou de estudos, certificação profissional e de outros assuntos de sua competência específica; V – estabelecer normas disciplinadoras de avaliação, ingresso e transferências de discente, progressão funcional, avaliação e qualificação do pessoal docente; VI- criar câmaras e/ou comissões, permanentes ou temporárias, para estudo de assuntos específicos; VII - opinar a respeito da distribuição do pessoal docente nos <i>Campi</i> e nas Diretorias Acadêmicas; VIII - emitir parecer prévio ao CS sobre criação, modificação ou extinção de Diretorias Acadêmicas; IX- emitir parecer sobre normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; X- homologar ato do reitor praticado ad referendum do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; XI- deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer outra matéria de sua competência, mesmo não especificada neste artigo. XII – deliberar sobre criação, desmembramento, fusão, ampliação, redução, suspensão temporária ou extinção de cursos e programas; XIII - julgar recursos das decisões proferidas pelos Colegiados Acadêmicos, em matéria didático-pedagógica, científica, cultural e artística que não sejam de competência exclusiva do CS; XIV- Propor e aprovar o calendário acadêmico do IFB; XV- autorizar a criação de modalidades de cursos, segundo as conveniências didáticas, técnicas, científicas e/ou com as exigências do desenvolvimento regional e nacional; XVI – demais competências que lhe forem delegadas pelo Conselho Superior.</p> <p>Forma de atuação: reuniões ordinárias às primeiras segundas-feiras meses pares e quando houver casos extraordinários.</p>
<p>Comitê Gestor de Tecnologia, Informação e Comunicação - CGTIC</p>	<p>Base Normativa: Decreto Nº 8.638/2016 - Lei da Governança Digital; Instrução Normativa SLTI/MPOG Nº 04/2014; Acórdão do TCU 2023/2005-P; Acórdão do TCU 1603/2008-P; Acórdão do TCU 2308/2010-P; Acórdão do TCU 111/2011-P e Acórdão do TCU 529/2011.</p> <p>Atribuições: I - Priorizar demandas de TIC visando alinhar as ações da área aos projetos e atribuições do IFB; II – propor políticas de articulação e implantação de projetos para a racionalização da aquisição e da utilização da infraestrutura, dos serviços e das aplicações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito do IFB; III – análise, manifestação e aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação; IV – definir diretrizes e estratégias para o planejamento da oferta de serviços e informações por meio eletrônico pelo IFB; V – análise, manifestação e aprovação de padrões de integração, qualidade e segurança da informação e comunicação; VI – definir mecanismos de racionalização de gastos e de aplicação de recursos em tecnologia da informação e comunicação; VII – coordenar e articular as ações visando a prospecção e adoção de novas tecnologias; VIII – estabelecer ações visando a integração de sistemas e informações, democratizando o acesso às pessoas que deles necessitam. IX - avaliação das propostas, ideias, sugestões, necessidades e requerimentos para uso de TIC em atividades específicas ou no ambiente corporativo;</p>

	<p>Forma de atuação: O Comitê reúne-se ordinariamente a cada três meses conforme calendário por ele definido e, extraordinariamente, mediante convocação do seu Presidente ou por solicitação de pelo menos um terço de seus membros.</p>
Comissão de Ética - COET	<p>Base Normativa: art. 96 e 97 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB</p>
	<p>Atribuições: I- orientar os servidores para que se conduzam de acordo com as normas, inspirando a segurança e o respeito no serviço público prestado pelo IFB, além de dirimir dúvidas a respeito da interpretação das normas de conduta ética observando as normas e orientações da Comissão de Ética Pública; II- Encaminhar relatório conclusivo, dos processos por ela desenvolvidos, para deliberação do Reitor; III- conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura; IV - atuar como instância consultiva do Reitor e dos servidores do IFB; V - aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, no âmbito do IFB; VI - supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal; VII - orientar e recomendar questões que envolvam a conduta ética do servidor; VIII- receber denúncias e representações contra servidores por suposto descumprimento às normas éticas, procedendo à apuração; IX – instaurar, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, e desde que haja indícios suficientes, processo para apuração de fato ou conduta que possa configurar descumprimento ao padrão ético recomendado aos agentes públicos; X - submeter ao Reitor sugestões de aprimoramento ao código de conduta ética do IFB.</p>
	<p>Forma de atuação: reuniões semestrais, ou quando ocorrer extraordinariedade.</p>
Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT	<p>Base Normativa: Lei nº 10.973, de 02.12.2004; Decreto nº 5.563, de 11.10.2005; Resolução nº 009/2012-CS/IFB, de 03.02.2012; Portaria Normativa nº 008, de 10.10.2014.</p>
	<p>Atribuições: I- zelar pela política de inovação tecnológica, bem como a regulamentação da propriedade intelectual do IFB; II- acompanhar a execução do plano estratégico e do plano de metas do NIT/IFB; III-Apreciar relatório semestral encaminhado pelo Coordenador Geral do NIT/IFB; IV- apreciar e aprovar normas e regulamentos do NIT/IFB; V- aprovar o calendário de reuniões do ano; VI- avaliar a conformidade das atividades do NIT/IFB com a legislação vigente; VII- propor orçamento para as despesas ordinárias anuais do NIT/IFB; VIII- propor, apreciar e aprovar modificações no Regimento Interno do NIT/IFB.</p>
	<p>Forma de atuação: reuniões mensais ou quando ocorrer extraordinariedade.</p>
Núcleo de Apoio à Inclusão Social - NAPNE	<p>Base Normativa: Lei nº 11.892/2008, Decreto nº 7.234/2010 – PNAES; Decreto nº 7.611/11; Lei nº 10.098/2000 e Resolução nº 024-2013/CS-IFB.</p>
	<p>Atribuições: I – Appreciar os assuntos concernentes: a) à quebra de barreiras, no <i>Campus</i>, conforme citadas no Art. 4º desta Resolução. b) ao atendimento de pessoas com necessidades específicas (deficiência, superdotação/altas habilidades e transtornos globais do desenvolvimento) no <i>Campus</i>; c) à criação e revisão de políticas visando à inserção de questões relativas à inclusão na educação profissional e tecnológica, em âmbito interno ou externo do <i>Campus</i>; d) à promoção de eventos que envolvam a sensibilização e formação de servidores para as práticas inclusivas em âmbito institucional; II – Articular os diversos setores da instituição nas diversas atividades relativas à inclusão, definindo prioridades, uso e desenvolvimento de tecnologia assistiva, além de material didático pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas; III – Prestar assessoria aos dirigentes do <i>Campus</i> em questões relativas à inclusão de Pessoas com Necessidades Específicas; IV – Estimular o espírito de inclusão na comunidade interna e externa, de modo que o(a) estudante em seu percurso formativo, adquira conhecimentos técnicos, científicos e também valores sociais consistentes, que o levem a atuar na sociedade de forma consciente e comprometida. Parágrafo Único: O NAPNE buscará desenvolver estas atividades preferencialmente por meio de projetos de Extensão. V – Estimular a prática da pesquisa em assuntos relacionados à EPT inclusiva, preferencialmente por meio de parcerias; VI – Elaborar em conjunto com os demais setores do <i>Campus</i>, ações de atendimento aos estudantes com necessidades específicas; VII – Auxiliar, com o apoio da DREP e demais setores, a adequação curricular, conforme programas definidos.</p>
	<p>Forma de atuação: Reunião ordinária mensal e, extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador</p>
Comitê Gestor de Programas Institucionais de bolsas e projetos - CGPIBP	<p>Base Normativa: Lei nº 10.973, de 02.12.2004; Resolução Normativa nº 17/2012/CNPq; Resolução nº 12/2012/CS-IFB - Regimento Geral do IFB; Resolução nº 17-2012/CS-IFB; Portaria Normativa nº 02/2014.</p>
	<p>Atribuições: gerenciar os programas institucionais de bolsas e projetos de pesquisa, inovação e extensão. I – colaborar na elaboração de editais de pesquisa, inovação e extensão no âmbito do IFB; II – auxiliar na avaliação de projetos e relatórios de pesquisa, inovação e extensão; III – auxiliar na organização da Semana de Produção Científica do IFB; IV – compor o comitê científico da Semana</p>

	de Produção Científica; V – apoiar eventos técnicos-científicos; VI – colaborar na elaboração dos regimentos internos no âmbito da pesquisa e extensão e outras atividades demandadas pelas Pró-Reitorias de Pesquisa e Inovação ou Pró-Reitoria de Extensão.
	Forma de atuação: reuniões mensais ou quanto convocadas pelo presidente
Conselho Editorial	Base Normativa: Resolução nº 22/2012 – CS/IFB
	Atribuições: I - Atuar de forma propositiva e participativa nas atividades da EIFB. II - Propor a linha editorial da EIFB. III - Avaliar as obras submetidas para publicação e sugerir nomes de dois (2) pareceristas <i>ad hoc</i> que tenham titulação mínima de mestre ou notório saber na respectiva área do conhecimento, sendo um interno e outro externo ao IFB. Havendo discrepância dos pareceres, indicar um terceiro parecerista externo. IV - Propor exposições - nacionais e internacionais - e a venda de publicações da EIFB em congressos, seminários, feiras e outros certames científicos, culturais e/ou artísticos, de acordo com a regulamentação da EIFB. V - Exercer cumulativamente a função de Conselho Editorial da Revista Eixo. VI - Definir a política editorial da EIFB e estabelecer critérios para sua execução. VII - Aprovar ou vetar a publicação de obras, tomando como base os pareceres técnicos. VIII - Aprovar previamente o projeto gráfico das publicações. IX - Propor os procedimentos operacionais para captação, avaliação, financiamento e distribuição das obras publicadas. X - Aprovar o relatório anual das atividades da EIFB, o qual deve ser encaminhado à PRPI até o último dia útil do ano.
	Forma de atuação: reunião semanal.
Comissão Permanente de Avaliação - CPA	Base Normativa: Lei nº 10.861, de 14.04.2004 e art. 101 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB.
	Atribuições: I - estabelecer diretrizes e indicadores com a finalidade de conduzir a organização dos processos internos da avaliação institucional; II - sistematizar a prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Educação e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP/MEC); III – formular propostas para a melhoria da qualidade das atividades desenvolvidas pelo IFB, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos internos da avaliação institucional; IV - manter os registros gerados durante a avaliação, sistematizando seu arquivamento e distribuição; e V - exercer as demais atribuições inerentes à natureza de sua competência.
	Forma de atuação: reuniões são realizadas a cada trimestre, podendo haver reuniões extraordinárias convocadas pela Presidência da CPA.
Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD	Base Normativa: Lei nº 11.892, de 29.12.2008, art. 89 a 92 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB.
	Atribuições: I - apreciar os assuntos concernentes: a) à alteração do regime de trabalho dos docentes; b) à avaliação do desempenho para a progressão funcional dos docentes; c) aos processos de ascensão funcional por titulação; d) à solicitação de afastamento para Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado e Doutorado; II - desenvolver estudos e análises que permitam fornecer subsídios para a fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal docente e de seus instrumentos; III- outras que lhe forem atribuídas pelo IFB.
	Forma de atuação: uma reunião obrigatória mensal ou extraordinárias quando necessárias.
Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação - CIS	Base Normativa: art. 93 a 95 da Resolução nº 12/2012/CS-IFB.
	Atribuições: I - assessorar a Diretoria de Gestão de Pessoas, bem como os servidores, quanto ao plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação; II - fiscalizar e avaliar a implementação do respectivo plano de carreira no âmbito do IFB; III - propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do plano de carreira; IV - apresentar propostas de elaboração do plano de desenvolvimento de pessoal do IFB; V - fiscalizar a execução dos programas de capacitação, avaliação e dimensionamento das necessidades de pessoal; VI - acompanhar o processo de identificação dos ambientes organizacionais, propostos pela Diretoria de Gestão de Pessoas; VII - examinar os casos omissos referentes ao plano de carreira e encaminhá-los à Comissão Nacional de Supervisão; VIII – desenvolver estudos e análises, visando o fornecimento de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política do pessoal técnico-administrativo. IX – colaborar com os órgãos próprios do IFB no planejamento dos programas de treinamento e capacitação; X- apreciar os assuntos concernentes: a) aos processos de acompanhamento e avaliação para progressão funcional; b) aos processos de seleção interna para efeito de ascensão funcional; c) às dispensas, exceto as voluntárias, aos afastamentos para realização de curso de pós-graduação e às transferências; d) aos critérios de caráter geral necessários à elaboração das normas específicas sobre a realização dos concursos públicos; e) às readaptações
	Forma de atuação: reuniões semestrais ou quando houver caso extraordinário

Núcleo de Auditoria Interna - NAIN	Base Normativa: Art. 74 da CF 1988; Decreto-lei nº 200/67; Decreto nº 3.591/2000; Lei nº 10.180/2001; Lei nº 8.443, de 16 de Julho de 1992; Resolução RIFB nº 28 de 18 de novembro de 2009; Resolução RIFB nº 22 de 15 de julho de 2011; Art. 26 do Estatuto do IFB.
	Atribuições: O Núcleo de Auditoria Interna tem por finalidade examinar, assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão do IFB, bem como comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística das unidades, tendo em vista assegurar: I - a regularidade da administração orçamentária, financeira e patrimonial do IFB; II - a adequação e a regularidade das contas, bem como a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, observados os princípios da legalidade, legitimidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e economicidade; III - a racionalização e a execução das receitas e despesas, de forma a garantir a aplicação regular e a utilização racional dos recursos e bens disponíveis; IV - os subsídios necessários aos órgãos responsáveis pelas ações de administração, planejamento, orçamento e programação financeira do IFB, de forma a possibilitar-lhes o progressivo aperfeiçoamento das atividades; V - o cumprimento das leis, normas e regulamentos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, financeiros e patrimoniais do IFB; VI - a racionalização progressiva dos procedimentos administrativos, contábeis, financeiros e patrimoniais do IFB.
	Forma de atuação: conforme descrito no item 3.2 – Atuação da unidade de auditoria interna.

3.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A Unidade de Auditoria Interna do IFB foi instituída pela Resolução RIFB nº 28 de 18 de novembro de 2009, de acordo com o art. 74 da Constituição Federal, a Lei nº 8.443 de 16 de Julho de 1992, e o Decreto nº 3.591 de 6 de setembro de 2000. Com a Resolução RIFB nº 22 de 15 de julho de 2011, passou a denominar-se Núcleo de Auditoria Interna (NAIN).

O NAIN, unidade de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, é responsável pela auditoria interna da Instituição, bem como por racionalizar as ações do IFB e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 28 do Estatuto do IFB e artigos 102 a 106 do Regimento Geral do IFB.

O Núcleo de Auditoria Interna está vinculado ao Conselho Superior, sendo vedado delegar a vinculação a outro órgão inferior. Essa vinculação, que tem por objetivo proporcionar à Unidade de Auditoria Interna um posicionamento suficientemente elevado, de modo a conferir-lhe independência no desempenho de suas atribuições, não impede o NAIN o acesso livre, amplo e irrestrito a todas as áreas da instituição.

O Núcleo de Auditoria Interna se sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Órgão Central e dos órgãos setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, em suas respectivas áreas de jurisdição, nos termos do artigo 15, do Decreto 3.591/2000. Atualmente, o Núcleo de Auditoria Interna é composto pelos seguintes servidores:

Quadro 24 - Servidores do NAIN

Item	Nome	Cargo	Formação Acadêmica
1	Carla Regina Klein	Auditora-Chefe	Bacharel em Ciências Contábeis
2	Sarah Lopes Pinto	Auditora	Bacharel em Direito
3	Victor Delábio Ferraz de Almeida Meira	Auditor	Bacharel em Direito
4	Patrícia Maciel da Silva	Auditora	Bacharel em Direito

Fonte: NAIN

A escolha do titular é feita por meio da indicação do dirigente máximo da unidade e deve ser aprovada pelo Conselho Superior do Órgão que, após provada, é encaminhado o processo para a CGU para que seja autorizada a nomeação do titular, conforme a Portaria/CGU nº 915, de 29 de abril de 2014.

O NAIN desempenha suas atividades de forma centralizada na Reitoria, mas sua atuação abrange todas as unidades do IFB. No exercício de 2016, a auditoria interna realizou dezessete ações, dentre as quais, dezesseis estavam programadas no Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e uma não. O quadro a seguir detalha as ações realizadas no exercício:

Quadro 25 - Ações do Núcleo de Auditoria Interna

Ações programadas no plano anual de auditoria	Realizada
Gestão Patrimonial – Controle, inventário, guarda e conservação de bens móveis	Sim
Gestão de Suprimento de Bens e Serviços - Almoxarifado	Sim
Gestão de Pessoas: Admissão de Pessoal	Sim
Gestão de Pessoas – Averiguação do Controle de frequência nos termos da Portaria Normativa/IFB n. 01, de 09 de março de 2015.	Sim
Gestão Financeira: Auditoria Contábil	Sim
Aquisição – Avaliação da Regularidade dos processos licitatórios realizados.	Sim
Gestão de Pessoas: Concessão de Gratificação por encargo de curso ou concurso.	Não*
Gestão Operacional: Acompanhamento da Execução dos contratos de prestação de serviço contínuo de limpeza e conservação e prestação de serviço de vigilância.	Sim
Acompanhamento da execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino	Sim
Avaliação da estrutura de controles internos instituída pela unidade administrativa.	Sim
Aquisições: Análise da Regularidade nos processos de inexigibilidade e dispensa de licitação	Sim
Gestão Financeira: Acompanhamento da execução da obra – <i>Campus Brasília</i>	Em Andamento**
Plano de Providências da CGU-PR-DF e do TCU	Sim
Monitoramento das Recomendações do Núcleo de Auditoria Interna – NAIN	Sim
Elaboração do PAINT/2017	Sim
Elaboração do RAIN/2015	Sim
Ações não programadas no plano anual de auditoria	Realizada
Averiguação referente à denúncia anônima, referente à sobreposição de horário de um servidor: horário de trabalho <i>versus</i> horário de estudo, nos anos de 2013 a 2016.	Sim

*A ação de auditoria referente à Gestão de Pessoas – Concessão de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso não foi concluída, pois conforme resposta da S.A nº 65/2016, não houve nenhum pagamento referente ao encargo de curso ou concurso no período.

**Já em relação à Gestão Financeira – Acompanhamento da Execução de Obras – *Campus Brasília*, não foi concluída até o final do ano de 2016. Sendo assim, essa auditoria foi prevista no PAINT de 2017 para prosseguimento dos trabalhos.

Para cada auditoria realizada, é elaborado um relatório de auditoria contendo as informações que os membros da equipe de auditoria julgam necessárias para o entendimento do objeto que está sendo auditado. O relatório de auditoria contempla, também, as constatações feitas pela equipe e as recomendações que os auditores consideram necessárias para sanar as discontinuidades encontradas e para aprimoramento dos controles internos. Este relatório de auditoria é enviado ao Gabinete do Reitor para conhecimento, ciência e assinatura e, após, é enviada uma via do relatório à área auditada, bem como é disponibilizado no site institucional do órgão.

A sistemática adotada, para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria, consiste na avaliação das manifestações apresentadas pela unidade auditada quanto às recomendações emitidas por meio dos Relatórios de Auditoria ou Notas de Auditoria. Após a avaliação das manifestações apresentadas, o NAIN emite um termo de análise e classifica as recomendações como: implementada, não implementada ou parcialmente implementada. Mensalmente, é enviado para o Conselho Superior o Relatório Gerencial com as justificativas dos gestores pertinentes às recomendações não implementadas ou implementadas parcialmente, conforme preconiza a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015.

3.2.1 Sobreposição de carga horária - PRONATEC

A Auditoria Interna do IFB realiza auditoria referente à sobreposição de horário do PRONATEC desde 2012, quando realizou uma auditoria extraordinária no PRONATEC para verificar se não estava ocorrendo a sobreposição de horário conforme prevê o art. 9º, § 1º da Lei 12.513, de 26 de outubro de 2011, que estabelece:

Art. 9o São as instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas autorizadas a conceder bolsas aos profissionais envolvidos nas atividades do Pronatec.

§ 1o Os servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica poderão perceber bolsas pela participação nas atividades do Pronatec, desde que não haja prejuízo à sua carga horária regular e ao atendimento do plano de metas de cada instituição pactuado com seu mantenedor, se for o caso.

No referido ano, foi encontrada sobreposição de horário de todos os servidores atuantes no PRONATEC e foi recomendado à Coordenação-Geral do PRONATEC analisar a possibilidade de compensação das horas de sobreposição verificadas de cada servidor ou a devolução dos valores pertinentes.

A partir de 2013, a auditoria no PRONATEC foi inserida no PAINT, sendo realizada anualmente. No referido ano, foi verificado que o problema persistia e se fez a seguinte recomendação à Coordenação-Geral do PRONATEC:

Tomar as providências necessárias junto aos servidores constantes das tabelas c.1 a c.14 para restituírem o valor recebido indevidamente das horas de trabalho consideradas como sobreposição. A devolução deverá ocorrer por meio de GRU seguindo instruções da Pró-Reitoria de Administração – PRAD.

Recomenda-se, ainda em função das sobreposições e incompatibilidades de horários detectadas:

a) a implantação do controle da frequência por meio de ponto eletrônico a todos os servidores bolsistas de modo a coibir a sobreposição da carga horária e incompatibilidades de horários;

b) mensalmente, antes do pagamento das horas trabalhadas dos servidores bolsistas, que a chefia imediata do servidor no IFB seja informada da frequência no PRONATEC e consultada/questionada formalmente quanto a não sobreposição de carga horária.

Ressalta-se que em 2013 não foi dada a opção de compensar as horas, conforme ano anterior, mas somente a devolução dos valores por meio de GRU.

Em 2014, foi encontrada, ainda, sobreposição de horário, mas houve uma melhora significativa no controle interno do PRONATEC. No entanto, esta prática não foi totalmente abolida e, conforme os anos anteriores, recomendou-se a devolução dos valores por meio de GRU.

Em de 2015, quarto ano seguido de realização da referida auditoria, não foram encontradas impropriedades que resultassem em constatações e recomendações, denotando-se que a prática de sobreposição de horário foi coibida. Em 2016 foi realizada novamente a auditoria no PRONATEC e não foram encontradas impropriedades referente à sobreposição de horário.

Verifica-se, assim, que o trabalho de auditoria tem coibido a prática de sobreposição de horário e contribuído com a consolidação de um dos principais deveres impostos aos agentes administrativos pelo ordenamento jurídico, o dever de probidade, dever este que exige do servidor, no desempenho de suas atividades, uma atuação ética, honesta e de boa-fé, em consonância com o princípio da moralidade administrativa.

3.3 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O IFB executou suas atividades de correição instaurando, ao longo de 2016, cerca de 23 processos disciplinares, entre eles 9 Processos Administrativo Disciplinares (PAD) e 14 Sindicâncias, estando 1 deles julgado e o restante em reta final de apuração. Processos estes que tiveram como objetos diferentes infrações previstas na legislação administrativa. Além disso, cumpre esclarecer que 6 processos foram julgados em 2016, dentre eles, 1 foi instaurado em 2014, 4 foram instaurados em 2015 e outro em 2016.

O IFB, órgão integrante do Poder Executivo, aderiu ao registro das informações relativas aos processos disciplinares, conforme a Portaria CGU nº 1.043, de 24/07/2007, que trata da inserção no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD.

Por fim, cabe destacar o comprometimento deste Instituto com a excelência na prestação do serviço público, na medida que, para além da sua característica corretiva, o processo disciplinar no IFB tem atingido também o caráter educativo, evidenciando seu principal objetivo que é a prevenção dos ilícitos administrativos. Tais resultados somente são possíveis dada a dedicação e a competência dos servidores que conduzem esses procedimentos de forma íntegra, imparcial e sigilosa.

3.4 Gestão de riscos e controles internos

Quadro 26 - Riscos identificados e controles internos estabelecidos

Riscos que possam comprometer os objetivos institucionais	Controles internos estabelecidos pelo nível estratégico de direção para mitigar esses riscos
Orçamento deficitário que dificulta o desenvolvimento de ações necessárias para o melhor andamento das atividades educacionais.	- Captação de recursos complementares por meio de emendas parlamentares, TEDs e busca de instituições de fomento; - Ações para redução de energia elétrica, água e papel; - Tratativas de criação de Fundação de Apoio; - Aumento de arrecadação própria.
Redução de vagas de estágio	Manutenção do Boletim do Estágio Reuniões periódicas com as coordenações de estágio dos <i>campi</i> . Realização anual da Feira Estágio e Emprego. Visitas nas empresas
EAD: - Diminuição dos recursos aplicados - Falta de servidor para atuação exclusiva na EAD.	- Adoção da primeira experiência de oferta de cursos EAD do IFB. - lotação de mais pessoas para atuarem na EAD. - Instituição de uma Comissão para institucionalização da EAD
Baixa compreensão e integração entre as necessidades e limitações da atividade meio (administrativo) e fim (ensino).	Promoção de reuniões conjuntas com a presença de servidores/gestores ligados ao setor de ensino e administrativo.
Contingenciamento de orçamento para capacitação da força de trabalho.	Promoção de cursos de capacitação com a própria <i>expertise</i> de profissionais da instituição e, também, acordo para vagas em cursos do MEC e divulgação de cursos gratuitos promovidos pela Administração Pública Federal em Brasília.
Falta de infraestrutura para dar suporte ao aumento da demanda da pesquisa aplicada tecnológica.	Reunião com o setor produtivo. Rodada de negócios. Criação de edital para fortalecimento da pesquisa aplicada nos <i>campi</i> . Tratativas com Fundação de Apoio.
Falta de Profissionais do cargo de Tradutor Interprete de língua de Sinais.	Edital de redistribuição; Aproveitamento de fila de outros concursos; Solicitação ao MEC por meio de ofícios autorização para realização de edital para contratação temporária.
Dependência externa de documentos para regularização do habite-se dos imóveis construídos.	Foram emitidos ofícios e realizadas reuniões nos diversos órgãos do GDF como TERRACAP e NOVACAP a fim de tentar agilizar a emissão de documentos necessários à obtenção do habite-se da construção dos <i>campi</i> bem como a doação dos terrenos onde estão situados. Foi também designado um servidor para acompanhar o trâmite desses processos.
Incerteza sobre a disponibilização orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual/LOA.	Sugestão: Foi recomendado que todos os setores do IFB providenciasse a instrução completa dos processos de licitação ao invés de aguardar a disponibilização dos recursos orçamentários para iniciar a instrução processual. Dessa forma, no caso da liberação do recurso de forma intempestiva, tivéssemos condições de realizar a referida contratação.
Dependência da integração entre as pró-reitorias envolvidas e da mobilização docente quanto as possibilidades e perspectivas desta integração (Ensino, Pesquisa e Extensão). O investimento em projetos integrados contribuiria decisivamente para o alcance deste objetivo e assim, o risco imediato seriam as limitações de recursos.	As pró-reitorias vem trabalhando na formatação de editais em conjunto, com participação financeiras das três pró-reitorias envolvidas. Tais editais visam o desenvolvimento de projetos vinculados aos três pilares (ensino, pesquisa, extensão). Fato concreto é o edital "PIPA" - delineado pelas três pró-reitorias e que buscam a integração concreta. Consolidação do CEPE. Realização do ConectaIF. Realização de editais e atividades de integração.

4 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Este capítulo contempla informações sobre a gestão de pessoal, infraestrutura patrimonial, tecnologia da informação e critérios de sustentabilidade ambiental.

4.1 Gestão de pessoas

Característica

A força de trabalho do IFB alcançou o quantitativo de 1.077 servidores em 2016, representando um crescimento 8% em relação ao exercício anterior. Do total de servidores, 1.031 (96%) ocupam cargos efetivos na instituição e 46 (4%) são de contratos temporários. Esse quantitativo representa o total de servidores com cargos lotados na instituição em dezembro de 2016.

Do total de servidores efetivos, 51% são Técnicos Administrativos em Educação (TAE) e 49% são Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Em relação aos contratados, 80% são Professores Substitutos e 20% são Professores Temporários, conforme figura ao lado.

Dentre os ocupantes de cargos efetivos, predomina, quanto ao gênero, servidores do sexo feminino, conforme figura abaixo. Destaca-se também o quantitativo de servidores que possuem entre 31 a 45 anos, seguidos daqueles com até 30 anos de idade. Os servidores que possuem mais de 50 anos representam apenas 8% do total, o que reflete no número de aposentadorias realizadas desde a criação do instituto – apenas 5 até o exercício de 2016.

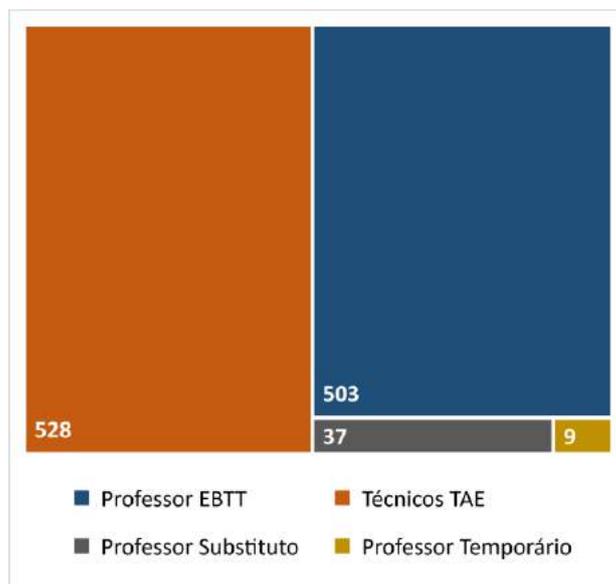


Figura 27 – Servidores por grupo de cargos
Fonte: SUAP

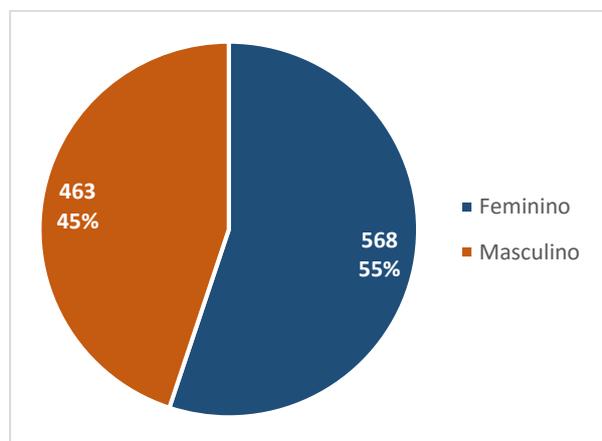


Figura 28 - Servidores por gênero
Fonte: SUAP

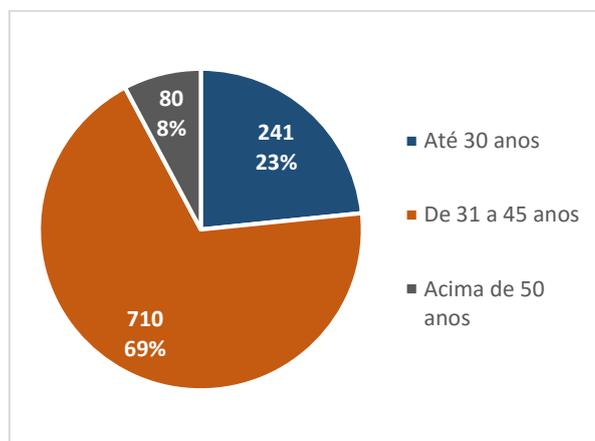


Figura 29 - Servidores por faixa etária
Fonte: SUAP

O quadro de pessoal da instituição é composto, em sua maioria, por profissionais com grau de escolaridade superior ao exigido para o ingresso no cargo. Prevalece o grau de escolaridade igual ou superior a graduação, representando 90% do quadro de pessoal, conforme figura abaixo:

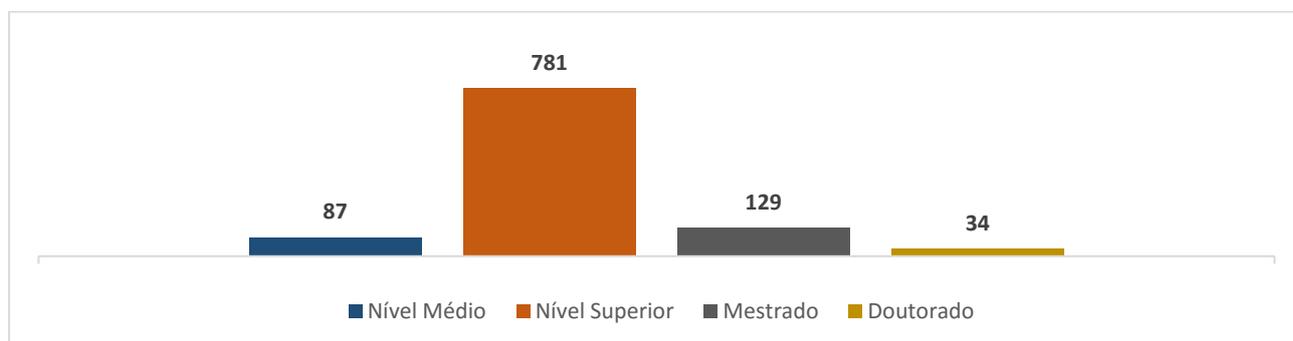


Figura 30 - Servidores por grau de escolaridade

Fonte: SUAP

A tabela abaixo apresenta alguns dos principais indicadores gerenciais relacionados à Gestão de Pessoas do Instituto.

Tabela 2 - Indicadores de Gestão de Pessoas

Indicadores	Resultado em 2016
Total de servidores	1077
Ingressos em 2016	165
Egressos em 2016	95
Índice de <i>Turnover</i> (rotatividade)	12,07%
Custo total com folha de pagamento (salário+benefícios)	R\$ 100.621.411,64
Custo com folha de pagamento por servidor	R\$ 93.427,49
Remuneração mensal média por servidor	R\$ 7.785,62

Fonte: DRGP

Comparando-se aos resultados obtidos em 2015, houve um acréscimo de 8% na força de trabalho do IFB, com incremento de 16% no custo total de folha de pagamento. Comparando-se os custos gerais de folha de pagamento e seu incremento diante da inflação de 6,29% divulgada oficialmente pelo IBGE para 2016, tem-se um ganho real na remuneração na ordem de 9,62%. De modo qualitativo, em 2016 foram realizadas ações de Qualidade de Vida no Trabalho, que incluíram: Integração ao IFB, Dia do Servidor, Arraiá Solidário, Viva com Saúde e Encontros de CDGP's.

Qualificação

A Coordenação-Geral de Políticas de Qualificação (CGPQ), dentre suas atribuições, é responsável por propor, em conjunto com as coordenações de gestão de pessoas dos *Campi*, com a Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS) e com a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), a política de capacitação e qualificação para o IFB e, além disso, acompanhar a implementação da política de qualificação e implementar o Plano Anual de Capacitação (PAC).

O PAC de 2016 contemplou ações e eventos de capacitação visando proporcionar aos servidores do IFB a aquisição e o aperfeiçoamento de competências individuais e coletivas e a elevação da qualidade, eficiência e eficácia dos serviços públicos prestados pelo IFB ao cidadão.

Com o intuito de promover o desenvolvimento profissional continuado do seu quadro de servidores, contribuindo para o aprimoramento das atividades por eles executadas e, conseqüentemente, para a qualidade dos serviços prestados à comunidade, o IFB ofertou 16 cursos de capacitação em 2016, sete deles em parceria com a Escola de Administração Fazendária – ESAF, um pela Associação Brasileira de Orçamento Público – ABOP, e oito pelo próprio Instituto totalizando 244 servidores capacitados, conforme quadro abaixo.

Quadro 27 - Eventos de Capacitação em 2016

Cursos de Capacitação		Nº de horas	Nº de vagas	Nº de inscritos	Nº de concluintes
ESAF	Desenvolvimento de equipes	30	30	9	7
	Elaboração de parecer, nota técnica e relatórios	30	30	29	26
	Gestão de conflitos	30	30	24	24
	Gestão de documentos	30	30	21	20
	Gestão e fiscalização de contratos	30	30	16	16
	Mapeamento de processos	30	30	13	11
	Planejamento estratégico	60	30	23	20
IFB	A aprendizagem centrada no estudante e as metodologias ativas de aprendizagem	16	22	8	8
	Adequação curricular para atender alunos com Transtorno Funcional Específico	16	22	11	11
	Avaliação formativa e interação: construindo caminhos para que o estudante seja coautor da análise de sua aprendizagem	16	22	9	9
	Avaliação institucional e regulação da Educação Superior	16	22	7	7
	Explorando os potenciais da EaD para articular teoria e prática nas licenciaturas do IFB	16	22	7	7
	O currículo para além de teoria: as manifestações cotidianas de práticas curriculares	16	22	4	4
	Gerenciamento de riscos de TI	20	25	20	20
	Elaboração, acompanhamento e execução do Processo Seletivo	8	30	27	27
ABOP	Elaboração de planilhas e formação de preços	24	30	27	27
Total		388	427	255	244

Fonte: CGPQ/PRDI

Observa-se do quadro acima que não houve procura para o total de vagas disponibilizadas. O número de inscrições correspondeu a 60% desse total. No geral, o percentual de conclusão dos inscritos nos cursos foi de 96%. Houve ainda um expressivo número de servidores que foram capacitados em outros 173 cursos e 123 eventos de capacitação (congressos, simpósios, encontros, conferências, visitas técnicas) divulgados pela Reitoria ou por ações locais dos *campi* e iniciativa própria dos servidores. Foram ao todo 741 servidores capacitados, conforme gráficos ao lado.

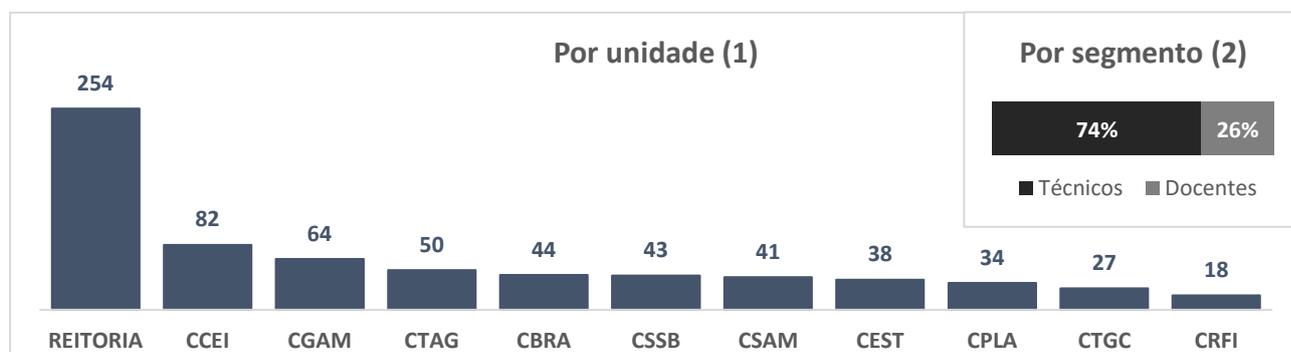


Figura 31 - Servidores capacitados em 2016, por unidade (1) e segmento (2)
Fonte: CGPQ/PRDI

Os principais objetivos para a área de Capacitação e Qualificação da força de trabalho em 2016 foram: propiciar capacitação para os novos servidores que ingressaram no IFB, assim como àqueles não capacitados na própria área; e aumentar a quantidade de servidores beneficiários da qualificação.

Em relação à Capacitação, foram realizados cursos e/ou oficinas, de pequena duração, em média de 32 horas, e participação em seminários e congressos, ocorridas no país e no exterior. Em relação à qualificação, o IFB viabilizou a participação de servidores em programas de pós-graduação *stricto sensu*, por meio de parcerias institucionais visando a participação de servidores em cursos de mestrado; concessão de afastamentos para a participação em cursos de pós-graduação *stricto sensu*; qualificação em serviço (os servidores participam de cursos de pós-graduação sem se afastarem das atividades laborais) e concessão de bolsas de incentivo à capacitação.

Dos 52 servidores matriculados no Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, ofertado em 2015 por meio de uma parceria do IFB com o Instituto Politécnico de Santarém (IPS), de Portugal, 24 concluíram em 2016. Neste mesmo exercício, foram selecionados 31 servidores do IFB para participarem do programa de Mestrado em Administração Educacional (MAE), fornecido pela mesma instituição parceira. Outros 6 servidores mestrando do Mestrado profissional em Gestão Pública, viabilizado por meio da parceria SETEC/MEC/UNB, defenderam no ano de 2016. Desses servidores os últimos 4 concluíram no exercício de 2016. Há ainda um servidor concluinte do mestrado na área de tecnologia da informação, beneficiado pelo convênio SETEC/MEC/UFPE, com as despesas de deslocamentos para realização do curso pagas pelo IFB.

No total, 151 servidores participaram de programas de qualificação em 2016. Desses, 85 são técnicos administrativos e 66 docentes, que cursaram graduação (16), especialização *lato sensu* (30), mestrado (58), doutorado (45) e pós-doutorado (02). Ao todo, 70 servidores concluíram seus programas em 2016, sendo 6 graduados, 10 especialistas, 43 mestres e 11 doutores. O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos servidores qualificados e/ou em qualificação, por segmento de cargo e por unidade.



Figura 32 - Servidores participaram de programa de qualificação em 2016, por unidade (1) e segmento (2)
Fonte: CGPQ/PRDI

4.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 28 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	1030	136	62
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	1030	136	62
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	1015	133	48
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	6	1	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	7	2	3
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	2	1	9
2. Servidores com Contratos Temporários	0	46	29	33
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	1	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	1077	165	95

Fonte: SUAP

Quadro 29 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	375	655
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	375	655
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	363	652
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	6	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	4	3
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	46
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	376	701

Fonte: SUAP

Quadro 30 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	0	67	24	33
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	67	24	33
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	62	23	24
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	2	1	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	2	0	8
1.2.4. Sem Vínculo	0	1	0	0

1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	0	195	102	126
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	194	102	123
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	3
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	262	126	159
Fonte: SUAP				

Análise crítica

O IFB não realizou uma avaliação sobre a distribuição da força de trabalho durante o exercício de 2016, concentrando os trabalhos no provimento dos cargos vagos para a composição do quadro efetivo. Ressalta-se ainda que a composição da força de trabalho do IFB apresenta, na sua quase totalidade, servidores efetivos de carreira do quadro de pessoal. Ademais, conforme demonstrado no quadro acima (Distribuição da Lotação Efetiva), a maioria da força de trabalho encontra-se relacionada à área fim.

Quanto à faixa etária da força de trabalho, os servidores do IFB se concentram entre 25 e 45 anos conforme apresentado. Nesse contexto, foram concedidas desde a criação do órgão cinco aposentadorias, não havendo, portanto, significativo impacto na força de trabalho por conta desse tipo de ocorrência. Diante do exposto, a previsão de tempo para aposentadoria dos servidores é de longo prazo (15 a 30 anos).

O IFB tem proporcionado vários afastamentos aos seus servidores, principalmente docentes, e que em sua maioria já se encontram estáveis, para fins de capacitação e qualificação. Para evitar que muitos servidores se afastem numa proporção que impacte no funcionamento das unidades, foi adotado o edital de afastamento, que visa o afastamento gradativo e em percentuais que as unidades consigam dar andamento em suas ações. Informa-se que para alguns afastamentos docentes existe a previsão legal de substituições.

Conforme evidenciado no primeiro gráfico desse relatório (Força de Trabalho da UPC), houve um total de 165 novos ingressantes à força de trabalho do IFB, incluindo-se nesse montante os contratos temporários. Por outro lado, houve um total de 95 egressos durante o exercício de 2016.

4.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 31 - Despesas com pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	72.900.632,24	3.960.817,57	6.962.097,12	3.605.849,11	6.670.139,46	1.327.011,16	384.314,54	74.632,37	87.796,21	95.973.289,78
	2015	57.902.977,86	3.787.031,29	5.606.485,89	3.180.384,91	3.771.444,78	1.000.775,65	273.530,67	8.536,59	56.145,49	75.587.313,13
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	0,00	347.717,73	25.446,61	20.253,34	70.981,00	29.324,20	3.730,28	1.206,74	3.562,08	502.221,98
	2015	0,00	510.932,33	32.509,82	19.289,72	78.850,00	0,00	0,00	0,00	3.562,08	645.143,95
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0,00	65.002,42	5.586,77	1.862,25	5.581,00	0,00	2.014,97	0,00	0,00	80.047,41
	2015	0,00	63.546,12	5.295,51	1.891,70	4.476,00	0,00	599,00	0,00	0,00	75.808,33
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	1.734.842,02	0,00	156.413,15	48.004,67	125.027,84	70.811,36	0,00	5.151,16	71.414,65	2.211.664,85
	2015	1.371.982,83	0,00	113.129,82	46.934,33	89.395,70	52.737,45	0,00	0,00	70.383,56	1.744.563,69
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	1.472.147,81	0,00	114.473,57	10.927,28	256.638,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.854.187,62
	2015	1.383.906,31	0,00	79.975,73	23.668,37	177.169,46	0,00	0,00	0,00	0,00	1.664.719,87
Fonte: SIAPE											

4.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A unidade de Gestão de Pessoas promove mensalmente controles para identificar possíveis irregularidades. Dentre eles, é realizada a análise criteriosa dos documentos apresentados para concessão de benefícios, licenças, afastamentos e pagamentos efetivados aos servidores, além da identificação de possíveis acumulações ilícitas de cargos. Como resultado desse controle, o índice de processos de reposição ao erário, finalizados em 2016, representa apenas 0,29% do total de demandas processuais submetidas à unidade.

Em 2016, foram concluídos 4.093 processos relacionados à Gestão de Pessoas na instituição. Em consonância com o princípio de Pareto, 20 temas relacionados à área de gestão de pessoas são responsáveis por 3.392 (83%) processos registrados e 85 temas dessa área deram origem a apenas 701 (17%) processos. Segue a quantidade de processos dos 20 temas mais demandados:

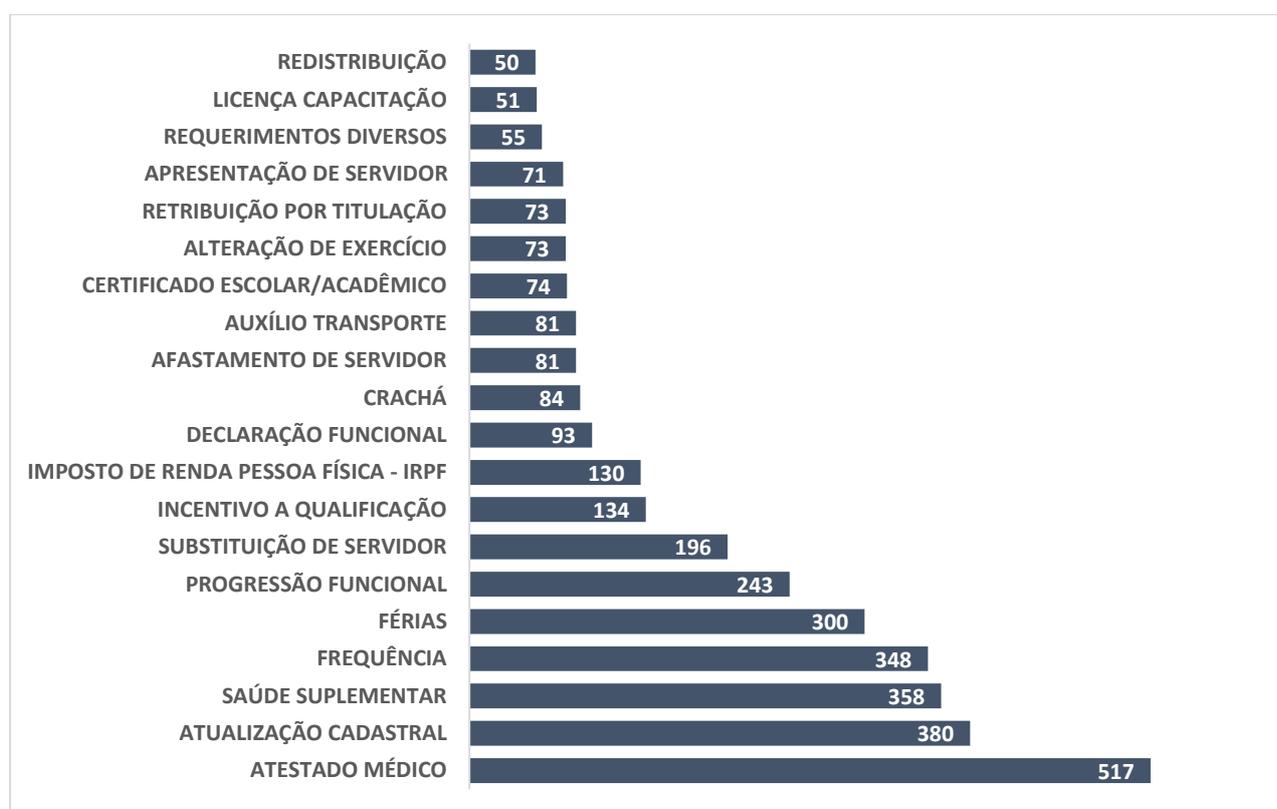


Figura 33 - Quantidade de processos por temas (Gestão de Pessoas)

Fonte: SUAP

O principal risco associado a Gestão de Pessoas no IFB ao longo de 2016 está relacionado a atenção à saúde. Foi fixada meta de adesão de 60% dos servidores aos exames médicos periódicos, o resultado, contudo, foi de apenas 11% no período, com 109 atestados de saúde ocupacional emitidos. Foram realizadas campanhas por e-mail e conscientização por meio de palestras proferidas no evento Viva com Saúde, contudo, a não obrigatoriedade de adesão ao exame dificultou o comprometimento do servidor com a pauta, uma vez que os exames, apesar de gratuitos e com abono do registro de frequência, são realizados fora do âmbito do instituto por meio de empresa contratada para tal fim.

De modo mais sensível, os afastamentos de servidores por motivo de saúde representam um dado preocupante para a Gestão de Pessoas no IFB. O quadro abaixo demonstra o afastamento de servidores em 2016 para tratamento da própria saúde ou de familiar que não resultaram em perícia.

Quadro 32 - Afastamentos por motivo de saúde, sem perícia

Tempo de Afastamento	Tratamento de Saúde		Licença por motivo de doença em pessoa da família	
	Quantidade de Atestados	Total de Dias de Afastamento	Quantidade de Atestados	Total de Dias de Afastamento
5 dias	44	220	0	0
4 dias	31	124	0	0
3 dias	113	339	17	51
2 dias	181	362	23	46
1 dia	397	397	60	60
Total	766	1442	100	157

Fonte: SIASS

O quadro abaixo apresenta os afastamentos que foram homologados por meio de perícia médica de acordo com a Lei 8112/1990, Decreto 7003/2009 e ON SRH/MPOG 03/2010.

Quadro 33 - Afastamento por motivo de saúde, com perícia

Tipo	Tempo de Afastamento (em dias) com Perícia									Total
	1	2 a 3	4 a 5	6 a 15	16 a 30	31 a 60	61 a 90	91 a 120	> 120	
Singular	47	73	57	183	72	21	0	12	0	465
Junta	2	4	2	4	9	9	2	1	0	33
Total	49	77	59	187	81	30	2	13	0	498

Fonte: SIASS

Infere-se dos dados apresentados acima, que a frequência de afastamentos por motivo de saúde foi significativa em 2016, com 1.364 atestados médicos registrados, numa média de 5,41 atestados por dia útil. O Gráfico abaixo demonstra a evolução dos afastamentos por motivo de saúde de acordo com o período em que o servidor fica afastado:

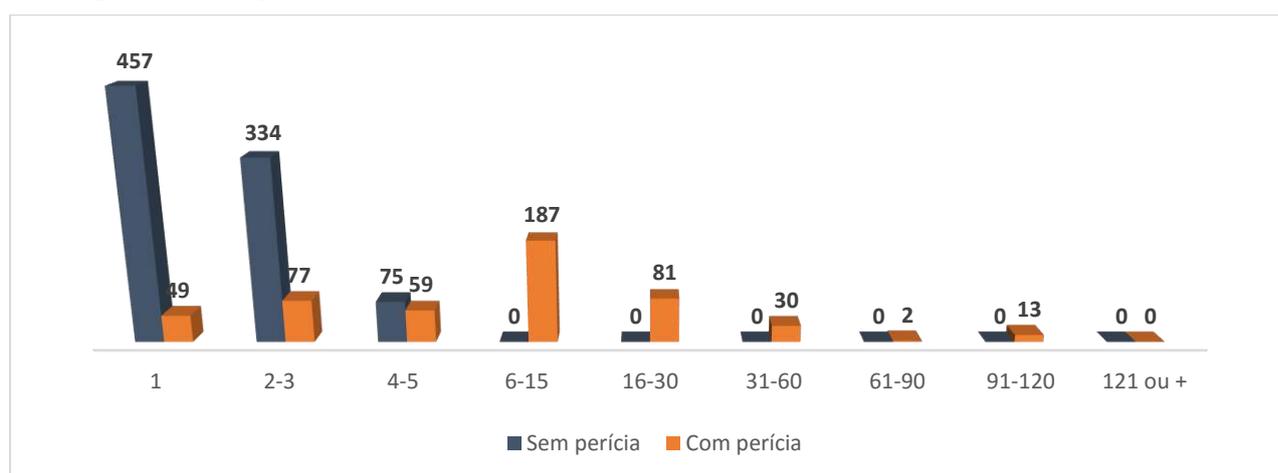


Figura 34 - Número de dias de afastamento por motivo de saúde em 2016

Fonte: SIASS

Dessa forma, a maioria dos afastamentos são de 1 a 3 dias, sendo passível o tratamento da questão a partir de medidas institucionais de promoção à saúde preventiva e qualidade de vida.

Quanto ao perfil do servidor afastado, tem-se que adultos na faixa de 26 a 40 anos são os mais frequentes, acompanhando a tendência do total de servidores da Instituição.

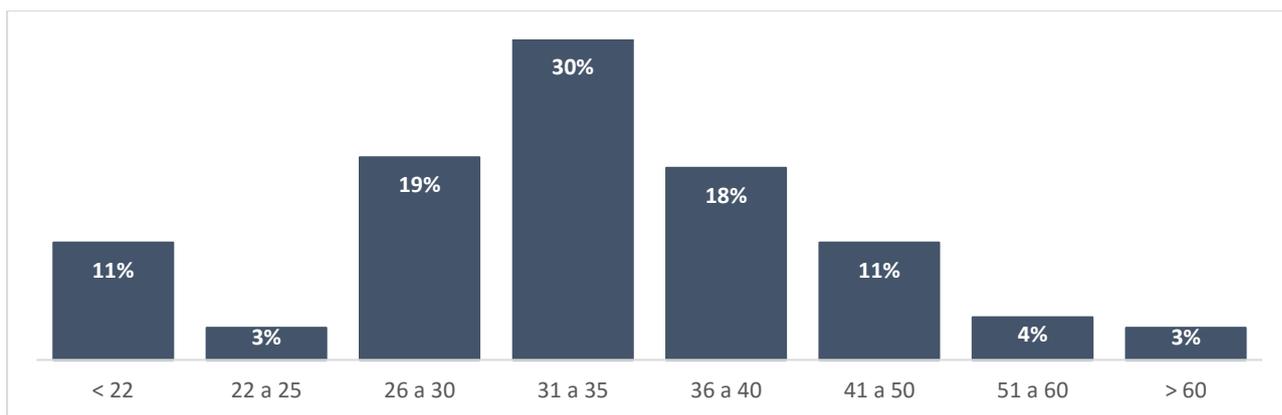


Figura 35 - Quantidade de servidores afastados por faixa etária

Fonte: SIASS

Com relação aos cargos, nota-se predominância de dias de afastamento por parte da categoria de Docentes, com média de 43,6 dias por servidor em 2016. Os dias de afastamento dos docentes somam 2.529, representando 87% do total mensurado, enquanto dos técnicos chegam a 370, representando apenas 13%. Além do cargo Professor EBTT, destacam-se os ocupantes dos cargos de Administrador, Técnico em Contabilidade e Técnico em Laboratório, que apresentam o maior número de dias de afastamento em relação a quantidade de servidores afastados, conforme gráfico abaixo.

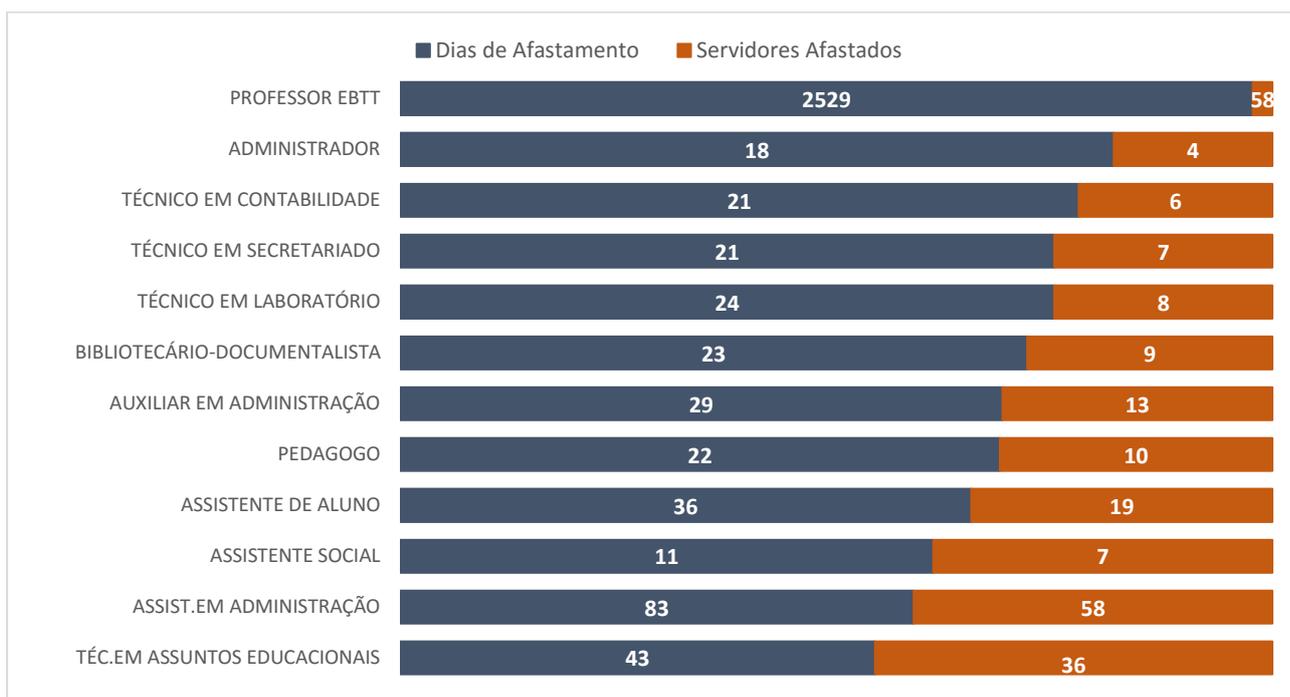


Figura 36 – Dias de afastamento em relação a quantidade de servidores afastados, por cargo¹

Fonte: Planilha DRGP

Diante dos dados é clara a necessidade de investimento na área de saúde do corpo docente da instituição, devendo este ter prioridade como público-alvo de ações de saúde preventiva a serem empregadas pelo IFB nos próximos exercícios.

¹ Foram considerados apenas os cargos em que os afastamentos somaram mais de 10 dias no exercício de referência

Finalmente, tomando como base a questão da capacidade de reposição dos profissionais afastados, o gráfico abaixo evidencia que, logicamente, cargos menos frequentes na instituição são mais sensíveis aos afastamentos.

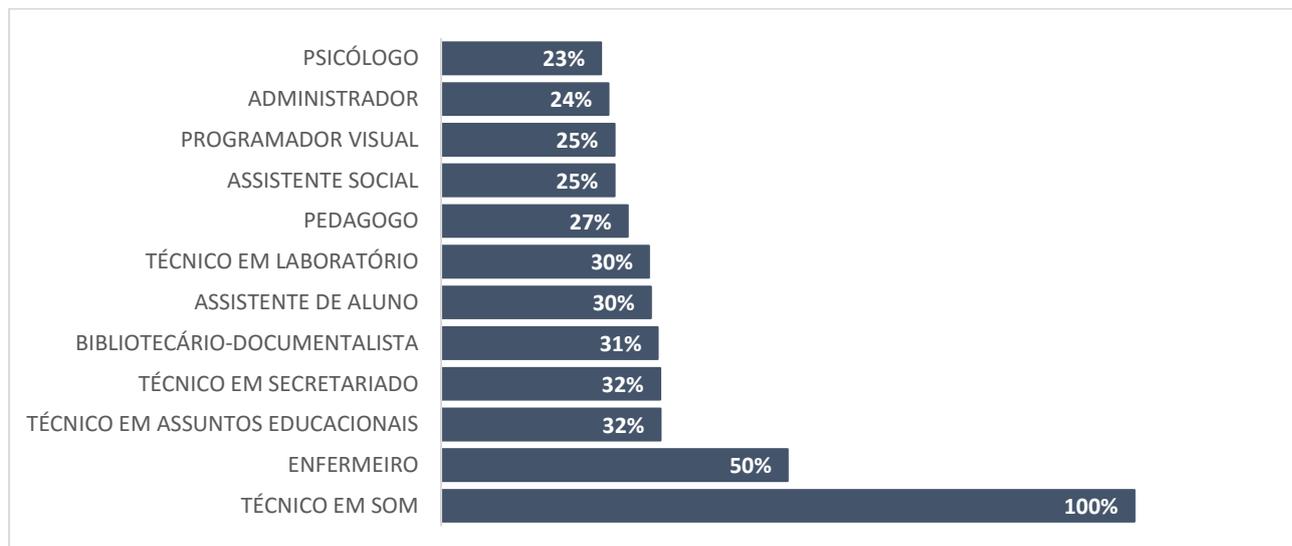


Figura 37 - Percentual de servidores afastados em relação ao total de cargos
Fonte: SIASS

O excesso de afastamentos causa, dentre outros, a descontinuidade do trabalho, a contínua necessidade de reposição de servidores e, em última análise, ônus extras à folha de pagamento, uma vez que o servidor recebe remuneração durante todo o período afastado. A tratativa desses riscos resta prejudicada no momento, devido à falta de dotação orçamentária e de estrutura de pessoal para condução de ações preventivas e corretivas relacionadas a saúde e segurança do trabalhador, sendo realizadas ao longo de 2016 somente ações que não representaram custo ao IFB.

4.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS (REGULAR)

Quadro 34 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
REITORIA UG 158143						
2014	DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE APOIO	00.478.727/0001-89	14/03/2014	14/03/2017	Fundamental	Ativo
2011	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	00.478.727/0001-89	02/09/2011	02/09/2016	Fundamental	Encerrado

2012	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	05.058.935/0001-42	02/02/2012	01/08/2016	Fundamental	Encerrado
2015	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	10.496.968/0001-04	15/05/2015	15/05/2016	Fundamental	Encerrado
2016	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	72.619.976/0001-58	19/09/2016	19/09/2017	Fundamental	Ativo
2016	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	07.262.535/0001-80	08/09/2016	08/09/2017	Fundamental	Ativo
CAMPUS CEILÂNDIA UG 152145						
2016	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	72.619.976/0001-58	01/10/2016	01/10/2017	Fundamental	Ativo
2016	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	05.058.935/0001-42	01/06/2016	01/06/2017	Fundamental	Ativo
CAMPUS SAMAMBAIA UG 152141						
2016	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	02.282.727/0001-34	16/05/2016	16/05/2017	Fundamental	Ativo
2016	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	05.058.935/0001-42	03/08/2016	03/08/2017	Fundamental	Ativo
CAMPUS RIACHO FUNDO UG 152147						
2016	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	05.058.935/0001-42	01/08/2016	01/08/2017	Fundamental	Ativo
2016	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	08.875.253/0001-10	15/08/2016	15/08/2017	Fundamental	Ativo
CAMPUS GAMA UG 152139						
2016	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	05.058.935/0001-42	02/06/2016	02/06/2017	Fundamental	Ativo
2015	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	03.602.646/0001-37	15/05/2015	15/05/2017	Fundamental	Ativo
CAMPUS SÃO SEBASTIÃO UG 152144						
2016	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	03.602.646/0001-37	16/11/2016	16/11/2017	Fundamental	Ativo
2016	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	05.058.935/0001-42	01/08/2016	01/08/2017	Fundamental	Ativo
CAMPUS PLANALTINA UG 158501						
2016	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	09.302.262/0001-85	10/02/2016	10/02/2017	Fundamental	Ativo
2016	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	00.478.727/0001-89	27/10/2016	27/10/2017	Médio	Ativo
CAMPUS BRASÍLIA UG 152142						
2016	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	00.478.727/0001-89	02/09/2016	02/09/2017	Fundamental	Ativo

2015	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	03.602.646/0001-37	15/05/2015	15/05/2017	Fundamental	Ativo
CAMPUS TAGUATINGA CENTRO UG 152143						
2016	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	11.443.028/0001-10	02/06/2016	02/06/2017	Fundamental	Ativo
2015	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	14.534.490/0001-10	16/06/2015	16/06/2017	Fundamental	Ativo
CAMPUS ESTRUTURAL UG 152146						
2016	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	13.230.124/0001-05	18/10/2016	18/10/2017	Fundamental	Ativo
2016	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	01.066.493/0001-25	16/11/2016	16/11/2017	Fundamental	Ativo
CAMPUS TAGUATINGA NORTE UG 152140						
2015	SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	03.602.646/0001-37	15/05/2015	15/05/2017	Médio	Ativo
2016	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	13.230.124/0001-05	01/09/2016	01/09/2017	Fundamental	Ativo
Fonte: CDCC/PRAD						

Contratação de estagiários

O IFB não possui normativa interna específica que regule as contratações por estágio. Para essa modalidade se vale da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. As demandas por estagiários são levantadas localmente nas unidades, que também realizam o processo seletivo de forma independente e sem a participação da DRGP durante a seleção.

A seleção conduzida pela área solicitante leva em conta competências técnicas e comportamentais dos alunos-candidatos, vinculando ainda o curso e nível de complexidade das tarefas a serem executadas com a necessidade da área. Tal demanda e critérios são norteados por um plano de trabalho formal elaborado pela área solicitante.

Os estagiários são contratados e alocados em áreas que possam desenvolver as habilidades profissionais de acordo com o curso, seja estágio em nível médio ou superior. A correlação com o negócio advém do comparativo entre os cursos e especializações dos candidatos com as atribuições da unidade solicitante, sendo expresso tal comparativo no plano de estágio.

As contratações são efetivadas respeitando-se o quantitativo de vagas disponíveis no sistema SIAPE e o percentual do quadro de servidores efetivos, limitado a 20% (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008). São limitadores para essas contratações o dispositivo legal e a disponibilidade orçamentária para a folha de pagamento. Apesar disso, em 2016 foram contratados 39 estagiários, entre nível médio e superior, representando um gasto anual de R\$ 118.219,05. Desse montante, 38% foram

alocados na área meio e 62% na área fim, conforme gráfico abaixo.

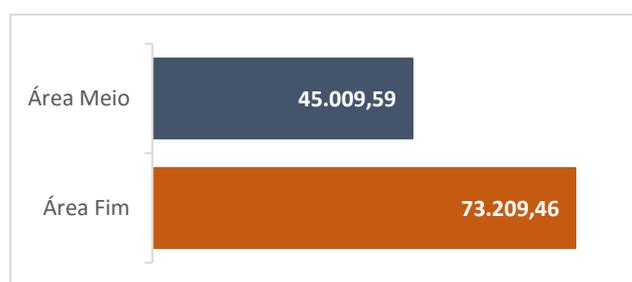


Figura 38 - Custeio de estagiários por área (meio|fim)
Fonte: DRGP

Ressalta-se que o mencionado custeio considera somente despesas com bolsa-auxílio e auxílio transporte, não contemplando despesas com seguro obrigatório que não são apropriadas na folha de pagamento. Observa-se que a relação está consoante com a proposta estratégica do IFB em privilegiar suas áreas-fins (ensino, pesquisa e extensão) na alocação de recursos e investimentos.

Despesas com as contratações

O IFB não tem despesas para a seleção e contratação de estagiários, realizando o processo seletivo interno sem custas. Entre o IFB e as instituições de ensino são firmados convênios visando a parceria para a oferta de estágio para os alunos. Os convênios não trazem ônus para esta Instituição. As despesas relativas aos estagiários são os valores pagos da bolsa, seguro obrigatório contra acidentes pessoais e auxílio-transporte.

A evolução dos gastos com pessoal na modalidade de Estágio estão descritas no quadro abaixo, que considerou somente os valores de bolsa-auxílio e auxílio-transporte, uma vez que o seguro obrigatório não é apropriado na folha de pagamento.

Quadro 35 - Evolução dos gastos com Estagiários no IFB (2014-2016)

Nível de Escolaridade	Quantidade			Despesas		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
1. Nível superior	258	97	25	613.451,30	351.052,25	95.377,24
1.1 Área Fim	147	47	13	317.749,53	185.792,79	56.665,29
1.2 Área Meio	111	50	12	295.701,77	165.259,46	38.711,95
2. Nível Médio	112	57	14	171.024,38	108.018,39	22.841,81
2.1 Área Fim	61	31	9	93.144,07	61.190,66	16.544,17
2.2 Área Meio	51	26	5	77.880,31	46.827,73	6.297,64
Total (1+2)	370	154	39	784.475,68	459.070,64	118.219,05

Fonte: SIAPE

Comparado aos gastos totais com folha de pagamento de servidores efetivos de carreira vinculados ao IFB, cujo montante em 2016 chegou a R\$ 95.973.289,78, o gasto com estagiários representou 0,12%, indicando que não há representatividade impactante dessa modalidade de contratação nos dispêndios gerais com pessoal.

4.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

Este item apresenta uma visão gerencial da infraestrutura patrimonial do instituto e a sua suficiência, especialmente para responder às necessidades da missão institucional. Constatam temas como a gestão da frota de veículos, a política de destinação de veículos inservíveis, a gestão do patrimônio imobiliário da União, a cessão de espaços físicos e imóveis, informações sobre imóveis locados de terceiros, bem como informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.

4.2.1 Gestão da frota de veículos

A frota de veículos do IFB é regulamentada pela Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências, e pela Portaria Normativa IFB nº 06 de 26 de agosto de

2014, que dispõe sobre a regulamentação do uso de veículos oficiais no âmbito do IFB e sobre os procedimentos a serem adotados em casos de acidentes envolvendo os veículos oficiais.

A frota de veículos auxilia a instituição na promoção da atividade-fim ao promover a locomoção de alunos e servidores do IFB em visitas técnicas, feiras, viagens interestaduais para encontros educacionais, entre outros.

O IFB possui atualmente 92 veículos oficiais distribuídos pelos *Campi*, sendo 53 (cinquenta e três) veículos considerados leves e 39 considerados veículos pesados. A categoria de veículos leves, com idade média de 6 anos e 6 meses, possui média anual de quilômetros rodados de 6.500,51 km/ano. A categoria de veículos pesados, com idade média de 5 anos e 1 mês, possui média anual de quilômetros rodados de 3.714,18 km/ano. Para manter a frota, foram gastos R\$ 457.165,21 no exercício de 2016, entre custeio de combustível, manutenção e outros.

Os veículos próprios são utilizados pela instituição em detrimento de possível locação, considerando os investimentos já alocados e a existência de contratos de manutenção vigentes. Com o desgaste e fim dos contratos, a instituição migrará para serviços de locação de veículos, a fim de substituir os gastos com motoristas, manutenção, seguro, dentre outros. Para gerir e controlar a frota de veículos oficiais são realizadas as seguintes ações:

Controle semanal de veículos

O controle semanal é uma planilha alimentada diariamente, com abas para todos os dias da semana, em que são cadastradas as saídas solicitadas, contendo o veículo com placa, a data da reserva, data da utilização, hora de saída e de chegada, usuário da ocasião, setor que solicitou a demanda, a forma de requisição, nome do condutor e o local de destino. Essa planilha demonstra em tempo real, o que está acontecendo com a frota de veículos/motoristas em determinado momento. Ao fim de cada semana, são consolidados dados e arquivados os documentos.

Planilha interna do veículo

Os veículos possuem em seu interior um formulário em que são registrados diariamente todas as saídas, contendo a data da saída, o hodômetro atual do veículo no momento da saída, a hora da saída, o hodômetro da chegada, a hora de chegada, o da viagem, o nome do motorista e o setor que solicitou o veículo. Em caso de infrações, o formulário é utilizado para identificar os condutores.

Requisição pelo sistema

O IFB utiliza o sistema SIGA ADM para emissão de pedidos de veículos. O pedido é avaliado pelo gestor da unidade requisitante e a liberação efetuada pela Coordenação-Geral de Serviços e Manutenção, de acordo com a disponibilidade de veículos ou de motorista para o período solicitado.

Requisições internas

Na indisponibilidade de realização de pedido via sistema, e para que a prestação do serviço não seja interrompida, o usuário pode efetuar seu pedido diretamente a unidade responsável, mediante formulário próprio.

Multas

No caso de multa, os condutores são identificados a partir dos registros na planilha interna do veículo, referente ao dia e horário correspondentes ao período do ato de infração.

Instrução normativa para veículos oficiais

A Instituição também realiza controles por meio dos documentos estabelecidos pela Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008:

- Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção do Veículo Oficial e,

- Ficha Cadastro de Veículo Oficial.

Em complemento, informa-se que cada *Campus* possui seus próprios controles para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

4.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

Foram considerados inservíveis apenas dois veículos, os quais foram doados para o *Campus* Estrutural (UG 152146), com respectiva baixa nos registros contábeis, para atender às finalidades de laboratório para as aulas práticas do curso de Técnico em Mecânica de Automóveis, ofertado pela unidade. O Instituto não possui uma política que trata da destinação de bens inservíveis, considerando a recente criação da entidade e a pequena quantidade de veículos nessas condições.

4.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Os imóveis *Campi* do IFB estão distribuídos pelas diversas regiões do DF, conforme demonstrado no item 1.3 – Ambiente de atuação. A Reitoria ocupa espaço do *Campus* Brasília. Esses imóveis estão devidamente registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), entretanto, das 10 unidades do IFB, apenas o *Campus* Gama teve seu processo de doação concluído e registrado contabilmente. O registro contábil dos demais imóveis restou prejudicado em razão da dificuldade de obter resposta junto a SPU .

Os demais imóveis não possuem Registro Imobiliário Patrimonial (RIP), pois o processo de doação junto a SPU não foi concluído, considerando a não emissão dos Termos de Doação pelos órgãos públicos locais, documentos necessários para efetivar e formalizar a situação desses imóveis.

Os imóveis do IFB não foram cedidos e os seus espaços não geraram despesas significativas com manutenção, considerando que as construções são relativamente novas. Para a manutenção dos espaços, o Instituto dispõe de um Núcleo de Engenharia, que faz inspeções constantes nos *Campi*, visando verificar as condições das obras entregues. Outro documento importante, encontra-se em fase de confecção, trata-se do Plano Diretor de Infraestrutura do IFB.

4.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Em 2016, foram cedidos e renovados contratos de 2015 relativos a espaços para lanchonetes e cantinas, dentro das instalações dos imóveis nos *Campi* vinculados ao IFB. A cessão é no sentido de concessão administrativa, de natureza obrigacional, vinculada a uma finalidade administrativa, e não no sentido de alienação, transferência ou autorização de uso. Assim seguem abaixo as ações e respectivos locais das concessões:

Quadro 36 - Cessão de espaços a terceiros

Descrição	<i>Campus Brasília</i>	<i>Campus Ceilândia</i>	<i>Campus Gama</i>	<i>Campus Samambaia</i>	<i>Campus Taguatinga</i>
Objeto da cessão	Concessão parcial de 48.7m2 para do uso espaço físico existente nas dependências do <i>Campus Brasília</i> . Exploração comercial de serviços de cantina.	Concessão Administrativa não onerosa de uso de bem público para exploração comercial de serviços de cantina em espaço físico existente nas dependências do <i>Campus Ceilândia</i> .	Concessão parcial de espaço com 74 m2 destinado a instalação de lanchonete, localizado no Ginásio de esportes situado no Lote 01, Setor de múltiplas Atividades, Gama -DF, CEP 72.429.005.	Concessão parcial de 48.70 m2 para do uso espaço físico existente nas dependências do <i>Campus Samambaia –DF</i> para. exploração comercial de serviços de cantina.	Concessão parcial de 101,3 m2 para do uso espaço físico existente nas dependências do <i>Campus Samambaia –DF</i> para. exploração comercial de serviços d.
Locador	Contrato: Vital Comercial de Alimentos LTDA, CNPJ 11.461.486/0001-81 situada no SRES centro comercial Bloco D Nº 20 sala 401, cruzeiro velho-Brasília-DF, tendo representante legal José Laércio da Silva.	Contrato: Vital Comercial de Alimentos LTDA, CNPJ 11.461.486/0001-81 situada no SRES centro comercial Bloco D Nº 20 sala 401, cruzeiro velho-Brasília-DF, tendo representante legal José Laércio da Silva.	Wanderson dos Santos Souza Miranda -ME CNPJ: 17.816.898/0001-73	JOSÉ LUIZ PINHEIRO DE AZEVEDO - ME CNPJ: 14.925.328/0001-23	JANNAINA BATISTA DA SILVA - ME CNPJ: 22730.869/0001-24
Forma de seleção do cessionário	Contração por processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico Nº 01/2015 do tipo Menor Preço.	Contração por processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico Nº 01/2016 do tipo Menor Preço.	Dispensa de Licitação nº 02/2015. É importante ressaltar que antes da realização da dispensa de licitação foram realizados 02 (dois) pregões eletrônicos que foram fracassados (PE 5/2014 e 08/2014), por isso que a contratação se	Contração por processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico SRP 03/2016 do tipo Menor Preço.	Contração por processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico 01/2016 do tipo Menor Preço.
Finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido	Exploração comercial do espaço destinado a refeitório e lanchonete visando a oferta de refeições e lanches para a comunidade acadêmica do <i>Campus Brasília</i> .	Exploração comercial do espaço destinado a refeitório e lanchonete visando a oferta de refeições e lanches para a comunidade acadêmica do <i>Campus Ceilândia</i> .	Exploração comercial de fornecimento de refeições prontas e de lanchonete	Exploração comercial do espaço destinado a refeitório e lanchonete visando a oferta de refeições e lanches para a comunidade acadêmica do <i>Campus</i> .	Exploração comercial do espaço destinado a refeitório e lanchonete visando a oferta de refeições e lanches para a comunidade acadêmica do <i>Campus</i> .
Caracterização do espaço cedido	Espaço situado no Bloco A e com Área total de 565,30m2 , sendo 48.7m2 de uso interno da cantina.	Espaço com Área total de 487,01m2 , sendo 244,81m2 de uso interno da cantina.	O ambiente possui uma área total de 74 m2, equipado com balcão de granito com 01 (uma) cuba de inox para pia. Possui rede de energia elétrica e hidráulica	48.70 m2 para do uso espaço físico existente nas dependências do <i>Campus</i>	101.3 m2 para do uso espaço físico existente nas dependências do <i>Campus</i>
Prazo da concessão	Renovado – 01/04/2016 a 01/04/2017	18/10/2016 a 18/10/2017 -12 meses	13/07/2016 a 13/07/2017 - 12 meses	Por 12 meses 16/05/2016 a 16/05/2017	Por 12 meses até dia 07/07/2017

Benefícios, pecuniários ou não, recebidos pelo IFB como remuneração pelo espaço cedido	Valor de R\$ 901,44 mensais (nos 2 primeiros meses) e posteriormente, variando de acordo com uma tabela de descontos aplicada sobre o montante de R\$ 901,44, segundo critérios constantes no edital.	O preço a ser praticado para os produtos da cantina deverá seguir a tabela de preços indicada pela empresa quando da licitação valor que será reajustado anualmente.	Valor total da indenização = R\$ 566,81 Obs.: Taxa de ocupação (R\$ 433,64) + Taxa proporcional ao fornecimento de energia elétrica (R\$ 124,71) + Taxa proporcional ao fornecimento de água e esgotamento sanitário (R\$ 8,46)	Acesso fácil e rápido a compra de alimentos. Utilização do recurso recebido para custear despesas com limpeza e conservação do <i>Campus</i> – Parte de pagamento de empresas terceirizada. Valor total da indenização = R\$ 767,94 Obs.: Taxa de ocupação (R\$ 450,96) + Taxa proporcional ao fornecimento de energia elétrica e água (R\$ 210,00) + Taxa proporcional das despesas conforme decreto nº 3.725/2001 (R\$ 106,98)	EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2016 - UASG 152140 Nº Processo: 23162004079201585. PREGÃO SISPP Nº 1/2016. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, - CIENCIA E TECNOLOGIA DE. CNPJ Contratado: 22730869000124. Contratado : JANNAINA BATISTA DA SILVA - ME -Objeto: Concessão Administrativa de Uso de Bem Público para exploração comercial de fornecimento de refeições prontas e de lanchonete. Valor total anual máximo da contratação: R\$ 6.863,76.Desconto de 5,59%. Valor final do cardápio: R\$ 71,9499. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 . Vigência: 08/07/2016 a 07/07/2017. Valor Total: R\$76,21.
Tratamento contábil dos benefícios recebidos	Valores ressarcidos à conta contábil 33110100	Valor recolhido via GRU contábil 33110100	Valor recolhido via GRU contábil 33110100	Valor DESTINADO a pagamento de parte de serviços terceirizados – limpeza e conservação - 339037	Será destinada por GRU a Receita própria fonte 250
Rateio dos gastos quando cessão parcial	Valor dos gastos com água e energia elétrica são pré-fixado conforme edital e TR.	Valor dos gastos com água e energia elétrica são pré-fixado conforme edital e TR.	Valor dos gastos com água e energia elétrica são pré-fixado conforme edital (ver item v)	Valor dos gastos com água e energia elétrica são pré-fixado conforme edital e TR. Na forma de RATEIO.	Valor dos gastos com água e energia elétrica são pré-fixado conforme edital e TR. Na forma de RATEIO.
Uso dos benefícios decorrentes da cessão pelo IFB	Valor ainda não usado.	O recurso proveniente da cessão do ambiente são utilizados para custear despesas gerais do PRÓPRIO <i>Campus</i>	O recurso proveniente da cessão do ambiente são utilizados para custear despesas gerais do próprio <i>Campus</i>	O recurso proveniente da cessão do ambiente são utilizados para custear despesas com limpeza e conservação. Terceirizados.	O recurso proveniente da cessão do ambiente são utilizados para custear despesas com limpeza, vigilância e conservação. Terceirizados.
Fonte: CAMPI/REITORIA PRAD					

4.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Em 2016, foram gastos R\$ 468.292,84 com locação de imóvel, correspondente ao aluguel do espaço destinado ao *Campus* Taguatinga Centro. Esse *Campus* é a única unidade de ensino do IFB que ainda não possui sede em espaço próprio. Porém, está em processo de reforma um prédio na RA de Recanto das Emas que será a nova sede do *Campus*, com previsão de entrega em 2017. Não foram efetuados gastos com reforma ou manutenção de imóveis locados.

4.2.6 Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Quadro 37 - Obras realizadas em 2016 relacionadas à atividade-fim

Obra Realizada em 2016	Número do Contrato	Valor realizado em 2016 (R\$ 1,00)	Vigência do Contrato	Estágio de Execução
Fiscalização Serviços Remanescentes da Biblioteca e Ginásio do <i>Campus</i> Brasília	02/2016	R\$ 5.897.437,31	27/06/2017	Em andamento
Fonte: NENG/PRAD				

4.3 Gestão da tecnologia da informação

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação é o instrumento que permite nortear e acompanhar a atuação da área de TI do IFB, definindo estratégia e o plano para implementá-la. O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, em conjunto com o trabalho realizado junto às instâncias diretivas do IFB, foram os norteadores dos trabalhos de elaboração do PDTIC. Esta ação culminou em um documento fortemente alinhado aos objetivos estratégicos do instituto, pois os próprios responsáveis pelas Metas do PDI, após um treinamento da equipe de TI, desmembraram as Metas do Plano Diretor Institucional em Metas de TI necessárias para o atingimento das Metas Institucionais.

Foram elencados os objetivos e metas para a área de TI que são necessárias para permitir que o IFB atinja os objetivos definidos para o período de 2014-2018. Cabe ressaltar que a definição da estratégia da DTIC levou em conta a estrutura multicampi que o IFB possui. Não seria possível qualquer tipo de aderência de estratégias sem que todas as unidades da instituição fizessem parte do escopo do planejamento estratégico.

O IFB também possui um Comitê de Governança Digital (CGD), uma instância consultiva e propositiva, de caráter permanente, vinculado à Reitoria, que determina as prioridades dos programas de investimentos em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e as estratégias de TIC do Instituto. O comitê é formado pelos seguintes representantes: Reitor, na condição de Presidente; Pró-Reitor de Administração; Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional; Pró-Reitor de Ensino; Pró-Reitor de Extensão; Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação; Diretores-gerais dos *Campi* do IFB; Diretor do Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação; Diretor do Núcleo de Comunicação Social; e Diretor de Gestão de Pessoas. Em 2016 foram realizadas duas reuniões para a definição do modelo de planejamento das ações de TI e estabelecer a forma de coleta de informações, junto as unidades do IFB, para compor o PDTIC.

Dentre os sistemas de informação utilizados pela instituição, destacam-se:

- SGA – Sistema de Gestão Acadêmica: Permite o gerenciamento dos dados acadêmicos estudantes do IFB – Matricular estudantes, Registrar Eletronicamente Presença e notas de Estudantes; Gerar Relatórios e Declarações Acadêmicas. Responsável Técnico: João Bezerra da Silva Júnior, Responsável da Área de Negócio: Ana Carolina Lamounier;
- SGPS – Sistema de Gestão de Processos Seletivos – Principal Funcionalidade: Sistema utilizado para gerenciar a publicação de editais de seleção e sorteios de vagas, Responsável Técnico: João Bezerra da Silva Júnior, Responsável da Área de Negócio: Cecília Candida Frazão Vieira; e
- SUAP – Sistema Unificado de administração pública – Sistema utilizado para Gestão dos Processos Administrativos do IFB. Principais funcionalidades: Gestão de Pessoas, Controle Patrimonial, Gerenciamento de Almoxarifado, Ponto Eletrônico, Gestão de Projetos de Extensão, Gestão de Protocolo de Documentos, Controle de Acesso a chaves de ambientes, Frota de Veículos, Gestão de Contratos e Convênios, Catálogo de Materiais.

A força de trabalho relacionada à área de Tecnologia da Informação é formada por 15 servidores efetivos da carreira de TI, sendo: 8 Analistas em Tecnologia da Informação, dos quais 4 são do MPOG e estão em exercício provisório no IFB; 2 Tecnólogos em Rede; 1 Tecnólogo em Telecomunicações; 1 Tecnólogo em Segurança da Informação; e 3 Técnicos em Tecnologia da Informação. Essa equipe, a partir do plano de capacitação, que tem por objetivo prover oportunidade de atualização e aquisição de novos conhecimentos, foi capacitada em 2016 com os seguintes cursos: Segurança de Redes e Sistemas, Análise Forense, Protocolos de Roteamento IP, Introdução ao Linux, Gestão de Projetos e Gestão de Serviços de TI.

Em relação ao gerenciamento de serviços de TI, a instituição implementou o gerenciamento de incidentes e requisições de serviço, em que foram avaliadas todas as atividades do processo que estava em operação a partir da ISO/IEC 20.000. Dessa forma, foi promovido um ajuste no catálogo de serviços da unidade e desenvolvido novo módulo para atendimento dos chamados e incidentes relacionados à Tecnologia da Informação. O IFB não possui contrato com empresas para prestação de serviços de TI.

Em 2016, foram desenvolvidos os seguintes projetos de TI:

Quadro 38 - Projetos de TI

Alinhamento estratégico		Resultado esperado	Recursos utilizados
Planejamento Estratégico	Planejamento de TI		
Projeto: Construção do Módulo “Visão Estudante” do Sistema de Gestão Acadêmica			
- Fomentar e aprimorar o uso de TIC - Ampliar o alcance da comunicação	- Fomentar o uso da TI - Apoiar a Gestão Sistêmica no IFB	Promover maior interação entre os discentes, docentes de administração dos <i>Campus</i>	- Equipe do IFB - Sem gastos
Projeto: Implantação do Módulo “Patrimônio e Almoxarifado” do Sistema Suap			
Fomentar e aprimorar o uso de TIC	- Fomentar o uso da TI - Apoiar a Gestão Sistêmica no IFB	Gestão adequada dos bens e insumos utilizados pela comunidade do IFB	- Equipe do IFB; - Sem gastos
Projeto: Implantação e Ampliação de Cabeamento lógico na Reitoria e em todos os <i>Campi</i> do IFB			
Fomentar e aprimorar o uso de TIC	- Promover a Infraestrutura local e de EAD	Infraestrutura necessária para funcionamento	Valor orçado: R\$ 798.102,96 Valor despendido: R\$ 382.053,24
Fonte: NTIC			

4.3.1 Principais sistemas de informações

Os principais sistemas de informações utilizados pela instituição são:

Quadro 39 - Sistemas utilizados pela instituição

Sistema	Descrição
SGA - Sistema de Gestão acadêmica	Sistema desenvolvido internamente, pela equipe de TI do IFB, que fornecem todas as funcionalidades necessárias para uma boa gestão e manipulação das informações acadêmicas em todas as unidades do instituto.
SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública	Sistema que possui vários módulos que auxiliam a administração do IFB a desempenhar de maneira adequada suas atividades. O sistema possui módulo de registro de ponto, controle de contratos, controle de frota, almoxarifado, gestão de projetos de extensão, gestão de RH - dentre outros.
SISPROSEL - Sistema de Processo Seletivo	Sistema que automatiza e gerencia a seleção de candidatos para admissão nos vários cursos do IFB.
Fonte: NTIC	

Os sistemas SGA e SGPS estão em desenvolvimento por equipe própria do IFB. O prazo para conclusão é 2019, não há orçamento para o desenvolvimento. Estão associados os seguintes riscos: rotatividade da equipe de desenvolvedores do IFB e descontinuidade.

O sistema SUAP é desenvolvido pelo IFRN via acordo de cooperação e sem custo para o IFB. A equipe de desenvolvedores realiza toda a otimização para a realidade do IFB. Trata-se de um sistema em constante desenvolvimento, não há orçamento para o desenvolvimento. Riscos associados: rotatividade da equipe de desenvolvedores do IFB e descontinuidade por parte da gestão.

Todos os sistemas são impactados pelos mesmos riscos e as medidas de mitigação são realizadas da mesma maneira, conforme descrição abaixo:

- Risco de continuidade: Como trata-se de um sistema desenvolvido pela equipe do IFB o risco de descontinuidade do sistema é baixo. Mitigamos os riscos capacitando internamente os colaboradores nas tecnologias que suportam o sistema; e
- Risco de disponibilidade: O sistema é suportado pela infraestrutura (DataCenter) da reitoria e disponibilizado para todas as unidades do IFB, consideramos que o risco de indisponibilidade do sistema é baixo. Para mitigar o risco os equipamentos do DataCenter são monitorados e ações de manutenção são realizadas periodicamente.

4.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

Foram adotadas ações básicas de sustentabilidade em todos os *Campi*, com a promoção de efetiva racionalização de recursos, do treinamento de terceirizados que lidam diariamente com a gestão ambiental e com a coleta de resíduos sólidos e o seu devido reaproveitamento ou reciclagem.

O IFB encontra-se em processo de solicitação para participação na Agenda Ambiental da Administração Pública, conforme processo SUAP Nº 23098.012330.2015-04. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) sinalizou que o selo verde de qualidade pode ser disponibilizado, considerando que as ações básicas já estão em pleno andamento nas instalações do IFB.

Em 2016, foram realizadas as seguintes ações relacionadas à sustentabilidade e à gestão do meio ambiente, que fazem parte da educação continuada dos gestores IFB:

1. Fixação de cartazes de conscientização, com o objetivo de disseminar uma cultura de racionalização de recursos pelos servidores e especialmente aos alunos;
2. Plantio de mudas de árvores frutíferas e de árvores nativas do cerrado brasileiro para arborização nos *campi* Brasília e Planaltina, com o intuito de tornar o ambiente mais agradável devido as sombras das planta e seus benefícios diversos ao ser humano em geral;
3. Realização do evento "Dia do meio Ambiente" com rodas de conversas, palestras, oficinas e atividades que geraram uma ampla mobilização da comunidade acadêmica e uma profunda discussão do tema relacionado ao meio ambiente e à sustentabilidade;
4. Criação do espaço de convivência no *Campus* Brasília por meio da utilização de materiais recicláveis e pouco agressivos ao meio ambiente. Ex: sofás feitos de pallets;
5. Conscientização do uso racional de água e energia elétrica por meio de comunicações internas e do conserto das torneiras e lâmpadas com desligamento automáticos;
6. O prédio definitivo do *Campus* São Sebastião conta com sistema de reuso da água da chuva. A água que é captada do telhado e destinada a um tanque de 15.000 litros. Essa água é armazenada em caixa de 30.000 litros, ou seja, tem a possibilidade de armazenar até 45m³ de água da chuva para reuso. Essa água é utilizada para irrigar ás áreas verdes e para lavagem do pátio, calçadas e outras áreas externas. Isso resultou numa economia de cerca de 30% no consumo de água no mês de dezembro de 2016. Essa economia se estenderá durante os meses chuvosos de 2017; e
7. Continuidade do Projeto Biguá no *Campus* Riacho Fundo que tem como objetivo coletar os resíduos da cocção dos alimentos que são preparados nas aulas práticas de cozinha e panificação para fins de reciclagem, além de desenvolver atividades de conscientização ambiental.

O processo seletivo que tem por objetivo separar os resíduos orgânicos dos não orgânicos é realizado na maioria das dependências do IFB. No que se refere a destinação de materiais às associações de cooperativas de catadores, foi constituída a Comissão Ambiental, com a responsabilidade de dar o destino ao lixo produzido pelo *Campus* Brasília.

As unidades do IFB têm empreendido esforço para implementação de ações de economia sustentável. Ressalta-se que os resultados relacionados a efetiva racionalização de recursos e preservação do meio ambiente refletem a longo prazo e de forma continuada na implementação da cultura da sustentabilidade na instituição. A demonstração dessas ações e a avaliação quanto cumprimento das determinações legais consta do Anexo III.

4.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

O IFB tem incluído em seus editais exigências que visam a manutenção dos recursos ambientais para gerações futuras, em observância às novas exigências de sustentabilidade ambiental para a administração pública e em cumprimento ao que dispõe o artigo 225 da Constituição Federal de 1988 e a Resolução nº 257 de 30 de junho de 1999 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Nesses casos os processos referentes aos serviços de vigilância, limpeza e apoio administrativo contém em seus autos obrigação de fornecimento de equipamentos adequados à segurança e treinamento em práticas de sustentabilidade.

Além disso, os editais fazem referência ao que dispõe a Lei nº 11.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, com destaque para a destinação final ambientalmente adequada que, nos termos do Art. 3º, inciso VII, é definida como: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e do Suasa, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Este capítulo tem por finalidade apresentar os canais de comunicação que estão à disposição do cidadão para fins de solicitação, reclamações, denúncias e sugestões, bem como os mecanismos ou procedimentos que permitem verificar a percepção da sociedade sobre serviços prestados pelo IFB e aqueles que garantem a acessibilidade aos serviços, produtos e às instalações do instituto.

5.1 Canais de acesso do cidadão

O canal de comunicação oficial da instituição é a Ouvidoria do IFB. O acesso a este canal pode ser realizado por meio do sistema e-OUV, do sistema e-SIC, por meio do endereço eletrônico ouvidoria@ifb.edu.br, por contato telefônico para obter orientações, por correspondência endereçada a Ouvidoria do IFB ou ainda pessoalmente. Além das formas acima mencionadas o cidadão pode obter outras informações por meio do site <http://www.ifb.edu.br/acesso-a-informacao/ouvidoria> disponível no portal da instituição.

A Ouvidoria recebe, examina e encaminha as manifestações dos cidadãos para as áreas interlocutoras, dentre elas as pró-reitorias, os *Campi* e as instâncias vinculadas ao gabinete do reitor. Tal procedimento busca esclarecer os questionamentos realizados pelos demandantes, sejam usuários internos ou externos.

As respostas das manifestações são encaminhadas pelas áreas interlocutoras para a ouvidoria e esta, por sua vez, as encaminha para os demandantes em até 20 dias, a contar da data do seu recebimento, podendo ser prorrogado por mais 10 dias. A área de interlocução encaminha a resposta para a Ouvidoria, que analisa quanto à pertinência em relação ao questionamento. Sendo compatível, encaminha-se para o demandante; caso contrário, o questionamento retorna à referida área, para esclarecimentos, nesse caso terá até 3 dias para enviar uma nova resposta à Ouvidoria.

Desde sua criação em setembro de 2012, a Ouvidoria do IFB registrou um total de 2.928 manifestações, a figura abaixo apresenta a evolução dos quantitativo de manifestações recebidas por esta unidade administrativa.

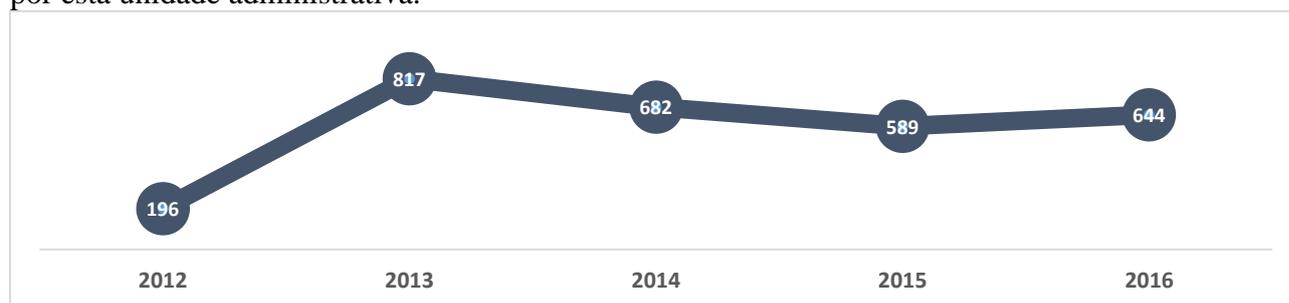


Figura 39 - Quantitativo de manifestações recebidas pela Ouvidoria

Fonte: Ouvidoria/RIFB

No ano de 2012, a Ouvidoria recebeu o total de 196 manifestações, em sua maioria, solicitavam informações que versavam sobre gastos públicos, informações funcionais de servidores, concursos públicos, registro acadêmico, oferta de cursos, contratos, cargos, atividades do IFB, solicitação de documentos, Pronatec, legislação escolar, pesquisa e inovação, oferta de bolsas, informações pessoais, tramitação de processos dentre outros.

No ano de 2013, a Ouvidoria do IFB recebeu o total de 817 manifestações, havendo um expressivo aumento na quantidade de registros de manifestações, que em sua totalidade eram do tipo reclamação e solicitação de informações.

No ano de 2014, foram recebidas 682 manifestações. Percebemos que houve um declínio nas manifestações porque a transparência ativa muito auxiliou no acesso à informação, ficando a encargo da Ouvidoria, os assuntos que demandavam o acesso a diferentes setores.

No ano de 2015, foram registradas 589 manifestações, porque a Ouvidoria estabeleceu uma dinâmica no tratamento de determinada ocorrência. Muitas vezes o cidadão vem à ouvidoria com questões urgentes, como por exemplo, assinatura de documento de estágio, matrícula, correção de nome na lista de seleção, entre outros que, em decorrência do prazo estabelecido pelo Regimento da Ouvidoria poderia retardar a resolução do problema, neste caso a Ouvidoria traça o caminho que deve ser percorrido pelo cidadão a fim de que ele consiga sucesso na resolução do seu problema.

No ano de 2016 a Ouvidoria recebeu 644 manifestações, sendo que as solicitações de informações foram as manifestações mais recorrentes, seguidas pelas reclamações.

5.2 Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão do IFB, elaborada nos termos do Decreto nº 6.932 de 11 de agosto de 2009, é disponibilizada à sociedade desde 2014. Seu conteúdo atual compreende:

- Identidade organizacional;
- Estrutura organizacional e contatos;
- Abrangência da instituição no Distrito Federal;
- A oferta de cursos por *campi*;
- Dirigente, Endereço, telefone e correio eletrônico de cada unidade;
- Horários de atendimento por categoria e unidade;
- Tipos de ofertas;
- Formas de acesso e ingresso;
- Informações sobre a política de Assistência Estudantil; e
- Informações sobre programas de Extensão e ações de Pesquisa.

O IFB mantém sua Carta de Serviços ao Cidadão atualizada e comunica, por meio de seu portal na internet, as alterações de conteúdo. No exercício de 2016, foram atualizados dados sobre a oferta de cursos, meios de comunicação, endereço das unidades do IFB, horário de funcionamento de suas unidades, os tipos de oferta, as formas de acesso e ingresso e informações sobre assistência estudantil, programas de pesquisa e de extensão.

A Carta de Serviços ao Cidadão do IFB pode ser acessada por meio do portal do IFB na internet, na seção Acesso Rápido, ou por meio do seguinte endereço: <<http://www.youblisher.com/p/1427412-Carta-de-Servicos-ao-Cidadao-IFB/>>.

5.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

No IFB, a satisfação dos usuários com relação aos serviços prestados à comunidade se dá por meio da Ouvidoria, canal oficial de atendimento ao cidadão. Para todos os usuários que procuraram

a Ouvidoria/IFB, foi disponibilizada pesquisa de satisfação, por meio da utilização de formulário eletrônico. Ao final do exercício de 2016, foram contabilizadas 50 respondentes, cujo aglomerado de suas respostas estão distribuídos no quadro abaixo:

Quadro 40 - Resultado da pesquisa de satisfação (cidadão)

Questão	Respostas				
	Pessoalmente	E-mail	Eistema e-OUV	Telefone	
Ao buscar atendimento na Ouvidoria do IFB, qual foi o canal utilizado?	13%	70%	14%	3%	
Questões	Respostas				
	Muito ruim	Ruim	Regular	Bom	Muito bom
Como foi o atendimento da Ouvidoria enquanto canal de comunicação com o IFB?	2%	0%	18%	33%	47%
Sobre providências tomadas e retorno ao cidadão, você considera que o atendimento foi:	4%	4%	23%	33%	36%
Qual a qualidade da resposta do setor/ <i>Campus</i> encaminhada pela Ouvidoria para a sua manifestação?	10%	16%	4%	55%	15%
Em relação ao quesito tempo de resposta à solicitação, você considera que a resposta foi:	8%	2%	15%	12%	63%
Questão	Respostas				
	Não resolvida	Parcialmente resolvida	Resolvida		
Você considera que ao final do atendimento intermediado pela Ouvidoria e o setor/ <i>Campus</i> do IFB sua demanda foi	25%	22%	53%		
Questão	Respostas				
	Não	Sim			
Você recebeu encaminhamento para a realização de algum outro procedimento?	79%	21%			
Você recomendaria o canal da Ouvidoria para outras pessoas?	4%	96%			
O canal da Ouvidoria cumpre a função de ser um espaço para o exercício da cidadania?	5%	95%			
Fonte: Ouvidoria/RIFB					

5.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A instituição disponibiliza informações consideradas úteis e relevantes à sociedade por meio de portal do IFB na internet - <http://www.ifb.edu.br/>, com destaque para os itens relacionados no quadro abaixo. Além das informações produzidas pela instituição, o IFB também disponibiliza, por meio da plataforma *IFB em Números* a extração de dados relativos ao ensino, ao censo da educação superior e aos servidores, em formato editável (.csv), permitindo o tratamento desses dados e a produção de mais informações gerenciais.

Quadro 41 - Informações disponíveis que contribuem para a transparência da gestão

Informações consideradas úteis e relevantes à sociedade e que contribuam para a transparência da gestão	Local de disponibilização na internet
Plataforma “IFB em Números”, cuja finalidade é disponibilizar para a comunidade informações sobre os <i>Campi</i> , número de alunos, indicadores educacionais, de pessoal, entre outros.	Portal do IFB > Acesso Rápido > IFB em números (http://ifbemnumeros.ifb.edu.br/)
Carta de serviços ao cidadão tem por finalidade informar ao público a identidade da organização, a oferta e tipos de cursos, as formas de acesso a esses cursos, bem como algumas políticas de ensino, pesquisa e extensão.	Portal do IFB > Acesso Rápido > Carta de Serviços ao Cidadão (http://www.youblisher.com/p/1427412-Carta-de-Servicos-ao-Cidadao-IFB/)
Relatórios de Gestão do IFB e relatórios e pareceres dos órgãos de controle em relação as contas apresentadas	Portal do IFB > Acesso Rápido > Contas Anuais (http://www.ifb.edu.br/contas-anuais)
Relatórios de auditoria interna	Portal do IFB > Acesso à Informação > Auditorias (http://www.ifb.edu.br/auditorias)
Relatórios anuais da ouvidoria	Portal do IFB > Acesso à Informação > Informações Classificadas (http://www.ifb.edu.br/informacoes-classificadas)
Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)	Portal do IFB > Acesso à Informação > Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) (http://www.ifb.edu.br/index.php/institucional?id=3283)
Fonte: CGPL/PRDI	

5.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O IFB adotou medidas para garantir o cumprimento da Lei Federal nº 10.098/2000, do Decreto 5.296/2004 e das normas técnicas da ABNT aplicáveis, que garantem a utilização dos espaços, dos mobiliários e das unidades de atendimento de forma autônoma e prioritária por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, permitindo o acesso aos serviços prestados pela instituição.

Os *Campi* entregues entre 2012 e 2015 - Ceilândia, Estrutural, Riacho Fundo e São Sebastião - foram executados conforme projeto padrão do Ministério da Educação, o qual prevê o acesso em rampas, passarelas, elevadores, banheiros adaptados, vagas de estacionamento e assentos reservados, atendimento prioritário, piso podotátil e acessibilidade às edificações. Esses projetos passaram por revisões para adequação ao programa de necessidades de cada *Campus*, além de adequações em função da topografia diferenciada de cada terreno.

Em 2016, foram licitados serviços remanescentes do *Campus* Brasília e modificação sem acréscimo de área que incluiu adequações de acessibilidade, obra que está em fase final de execução. Nesta obra, foram aprimorados os itens de acessibilidade no *Campus*, por meio de correções de itens já existentes, com complementação e atualização, conforme normas vigentes.

Esse *Campus* contará ao final da obra com:

- mapas táteis em todos os blocos do *Campus*;
- sinalizações táteis de piso e em corrimãos;
- placas de identificação com textos em relevo e braille;

- sanitários/vestiários acessíveis;
- estacionamento com vagas acessíveis bem como rotas acessíveis aos edifícios;
- espaços acessíveis reservados em arquibancadas;
- rampas devidamente acessíveis (inclinações, guias de balizamento, guarda corpo e corrimãos, placas em braille e relevo indicando pavimento);
- escadas com placas em braille e relevo indicando pavimento, sinalização visual de degraus, corrimãos conforme normas de segurança e de acessibilidade;
- piscinas totalmente acessíveis conforme a NBR 9050.

Outras medidas foram adotadas com intuito de garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações do IFB. Foram elaborados dois editais com apoio financeiro para execução de projetos de extensão. Os projetos foram selecionados por meio dos Editais N° 019/RIFB, de 04 de maio de 2016 e N° 041/RIFB, de 06 de outubro de 2016, que dentre os objetivos continha, respectivamente, a estimulação do desenvolvimento de projetos de ação social (inclusão social e tecnologias sociais), preferencialmente para populações e comunidades em situação de risco e a promoção da inclusão social, da difusão, da socialização e da democratização dos conhecimentos e tecnologias produzidos.

As linhas temáticas abordadas nos editais foram:

a) Ação Social (Edital 019/2016): projetos que agreguem um conjunto de ações, técnicas e metodologias visando a implementação de ações inclusivas e tecnologias para a promoção da diversidade e inclusão; valorização da étnica para inclusão, permanência e aprendizagem; emancipação das mulheres e relações de gênero; promoção e defesa dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBTQBT, incentivando o processo de investigação e produção de novas tecnologias ou produto, técnicas, processos produtivos, serviços tecnológicos, bem como melhorias significativas a serem implantadas em produtos ou processos existentes e inovação tecnológica, preferencialmente para populações e comunidades em situação de risco; e

b) Grupos Sociais e Vulneráveis (Edital 041/2016): questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros, processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção. Infância e Adolescência: Processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc); promoção, defesa e garantia de direitos; ações especiais de prevenção e erradicação do trabalho infantil; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto focado na ação crianças, adolescentes e suas famílias.

Outras ações foram adotadas. Estudantes foram classificados como pessoas com necessidades específicas para o mailing de empresas e instituições parceiras do Instituto, com o objetivo de captar estágios para esse público específico. A minuta padrão de Convênio de Estágio do IFB prevê que as pessoas portadoras de deficiência têm direito ao percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas pela instituição concedente. Além disso, foram mantidos Acordos de Cooperação Técnica com instituições que apoiam pessoas com necessidades específicas, como: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do DF (APAE), Abrigo dos Excepcionais de Ceilândia (AEC), Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil (ICPE) e Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos do DF (APADA/DF).

O IFB atua na melhoria do atendimento ofertado à comunidade interna e externa, tratando temáticas envolvidas com a inclusão de pessoas com deficiência, assuntos relacionados a gênero, raça, diversidade sexual e população em vulnerabilidade social. Por meio dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNES) dos *Campi*, são atendidas as

demandas locais e disseminada uma cultura de “educação para a convivência”, aceitação da diversidade e, principalmente, a busca de quebra de barreiras educacionais, de comunicação e atitudinais, de forma a promover a inclusão de todos na educação profissional e tecnológica.

O Instituto empreendeu esforços para atender os estudantes que apresentam necessidades especiais que impactam no respectivo aproveitamento e qualidade dos processos educacionais. Nesse contexto, foi registrado aumento, em cada semestre, no número matrículas de estudantes com necessidades especiais (PNE), indicando que o IFB vem se consolidando como importante instituição agregadora e inclusiva. A figura ao lado apresenta o crescimento da quantidade de estudantes com necessidades específicas atendidos pelos NAPNEs nos últimos três anos.

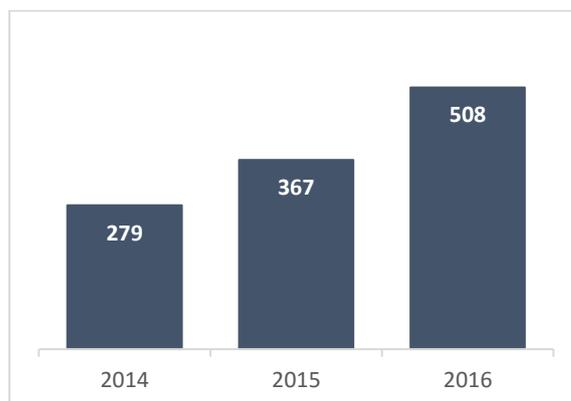


Figura 40 – Número de estudantes atendidos pelos NAPNE's

No decorrer de 2016 foram realizadas várias atividades e eventos com a temática inclusiva. Essas ações contribuem para disseminação do conhecimento na área, possibilitando a todos os envolvidos uma maior compreensão do papel do IFB e favor de um melhor atendimento educacional a todos os nossos estudantes. Dentre as ações realizadas no exercício de 2016, destacam-se:

- A Semana de Acessibilidade nos *Campi*;
- Reunião para discutir a criação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI);
- O II Ciclo de Palestras em Educação Inclusiva, com 4 palestras nos *campi* do IFB e 2 entrevistas participativas, contou com a participação total de 448 pessoas. O objetivo foi promover palestras sobre o atendimento específico aos estudantes, bem como levar informações sobre diversidade, inclusão, imigração, gênero e raça. A escolha pelos temas abordados teve como finalidade sensibilizar o público, fomentar a reflexão sobre os assuntos abordados e proporcionar debates sobre esses temas;
- O V Fórum Distrital de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, realizado nos dias 29 a 31 de agosto no *Campus* Riacho Fundo teve a participação de 286 pessoas. Com o tema “Desafios na Educação profissional e Tecnológica: a diversidade que nos une”, o evento contou com programação cultural, apresentação de comunicações orais, palestras, mesas redondas abordando várias temáticas, dentre elas: raça, gênero, diversidade sexual e necessidades específicas. Participaram desta edição os IFs Mato Grosso, Pará, Rio de Janeiro, Amazonas, Minas Gerais, Roraima entre outros, além de instituições locais, como a Universidade de Brasília (UnB), Senac e Senai;
- O VI Encontro Distrital de NAPNE do IFB, realizado no dia 5 outubro, dentro do CONECTA IF e teve a participação de 101 pessoas. Com o tema “Conquistas e Desafios à acessibilidade dos estudantes e servidores da rede federal”, por meio de mesas redondas e palestras o evento abordou vários temas relativos ao atendimento das pessoas com necessidade específica;
- III Encontro de Tradutores e Intérpretes de Libras do IFB, realizado nos dias 6 e 7 de outubro, dentro do CONECTA IF com a participação de 117 pessoas. Com o tema “Atuação dos tradutores e intérpretes de Libras nas Instituições Educacionais”, o evento abordou a temática de formação dos tradutores e intérprete de libras; promoveu aos participantes a troca de conhecimentos específicos na área de tradução e linguística da língua de sinais, com o

aprimoramento de novas habilidades por meio de oficinas, além de apresentar tecnologias desenvolvidas pelo Instituto Politécnico do Porto/Portugal; e

- A V Semana de Reflexões sobre Negritude, Gênero e Raça (SERNEGRA: Decolonialidade e Antirracismo) ocorrida entre os dias 20 a 23 de novembro no *Campus* Brasília, teve a participação de mais de 600 pessoas. Esta edição propôs o debate sobre a luta antirracista no Brasil a Teoria (e a práxis) Decolonial, ainda não muito divulgada. Fundada no trabalho de pensadores negros como Franz Fanon e Aimé Césaire, a Teoria Decolonial vem construindo na última década uma interpretação libertária da América Latina centrada no enfrentamento da desigualdade racial, que é vista como intrínseca à modernidade/colonialidade. A programação contou com diversas atividades culturais, palestras, oficinas, debates, além da apresentação de trabalhos científicos e a participação de pesquisadores/as de diversas instituições do Brasil em grupos de trabalho. A organização do evento foi composta pelo Grupo de Pesquisa Estudos Culturais sobre Classe, Gênero e Raça - *Campus* Brasília em parceria com as Pró-Reitoria de Extensão do IFB.

Esses eventos alcançaram um público total de 1.555 pessoas, com destaque para o evento V Sernegra, conforme demonstrado abaixo:

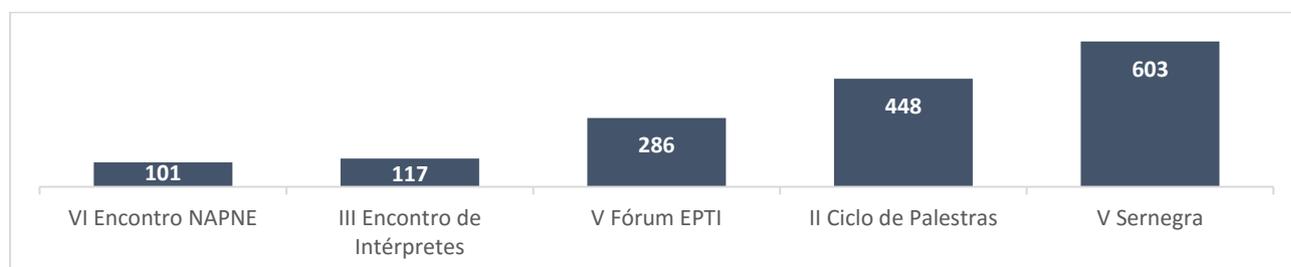


Figura 41 - Público alcançado por eventos com temática inclusiva

Fonte: PREX

Foram realizados também Cursos de Extensão “Capacita Brasil” e “Linguagem, Surdez e Inclusão Social”. O primeiro teve por objetivo a formação na área de deficiência visual e foi realizado em parceria com o Instituto Benjamin Constant (IBC) e com o NAPNE do *Campus* Taguatinga. O segundo proporcionou formação na área de deficiência auditiva e surdez, sendo realizado em parceria com os NAPNEs dos *campi* São Sebastião (1º edição) e Riacho Fundo (2º edição).

A realização das diversas atividades, apresentadas acima, teve como finalidade sensibilizar o público, fomentar a reflexão sobre os assuntos abordados e proporcionar debates acerca das possibilidades frente às novas demandas educacionais. De acordo com a avaliação do público, os eventos foram bem aceitos pela comunidade interna e externa, demonstrando também uma expressiva participação da comunidade externa que os prestigiou. Os Cursos de Extensão também foram bem avaliados pelos cursistas. Dessa forma, foram disseminados conhecimentos essenciais para promover a melhoria do atendimento realizado pelos docentes e técnicos aos estudantes.

Para a garantia de acessibilidade aos cursos ofertados do PRONATEC, é mantida uma lista de bolsistas previamente selecionados por meio do Edital N° 105/RIFB, de 24/07/2013, com perfil para atuar como Tradutor e Intérprete de Libras (TILS). Por meio desta lista, são selecionados profissionais para os alunos que necessitam do suporte de um tradutor. Nesta lista existem três profissionais aptos a atuar pelo PRONATEC IFB a qualquer momento. Outra iniciativa de acessibilidade aos cursos ofertados pelo IFB por meio do PRONATEC ocorreu por meio da oferta do curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Estrangeiros, ofertada por meio de demanda apresentada pelo CONARE - Comitê Nacional para Refugiados. Nas turmas ofertadas ocorreu a confirmação de matrícula de 37 (trinta e sete) pessoas que buscaram refúgio no Brasil. Esta turma foi iniciada em outubro de 2016 e tem término previsto para março de 2017.

6 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Este capítulo visa demonstrar o desempenho financeiro, apresentar informações sobre as demonstrações contábeis e financeiras elaboradas pelo IFB. Contempla ainda informações sobre a implementação da sistemática de apuração de cursos e dos novos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A intenção é proporcionar a compreensão sobre a posição patrimonial e financeira da instituição.

6.1 Desempenho financeiro no exercício

No exercício de 2016, o Instituto buscou efetuar pagamentos dentro dos prazos legais, mesmo com a limitação dos recursos financeiros recebidos. No entanto, algumas notas fiscais das empresas prestadoras de serviços, como a Oriente e a Agroservice, foram pagas com atraso, o que gerou paralisações de parcela dos funcionários por falta de pagamento pelas empresas contratadas, sob a justificativa de insuficiência de recursos para custear a folha.

Devido ao atraso no repasse de recursos financeiros, alguns fornecedores também tiveram seus pagamentos atrasados, que gerou o acúmulo de diversas faturas em aberto por longos períodos. A instituição recebeu ao longo do exercício financeiro por diversas vezes um valor inferior ao apropriado, destaca-se, no entanto, o fato de que ao final do exercício os repasses de recurso financeiro aumentaram, o que possibilitou a realização de 97,92% de suas obrigações.

6.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O IFB tem aplicado gradativamente as determinações contidas na NBC T 16.9 e NBC T 16.10. A aplicação efetiva ainda não foi possível, considerando que o módulo de sistema de controle patrimonial do sistema SUAP não foi implementado totalmente, o que impossibilita o lançamento e realização dos cálculos que atendam ao previsto na legislação no tocante à Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos.

Conforme demonstra no Balanço Patrimonial de 2016, o IFB apresenta um saldo na conta de Bens Móveis que será ajustado em conformidade com o inventário. Em dezembro de 2016 foram instauradas as comissões para apurar o levantamento dos bens móveis e posterior inserção dos dados no SUAP. Em seguida, serão realizados os procedimentos para atualizar os registros no SIAFI.

Atualmente, os cálculos de depreciação e amortização são realizados em planilha eletrônica, a qual foi auditada e aprovada pela Auditoria Interna, utilizando o sistema de quotas constantes. A partir daí são realizados os devidos registros no SIAFI.

Os registros, cálculo, métodos e estimativa de vida útil do bem, estão de acordo com as orientações da Macrofunção 020330 SIAFI/MF/STN e do Comunica MEC 2016/0581990, que trata da amortização de softwares, que estabelecem:

- Tópico 4.8 - a depreciação, a amortização ou a exaustão de um ativo começa quando o item estiver em condições de uso. Dessa forma, para fins de cálculo da depreciação

e da amortização é utilizada a data de ateste, que é a data que o bem é atestado pelos responsáveis do seu recebimento como que está em perfeitas condições;

- Tópico 6.5 - a depreciação deve ser reconhecida até que o valor líquido contábil do ativo seja igual ao valor residual; e
- Tópico 7.2 - os encargos de depreciação para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional utilizará as quotas constantes. Justificativa: a informação deve ser consistente e comparável, devendo constar em notas explicativas.

Há saldo na conta de bens imóveis que se refere a obras em andamento, este saldo será lançado para a conta de edificações assim que a documentação for liberada para o órgão. Esses documentos foram solicitados junto aos órgãos competentes e estão em fase de regularização.

Por enquanto, o único imóvel registrado no SPIUNET e, conseqüentemente, no balanço contábil na conta de Bens móveis de Uso Educacional é o imóvel do *Campus Gama* (UG 152139), em dezembro de 2016, o valor apresentado no balanço é de R\$ 31.460.377,29.

Em relação às orientações da Secretaria do Tesouro Nacional a respeito do tratamento contábil da depreciação, da amortização de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, o IFB vem realizando a implantação de um sistema integrado de gestão que permitirá realizar tais procedimentos, no entanto, não foi possível regularizar o patrimônio como um todo, que em virtude da integralização de diferentes unidades gestoras em um único órgão, recém formado, depende da conclusão da implantação do sistema.

Os cálculos e as apropriações das depreciações e amortizações realizadas pelo IFB são realizados por meio de pasta de trabalho do Excel, seguindo as orientações e critérios estabelecidos na macrofunção contábil 020330, da qual consta tabela de vida útil e o percentual residual a ser adotado para cada item da conta contábil, sendo utilizado método das quotas constantes.

O cálculo leva em consideração apenas meses inteiros, desconsiderando-se qualquer fração inferior a um mês. Com base no quantitativo de meses transcorridos e na taxa de depreciação/amortização mensal de cada conta contábil é calculado a depreciação/ amortização acumulada dos bens. A depreciação/ amortização mensal é lançada pela diferença entre valor acumulado do mês atual e o valor acumulado do mês anterior, levando em conta todas as casas decimais para que o valor líquido esteja sempre ajustado.

O valor atribuído para os bens é o valor total da nota fiscal liquidada e a data base para o cálculo é a data do ateste. Todas as informações inseridas na pasta de trabalho são retiradas do SIAFI.

De acordo com o comunica nº 2016/0581990 da Setorial e Contabilidade/ MEC, os softwares com vida útil definida, sofrem amortização levando em consideração o período da licença. A contabilidade pesquisou os processos de compras dos softwares para verificar o prazo da licença e posteriormente realizar o cálculo da amortização.

O órgão reconheceu a depreciação/ amortização acumulada dos exercícios anteriores no mês de maio/2016 e a partir desse período a depreciação está sendo calculada mensalmente, inclusive para os bens que estão sendo adquiridos.

Um item de imobilizado é baixado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso. Para esse procedimento é criada uma comissão específica para avaliar as condições do bem e posteriormente efetuar a baixa.

Assim que a implantação do sistema de patrimônio ficar concluída, serão criadas comissões específicas para avaliar o valor residual, vida útil e efetuar a reavaliação dos ativos para ajustes de forma prospectiva, quando for o caso.

Tabela 3 - Vida útil e taxa de depreciação- Macrofunção 020330

Conta contábil	Descrição da conta contábil	Vida útil(anos)	Tx depr. Ano	Valor Bruto Cont. jan/16	Valor Bruto Cont. dez/16	Depre/Amort. Acum dez/16
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	6,667%	653.302,85	1.509.643,29	161.587,98
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNI	10	10%	312.557,70	325.357,70	68.002,26
1.2.3.1.1.01.03	EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS,ODONTO,	15	6,667%	422.998,08	357.596,94	66.933,13
1.2.3.1.1.01.04	APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES	10	10%	56.452,65	71.752,47	15.133,39
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA	10	10%	536.270,90	539.113,55	240.495,64
1.2.3.1.1.01.06	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIAI	20	5%	173.082,35	260.920,86	24.295,52
1.2.3.1.1.01.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGETICO	10	10%	756.501,19	744.383,03	356.093,27
1.2.3.1.1.01.08	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	6,667%	40.027,90	41.963,90	12.400,42
1.2.3.1.1.01.09	MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS	10	10%	1.217.539,58	1.216.658,83	481.772,56
1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PECAS E ACESSORIOS P	5	20%		3.150,00	1.842,75
1.2.3.1.1.01.20	MAQUINAS E UTENSILIOS AGROPECUARIO	10	10%	874.317,92	874.317,92	430.296,93
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELETRIC	10	10%	123.025,66	56.936,98	13.460,31
1.2.3.1.1.01.24	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELE	10	10%	1.900.631,99	2.361.417,99	244.745,73
1.2.3.1.1.01.25	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTO	10	10%	8.987.582,89	9.743.684,35	3.935.755,89
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE D	5	20%	9.095.100,09	9.804.605,61	6.684.011,67
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10%	823.848,30	894.254,04	381.371,32
1.2.3.1.1.03.02	MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORI	10	10%	12.871,82	12.871,26	4.516,21
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIARIO EM GERAL	10	10%	23.306.321,50	23.358.105,11	7.436.994,84
1.2.3.1.1.04.02	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICO	10	10%	2.212.369,03	2.387.559,52	849.561,49
1.2.3.1.1.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	20%	27.636,00	27.636,00	19.483,38
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	20	5%	63.487,04	180.295,83	13.776,56
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E F	10	10%	1.184.386,39	1.207.084,77	541.783,10
1.2.3.1.1.04.07	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA FINS	10	10%	2.519.926,70	3.589.682,33	594.668,47
1.2.3.1.1.05.03	VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	6,667%	10.003.435,57	12.566.552,47	3.301.973,08
1.2.3.1.1.99.09	PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	10%	444.615,29	446.625,29	194.498,68
1.2.4.1.1.01.01	SOFTWARES			1.010.142,45	1.095.159,69	1.021.920,88

Fonte: SIAFI

6.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O IFB não dispõe atualmente de ferramenta que permita mensurar os custos dos serviços prestados pela Instituição. O Sistema de Custos do Governo Federal que foi implementado pelo Executivo Federal não está dentro da capacidade financeira do IFB, porém no âmbito dos Institutos Federais (IFs) existe um estudo para padronizar o objeto do custo, o qual ao ser definido será utilizado por todos IFs.

6.4 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Os demonstrativos e as respectivas notas explicativas constam do Anexo IV da relação de Anexos e Apêndices.

7 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Este capítulo contempla informações sobre as providências adotadas pelo IFB em cumprimento às deliberações e recomendações dos órgãos de controle, às exigências da Lei nº 8.666/1993, além de informações sobre medidas adotadas para apuração de danos ao erário.

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2016, o TCU determinou que todas as auditorias internas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia deveriam incluir, nos seus planos anuais de auditoria interna, ações de controle com vistas a identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no PRONATEC, bem como informar os resultados e medidas adotadas no Relatório de Gestão.

O NAIN acompanha as recomendações/determinações do TCU e solicita que a área responsável atenda às recomendações/determinações, como também se posicione quanto à sua implementação. Caso a determinação seja implantada, o responsável pela área justifica e indica quais foram as medidas adotadas até o momento.

Quadro 42 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento ou estão aguardando manifestação do TCU ao final do exercício

Caracterização da recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-020.185/2010-3	Nº 4723/2013 - TCU - 2ª Câmara	110 da instrução	Ofício 0449/2013/TCU/SECEXEDUC, de 15/08/2013	15/08/2013
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Instituto Federal de Brasília				
Descrição da determinação				
Em recomendar ao IFB, com fulcro no art.250, III, do Regimento Interno, que (item 110 da instrução): (a) mapeie os processos de trabalho da Coordenação-Geral de Aquisições e da Coordenação de Contratos e Convênios, de forma a aprimorar os controles internos da Pró-Reitoria de Administração (Prad), caso ainda não realizado; (b) identifique os riscos e descreva os eventos inerentes às atividades das coordenações citadas que possam impactar os objetivos, contemplando identificação de suas fontes, causas e consequências potenciais; (c) considerando a probabilidade e as consequências da ocorrência dos eventos relacionados aos riscos, valore, mensure e classifique (p. ex. alto, médio, baixo) os riscos, para identificar a área/processo de trabalho onde são necessários aperfeiçoamentos; (d) a partir da análise de riscos efetuada, defina estratégias para gerenciar os riscos; (e) estabeleça políticas e procedimentos para atuar sobre os riscos identificados em todas as atividades relevantes para o alcance de objetivos chaves dos setores sob análise, de forma a não se repetir as irregularidades científicas ao IFB; em encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao IFB(...).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Pró-Reitoria de Administração (PRAD) informou ao Gabinete do Reitor, por meio do memorando nº 103/2016/PRAD/IFB que, após uma breve análise, concluíram que a PRAD não possui competência técnica para desenvolver o estudo de mapeamento de risco, sendo de fundamental importância a criação específica de um setor que disponha de servidores capacitados para desenvolver tal atividade.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência

TC-021.140/2111-1	ACÓRDÃO Nº 3612/2014 - TCU - 2ª Câmara	1.8	Ofício 0480/2014/TCU/SECEXEDUC, de 28/07/2014.	28/07/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Instituto Federal de Brasília				
Descrição da determinação				
1.8. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, com fundamento no art. 43, I, da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, II, do Regimento Interno, que, no âmbito do próximo processo de contas anuais, informe as providências adotadas para regularizar a situação da Conta Corrente 0974006000000235, aberta em nome do Instituto e vinculada à Agência 0974 da Caixa Econômica Federal, a fim de que sejam observados os dispositivos constantes da MP 1.782/1998, atual MP 2.170-36/2001, da IN 4/2004/STN, do inciso IV do art. 1º do Decreto-Lei 1.737/1979, do § 5º do art. 45 do Decreto 93.872/1986;				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A conta corrente em nome do IFB na Caixa Econômica Federal foi regularizada, conforme ofício nº 493/2016 – RIFB, enviado para o TCU em 05 de julho de 2016. Anexo, ofício da Caixa Econômica Federal nº 034/2016.				
Status: Aguardando manifestação do TCU.				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC 024.329/2015- 0	ACÓRDÃO Nº 1006/2016 – TCU – Plenário	9.3	N/A.	Set/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação				
Instituto Federal de Brasília				
Descrição da determinação				
Determinar às auditorias internas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com fundamento no art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011, c/c os arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução- FNDE 4/2012, que incluam nos seus planos anuais de auditoria interna ações de controle com vistas a identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec, e, informe nos respectivos relatórios de gestão anuais os resultados apurados e providências adotadas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Ver item “Sobreposição de carga horária - Pronatec				
Status: Aplicada anualmente.				
Fonte: NAIN				

7.2 Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

O Órgão de Controle Interno não exarou nenhuma recomendação no exercício de 2016. Mas a unidade apresentou 20 recomendações pendentes de atendimento ao final do exercício, das quais 11 foram atendidas. As demais estão sendo implementadas.

Quadro 43 - Recomendações exaradas no exercício de 2015

Recomendação	Texto da Recomendação	Situação	Prazo
141222	Formalizar o Plano de Trabalho Docente (PIT) e instituir formalmente o Relatório de Trabalho Docente (RIT), ambos com periodicidade semestral, com fluxos e linhas de aprovação, além de definir conceitualmente as atividades previstas nesses instrumentos de controle.	Atendida	1/7/2016
141225	Apresentar plano de ação para a criação de curso técnico regular nos <i>Campus</i> Brasília e Gama com o intuito de melhorar o aproveitamento da força de trabalho docente	Atendida	30/6/2016

156440	Instituir normativo em substituição à Resolução nº 24/2009 que seja submetido à aprovação do Conselho Superior e que regulamente a distribuição da carga horária didática docente, padronize a gestão das atividades dos professores nos <i>Campus</i> do IFB no que concerne ao planejamento, ao acompanhamento e à avaliação, definindo fluxos e linhas de aprovação hierárquica, e que formalize a política de transparência das atividades de ensino, pesquisa e extensão.	Atendida	30/6/2016
156455	Estabelecer, na Diretoria de Gestão de Pessoas, procedimentos, rotinas e/ou fluxos sistematizadas que permitam a execução das atividades diárias, como por exemplo, o registro tempestivo dos atos de pessoal no Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - Sisac e do envio dessas informações ao Órgão de Controle Interno e à Corte de Contas, em obediência ao que estabelece a Instrução Normativa TCU nº 055/2007.	Atendida	7/5/2016
156460	Definir, formalmente, procedimentos internos, rotinas e fluxos com vistas a identificar e tratar casos de acúmulo funcional, os quais devem ser executados quando da posse de novos servidores e regularmente, ao longo do exercício.	Atendida	7/5/2016
156461	Apresentar evidências da devolução da parcela de dedicação exclusiva recebida indevidamente pelo servidor identificado no campo fato e caso não ocorra o ressarcimento ao erário, deve-se apurar responsabilidades, visando identificar quem, de fato, deu causa ao prejuízo.	Atendida	7/5/2016
156462	Dar continuidade ao processo licitatório em andamento no Instituto, que tem por objeto a conclusão das obras paralisadas no <i>Campus</i> Brasília, atentando para se priorizar, em caso de necessidade, aquelas em que possa ocorrer a entrega definitiva no menor lapso temporal.	Atendida	6/6/2016
156464	Submeter à análise da Procuradoria Federal junto ao IFB para que se pronuncie sobre a definição do termo "público usuário", prevista no §1º do art. 7º da Portaria Normativa nº 01/2015 - IFB, avaliando se essa definição é adequada aos fins previstos no Decreto nº 1.590/95.	Atendida	7/5/2016
156465	Determinar que seja dada ampla publicidade às escalas dos servidores que tiverem a carga horária flexibilizada, afixando-as nas dependências do Instituto, em local visível e de grande circulação. As escalas devem, ainda, ser publicadas no site do IFB.	Atendida	7/5/2016
156466	Adequar e aperfeiçoar o Sistema SUAP de modo a garantir que os seus parâmetros se ajustem às exigências legais, registrando de forma fidedigna o controle eletrônico do ponto dos servidores.	Atendida	7/5/2016
156469	Inserir nos futuros editais de licitações para execução de obras a confecção pela empresa contratada do Manual de Operações, Uso e Manutenção da Edificação construída (ABNT NBR 14037).	Atendida	17/4/2016
20077	O Gestor deve dar prosseguimento no andamento dos processos de registros dos bens imóveis junto à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal - SPU/DF.	Em andamento	13/4/2016
36330	Ao Reitor: Providenciar, junto à Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, a avaliação ambiental das unidades do IFB para amparar o pagamento de adicionais de insalubridade aos servidores e terceirizados da instituição, com observância aos requisitos e critérios definidos em legislação pertinente.	Em andamento	3/10/2016
141211	Concluir o processo de devolução do valor de R\$ 3.429,50 (servidor matrícula Siape **081**) e solicitar o reembolso dos valores pagos indevidamente aos servidores que não optaram pela assistência pré-escolar, caso necessário (servidores matrícula Siape nº **011**, **679**, **458**, **584**), no prazo de 30 dias	Em andamento	21/4/2017
141212	Promover ações de capacitação, treinamento e desenvolvimento dos servidores da área de gestão de pessoas de forma a reduzir os riscos inerentes às atividades executadas e induzir melhorias no aproveitamento da força de trabalho disponível nessa área.	Em andamento	30/6/2016
141215	Instituir regulamento interno que discipline, no âmbito do IFB, a proteção de direitos relativos à invenção, propriedade industrial e direitos autorais	Em andamento	3/10/2016

	resultantes de projetos de pesquisa, conforme estabelecido no art. 16 da Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação).		
141218	Desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os <i>Campus</i> , visando o controle e a transparência da distribuição total da carga horária dos docentes, de forma a permitir a divulgação dos dias, horários, locais de aulas e de atendimento ao aluno.	Em andamento	10/5/2017
141219	Desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os <i>Campus</i> , que permita o acompanhamento, controle e divulgação dos relatórios e resultados dos projetos de pesquisa e inovação desenvolvidos por docentes do Instituto.	Em andamento	3/10/2016
141220	Desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os <i>Campus</i> , que permita o acompanhamento, controle e divulgação dos relatórios e resultados dos projetos de extensão desenvolvidos por docentes do Instituto.	Em andamento	3/10/2016
141221	Desenvolver e implementar sistema de informação, padronizado para utilização em todos os <i>Campus</i> , que permita o acompanhamento e monitoramento das metas institucionais pactuadas com o MEC no Termo de Metas e Compromissos (TAM).	Em andamento	31/12/2016
141223	Estabelecer diretrizes para a priorização de linhas de pesquisa e de extensão a serem seguidas no âmbito do IFB, em conformidade ao planejamento estratégico e operacional do Instituto, conforme atribuições definidas nos arts. 46, 47 e 56 do Regimento Geral.	Em andamento	3/10/2016
141224	Instituir mecanismos de aferição do cumprimento das metas 14 e 15 do TAM, inclusive quanto à participação de alunos em pesquisa e ao atendimento a populações e comunidades em situação de risco no caso das atividades de extensão.	Em andamento	3/10/2016
156439	Promover a atualização do organograma do IFB, no prazo de um ano, de forma a contemplar a estrutura organizacional vigente.	Em andamento	2/3/2017
156453	Providenciar a realização de inventário físico anual de bens imóveis sob a responsabilidade do IFB, apresentando, inclusive, o estado de conservação de cada imóvel da UJ.	Em andamento	12/12/2016
156454	Acompanhar os processos junto ao corpo de bombeiro militar verificando os motivos da demora na aprovação dos projetos. Caso tenha pendências, tentar solucioná-las para aprovação pelo corpo de bombeiros.	Em andamento	3/10/2016
156456	Aprimorar os normativos que regulamentam a flexibilização da jornada de trabalho dos servidores do IFB, estabelecendo as rotinas, os requisitos e os responsáveis pela análise de cada uma das etapas do processo. Os normativos devem considerar que a flexibilização da jornada de trabalho somente poderá ser adotada quando ficar demonstrado, por estudos técnicos, que os serviços do setor exigem atividades contínuas em regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno. A flexibilização deverá ser concedida exclusivamente aos servidores do setor que atuem diretamente com atendimento ao público ou em período noturno, sendo entendido esse último como aquele que ultrapassar 21 horas. A autorização para flexibilização da jornada de trabalho deverá ser expressa e nominal, além disso, a portaria autorizativa deverá apresentar a escala de trabalho dos servidores que terão a carga horária reduzida. O IFB também deverá avaliar, previamente e por meio de estudos técnicos, se no Instituto há condições para se permitir a alteração da jornada, em especial, se há disponibilidade de pessoal para adoção de tal medida.	Em andamento	3/10/2016
156458	Suspender os efeitos da Portaria Normativa nº 05/2012 - CS/RIFB até que seja emitido parecer da Procuradoria Jurídica quanto à legalidade do normativo.	Em andamento	3/10/2016
156459	Promover alterações na Portaria Normativa nº 05/2012 - IFB e Resolução nº 01/2015 - CS/IFB, após parecer da Procuradoria Jurídica, de modo a adequá-la ao previsto na Lei nº 8.112/90, no Decreto nº 5.707/06 e na legislação correlata, no que se referente à concessão de horário especial aos estudantes.	Em andamento	21/4/2017
156463	Determinar a complementação do conteúdo da Portaria Normativa nº 04, de 9/8/2012, com vistas a avaliar, por meio de estudos técnicos, quais os serviços prestados nas Bibliotecas e nos Registros Acadêmicos dos <i>Campus</i> que se	Em andamento	21/4/2017

	enquadrariam nos critérios previstos no Decreto nº 1.590, bem como com vistas a publicar o nome e a escala dos servidores submetidos à flexibilização, tendo em vista que a suspensão da concessão da flexibilização da carga horária nesses setores traria grande prejuízo à comunidade escolar.		
156467	Normatizar as rotinas operacionais das áreas envolvidas na gestão imobiliária do IFB, por meio de normas específicas como manuais, cartilhas, fluxogramas.	Em andamento	28/2/2017
156468	Implantar e utilizar sistema informatizado para auxiliar o gerenciamento das ações de manutenção predial.	Em andamento	31/12/2016
Fonte: NAIN			

Quanto às recomendações exaradas pelo Órgão Central de Controle Interno - CGU, todas causaram um impacto relevante na instituição, de forma a propiciar aos gestores a expedição dos atos administrativos com maior substância.

As atividades e procedimentos relacionados à rotina para acompanhamento das recomendações oriundas da CGU consistem em um acompanhamento constante no Sistema Monitor pelo Núcleo de Auditoria Interna, bem como o envio de alertas para os gestores mensalmente, informando sobre a data de vencimento de cada recomendação.

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Em 2016, os processos disciplinares foram acompanhados pelo Gabinete da Reitoria no que diz respeito à instauração, prorrogação, julgamento e provimento das atividades necessárias para execução dos procedimentos apuratórios. A fim de quantificar os casos de danos que tenham sido objeto de medidas internas administrativas adotadas pelo IFB, cabe informar que no decorrer do exercício foram apuradas 7 situações que poderiam resultar em danos ao erário, sendo que não houve instauração de nenhuma tomada de contas especial.

Entre essas situações, 4 estão relacionadas ao desaparecimento ou perecimento de bens públicos, 2 dizem respeito à irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos e 1 direcionada ao favorecimento próprio ou de terceiros, todas com apuração em curso. Ademais, no que tange a estrutura e controles de que dispõe para a apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos de uma maneira geral, o NAIN, por meio do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) aprovado pelo Conselho Superior do IFB, realiza atividades de controle com foco na prevenção e minimização das ocorrências que podem trazer riscos de ilicitudes.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A maioria dos contratos firmados pelo IFB não possui um cronograma de pagamento pré-definido, pois são feitos por valor estimado (segurança, fornecimento de energia e água, etc). Tais obrigações apenas tornam-se exigíveis com a efetiva execução do serviço e, por este motivo, somente é possível estabelecer o cronograma de pagamento após a liquidação, que, de acordo com a lei 4.320/93, é a verificação do direito adquirido pelo credor. Desta forma, os controles da ordem de pagamento ficam restritos à execução financeira.

Observa-se que os prazos de vencimento das obrigações estabelecidos nos instrumentos contratuais, por razões de interesse público, o IFB prioriza o desembolso de valores atinentes às seguintes faturas:

1. Valores com vencimento em que haja juros e multa: Consoante ao princípio da economicidade, o IFB busca evitar o pagamento de juros e multa;
2. Contratos de serviços de fornecimento de mão de obra e obras de engenharia: O não pagamento pode afetar a continuidade do serviço público.
3. Por fim, a exigibilidade estabelecida no contrato.

No que tange aos controles estabelecidos no âmbito do IFB, a Coordenação-Geral de Execução Orçamentária (CGEO) mantém planilha atualizada diariamente com as seguintes informações: valor das obrigações, data de apropriação no SIAFI e data de vencimento, juntamente com os *Campus*, a fim de que haja um controle quanto à descentralização de recursos.

Cabe ressaltar quanto ao pagamento de bolsas, uma vez que são executadas muitas vezes na mesma fonte de despesa de algumas notas fiscais e faturas, e por isso competem na ordem de pagamento. As bolsas tem alta prioridade, geralmente, só ficam abaixo das contas com vencimento que geram juros e multa, tendo em vista a finalidade do IFB, que é uma instituição de ensino e muitos alunos dependem desses recursos.

7.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Dentre os contratos vigentes em 31/12/2016, a única empresa contratada beneficiária da Lei nº 12.546/2011 é a Construtora Anhanguera Eireli, CNPJ 26.884.684/0001-25, signatária do Contrato 02/2016, cujo objeto é a prestação de serviços de engenharia para conclusão das obras remanescentes do *Campus* Brasília do IFB. Na época da contratação, por meio do Pregão Eletrônico RDC 01/2015, a empresa em pauta já se beneficiava da desoneração da folha de pagamento, não sendo aplicável, portanto, revisão contratual para reequilíbrio dos valores contratuais.

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 44 - Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional	20RL/FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO	3.000,00	-
Legal	20RL/FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE EDUCACAO PROFISSIO	269.182,19	182.236,55
Fonte: Tesouro Gerencial			

De acordo com o Art. 21 da Lei nº 12.232/10 deverão ser discriminadas as dotações orçamentárias anuais destinadas as despesas de publicidade institucional e de utilidade pública. Contudo o Instituto Federal de Brasília não possui dotação orçamentária na Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública (PUP) e portanto não foram firmados contratos com agências de publicidade e propaganda para o exercício de 2016.

As principais ações de divulgação realizadas em 2016 foram:

Dados da divulgação – ConectaIF

- Matérias produzidas durante o evento para o Portal: 27
- Posts produzidos para as redes sociais durante o evento: 34
- Vídeos produzidos durante o evento: 8
- Acessos às notícias no portal: 8.593 acessos
- Alcance das peças nas redes sociais: 122.305 pessoas alcançadas

Dados da divulgação – Processo Seletivo 2017/1

- Criação, produção e distribuição de peça gráfica: 24.000 folders
- Vídeo produzido para o Processo Seletivo: 1, com alcance de mais de 21.408 pessoas alcançadas
- Peças produzidas para Portal / Redes Sociais: 7
- Acessos às notícias no portal: 124.497 acessos
- Alcance das peças nas redes sociais: 170.055 pessoas alcançadas

Espaços conseguidos na Mídia Espontânea – Processo Seletivo 2017/1

- Na página do G1 globo.com, em 19/10/2016, com o título “IFB abre vaga para cursos técnicos e ensino médio integrado no DF”, conforme link: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/10/ifb-abre-vagas-para-cursos-tecnicos-e-ensino-medio-integrado-no-df.html>;
- Na página do Correio Braziliense, em 11/10/2016, com o título “IFB oferece 1.950 vagas em 25 cursos em seus 10 *Campus*”, conforme link: http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/educacao/ensino_basico/2016/10/11/ensino_basico_interna,552767/ifb-oferece-1-950-vagas-em-25-cursos-em-seus-10-Campus.shtml;
- Na página do Metrôpoles, em 19/10/2016, com o título “IFB abre seleção para 1.950 vagas em cursos técnicos gratuitos”, conforme link: <http://www.metropoles.com/distrito-federal/educacao-df/ifb-abre-selecao-para-1-950-vagas-em-cursos-tecnicos-gratuitos>;
- Na página do Infoescola, em 11/10/2016, com o título “Instituto Federal de Brasília abre inscrições para o Processo Seletivo 2017”, conforme link: <http://www.infoescola.com/noticias/instituto-federal-de-brasilia-abre-inscricoes-para-o-processo-seletivo-2017/>;
- Na página do Cursos Gratuitos, em 20/10/2016, com o título “IFB abre 1.950 vagas em cursos técnicos GRATUITOS”, conforme link: <http://cursos-gratuitos.info/ifb-abre-1-950-vagas-em-cursos-tecnicos-gratuitos/>;

Dados da divulgação do Processo Seletivo para o 1º semestre de 2016

- Criação, produção e distribuição de peça gráfica: 30.000 panfletos
- Peças produzidas para Portal / Redes Sociais: 7
- Acessos às notícias no portal: 180.225 acessos
- Alcance das peças nas redes sociais: 179.793 pessoas alcançadas

Espaços conseguidos na Mídia Espontânea – Processo Seletivo 2016/1

- Na página do G1 globo.com, em 06/04/2016, com o título “Instituto Federal de Brasília oferece 1.114 vagas em cursos nos dez *campi*”, conforme link: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/04/instituto-federal-de-brasilia-oferece-1114-vagas-em-cursos-nos-dez-Campi.html>;
- Na página do Brasília Capital, em 06/04/2016, com o título “Instituto Federal de Brasília oferece 1.114 vagas em cursos nos dez *campi*”, conforme link: <http://www.bsbcapital.com.br/55257-2/>;
- Na página da Agência Brasília DF, em 07/04/2016, com o título “Instituto Federal de Brasília lança cursos técnicos noturnos em Ceilândia”, conforme link: <http://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2016/04/07/instituto-federal-de-brasilia-lanca-cursos-tecnicos-noturnos-em-ceilandia/>;
- Na página da L1 News, em 02/04/2016, com o título “Instituto Federal de Brasília lança edital com 1.114 vagas para cursos gratuitos”, conforme link: <http://l1news.net/noticias/2016/04/instituto-federal-de-brasilia-lanca-edital-com-1-114-vagas-para-cursos-gratuitos/>.

Videos produzidos

- Vídeo institucional, que pode ser acessado por meio do link: https://www.youtube.com/watch?v=e9d70YD12zE&lc=z135fndaml32v3tjl04cjh4zr_yswvkodgo;

Alcance da peça nas redes sociais: 8.865 pessoas alcançadas;

- Vídeo Boas Festas, que pode ser acessado por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=t0efme-sr4Q>;

Alcance da peça nas redes sociais: 10.860 pessoas alcançadas.

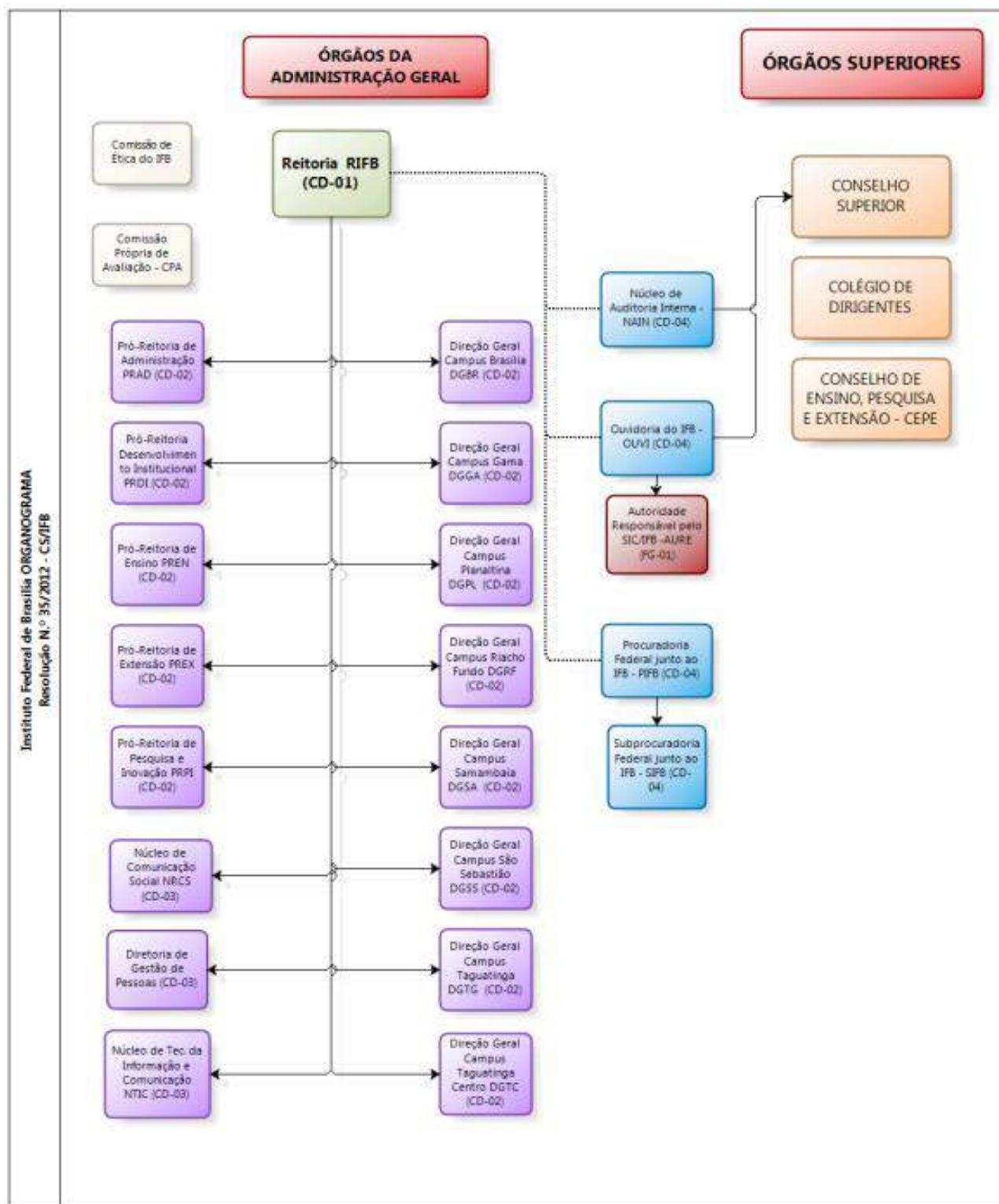
7.7 Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Quadro 45 - Cursos de graduação que ofertam libras como disciplina obrigatória

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação	Disponível em:
Licenciatura em Dança	1115005	Brasília – DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/4395_PPC%20APROVADO%2020-09-12.pdf
Licenciatura em Biologia	1280561	Planaltina - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/article/6010/PPC%20Biologia_2.pdf
Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica	Curso em fase de análise de reconhecimento, segundo o E-MEC. (Processo 201507220)	Samambaia - DF	O referido curso tem prevista a oferta a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/article/6010/PPC_Lic_Edic_Profissional.pdf
Licenciatura em Física	1330338	Taguatinga - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/article/2750/PPC%20LIFI.pdf
Licenciatura em Letras - Língua Espanhola	1192496	Taguatinga Centro - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/article/10765/PPC%20LICENCIATURA%20EM%20LETRAS%20ESPANHOL%20vers%C3%A3o%203200hs%20(1).pdf
Licenciatura em Letras - Língua Inglesa	1281070	Riacho Fundo - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as	http://www.ifb.edu.br/attachments/4298_PPC%20Licenciatura%20Riacho%20Fundo%20(revisto%20na%20

				informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	reuni%C3%A3o%20de%2027-09)%20LINGUA%20INGLESA%20(1).pdf
Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa	1280246	São Sebastião - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/article/10765/RESOLU%C3%87%C3%83O%20n%C2%BA%20018_PCC%20LICENCIATURA%20EM%20LETRAS%20LINGUA%20PORTUGUESA.pdf
Licenciatura em Matemática		Estrutural - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/article/10493/PPC_Lic_Matem%C3%A1tica.pdf
Licenciatura em Pedagogia	1379291	São Sebastião - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/article/10765/PPC_Licenciatura%20em%20Pedagogia.pdf
Licenciatura em Química	1178556	Gama - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/article/3435/PPC%20Licenciatura%20em%20Qu%C3%ADmica.pdf
2ª Licenciatura em Dança	1185256	Brasília - DF	O referido curso está ofertando a disciplina de Libras.	A instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007;	http://www.ifb.edu.br/attachments/4395_PPC%20APROVADO%2020-09-12.pdf
Fonte: PREN					

Anexo I - Organograma



Fonte: Resolução CS/IFB nº 35/2012

Anexo II - Resultado do planejamento 2016

Quadro 46 - Resultado do planejamento 2016 por eixo, objetivo estratégico, indicador e unidade

Unidade	#SGI	Meta/Iniciativa	Status	% Terminado
Planejamento da Auditoria Interna – PAINT 2016				
NAIN	14408	NA01 - Gestão Patrimonial - controle, inventário, guarda e conservação de bens móveis.	Finalizada	100
NAIN	14410	NA02 - Gestão do Suprimento de Bens e Serviços - Almojarifado.	Finalizada	100
NAIN	14449	NA03 - Admissão de Pessoal	Finalizada	100
NAIN	14450	NA04 - Gestão de Pessoas - Averiguação do Controle de frequência nos termos da Portaria Normativa/IFB nº 01 de 09 de março de 2015	Finalizada	100
NAIN	14451	NA05 - Auditoria Contábil: Coordenação Geral de Contabilidade	Finalizada	100
NAIN	14452	NA06 - Aquisições - Avaliação da Regularidade dos processos licitatórios realizados	Finalizada	100
NAIN	14453	NA07 - Gestão de Pessoas - Concessão de Gratificação por encargo de curso ou concurso	Finalizada	100
NAIN	14454	NA08 - Gestão Operacional - Acompanhamento da Execução dos Contratos de prestação de serviço contínuo de Limpeza e Conservação e prestação de Serviço de Vigilância.	Finalizada	100
NAIN	14455	NA09 - Acompanhamento da execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego - PRONATEC	Finalizada	100
NAIN	14457	NA10 - Avaliação da estrutura de controles internos instituída pela unidade administrativa.	Finalizada	100
NAIN	14459	NA11 - Aquisições - Análise da Regularidade nos Processos de Inexigibilidades e Dispensas de Licitações.	Finalizada	100
NAIN	14461	NA12 - Gestão Financeira - Acompanhamento da Execução de Obras - Campus Brasília	Iniciada	43
NAIN	14463	NA13 - Elaboração do Relatório Anual de Auditoria Interna - RAINT 2015	Finalizada	100
NAIN	14468	NA14 - Plano de Providências da CGU-PR-DF e TCU	Finalizada	100
NAIN	14469	NA15 - Monitoramento das Recomendações do Núcleo de Auditoria Interna - NAIN.	Finalizada	100
NAIN	14470	NA16 - Elaboração do PAINT 2017	Finalizada	100
Metas Replanejadas de 2015				
CBRA	14725	BR23* Realizar 2 ações de melhoria na qualidade de ensino no eixo G&N.	Finalizada	100
CBRA	14726	BR24* - Realizar 3 ações de melhoria na qualidade de ensino no Eixo de Arte e Cultura.	Finalizada	100
CBRA	14807	BR25* Realizar 2 ações de melhorias nos serviços de TI do Campus.	Finalizada	100
CCEI	14809	CE05* - Implementar sete ações estratégicas para fortalecimento da produção científica no Campus Ceilândia	Não Iniciada	0
CCEI	14808	CE26* - Elaborar Plano de um Curso Técnico da modalidade PROEJA	Não Iniciada	0
CCEI	14810	CE27* - Realizar dez ações estratégicas de fortalecimento da gestão participativa no Campus	Finalizada	100
CCEI	14811	CE28* - Implatar seis ações estratégicas de inclusão e atendimento às pessoas com necessidades específicas no Campus	Finalizada	100
CCEI	14812	CE29* - Desenvolver cinco ações de divulgação e de relações institucionais do Campus Ceilândia com a comunidade interna e externa	Finalizada	100

CCEI	14813	CE30* - Implantar o Programa Institucional Interconexões	Iniciada	60
CEST	14814	ES27* - Elaborar pelo menos 2 novos planos de curso	Finalizada	100
CGAM	14815	GA 25* - Implantar pelo menos um 1 curso EaD do Campus	Não Iniciada	0
CPLA	14816	PL28*-Formular um projeto político pedagógico do Campus Planaltina	Iniciada	70
CPLA	14817	PL29*-Promover a realização ou a participação de no mínimo 7 eventos de ensino, pesquisa, extensão e empreendedorismo	Finalizada	100
CPLA	14818	PL30*-Realizar 4 Cursos área de Agroindústria	Iniciada	88
CRFI	14820	RF28*-Estabelecer 03 convênios, 01 ciclo de palestras e informatizar o banco de currículo para ampliar as parcerias institucionais	Iniciada	10
CSSB	14821	SS28* - Elaborar fluxo de 10 processos do campus.	Não Iniciada	0
CSSB	14823	SS30*- Viabilizar a implantação dos cursos técnicos PROEJA do CSSB para 2015	Iniciada	20
CTAG	14824	TG28* - Viabilizar a oferta de curso técnico subsequente em Rede de Computadores para 2018.	Finalizada	100
PRAD	14826	AD04* - Elaborar 03 indicadores por Coordenação da PRAD	Não Iniciada	0
PRAD	14825	AD05* - 50% da reestruturação organizacional da PRAD.	Finalizada	100
PREN	14829	EN24*-Criar um projeto-piloto de informação para acompanhar as necessidades de qualificação para o mundo de trabalho.	Não Iniciada	0
PREN	14828	EN25*-Implantar um projeto de estudo e acompanhamento dos campi no que diz respeito aos índices de retenção e evasão e à garantia de êxito e permanência escolar.	Iniciada	95
PREN	14830	EN26*-Implementar 2 recursos tecnológicos nas bibliotecas.	Iniciada	90
PREX	14831	EX12* - Criar 3 comissões para ampliar a participação democrática inclusiva do IFB	Iniciada	50
PREX	14833	Ex13* - Realizar 2 acordos de cooperação em nível de atuação nacional	Finalizada	100
PREX	14832	Ex14* - Realizar 2 acordos de cooperação em nível de atuação regional	Finalizada	100
PRPI	14834	PI06* - Ampliar a captação de artigos para a Revista Eixo em 10% em relação a 2014.	Não Iniciada	0
PRPI	14835	PI07* - Realizar a publicação de uma obra que apresente boas práticas de integração entre ensino, pesquisa e extensão no IFB.	Não Iniciada	0

Planejamento 2016 por Eixo, Objetivo Estratégico e Indicadores do PDI

1.Educação

1.1-Assegurar oferta de ensino médio integrado e PROEJA.

1.1.1 Número de Campus ofertando PROEJA por ano

CBRA	13153	BR01 - Planejar a Oferta PROEJA para 2017	Finalizada	100
CCEI	13347	CE01 - Elaborar plano de curso na modalidade PROEJA, para ser ofertado em 2017, conforme PDI	Iniciada	80
CEST	13232	ES01 - Ofertar PROEJA em Refrigeração e Climatização	Finalizada	100
CPLA	13569	PL01 - Planejar a oferta de PROEJA para 2017	Iniciada	60
CRFI	14280	RF01 - Planejar para ofertar PROEJA no Eixo Hospitalidade e Lazer	Finalizada	100
CSSB	14047	SS01 - Planejar a oferta do PROEJA	Iniciada	63
PREN	14398	EN01 - Subsidiar a oferta de PROEJA em 7 campi	Iniciada	70

1.1.2 Número de Campus ofertando Ensino Médio Integrado por ano

CCEI	13358	CE02 - Planejar a oferta do Ensino Médio Integrado	Finalizada	100
CEST	13235	ES02 - Planejar a oferta do Ensino Médio Integrado	Iniciada	93
CPLA	13577	PL02 - Ofertar Ensino Médio Integrado em agropecuária	Finalizada	100

CRFI	14290	RF02 - Ofertar Ensino Médio Integrado em Cozinha e Meios de Hospedagem	Finalizada	100
CRFI	14295	RF03 - Planejar o aumento em 100% da oferta de Ensino Médio Integrado para 2017	Finalizada	100
PREN	14403	EN02 - Subsidiar a oferta de Ensino Médio Integrado em 7 campi	Iniciada	60
1.2-Criar e Consolidar o Sistema de Avaliação Global das Práticas Educativas.				
1.2.1 Índice de participação por segmento				
PREN	14409	EN03 - Assegurar 30% de participação, por segmento, na Avaliação Global de Práticas Educativas	Iniciada	25
1.2.2 Implantação e execução do sistema de avaliação				
PREN	14415	EN04 - Criar e executar o sistema de avaliação das práticas educativas	Iniciada	50
PREX	13008	EX01 - Criar e executar o sistema de avaliação das práticas educativas	Não Iniciada	0
PRPI	13129	PI01 - CRIAR E EXECUTAR O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS	Não Iniciada	0
1.3-Integrar Ensino, Pesquisa e Extensão.				
1.3.1 Índice de projetos/programas articulados com Ensino, Pesquisa e Extensão				
CBRA	13173	BR02 - Alcançar ao menos 20% dos projetos/programas com integração entre ensino, pesquisa e extensão	Iniciada	80
CCEI	13364	CE03 - Alcançar 20% dos projetos/programas com integração entre ensino, pesquisa e extensão	Finalizada	100
CEST	13236	ES03 - Alcançar 20% dos projetos/programas com integração entre ensino, pesquisa e extensão	Finalizada	100
CGAM	13071	GA01 - Alcançar 20% dos projetos/programas com integração entre ensino, pesquisa e extensão	Finalizada	100
CPLA	13591	PL03 - Alcançar 20% dos projetos/programas com integração entre ensino, pesquisa e extensão	Iniciada	50
CRFI	14300	RF04 - Alcançar ao menos 20% dos projetos/programas com integração entre ensino, pesquisa e extensão	Finalizada	100
CSAM	13212	SA01 - Alcançar 20% dos projetos/programas com integração entre ensino, pesquisa e extensão	Finalizada	100
CSSB	14051	SS02 - Alcançar 20% dos projetos/programas com integração entre ensino, pesquisa e extensão	Finalizada	100
CTAG	13744	TG01 - Alcançar 20% dos projetos/programas com integração entre ensino, pesquisa e extensão.	Finalizada	100
CTGC	13737	TC01 - Alcançar 20% dos projetos/programas com integração em pesquisa e extensão	Finalizada	100
PREN	14420	EN05 - Alcançar 20% dos projetos/programas do IFB criados integrem Ensino, Pesquisa e Extensão	Iniciada	60
PREX	13012	EX02 - Alcançar 20% dos projetos/programas do IFB que integrem Ensino, Pesquisa e Extensão	Iniciada	88
PRPI	13139	PI02 - ALCANÇAR 20% DOS PROJETOS/PROGRAMAS DO IFB CRIADOS QUE INTEGREM ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	Não Iniciada	0
1.3.2 Número de seminários/feiras/fóruns/congressos articulados com Ensino,				
CBRA	13339	BR03 - Manter, no mínimo, 01 evento por ano no Campus CBRA	Finalizada	100
CEST	13237	ES04 - Realizar 1 evento articulado com Ensino, Pesquisa e Extensão	Finalizada	100
CGAM	13574	GA02 - Realizar 1 evento articulado com Ensino, Pesquisa e Extensão	Finalizada	100
CPLA	13602	PL04 - Realizar no mínimo 4 eventos articulado com Ensino, Pesquisa e Extensão	Finalizada	100
CRFI	14303	RF05 - Realizar 2 eventos articulados com Ensino, Pesquisa e Extensão	Finalizada	100

CSAM	13218	SA02 - Realizar 1 evento articulado com Ensino, Pesquisa e Extensão	Finalizada	100
CSSB	14521	SS03 - Realizar 1 evento que integre ensino, pesquisa e extensão	Finalizada	100
CTAG	13745	TG02 - Realizar 4 eventos que integrem Ensino, Pesquisa e Extensão.	Finalizada	100
CTGC	13820	TC02 - Realizar 01 evento articulado com ensino, pesquisa e extensão	Finalizada	100
PREN	14426	EN06 - Realizar, com os campi, 6 eventos articulados com Ensino, Pesquisa e Extensão	Finalizada	100
PREX	13022	EX03 - Realizar, com os campi, 6 eventos articulados com Ensino, Pesquisa e Extensão	Finalizada	100
PRPI	13192	PI03 - REALIZAR, COM OS CAMPI, 6 EVENTOS ARTICULADOS COM ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.	Não Iniciada	0
1.3.3 Número de Editais conjuntos de Ensino, Pesquisa e Extensão				
CTAG	13746	TG03 - Orientar a participação da comunidade acadêmica nos editais promovidos pela PREN, PREX e PRPI.	Finalizada	100
PREN	14429	EN07 - Publicar 2 editais conjuntos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Finalizada	100
PREX	13027	EX04 - Publicar 2 editais conjuntos de Ensino, Pesquisa e Extensão	Finalizada	100
PRPI	13195	PI04 - PUBLICAR 2 EDITAIS CONJUNTOS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	Finalizada	100
1.4-Fortalecer e Expandir a oferta de cursos de EPT.				
1.4.1 Percentual de alunos matriculados - Técnico de Nível Médio - por Campus				
CBRA	13343	BR04 - Manter ao menos 50% das matrículas sejam destinadas a cursos técnicos de nível médio	Finalizada	100
CCEI	13374	CE04 - Alcançar 50% das matrículas em cursos técnicos de nível médio	Finalizada	100
CEST	13238	ES05 - Alcançar que ao menos 50% das matrículas sejam destinadas a cursos técnicos de nível médio	Iniciada	67
CGAM	13596	GA03 - Alcançar que ao menos 50% das matrículas sejam destinadas a cursos técnicos de nível médio	Finalizada	100
CPLA	13610	PL05 - Alcançar que ao menos 50% das matrículas sejam destinadas a cursos técnicos de nível médio	Finalizada	100
CRFI	14306	RF06 - Alcançar que ao menos 50% das matrículas sejam destinadas a cursos técnicos de nível médio	Finalizada	100
CSSB	14523	SS04 - Alcançar que ao menos 50% das matrículas sejam destinadas a cursos técnicos de nível médio	Finalizada	100
CTAG	13747	TG04 - Alcançar que ao menos 50% das matrículas sejam destinadas a cursos técnicos de nível médio.	Finalizada	100
CTGC	13824	TC03 - Alcançar que 50% das matrículas do campus sejam em cursos Técnicos.	Finalizada	100
PREN	14431	EN08 - Realizar 3 ações para subsidiar e acompanhar os campi a destinar a oferta de 50% das matrículas nos cursos técnicos de nível médio	Iniciada	7
1.4.2 Percentual de alunos matriculados - PROEJA - por Campus				
CEST	13239	ES06 - Alcançar que ao menos 15% das matrículas sejam destinadas ao PROEJA	Iniciada	67
CGAM	13600	GA04 - Alcançar que ao menos 15% das matrículas sejam destinadas ao PROEJA	Finalizada	100
CSAM	13220	SA03 - Alcançar que ao menos 15% das matrículas sejam destinadas ao PROEJA	Finalizada	100
CSSB	14526	SS05 - Alcançar que ao menos 15% das matrículas sejam destinadas ao PROEJA	Iniciada	60
CTAG	13748	TG05 - Alcançar que ao menos 15% das matrículas sejam destinadas ao PROEJA.	Finalizada	100

PREN	14435	EN09- Realizar 3 ações para subsidiar e acompanhar os campi a destinar a oferta de 15% das matrículas nos cursos PROEJA	Iniciada	30
1.4.3 Percentual de alunos matriculados - Licenciatura - por Campus				
CCEI	13381	CE05 - Alcançar índice de 10% das matrículas do Campus em curso de Licenciatura em Matemática	Iniciada	50
CEST	13240	ES07 - Alcançar que ao menos 20% das matrículas do Campus sejam destinadas a cursos de Licenciatura	Iniciada	93
CGAM	13605	GA05 - Alcançar que ao menos 20% das matrículas sejam destinadas a cursos de Licenciatura	Finalizada	100
CPLA	13615	PL06 - Alcançar que ao menos 20% das matrículas do Campus Planaltina sejam destinadas a cursos de Licenciatura	Iniciada	50
CRFI	14309	RF07 - Alcançar que ao menos 20% das matrículas sejam destinadas a cursos de Licenciatura	Finalizada	100
CSAM	13223	SA04 - Alcançar que ao menos 20% das matrículas do Campus sejam destinadas a cursos de Licenciatura	Finalizada	100
CSSB	14530	SS06 - Alcançar que ao menos 20% das matrículas do sejam destinadas a cursos de Licenciatura	Finalizada	100
CTAG	13749	TG06 - Alcançar que ao menos 20% das matrículas sejam destinadas aos cursos de Licenciatura.	Finalizada	100
CTGC	14574	TC04 - Alcançar que 20% das matrículas sejam destinadas aos cursos de Licenciatura	Finalizada	100
PREN	14439	EN10 - Realizar 3 ações para subsidiar e acompanhar os campi a destinar a oferta de 20% das matrículas nos cursos de Licenciatura	Iniciada	78
1.4.4 Número de eventos em articulação ao mundo do trabalho - por Campus				
CBRA	13445	BR05 - Planejar a oferta de Formação de Docentes no Campus Brasília para o ano de 2017.	Finalizada	100
CCEI	13390	CE06 - Realizar 1 evento em articulação com o mundo do trabalho	Finalizada	100
CEST	13241	ES08 - Realizar 1 evento em articulação com o mundo do trabalho	Finalizada	100
CGAM	13622	GA06 - Realizar 2 eventos em articulação com o mundo do trabalho	Finalizada	100
CPLA	13631	PL07 - Realizar 2 eventos em articulação ao mundo do trabalho	Não Iniciada	0
CRFI	14311	RF08 - Realizar 1 evento em articulação com o mundo do trabalho	Finalizada	100
CSAM	13225	SA05 - Realizar 2 eventos em articulação ao mundo do trabalho	Finalizada	100
CSSB	14534	SS07 - Realizar 1 evento em articulação com o mundo do trabalho	Finalizada	100
CTAG	13750	TG07 - Realizar ao menos 2 eventos em articulação com o mundo do trabalho.	Finalizada	100
CTGC	13828	TC05 - Realizar 2 eventos em articulação ao mundo do trabalho	Finalizada	100
PREN	14443	EN11 - Organizar e realizar, conjuntamente com os campi, 2 eventos em articulação com mundo do trabalho	Iniciada	25
PREX	13032	EX05 - Organizar e realizar, conjuntamente com os campi, 2 eventos em articulação com mundo do trabalho	Finalizada	100
1.5-Definir parâmetros de qualidade de educação.				
1.5.1 Índice de Eficácia - concluinte em função do número de vagas ofertadas por				
CBRA	13461	BR07 - Realizar 3 ações de acompanhamento e promoção do êxito buscando alcançar 70% do índice de eficácia.	Finalizada	100
CCEI	13404	CE07 - Realizar ações de acompanhamento e promoção do êxito para alcançar 70% do índice de eficácia	Finalizada	100
CEST	13242	ES09 - Realizar ações de acompanhamento e promoção do êxito para alcançar 70% do índice de eficácia	Finalizada	100

CGAM	13636	GA07 - Realizar ações de acompanhamento e promoção do êxito para alcançar 70% do índice de eficácia	Finalizada	100
CPLA	13642	PL08 - Realizar 3 ações de acompanhamento e promoção do êxito para alcançar 70% do índice de eficácia	Finalizada	100
CRFI	14315	RF09 - Realizar 3 ações de acompanhamento e promoção do êxito para alcançar 70% do índice de eficácia	Finalizada	100
CSAM	13228	SA06 - realizar 3 ações de acompanhamento e promoção do êxito para alcançar 70% do índice de eficácia	Finalizada	100
CSSB	14586	SS08 - Realizar ações de acompanhamento e promoção do êxito para alcançar 70% do índice de eficácia	Iniciada	87
CTAG	13751	TG08 - Realizar 7 ações de acompanhamento e promoção do êxito para alcançar 70% do índice de eficácia.	Iniciada	86
CTGC	14576	TC06 - Realizar 3 ações de acompanhamento e promoção do êxito para alcançar 70% do índice de eficácia	Finalizada	100
PREN	14458	EN12 - Estabelecer política de combate à evasão e promoção do êxito para alcançar 70% índice de concluinte em função do número de vagas ofertadas por turma	Iniciada	10
1.5.2 Percentual de doutores em função dos docentes em efetivo exercício				
CBRA	13466	BR08 - Assegurar pelo menos 1 vaga por ano no edital de afastamento	Finalizada	100
CCEI	13411	CE08 - Assegurar pelo menos 1 vaga por ano no edital de afastamento	Iniciada	33
CEST	13243	ES10 - Percentual de doutores em função dos docentes em efetivo exercício, assegurar pelo menos 1 vaga por ano no edital de afastamento	Não Iniciada	0
CGAM	13672	GA08 - Assegurar pelo menos 1 vaga por ano no edital de afastamento	Finalizada	100
CPLA	13647	PL09 - Assegurar pelo menos 1 vaga por ano no edital de afastamento docente	Finalizada	100
CRFI	14321	RF10 - Assegurar pelo menos 1 vaga por ano no edital de afastamento docente	Finalizada	100
CSAM	13246	SA07 - Assegurar pelo menos 1 vaga por ano no edital de afastamento	Finalizada	100
CTAG	13752	TG09 - Assegurar pelo menos 1 vaga por ano no edital de afastamento (Doutores - Docentes).	Finalizada	100
CTGC	14268	TC07 - Assegurar a oferta de 1 vaga para DOCENTE EM EFETIVO EXERCÍCIO por ano no edital de afastamento	Finalizada	100
PRDI	14115	DI01 - Elevar o percentual de docentes doutores do quadro efetivo do IFB para 20%	Finalizada	100
1.5.3 Percentual de doutores em função dos técnicos administrativos em efetivo				
CBRA	13490	BR09 - Assegurar ao menos 1 vaga por ano no edital de afastamento	Finalizada	100
CCEI	13416	CE09 - Assegurar ao menos 1 vaga por ano no edital de afastamento, em função dos TAE	Iniciada	50
CEST	13244	ES11 Assegurar ao menos 1 vaga por ano no edital de afastamento para técnicos administrativos em efetivo exercício no Campus	Iniciada	25
CGAM	13674	GA09 - Assegurar ao menos 1 vaga por ano no edital de afastamento	Finalizada	100
CPLA	13650	PL10 - Assegurar pelo menos 1 vaga por ano no edital de afastamento técnico administrativo	Finalizada	100
CRFI	14325	RF11 - Assegurar ao menos 1 vaga para técnicos administrativos no edital de afastamento	Finalizada	100
CSSB	14591	SS10 - Assegurar ao menos 1 vaga por ano no edital de afastamento	Finalizada	100
CTAG	13753	TG10 - Assegurar ao menos 1 vaga por ano no edital de afastamento (Doutores - Técnicos Administrativos).	Finalizada	100

CTGC	13832	TC08 - Assegurar a oferta de 1 vaga para técnico administrativo em educação em efetivo exercício por ano no edital de afastamento	Finalizada	100
PRDI	14120	DI02 - Elevar o percentual de técnico-administrativos com doutorado para 1%	Finalizada	100
1.5.4 Percentual de vagas de estágios por quantidade de alunos em condição de				
CBRA	13517	BR10 - Identificar e divulgar vagas de estágio na proporção de 10% em relação à quantidade de alunos em condição de estágio	Finalizada	100
CCEI	13420	CE10 - Identificar e divulgar vagas de estágio na proporção de 10% em relação à quantidade de alunos em condições de estágio.	Finalizada	100
CEST	13245	ES12 - Identificar e divulgar vagas de estágio na proporção de 10% em relação à quantidade de alunos em condições de estágio	Finalizada	100
CGAM	13676	GA10 - Identificar e divulgar vagas de estágio na proporção de 10% em relação à quantidade de alunos em condições de estágio	Finalizada	100
CPLA	13653	PL11 - Identificar e divulgar vagas de estágio na proporção de 10% em relação à quantidade de alunos em condições de estágio	Iniciada	80
CSAM	13252	SA08 - Identificar e divulgar vagas de estágio na proporção de 10% em relação à quantidade de alunos em condições de estágio	Finalizada	100
CSSB	14593	SS11 - Identificar e divulgar vagas de estágio na proporção de 10% em relação à quantidade de alunos em condições de estágio	Finalizada	100
CTAG	13754	TG11 - Identificar e divulgar vagas de estágio na proporção de 10% em relação à quantidade de alunos em condições de estágio.	Finalizada	100
CTGC	13835	TC09 - Criar procedimento de acompanhamento da dinâmica de estágios em andamento vinculados ao campus	Finalizada	100
CTGC	14578	TC10 - Encaminhar 10% dos estudantes em condições de estagiar para instituições conveniadas.	Iniciada	10
PREN	14471	EN13 - Identificar e divulgar vagas de estágio na proporção de 10% em relação à quantidade de alunos em condição de estágio	Iniciada	68
PREX	13037	EX06 - Identificar e divulgar vagas de estágio na proporção de 10% em relação à quantidade de alunos em condição de estágio	Iniciada	90
1.5.5 Índice de satisfação dos usuários e profissionais da educação				
CBRA	13527	BR11 - Alcançar o índice de 50% de participação da comunidade escolar na elaboração das políticas educacionais	Finalizada	100
DRGP	14651	GP01 - Alcançar o índice de 50% de satisfação dos usuários e profissionais de educação em relação ao IFB.	Não Iniciada	0
PRDI	14125	DI03 - Alcançar o índice de 50% de satisfação dos usuários e profissionais de educação em relação ao IFB	Não Iniciada	0
PREN	14476	EN14 - Alcançar o índice de 50% de satisfação dos usuários e profissionais de educação em relação ao IFB	Iniciada	17
1.5.6 Índice de participação da comunidade escolar nas políticas educacionais do				
CCEI	13422	CE11 - Alcançar o índice de 50% de participação da comunidade escolar na elaboração das políticas educacionais	Iniciada	83
CEST	13248	ES13 Alcançar o índice de 50% de participação da comunidade escolar na elaboração das políticas educacionais	Iniciada	93
CGAM	13681	GA11 - Alcançar o índice de 50% de participação da comunidade escolar na elaboração das políticas educacionais	Finalizada	100
CPLA	13659	PL12 - Alcançar o índice de 50% de participação da comunidade escolar na elaboração das políticas educacionais	Iniciada	65

CRFI	14328	RF12 - Alcançar o índice de 50% de participação da comunidade escolar na elaboração das políticas educacionais	Finalizada	100
CSAM	13256	SA09 - Alcançar o índice de 50% de participação da comunidade escolar na elaboração das políticas educacionais	Finalizada	100
CSSB	14596	SS12 - Alcançar o índice de 50% de participação da comunidade escolar na elaboração das políticas educacionais	Iniciada	40
CTAG	13755	TG12 - Alcançar índice de 50% de participação da comunidade escolar na elaboração das políticas educacionais.	Finalizada	100
CTGC	14579	TC11 - Garantir a participação da comunidade escolar em 50% das políticas educacionais do campus.	Finalizada	100
PREN	14480	EN15 - Incentivar a participação da comunidade escolar em 30% dos campi	Iniciada	88
1.5.7 Percentual de docentes com formação pedagógica específica para EPT				
CEST	13251	ES14 - Realizar 3 ações para incentivar que no mínimo 40% de docentes que atuam em EMI e Proeja venham ter formação pedagógica específica para EPT	Finalizada	100
CPLA	13664	PL13 - Realizar 3 ações para assegurar 50% de docentes que atuam em EMI e Proeja com formação pedagógica específica para EPT	Não Iniciada	0
CSSB	14599	SS13 - Assegurar que 40% dos docentes do campus que atuam no EMI participem das capacitações ofertadas pela PREN	Finalizada	100
CTAG	13756	TG13 - Realizar 3 ações para assegurar 40% de docentes com formação pedagógica específica para EPT.	Finalizada	100
PREN	14484	EN16 - Realizar 3 ações para assegurar 40% de docentes com formação pedagógica específica para Educação Profissional e Tecnológica (EPT)	Iniciada	50
1.5.8 Percentual de Egressos trabalhando na área				
CBRA	13531	BR12 - Realizar 1 encontro de egressos.	Iniciada	47
CBRA	13535	BR13 - Ter um banco de egressos com no mínimo 30% dos formandos.	Finalizada	100
CEST	13257	ES15 - Realizar 1 encontro de egressos de FIC	Iniciada	83
CEST	13359	ES26 - Ter um banco de egressos com no mínimo 30% dos formandos.	Iniciada	50
CGAM	13684	GA12 - Realizar 1 encontro de egressos.	Finalizada	100
CGAM	13687	GA13 - Ter um banco de egressos com no mínimo 30% dos formandos.	Finalizada	100
CPLA	13668	PL14 - Realizar 1 encontro de egressos.	Finalizada	100
CPLA	13670	PL15 - Ter um banco de egressos com no mínimo 30% dos formandos.	Finalizada	100
CRFI	14332	RF13 - Realizar 1 encontro de egressos	Finalizada	100
CRFI	14334	RF14 - Ter um banco de egressos com no mínimo 30% dos formandos	Finalizada	100
CSAM	13261	SA10 - Realizar 1 encontro de egressos	Finalizada	100
CSAM	13263	SA11 - Ter um banco de egressos com no mínimo 30% dos formandos	Finalizada	100
CSSB	14604	SS14 - Realizar 1 encontro de egressos.	Iniciada	50
CSSB	14606	SS15 - Ter um banco de egressos com no mínimo 30% dos formandos.	Iniciada	50
CTAG	13757	TG14 - Realizar 1 encontro de egressos.	Não Iniciada	0
CTAG	13759	TG15 - Ter um banco de egressos com no mínimo 30% dos formandos.	Não Iniciada	0
CTGC	13842	TC12 - Realizar 03 ações que propiciem o acompanhamento de egressos	Iniciada	33
PREN	14488	EN17 - Fazer o acompanhamento para ter 30% dos egressos trabalhando na área	Iniciada	30
PREX	13041	EX07 - Fazer o acompanhamento dos egressos	Iniciada	77

1.6-Implantar políticas educacionais que visem reduzir a evasão e a retenção dos estudantes.					
1.6.1 Percentual de alunos Retidos					
CBRA	13551	BR14 - Realizar 3 ações para que a quantidade de alunos retidos seja inferior a 8% do total de alunos matriculados.	Finalizada	100	
CCEI	13426	CE12 - Alcançar o índice de 8% de estudantes retidos em relação ao total de matriculados	Finalizada	100	
CEST	13362	ES16 - Realizar 3 ações para que a quantidade de alunos retidos seja inferior a 8% do total de alunos matriculados	Finalizada	100	
CGAM	13689	GA14 - Realizar 2 ações para que a quantidade de alunos retidos seja inferior a 8% do total de alunos matriculados	Finalizada	100	
CPLA	13880	PL16 - Realizar 4 ações para que a quantidade de alunos retidos seja inferior a 8% do total de alunos matriculados no IFB	Iniciada	55	
CRFI	14336	RF15 - Realizar 2 ações para que a quantidade de alunos retidos seja inferior a 8%	Finalizada	100	
CSAM	13266	SA12 - Realizar 4 ações para que a quantidade de alunos retidos seja inferior a 8% do total de alunos matriculados	Finalizada	100	
CSSB	14608	SS16 - Realizar 2 ações para que a quantidade de alunos retidos seja inferior a 8% do total de alunos matriculados	Iniciada	40	
CTAG	13760	TG16 - Realizar 5 ações para que a quantidade de alunos retidos seja inferior a 8% do total de alunos matriculados.	Finalizada	100	
CTGC	13848	TC13 - Realizar 4 ações para que a quantidade de alunos retidos no Módulo (exceto reprovados) seja inferior a 8% do total de alunos matriculados	Finalizada	100	
PREN	14490	EN18 - Realizar 6 ações para que a quantidade de alunos retidos seja inferior a 8% do total de alunos matriculados no IFB	Iniciada	62	
1.6.2 Percentual de alunos Evadidos					
CCEI	13432	CE13 - Reduzir a evasão escolar a 30% do total de estudantes matriculados no Campus	Finalizada	100	
CEST	13365	ES17 - Realizar 3 ações para que a quantidade de alunos evadidos seja inferior a 30% do total de alunos matriculados	Finalizada	100	
CGAM	13692	GA15 - Realizar 3 ações para que a quantidade de alunos evadidos seja inferior a 30% do total de alunos matriculados	Finalizada	100	
CPLA	13888	PL17 - Realizar 4 ações para que a quantidade de alunos evadidos seja inferior a 30% do total de alunos matriculados no campus	Iniciada	90	
CRFI	14339	RF16 - Realizar 3 ações para que os alunos evadidos sejam inferiores a 30% dos alunos matriculados	Finalizada	100	
CSAM	13271	SA13 - Realizar 4 ações para que a quantidade de alunos evadidos seja inferior a 30% do total de alunos matriculados	Finalizada	100	
CSSB	14611	SS17 - Realizar 2 ações para que a quantidade de alunos evadidos seja inferior a 30% do total de alunos matriculados	Iniciada	40	
CTAG	13761	TG17 - Realizar 12 ações para que a quantidade de alunos evadidos seja inferior a 30% do total de alunos matriculados.	Iniciada	83	
CTGC	13852	TC14 - Realizar 11 ações para que a quantidade de alunos evadidos seja inferior a 30% do total de alunos matriculados	Finalizada	100	
PREN	14497	EN19 - Realizar 3 ações para que a quantidade de alunos evadidos seja inferior a 30% do total de alunos matriculados no IFB	Iniciada	43	
1.7-Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos.					
1.7.1 Percentual de alunos FIC para Técnicos					
CPLA	13894	PL18 - Criar um curso técnico aproveitando os saberes adquiridos na FIC	Finalizada	100	
CSSB	14614	SS18 - Realizar 2 ações para alcançar ao menos 10% dos alunos matriculados em cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) participem de cursos técnicos	Iniciada	75	

PREN	14501	EN20 - Realizar 3 ações para alcançar ao menos 10% dos alunos matriculados em cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) participem de cursos técnicos	Iniciada	10
1.7.3 Percentual de alunos Nível Superior para Pós Graduação				
PREN	14506	EN21 - Oportunizar a 5% alunos que concluíram cursos de Nível Superior a participação em programas de Pós-Graduação	Iniciada	20
PRPI	13199	PI05 - OPORTUNIZAR A 5% DE ALUNOS QUE CONCLUÍRAM CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR A PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO	Iniciada	50
2.Relação Institucional				
2.1-Ampliar o alcance da comunicação visando a consolidação da identidade do IFB.				
2.1.1 N° de conselhos gestores implantados com minimamente quatro reuniões				
CBRA	13555	BR15 - Implantar conselho gestor que realize 4 reuniões ordinárias por ano	Finalizada	100
CCEI	13437	CE14 - Implantar conselho gestor que realize 4 reuniões ordinárias por ano	Finalizada	100
CEST	13372	ES18 - Implantar conselho gestor que realize 4 reuniões ordinárias por ano	Não Iniciada	0
CGAM	13696	GA16 - Implantar conselho gestor que realize 4 reuniões ordinárias por ano	Iniciada	50
CPLA	13900	PL19 - Implantar conselho gestor que realize 4 reuniões ordinárias por ano	Finalizada	100
CRFI	14343	RF17 - Implantar conselho gestor que realize 4 reuniões ordinárias por ano	Finalizada	100
CSAM	13276	SA14 - Implantar conselho gestor que realize 4 reuniões ordinárias por ano	Finalizada	100
CSSB	14617	SS19 - Implantar conselho gestor que realize 4 reuniões ordinárias por ano	Iniciada	83
CTAG	13764	TG18 - Implantar Conselho Gestor que realize 4 reuniões ordinárias por ano.	Finalizada	100
CTGC	13897	TC15 - Implantar conselho gestor que realize 4 reuniões ordinárias por ano.	Finalizada	100
GAB	14570	GA01 - Realizar 3 ações para implantação de 8 Conselhos Gestores que realizem, cada um, 4 reuniões ordinárias por ano	Não Iniciada	0
2.1.2 N° de eventos relacionados à Gestão Democrática				
CTGC	13994	TC16 - Realizar 2 eventos relacionados à Gestão Democrática	Finalizada	100
NUCS	14272	CO01 - Realizar duas ações para alcançar o aumento de 10% do número de candidatos inscritos nos processos seletivos em relação ao ano anterior.	Não Iniciada	0
NUCS	14273	CO02 - Realizar dois eventos externos para divulgação do IFB.	Não Iniciada	0
PRDI	14129	DI04 - Realizar 2 eventos relacionados à Gestão Democrática	Finalizada	100
PREN	14508	EN22 - Realizar 2 eventos relacionados à Gestão Democrática	Finalizada	100
2.1.3 Percentual de aumento do n° candidatos inscritos nos processos seletivos em relação ao ano anterior				
CBRA	13559	BR16 - Proporcionar o aumento de 10% do número de candidatos inscritos nos processos seletivos em relação ao ano anterior CBRA	Finalizada	100
CCEI	13441	CE15 - Proporcionar o aumento de 10% do número de candidatos inscritos nos processos seletivos em relação ao ano anterior	Finalizada	100
CEST	13377	ES19 - Proporcionar o aumento de 10% do número de candidatos inscritos nos processos seletivos em relação ao ano anterior	Finalizada	100

CGAM	13698	GA17 - Proporcionar o aumento de 10% do número de candidatos inscritos nos processos seletivos em relação ao ano anterior	Finalizada	100
CPLA	13904	PL20 - Proporcionar o aumento de 10% do número de candidatos inscritos nos processos seletivos em relação ao ano anterior	Finalizada	100
CRFI	14348	RF18 - Proporcionar o aumento de 10% do número de candidatos inscritos nos processos seletivos	Finalizada	100
CSAM	13282	SA15 - Proporcionar aumento de 10% do número de candidatos inscritos nos processo seletivos em relação ao ano anterior	Finalizada	100
CSSB	14621	SS20 - Proporcionar o aumento de 10% do número de candidatos inscritos nos processos seletivos em relação ao ano anterior	Finalizada	100
CTAG	13770	TG19 - Proporcionar o aumento de 10% do número de candidatos inscritos nos processos seletivos em relação ao ano anterior.	Não Iniciada	0
CTGC	13998	TC17 - Proporcionar o aumento de 10% do número de candidatos inscritos nos processos seletivos em relação ao ano anterior	Finalizada	100
2.2-Ampliar e aprimorar as parcerias institucionais.				
2.2.1 N° de parcerias para estágios				
CBRA	13561	BR17 - Ter no mínimo 2 convênios de estágio vigentes	Finalizada	100
CCEI	13448	CE16 - Ter no mínimo 2 convênios de estágio vigentes	Finalizada	100
CEST	13383	ES20 - Ter no mínimo 2 convênios de estágio vigentes	Não Iniciada	0
CGAM	13701	GA18 - Ter no mínimo 2 convênios de estágio vigentes	Finalizada	100
CPLA	13907	PL21 - Ter no mínimo 2 convênios de estágio vigente	Iniciada	50
CRFI	14351	RF19 - Ter no mínimo 2 convênios de estágio vigentes	Finalizada	100
CSAM	13286	SA16 - Ter no mínimo 2 convênios de estágio vigentes	Finalizada	100
CSSB	14624	SS21 - Ter no mínimo 2 convênios de estágios vigentes	Finalizada	100
CTAG	13774	TG20 - Ter no mínimo 2 convênios de estágio vigentes.	Finalizada	100
CTGC	14006	TC18 - Firmar 2 novos convênios de estágio que permitam o encaminhamento de estudantes do campus	Finalizada	100
PREX	13045	EX08 - Possuir vigentes 40 parcerias de estágio	Finalizada	100
2.2.2 N° de parcerias internacionais				
CRFI	14354	RF20 - Ter no mínimo 2 parcerias internacionais vigentes	Finalizada	100
GAB	14571	GA02 - Firmar 7 parcerias internacionais	Não Iniciada	0
2.2.3 N° de parcerias nacionais				
PREX	13048	EX09 - Possuir 7 parcerias nacionais	Finalizada	100
2.2.4 N° de parcerias regionais				
CBRA	13565	BR18 - Ter no mínimo 1 parceria regional vigente	Finalizada	100
CCEI	13453	CE17 - Ter no mínimo 1 parceria regional vigente	Iniciada	67
CEST	13386	ES21 - Ter no mínimo 1 parceria regional vigente	Não Iniciada	0
CGAM	13705	GA19 - Ter no mínimo 1 parceria regional vigente	Finalizada	100
CPLA	13911	PL22 - Ter no mínimo 1 parceria regional vigente	Iniciada	10
CRFI	14359	RF21 - Ter no mínimo 1 parceria regional vigente	Finalizada	100
CSAM	13290	SA17 - Ter no mínimo 1 parceria regional vigente	Finalizada	100
CSSB	14627	SS22 - Ter no mínimo 1 parceria regional vigente	Finalizada	100
CTAG	13777	TG21 - Ter no mínimo 1 parceria regional vigente.	Finalizada	100
CTGC	14580	TC19 - Firmar 1 parceria regional.	Não Iniciada	0
PREX	13051	EX10 - Possuir 18 parcerias regionais	Finalizada	100
2.3-Articular ações inter campi e com a rede federal de EPT.				

2.3.2 N° de Visitas como foco em Desenvolvimento Institucional - Campus/ano				
PRDI	14131	DI05 - Realizar 1 visita com foco em Desenvolvimento Institucional em cada campi do IFB	Não Iniciada	0
2.3.3 N° de eventos interinstitucionais - por ano				
PREN	14510	EN23 - Realizar 3 eventos interinstitucionais	Não Iniciada	0
PREX	13056	EX11 - Realizar 3 eventos interinstitucionais	Finalizada	100
3. Gestão				
3.1-Consolidar a gestão democrática.				
3.1.2 Eventos de avaliação institucional - por Campus				
CBRA	13576	BR19 - Aplicar o instrumento de avaliação proposto e apresentar o resultado no evento de Avaliação Institucional do CBRA.	Finalizada	100
CCEI	13473	CE18 - Realizar 2 eventos de avaliação institucional	Iniciada	83
CCEI	13477	CE19 - Aplicar o instrumento de avaliação proposto e apresentar o resultado no evento de Avaliação Institucional	Finalizada	100
CEST	13541	ES22 - Eventos de avaliação institucional - Realizar 1 evento de avaliação institucional	Não Iniciada	0
CEST	13542	ES23 - Eventos de avaliação institucional - Aplicar o instrumento de avaliação proposto e apresentar o resultado no evento de Avaliação Institucional	Finalizada	100
CGAM	13711	GA20 - Aplicar o instrumento de avaliação proposto e apresentar o resultado no evento de Avaliação Institucional do CGAM.	Não Iniciada	0
CGAM	13709	GA21 - Realizar 1 evento de avaliação institucional	Não Iniciada	0
CPLA	13931	PL23 - Realizar 1 eventos de avaliação institucional	Não Iniciada	0
CPLA	13936	PL24 - Aplicar o instrumento de avaliação proposto e apresentar o resultado no evento de Avaliação Institucional	Iniciada	75
CRFI	14363	RF22 - Realizar 1 evento de avaliação institucional	Finalizada	100
CRFI	14367	RF23 - Aplicar o instrumento de avaliação proposto e apresentar o resultado no evento de Avaliação Institucional	Finalizada	100
CSAM	13302	SA18 - Realizar 1 evento de avaliação institucional	Finalizada	100
CSAM	13313	SA19 - Aplicar o instrumento de avaliação proposto e apresentar o resultado no evento de Avaliação Institucional	Finalizada	100
CSSB	14630	SS23 - Realizar 1 evento de avaliação institucional	Não Iniciada	0
CSSB	14631	SS24 - Aplicar o instrumento de avaliação proposto e apresentar o resultado no evento de Avaliação Institucional CSSB	Finalizada	100
CTAG	13788	TG22 - Realizar 1 evento de avaliação institucional.	Iniciada	10
CTAG	13791	TG23 - Aplicar o instrumento de avaliação proposto e apresentar o resultado no evento de Avaliação Institucional.	Iniciada	10
CTGC	14581	TC20 - Realizar 01 evento de avaliação institucional	Finalizada	100
PRDI	14135	DI06 - Eventos de avaliação institucional - por Campus	Não Iniciada	0
3.1.3 Percentual de colegiado que realizam Auto avaliação anual				
PRDI	14141	DI07 - Assegurar que ao menos 50% dos colegiados do IFB realizem auto avaliação	Não Iniciada	0
3.1.4 N° conferências de avaliação do PDI				
PRDI	14145	DI08 - Realizar 1 conferência de avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	Finalizada	100
3.1.5 Fórum institucional para discussão de políticas internas				
CEST	13543	ES24 - Fórum institucional para discussão de políticas internas Meta Elaborar 1 documento contendo propostas de ajustes no PDI	Não Iniciada	0

3.2-Fomentar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação.					
3.2.1 Percentual de Campus com link de internet ativado					
NTIC	14550	NT01 - Alcançar a implantação de link de internet ativado em 100% dos campi	Finalizada	100	
3.2.2 Percentual de Campus com cabeamento estruturado implantado					
CCEI	13481	CE20 - Mapear 100% da área do CCEI com necessidade de implantação de cabeamento estruturado	Não Iniciada	0	
NTIC	14551	NT02 - Alcançar a implantação de cabeamento estruturado 100% dos campi	Finalizada	100	
3.2.3 Percentual de processos administrativos e acadêmicos informatizados					
NTIC	14552	NT03 - Assegurar que ao menos 60% dos processos administrativos e acadêmicos sejam informatizados	Iniciada	80	
3.3-Implantar Orçamento Participativo.					
3.3.1 Índice de metas associadas ao orçamento no SGI de forma coletiva					
CCEI	13498	CE21 - Executar pelo menos 60% do Recurso de Assistência Estudantil - AE	Finalizada	100	
CGAM	13726	GA22 - Executar pelo menos 80% do Recurso de Assistência Estudantil - AE	Iniciada	67	
CPLA	13941	PL25 - Executar pelo menos 100% do Recurso de Assistência Estudantil	Iniciada	75	
CRFI	14379	RF24 - Instituir orçamento participativo	Finalizada	100	
CRFI	14383	RF25 - Executar 100% do Recurso de Assistência Estudantil	Finalizada	100	
CSAM	13388	SA20 - Executar pelo menos 60% do recurso de Assistência Estudantil - AE	Finalizada	100	
CSSB	14635	SS25 - Executar pelo menos 100% do Recurso de Assistência Estudantil - AE CSSB	Iniciada	90	
CTAG	13798	TG24 - Executar pelo menos 100% do Recurso da Assistência Estudantil - AE	Finalizada	100	
CTGC	13741	TC21 - Executar 100% do orçamento do campus	Finalizada	100	
CTGC	13767	TC22 - Realizar ao menos 4 reuniões para divulgação da execução do orçamento	Finalizada	100	
PRDI	14150	DI09 - Assegurar que ao menos 25% das metas inseridas no SGI associem orçamento de forma coletiva	Iniciada	20	
3.3.2 Nº de eventos de planejamento participativo - por ano/Campus					
CBRA	13618	BR21 - Realizar 2 eventos de planejamento participativo	Finalizada	100	
CCEI	13502	CE22 - Realizar 7 ações de planejamento participativo	Iniciada	20	
CEST	13547	ES25 - Realizar 2 eventos de planejamento participativo	Iniciada	75	
CGAM	13730	GA23 - Realizar 2 eventos de planejamento participativo	Finalizada	100	
CPLA	13946	PL26 - Realizar 3 eventos de planejamento participativo	Iniciada	85	
CRFI	14387	RF26 - Realizar 2 eventos de planejamento participativo	Finalizada	100	
CSAM	13394	SA21 - Realizar 2 eventos de planejamento participativo	Finalizada	100	
CSSB	14636	SS26 - Realizar 2 eventos de planejamento participativo	Finalizada	100	
CTAG	13799	TG25 - Realizar 2 eventos de planejamento participativo.	Iniciada	80	
CTGC	13775	TC23 - Realizar 2 eventos de planejamento participativo	Finalizada	100	
CTGC	14010	TC24 - Promover 1 reunião de planejamento da DREP por mês e dar ampla divulgação dos assuntos nestas tratados aos servidores vinculados ao Departamento	Finalizada	100	
PRDI	14159	DI10 - Subsidiar a realização de 2 eventos de planejamento participativo em cada Campus	Finalizada	100	
3.4-Desenvolver políticas de gestão de pessoas em conformidade com a política nacional.					
3.4.1 Índice de Execução do Orçamento com Capacitação					
CBRA	13630	BR22 - Executar 95% do orçamento de capacitação	Finalizada	100	
CCEI	13511	CE23 - Executar 95% do orçamento de capacitação	Iniciada	14	
CGAM	13734	GA24 - Executar 95% do orçamento de capacitação	Finalizada	100	
CPLA	13951	PL27 - Executar 95% do orçamento de capacitação	Finalizada	100	

CRFI	14392	RF27 - Executar 95% do orçamento de capacitação	Finalizada	100
CSAM	13398	SA22 - Executar 95% do orçamento de capacitação	Finalizada	100
CSSB	14637	SS27- Executar 95% do orçamento de capacitação	Finalizada	100
CTAG	13803	TG26 - Executar 95% do orçamento de capacitação.	Finalizada	100
CTGC	13785	TC25 - Executar 100% do orçamento de capacitação	Finalizada	100
PRDI	14170	DI11 - Executar 95% do orçamento de capacitação	Finalizada	100
3.4.2 N° de hora/capacitação técnico- administrativo Classe C e D - por ano				
PRDI	14174	DI12 - Promover eventos de capacitação que totalizem no mínimo 45 horas para os servidores técnico-administrativos das classes C e D	Finalizada	100
3.4.3 N° de hora/capacitação técnico- administrativo Classe E e Docentes - por ano				
PRDI	14206	DI13 - Promover eventos de capacitação que totalizem no mínimo 60 horas para os servidores técnico-administrativos da classe E e Docentes	Finalizada	100
3.4.4 Índice de Qualificação dos servidores - no ano				
CEST	13548	ES28 - Divulgar programas de qualificação e incentivar a participação de no mínimo 50% dos servidores do CEST existentes em 01/01/2016 possam ser qualificados.	Finalizada	100
PRDI	14212	DI14 - Proporcionar a participação de 50% dos servidores do IFB em programas de qualificação	Finalizada	100
3.4.5 Índice de exame periódico regularizado - por ano				
CCEI	13519	CE24 - Acompanhar os exames periódicos afim de atingir os 60%	Não Iniciada	0
DRGP	14653	GP02 - Regularizar 60% dos exames periódicos	Iniciada	75
3.5-Implantar e implementar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão.				
3.5.1 Percentual de implantação e execução do sistema de avaliação				
PRAD	14647	AD01 - Implantar e executar 100% do sistema de avaliação global das práticas de gestão	Não Iniciada	0
PRDI	14218	DI15 - Implantar e executar 100% do sistema de avaliação global das práticas de gestão	Não Iniciada	0
3.5.2 Percentual de Fluxo de Processos revisados - por ano				
PRDI	14222	DI16 - Revisar 30% dos fluxos de processos existentes	Não Iniciada	0
3.5.3 Percentual de colegiado que realizam Auto avaliação anual				
PRDI	14227	DI17 - Assegurar que 50% dos colegiados do IFB realizem auto avaliação anual	Não Iniciada	0
3.6-Elaborar e executar Plano Diretor de infraestrutura.				
3.6.1 Percentual de Plano Elaborado				
CCEI	13524	CE25 - Elaborar 1 documento especificando necessidades de infraestrutura do CCEI	Iniciada	25
PRAD	14541	AD02 - Elaborar 100% do Plano Diretor de Infraestrutura	Iniciada	29
3.6.2 Percentual de execução do plano				
CTAG	13804	TG27 - Acompanhamento pela DRAP do Plano Diretor de Infraestrutura.	Finalizada	100
PRAD	14643	AD03 - Percentual de execução do plano	Iniciada	33

Fonte: SGI, 15/3/2017

Quadro 47 - Resultado do planejamento 2016 por objetivo estratégico

Projetos Objetivos Estratégicos	Finalizada	Iniciada	Não Iniciada	Total Geral
PAINT Auditoria	15	1	-	16
Metas de 2015 replanejadas para 2016	12	8	8	28
Planejamento 2016	201	81	36	318
1.1-Assegurar oferta de ensino médio integrado e PROEJA.	7	6	-	13
1.2-Criar e Consolidar o Sistema de Avaliação Global das Práticas Educativas.	-	2	2	4
1.3-Integrar Ensino, Pesquisa e Extensão.	23	4	2	29
1.4-Fortalecer e Expandir a oferta de cursos de EPT.	27	10	1	38
1.5-Definir parâmetros de qualidade de educação.	50	25	6	81
1.6-Implantar políticas educacionais que visem reduzir a evasão e a retenção dos estudantes.	14	7	-	21
1.7-Implantar políticas de verticalização e de criação de itinerários formativos.	1	4	-	5
2.1-Ampliar o alcance da comunicação visando a consolidação da identidade do IFB.	19	2	5	26
2.2-Ampliar e aprimorar as parcerias institucionais.	18	3	4	25
2.3-Articular ações inter campi e com a rede federal de EPT.	1		2	3
3.1-Consolidar a gestão democrática.	10	4	8	22
3.2-Fomentar e aprimorar o uso da tecnologia da informação e comunicação.	2	1	1	4
3.3-Implantar Orçamento Participativo.	15	8	-	23
3.4-Desenvolver políticas de gestão de pessoas em conformidade com a política nacional.	13	2	1	16
3.5-Implantar e implementar o Sistema de Avaliação Global das Práticas de Gestão.	-	-	4	4
3.6-Elaborar e executar Plano Diretor de infraestrutura.	1	3		4
Total Geral	228	90	44	362

Fonte: SGI, 15/3/2017

Quadro 48 - Resultado do planejamento 2016 por unidade

Unidade	Finalizada		Iniciada		Não Iniciada		Total Geral
CBRA	18	90%	2	10%	0	0%	20
CCEI	13	52%	10	40%	2	8%	25
CEST	12	44%	9	33%	6	22%	27
CGAM	20	83%	2	8%	2	8%	24
CPLA	12	44%	12	44%	3	11%	27
CRFI	27	100%	0	0%	0	0%	27
CSAM	22	100%	0	0%	0	0%	22
CSSB	14	54%	11	42%	1	4%	26
CTAG	19	70%	5	19%	3	11%	27
CTGC	22	88%	2	8%	1	4%	25
DRGP	0	0%	1	50%	1	50%	2
GAB	0	0%	0	0%	2	100%	2
NTIC	2	67%	1	33%	0	0%	3
NUCS	0	0%	0	0%	2	100%	2
PRAD	0	0%	2	67%	1	33%	3
PRDI	9	53%	1	6%	7	41%	17
PREN	3	13%	19	83%	1	4%	23
PREX	7	64%	3	27%	1	9%	11
PRPI	1	20%	1	20%	3	60%	5
Total Geral	201	63%	81	25%	36	11%	318

Fonte: SGI, 15/3/2017

Anexo III - Questionário do TCU aplicado ao IFB em relação à Sustentabilidade

Quadro 49 - Resultado do questionário aplicado pelo TCU em relação à sustentabilidade

Questionário TCU	CAMPUS BRASILIA	CAMPUS CEILANDIA	CAMPUS RIACHO FUNDO
a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade;	Cumprir a missão institucional, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional do IFB (PDI 2014-2018), contribuir para o desenvolvimento sustentável: " A Missão do IFB é oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social."	Cumprir a missão institucional, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional do IFB (PDI 2014-2018), contribuir para o desenvolvimento sustentável: " A Missão do IFB é oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social."	Nossa visão é cumprir a missão institucional, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional do IFB (PDI 2014-2018), contribuir para o desenvolvimento sustentável: A Missão do IFB é oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social."
b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);	Solicitação efetivada em 2015 ao MMA-Ministério do Meio Ambiente - Processo 23098.012330.2015-04 - Selo de Qualificação VERDE em análise.	Solicitação efetivada em 2015 ao MMA-Ministério do Meio Ambiente - Processo 23098.012330.2015-04 - Selo de Qualificação VERDE em análise.	Solicitação efetivada em 2015 ao MMA-Ministério do Meio Ambiente - Processo 23098.012330.2015-04 - Selo de Qualificação VERDE em análise.
c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006;	Atualmente a unidade possui essa ação de forma PARCIAL, que por intermédio de comissão ambiental destina o lixo assim como recicla e arboriza o <i>Campus Brasília</i> .	Atualmente a unidade não possui este serviço/ação.	A unidade contribui para o programa de coleta seletiva do SLU - autarquia responsável pela gestão de resíduos do DF - realizando a separação de recicláveis para os dias de coleta específicos.

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente;	Todas as aquisições e confecção de editais são incluídas cláusulas de sustentabilidade e gestão de resíduo sólidos conforme modelo padrão da Advocacia Geral da União, assim atendendo os parâmetros legais.	Quando de nossas aquisições e confecção de editais para licitação incluímos cláusulas de sustentabilidade conforme modelo padrão da Advocacia Geral da União, assim atendendo os parâmetros legais.	Nas contratações realizadas por esta unidade são observadas, quando cabíveis, normas de desenvolvimento sustentável tais quais: Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01; Decreto nº 48.138, Normas Brasileiras Técnicas sobre resíduos sólidos e referentes ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis; Lei nº 12.305/10; Decreto nº 5.940/06; e Resolução CONAMA nº 257/99.
e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012;	Atualmente a unidade não possui o PLS.	Atualmente a unidade não possui o PLS.	Atualmente a unidade não possui o PLS.
f) Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012;	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
g) Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012;	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
h) Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
i) Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

<p>j) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.</p>	<p>Importante é que o <i>Campus</i> Brasília assim como todo o IFB adotou ações básicas de gestão sustentável e ambiental as quais precisam de amadurecimento e efetiva ações de toda à administração pública para que realmente possamos atender totalmente essas determinações governamental.</p>	<p>Devido a importância dessa ação e desta agenda, o <i>Campus</i> Ceilândia está trabalhando para que nos próximos anos consiga executar todas as ações planejadas em 2016.</p>	<p>De forma resumida, o <i>Campus</i> Riacho Fundo - IFB, apresenta atuação satisfatória em relação ao tratamento dos resíduos produzidos. Além da coleta seletiva, o <i>Campus</i> também realiza o monitoramento do consumo de água e energia, por meio do programa Esplanada Sustentável (SISPES). O <i>Campus</i> participa também do Projeto Biguá, realizando periodicamente a coleta de óleo de cozinha utilizado nas aulas de gastronomia, evitando assim a contaminação do meio ambiente e promovendo o reaproveitamento do material. No entanto, precisa melhorar sua atuação em relação à divulgação e estímulo às práticas de desenvolvimento sustentável.</p>
Questionário TCU	CAMPUS TAGUATINGA	CAMPUS ESTRUTURAL	CAMPUS SÃO SEBASTIÃO
<p>a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade;</p>	<p>Ser instituição de ensino, pesquisa e extensão que presa pela sustentabilidade em suas atividades cotidianas e que consiga contribuir na formação de profissionais conscientes e de atentos às questões ambientais relevantes para o Brasil.</p>	<p>O <i>Campus</i> Estrutural ciente de que a sustentabilidade é um ideal sistemático que se perfaz principalmente pela ação, e pela constante busca entre desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo preservação do ecossistema trabalhou no ano de 2016 com o intuito de conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância desse tema. Para tanto, nos dias 6, 7 e 8 de junho, realizou em suas dependências a Semana do Meio Ambiente.</p>	<p>Na nossa missão institucional, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional do IFB (PDI 2014-2018), contribuir para o desenvolvimento sustentável: A Missão do IFB é oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social."</p>
<p>b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);</p>	<p>A unidade ainda não tem implantado a Agenda A3P, mas contribui na participação em ações pontuais, como o Projeto de Esplanada Sustentável (PES). Aguardando MMA liberar selo Verde.</p>	<p>Solicitação efetivada em 2015 ao MMA-Ministério do Meio Ambiente - Processo 23098.012330.2015-04 - Selo de Qualificação VERDE em análise.</p>	<p>Solicitação efetivada em 2015 ao MMA-Ministério do Meio Ambiente - Processo 23098.012330.2015-04 - Selo de Qualificação VERDE em análise.</p>
<p>c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006;</p>	<p>Conforme já existe coleta seletiva no Distrito Federal, a unidade geradora realiza a separação de resíduos internamente e, conforme cronograma de coleta, entrega ao sistema de distribuição.</p>	<p>Atualmente a unidade não possui este serviço/ação.</p>	<p>O <i>Campus</i> começou a fazer a separação dos resíduos e deu início ao processo de contratação de empresa registrada para coleta dos mesmos, de acordo com Decreto nº 37.568, de 24 de agosto de 2016, que regulamenta a Lei Distrital nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016.</p>

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente;	Nas contratações do <i>Campus</i> Taguatinga, quando cabível, são adotados parâmetros de sustentabilidade, conforme pode ser observado nas contratações de limpeza e conservação, concessão onerosa de espaços públicos e aquisição de lâmpadas de LED.	Nossas contratações e aquisições e editais de licitação já possuem cláusulas de sustentabilidade conforme modelo padrão da Advocacia Geral da União, assim atendendo tais parâmetros.	Quanto as contratações e aquisições nossos editais de licitação possuem cláusulas de sustentabilidade conforme modelo padrão da Advocacia Geral da União, assim atendendo tais parâmetros.
e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012;	Atualmente a unidade não possui o PLS.	Atualmente a unidade não possui o PLS.	Atualmente a unidade não possui o PLS.
f) Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012;	Não aplicável	Para o Ano de 2017 o <i>Campus</i> pretende formalizar, por meio de Portaria, a criação de uma Comissão gestora com o objetivo de implementar a A3P. Essa comissão será formada por representantes de todos setores da Unidade, para que o coletivo participe da elaboração do projeto, sua implementação e continuidade.	Não aplicável
g) Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012;	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
h) Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
i) Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
j) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.	O <i>Campus</i> Taguatinga atua junto à comunidade no objetivo de promover a sustentabilidade e preservação dos recursos naturais com as seguintes ações: a) Conscientização de seus usuários	Sabedores da importância dessa agenda o <i>Campus</i> estrutural está trabalhando para que nos próximos anos consiga executar todas as ações planejadas em 2016, sobre o tema sustentabilidade.	Atendemos na medida do possível nas contratações práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável.

	<p>quanto ao consumo consciente de energia e água,</p> <p>b) Utilização de água não potável para irrigação de jardim e áreas verdes.</p> <p>c) Utilização de sistema automatizado para irrigação;</p> <p>d) Manutenção de áreas verdes e plantio de novas plantas;</p> <p>e) Abordagem de temas de sustentabilidade ambiental nos cursos regulares, como preservação ambiental e energias renováveis;</p> <p>f) Apoiar projetos de pesquisa e extensão na área de energias renováveis.</p>		
Questionário TCU	CAMPUS TAGUATINGA CENTRO	CAMPUS GAMA	CAMPUS SAMAMBAIA
a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade;	A unidade encontra dificuldades para atender na totalidade os dispositivos legais pelo fato de estar situada em uma sede provisória e não dispor de infraestrutura suficiente para estocagem até o momento da coleta. Ademais a unidade atende os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012.	O <i>Campus</i> Gama incentiva a comunidade acadêmica para o uso consciente de água, energia elétrica e insumos em através de campanhas internas. Além disso, dispõe de sistema própria de captação de águas pluviais afim de gerar maior economicidade para a unidade. Outro ponto a ressaltar é o tratamento do esgoto feito por estação própria localizada nas dependências do <i>Campus</i> . Também são executados projetos com essa temática pelos servidores com participação dos estudante e comunidade externa.	O <i>Campus</i> oferece o curso de Controle Ambiental nas modalidades: técnico subsequente e médio integrado, em 2016 iniciamos várias discussões com o intuito de realizar ações internas visando estabelecer um sistema de gestão ambiental na unidade com participação da comunidade estudantil.
b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);	Solicitação efetivada em 2015 ao MMA-Ministério do Meio Ambiente - Processo 23098.012330.2015-04 - Selo de Qualificação VERDE em análise.	Solicitação efetivada em 2015 ao MMA-Ministério do Meio Ambiente - Processo 23098.012330.2015-04 - Selo de Qualificação VERDE em análise.	Solicitação efetivada em 2015 ao MMA-Ministério do Meio Ambiente - Processo 23098.012330.2015-04 - Selo de Qualificação VERDE em análise.
c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006;	Pelo fato da unidade encontrar-se em uma sede provisória e que não dispõe de infraestrutura para estocagem até o momento da coleta, é realizada apenas a separação dos resíduos, entretanto a coleta ainda é feita pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal.	Atualmente o volume de resíduos recicláveis produzidos pelo <i>Campus</i> é pequeno, logo o mesmo é aproveitado no próprio <i>Campus</i> .	Ainda não, mas pretendemos estabelecer este ano, contatos estão sendo feitos com ONGs locais para implementar na unidade este procedimento. O <i>Campus</i> tem participado de reuniões para início das atividades do aterro sanitário do DF.
d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada	Como cumprimento da missão SIM.	Todos os editais de licitação possuem cláusulas de sustentabilidade conforme	Nos instrumentos convocatórios dos processos de licitação do <i>Campus</i>

observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente;		modelo padrão da Advocacia Geral da União.	Samambaia realizados no ano de 2016, foram observadas as diretrizes do Decreto 7.746/2012 para estabelecimento de critérios e práticas como estímulo para o desenvolvimento nacional sustentável como coleta seletiva, destinação de resíduos adequada, uso racional de água e energia, vinculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada, bem como referência a outros normativos tais como a IN MPOG/SLTI N° 01 de 19 de janeiro de 2010, porém, não foram estabelecidos, em edital, critérios objetivos de mensuração e avaliação de tais práticas pelos contratados, sendo essa questão observada como um ponto de melhoria para os próximos certames.
e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012;	Atualmente a unidade não possui o PLS.	Atualmente a unidade não possui o PLS.	Atualmente a unidade não possui o PLS.
f) Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012;	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
g) Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012;	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
h) Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
i) Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).			
j) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.	<p>Acreditamos que a elaboração do Plano de Logística Sustentável e sua posterior institucionalização, trará maior maturidade à unidade e possibilitará o atendimento dos dispositivos legais com maior completude.</p>	<p>O <i>Campus</i> Gama entende que as políticas de sustentabilidade são imprescindíveis para o desenvolvimento responsável da sociedade e não se opõe a contribuir com ações de incentivo a racionalização dos diversos recursos.</p>	<p>O <i>Campus</i> Samambaia por sua natureza voltada à formação e estudo de problemas do meio ambiente considera esta uma questão de extremo interesse. No ano de 2016 foi realizada uma revisão minuciosa dos planos de curso de controle ambiental, ênfase foi posta a questão da formação prática com relevantes passos em direção à construção de um posicionamento mais sólido da unidade junto às comunidades internas e externas referente ao tema.</p>
Questionário TCU	CAMPUS PLANALTINA		
a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade;	<p>Como está no Estatuto e consta da missão institucional, conforme Plano de Desenvolvimento Institucional do IFB (PDI 2014-2018), contribuir para o desenvolvimento sustentável: A Missão do IFB é oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social."</p>		
b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);	<p>Solicitação efetivada em 2015 ao MMA-Ministério do Meio Ambiente - Processo 23098.012330.2015-04 - Selo de Qualificação VERDE em análise.</p>		
c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006;	<p>Não, uma vez que a cidade de PLANALTINA-DF deixou de ser atendida pelo SLU que fazia a coleta seletiva atingindo diretamente as ações de separação no <i>Campus</i>.</p>		
d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente;	<p>Como cumprimento da missão SIM.</p>		
e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012;	<p>Atualmente a unidade não possui o PLS.</p>		
f) Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012;	<p>Não aplicável</p>		

g) Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012;	Não aplicável
h) Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012);	Não aplicável
i) Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).	Não aplicável
j) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.	Cumprindo com sua missão o <i>Campus</i> Planaltina desenvolve ações relacionadas a sustentabilidade ambiental no âmbito da pesquisa, extensão e ensino por meio de oferta dos cursos superiores de agroecologia e biologia . O <i>Campus</i> ainda participa conjuntamente com o IBRAM na manutenção e preservação do Parque Ecológico Colégio Agrícola.

Fonte: PRAD

Anexo IV - Demonstrações contábeis e notas explicativas

BALANÇO FINANCEIRO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASÍLIA - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO DEZ (Aberto)
EMISSÃO 16/01/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS					DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2016	AV% 2016	2015	AH%	ESPECIFICAÇÃO	2016	AV%	2015	AH%
Receitas Orçamentárias	895.597,46	0,42%	2.497.670,50	-64,14%	Despesas Orçamentárias	165.117.498,16	77,95%	151.703.587,64	8,84%
Ordinárias	148.542,74	16,59%	34.053,93	336,20%	Ordinárias	30.783.069,86	18,64%	18.351.326,72	67,74%
Vinculadas	1.052.575,70		4.720.211,48	-77,70%	Vinculadas	134.334.428,30		133.352.260,92	0,74%
Educação	136.409,44	15,23%	9.185,62	1385,03%	Educação	134.280.182,10	81,32%	115.747.769,10	16,01%
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	916.166,26		4.711.025,86	-80,55%	Seguridade Social (Exceto RGPS)	52.806,55	0,03%	82.116,11	-35,69%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-305.520,98		-2.256.594,91	-86,46%	Operação de Crédito	0		17.318.471,69	-100,00%
					Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.439,65	0,001%	203.904,02	-99,29%
Transferências Financeiras Recebidas	195.686.748,71	92,38%	170.952.947,28	14,47%	Transferências Financeiras Concedidas	23.972.462,69	11,32%	18.367.910,40	30,51%
Resultantes da Execução Orçamentária	168.755.958,31		141.400.423,90	19,35%	Resultantes da Execução Orçamentária	18.558.648,33		15.178.980,85	22,27%
Repasso Recebido	150.221.567,58	76,77%	126.687.407,50	18,58%	Repasso Concedido	24.257,60	0,10%	465.964,45	-94,79%
Sub-repasso Recebido	18.534.390,73	9,47%	14.713.016,40	25,97%	Sub-repasso Concedido	18.534.390,73	77,32%	14.713.016,40	25,97%
Independentes da Execução Orçamentária	26.930.790,40		29.552.523,38	-8,87%	Independentes da Execução Orçamentária	5.413.814,36		3.188.929,55	69,77%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	25.185.767,68	12,87%	26.577.107,72	-5,24%	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	5.128.862,18	21,39%	3.136.459,78	63,52%
Demais Transferências Recebidas	50.000,00	0,03%	9.230,22	441,70%	Demais Transferências Concedidas	0		9.230,22	-100,00%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.695.022,72	0,87%	2.966.185,44	-42,86%	Movimento de Saldos Patrimoniais	284.952,18	1,19%	43.239,55	559,01%
Aporte ao RPPS	-		-		Aporte ao RPPS	-		-	
Aporte ao RGPS	-		-		Aporte ao RGPS	-		-	
Recebimentos Extraorçamentários	15.079.472,80	7,12%	25.466.321,42	-40,79%	Despesas Extraorçamentárias	21.856.151,22	10,32%	32.756.182,56	-33,28%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.429.687,59	9,48%	1.647.206,27	-13,21%	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	2.521.180,84		72,00	3501540,06%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.171.242,67	87,35%	23.036.640,92	-42,82%	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	18.860.300,47		31.975.068,19	-41,02%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	478.542,54	3,17%	782.474,23	-38,84%	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	474.669,91		781.042,37	-39,23%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-		-		Outros Pagamentos Extraorçamentários	-		-	
Saldo do Exercício Anterior	173.487,50	0,08%	4.084.228,90	-95,75%	Saldo para o Exercício Seguinte	889.194,40	0,42%	173.487,50	412,54%
Caixa e Equivalentes de Caixa	173.487,50		4.084.228,90	-95,75%	Caixa e Equivalentes de Caixa	889.194,40		173.487,50	412,54%
TOTAL	211.835.306,47	100%	203.001.168,10	4,35%	TOTAL	211.835.306,47	100,00%	203.001.168,10	4,35%

BALANÇO PATRIMONIAL

26428 - INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

BALANÇO PATRIMONIAL - RESUMIDO

					R\$				
ATIVO	31/12/2016	31/12/2015	AH	AV - 12/16	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015	AH	AV - 12/16
ATIVO CIRCULANTE	4.168.663,67	6.194.328,57	-32,70%	2,12%	PASSIVO CIRCULANTE	2.355.054,19	3.902.387,07	-39,65%	1,20%
Caixa e Equivalentes de Caixa	889.194,40	173.487,50	412,54%	0,45%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto	739.636,03	137.220,36	439,01%	0,38%
Créditos a Curto Prazo	1.479.577,41	74.808,61	1878,0%	0,75%	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	0,00%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	0,00%	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	273.287,92	2.344.379,73	-88,34%	0,14%
Estoques	1.798.438,26	5.945.695,33	-69,75%	0,92%	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	0,00%
VPDs Pagas Antecipadamente	1.453,60	337,13	331,17%	0,00%	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-	-	0,00%
					Provisões de Curto Prazo	-	-	-	0,00%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	192.135.564,60	189.070.784,70	1,62%	97,88%	Demais Obrigações a Curto Prazo	1.342.130,24	1.420.786,98	-5,54%	0,68%
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	-	0,00%					
Créditos a Longo Prazo	-	-	-	0,00%	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	-	0,00%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	-	-	-	0,00%	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo	-	-	-	0,00%
Estoques	-	-	-	0,00%	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	-	0,00%	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Investimentos	-	-	-	0,00%	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Imobilizado	192.062.185,79	188.062.878,01	2,13%	97,84%	Provisões de Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Intangível	73.378,81	1.007.906,69	-92,72%	0,04%	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-	-	0,00%
Diferido	-	-	-	0,00%	Resultado Diferido	-	-	-	0,00%
					TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	2.355.054,19	3.902.387,07	-39,65%	1,20%
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-	0,00%
					Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-	0,00%
					Reservas de Capital	-	-	-	0,00%
					Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	0,00%
					Reservas de Lucros	-	-	-	0,00%
					Demais Reservas	-	-	-	0,00%
					Resultados Acumulados	193.949.174,08	191.362.726,20	1,35%	98,80%
					(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-	0,00%
					TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	193.949.174,08	191.362.726,20	1,35%	98,80%
TOTAL DO ATIVO	196.304.228,27	195.265.113,27	0,53%	100,00%	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	196.304.228,27	195.265.113,27	0,53%	100,00%

26428 - INSTITUTO FEDERAL DE BRASILIA
Balanco Patrimonial - Análises - 31/12/2016

Visão Geral

Balanco Patrimonial	AH	AV - 12/16	Balanco Patrimonial	Variacao Monetaria
Ativo Circulante	-32,70%	2,12%	Ativo Circulante	(2.025.664,90)
Ativo Não Circulante	1,62%	97,88%	Ativo Não Circulante	3.064.779,90
Total do Ativo	0,53%	100,00%	Total do Ativo	1.039.115,00
Passivo Circulante	-39,65%	1,20%	Passivo Circulante	(1.547.332,88)
Passivo Não Circulante		0,00%	Passivo Não Circulante	-
Patrimônio Líquido	1,35%	98,80%	Patrimônio Líquido	2.586.447,88
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	0,53%	100,00%	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.039.115,00

Análise Horizontal e Vertical

Classificação Decrescente - AH

Classificação Decrescente - AV - Atual

Posição	Ativo	AH	AV - 12/16
1	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1877,82%	0,75%
2	Caixa e Equivalentes de Caixa	412,54%	0,45%
3	VPDs Pagas Antecipadamente - CP	331,17%	0,00%
4	Estoques - CP	-69,75%	0,92%
5	Bens Móveis	18,29%	39,86%
6	Bens Imóveis	14,79%	71,30%
7	Softwares	8,67%	0,56%
8	Marcas, Direitos e Patentes Industriais	0,00%	0,00%
9			
10			

Posição	Ativo	AV - 12/16	AH
1	Bens Imóveis	71,30%	14,79%
2	Bens Móveis	39,86%	18,29%
3	(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	-13,28%	
4	Estoques - CP	0,92%	-69,75%
5	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,75%	1877,82%
6	Softwares	0,56%	8,67%
7	(-) Amortização Acumulada de Softwares	-0,52%	
8	Caixa e Equivalentes de Caixa	0,45%	412,54%
9	(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens	-0,03%	
10	Créditos Tributários a Receber - CP	0,00%	

Posição	Passivo	AH	AV - 12/16
1	Pessoal a Pagar - CP	3759,84%	28,72%
2	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP	-88,34%	11,60%
3	Valores Restituíveis - CP	-63,82%	0,50%
4	Benefícios Assistenciais a Pagar - CP	-47,14%	2,69%
5	Outras Obrigações a Curto Prazo	-4,18%	56,49%

Posição	Passivo	AV - 12/16	AH
1	Outras Obrigações a Curto Prazo	56,49%	-4,18%
2	Pessoal a Pagar - CP	28,72%	3759,84%
3	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP	11,60%	-88,34%
4	Benefícios Assistenciais a Pagar - CP	2,69%	-47,14%
5	Valores Restituíveis - CP	0,50%	-63,82%

6			
7			
8			
9			
10			

6	Benefícios Previdenciários a Pagar - CP	0,00%	
7			
8			
9			
10			

Posição	Patrimônio Líquido	AH	AV - 12/16
1	Ajustes de Exercícios Anteriores	19457,07%	-12,49%
2	Resultado do Exercício	28,71%	13,82%
3	Resultados de Exercícios Anteriores	12,13%	98,67%
4			
5			

Posição	Patrimônio Líquido	AV - 12/16	AH
1	Resultados de Exercícios Anteriores	98,67%	12,13%
2	Resultado do Exercício	13,82%	28,71%
3	Ajustes de Exercícios Anteriores	-12,49%	19457,07%
4	Patrimônio Social e Capital Social	0,00%	
5			

Maiores Variações Monetárias

Posição	Ativo	Valor em R\$
1	(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens	(26.075.454,58)
2	Bens Imóveis	18.037.393,49
3	Bens Móveis	12.099.935,83
4	Estoques - CP	(4.147.257,07)
5	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.404.768,80
6	(-) Amortização Acumulada de Softwares	(1.021.920,88)
7	Caixa e Equivalentes de Caixa	715.706,90
8	Softwares	87.393,00
9	(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens	(62.566,96)
10	VPDs Pagas Antecipadamente - CP	1.116,47

Posição	Passivo	Valor em R\$
1	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais - CP	(2.071.091,81)
2	Pessoal a Pagar - CP	658.838,72
3	Outras Obrigações a Curto Prazo	(58.019,31)
4	Benefícios Assistenciais a Pagar - CP	(56.423,05)
5	Valores Restituíveis - CP	(20.637,43)
6		
7		
8		
9		
10		

Posição	Patrimônio Líquido	Valor em R\$
1	Ajustes de Exercícios Anteriores	(48.442.691,00)
2		
3		
4		
5		

Inclusão e Baixa de Itens no Exercício

Inclusão

Baixa

Posição	Ativo	Valor em R\$
1		
2		
3		
4		
5		

Posição	Ativo	Valor em R\$
1		
2		
3		
4		
5		

Posição	Passivo	Valor em R\$
1		
2		
3		
4		
5		

Posição	Passivo	Valor em R\$
1		
2		
3		
4		
5		

Posição	Patrimônio Líquido	Valor em R\$
1		
2		
3		
4		
5		

Posição	Patrimônio Líquido	Valor em R\$
1		
2		
3		
4		
5		

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

IFB – IFB 26428
Balanco Orçamentário

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização	AV
RECEITAS CORRENTES	192.511,00	192.511,00	895.597,46	703.086,46	465,22%	100,00%
Receitas Tributárias	-	-	-	-	-	0,00%
Receitas de Contribuições	-	-	-	-	-	0,00%
Receita Patrimonial	80.615,00	80.615,00	114.135,54	33.520,54	141,58%	12,74%
Receita Agropecuária	37.032,00	37.032,00	377.026,16	339.994,16	1018,11%	42,10%
Receita Industrial	-	-	-	-	-	0,00%
Receitas de Serviços	46.196,00	46.196,00	10.749,50	(35.446,50)	23,27%	1,20%
Transferências Correntes	-	-	-	-	-	0,00%
Outras Receitas Correntes	28.668,00	28.668,00	393.686,26	365.018,26	1373,26%	43,96%
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	0,00%
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	0,00%
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	0,00%
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	0,00%
Transferências de Capital	-	-	-	-	-	0,00%
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	0,00%
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	0,00%
SUBTOTAL DE RECEITAS	192.511,00	192.511,00	895.597,46	703.086,46	465,22%	100,00%
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	0,00%
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	192.511,00	192.511,00	895.597,46	703.086,46	465,22%	100,00%
DÉFICIT	-	-	164.282.409,77	164.282.409,77		
TOTAL	192.511,00	192.511,00	165.178.007,23	164.985.496,23		

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação	Execução	AV	RPNP	RPP
DESPESAS CORRENTES	148.252.688,00	152.724.440,00	152.508.948,26	146.148.810,04	145.729.990,83	215.491,74	99,86%	92,33%	4,17%	0,29%
Pessoal e Encargos Sociais	108.381.219,00	113.717.233,00	110.551.047,78	110.551.047,78	110.551.047,78	3.166.185,22	97,22%	66,93%	0,00%	0,00%
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
Outras Despesas Correntes	39.871.469,00	39.007.207,00	41.957.900,48	35.597.762,26	35.178.943,05	2.950.693,48	107,56%	25,40%	15,16%	1,18%
DESPESAS DE CAPITAL	13.026.585,00	15.776.585,00	12.669.058,97	5.797.445,45	4.786.577,07	3.107.526,03	80,30%	7,67%	54,24%	17,44%
Investimentos	13.026.585,00	15.776.585,00	12.669.058,97	5.797.445,45	4.786.577,07	3.107.526,03	80,30%	7,67%	54,24%	17,44%
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%

Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
SUBTOTAL DAS DESPESAS	161.279.273,00	168.501.025,00	165.178.007,23	151.946.255,49	150.516.567,90	3.323.017,77	98,03%	100,00%	8,01%	0,94%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	161.279.273,00	168.501.025,00	165.178.007,23	151.946.255,49	150.516.567,90	3.323.017,77	98,03%	100,00%	8,01%	0,94%
SUPERÁVIT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	161.279.273,00	168.501.025,00	165.178.007,23	151.946.255,49	150.516.567,90	3.323.017,77				

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização	AV
Operações de Crédito	-	-	-	-	-	
Refinanciamento	-	-	-	-	-	
TOTAL	-	-	-	-	0,00%	

RECEITAS DE CAPITAL	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo	Realização	AV
Operações de Crédito	-	-	-	-	0,00%	#DIV/0!
Alienação de Bens	-	-	-	-	-	#DIV/0!
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	#DIV/0!
Transferências de Capital	-	-	-	-	-	#DIV/0!
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	#DIV/0!
TOTAL	-	-	-	-	-	#DIV/0!

AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação	Execução	AV	RPNP	RPP
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-		0,00%	0,00%
Refinanciamento	-	-	-	-	-	-	-		0,00%	0,00%
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-		0,00%	0,00%

DESPESA DA CAPITAL	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação	Execução	AV	RPNP	RPP
Investimentos	13.026.585,00	15.776.585,00	12.669.058,97	5.797.445,45	4.786.577,07	3.107.526,03	80,30%	100,00%	54,24%	17,44%
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL	13.026.585,00	15.776.585,00	12.669.058,97	5.797.445,45	4.786.577,07	3.107.526,03	80,30%	100,00%	54,24%	17,44%

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

26428 - Instituto Federal de Brasília
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - RESUMIDA

	R\$			
	31/12/2016	31/12/2015	AH	AV - 12/16
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	326.571.197,38	185.568.762,69	75,98%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-		0,00%
Contribuições	-	-		0,00%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	501.706,32	75.053,91	568,46%	0,15%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	5.794,48	89.662,84	-93,54%	0,00%
Transferências e Delegações Recebidas	261.866.415,17	180.734.014,86	44,89%	80,19%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	63.809.178,25	2.337.077,33	2630,30%	19,54%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	388.103,16	2.332.953,75	-83,36%	0,12%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	299.763.182,75	164.740.388,03	81,96%	91,79%
Pessoal e Encargos	117.862.069,60	98.384.978,77	19,80%	36,09%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	461.308,74	355.901,74	29,62%	0,14%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	34.289.502,00	27.881.028,53	22,99%	10,50%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	7.288,66	3.027,43	140,75%	0,00%
Transferências e Delegações Concedidas	83.289.996,15	18.755.762,73	344,08%	25,50%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	57.339.506,25	15.501.442,68	269,90%	17,56%
Tributárias	108.033,29	93.892,12	15,06%	0,03%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-		0,00%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	6.405.478,06	3.764.354,03	70,16%	1,96%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	26.808.014,63	20.828.374,66	28,71%	8,21%

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26428 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE BRASÍLIA - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO DEZ (Aberto)
EMIÇÃO 19/01/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	AV%	2015	AH%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	19.768.832,36		23.470.841,19	-15,77%
INGRESSOS	197.060.888,71		174.233.092,01	13,10%
Receitas Derivadas e Originárias	895.597,46		2.497.670,50	-64,14%
Receita Tributária	-		-	
Receita de Contribuições	-		-	
Receita Patrimonial	113.930,66	12,72%	18.149,40	527,74%
Receita Agropecuária	377.026,16	42,10%	29.355,26	1184,36%
Receita Industrial	-		-	
Receita de Serviços	10.749,50	1,20%	27.549,25	-60,98%
Remuneração das Disponibilidades	204,88	0,02%	84.885,34	-99,76%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	393.686,26	43,96%	2.337.731,25	-83,16%
Transferências Correntes Recebidas	-		-	
Intergovernamentais	-		-	
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-		-	
Dos Municípios	-		-	
Intragovernamentais	-		-	
Outras Transferências Correntes Recebidas	-		-	
Outros Ingressos das Operações	196.165.291,25		171.735.421,51	14,23%
Ingressos Extraorçamentários	478.542,54	0,24%	782.474,23	-38,84%
Transferências Financeiras Recebidas	195.686.748,71	99,76%	170.952.947,28	14,47%
DESEMBOLSOS	-177.292.056,35		-150.762.250,82	17,60%
Pessoal e Demais Despesas	-134.375.986,23		-115.621.527,14	16,22%
Legislativo	-		-	
Judiciário	-		-	
Essencial à Justiça	-		-	
Administração	-		-	
Defesa Nacional	-		-	
Segurança Pública	-		-	
Relações Exteriores	-		-	
Assistência Social	-		-	
Previdência Social	-435.320,77	0,32%	-333.934,35	30,36%
Saúde	-		-	
Trabalho	-		-	
Educação	-133.399.665,46	99,27%	-115.287.592,79	15,71%
Cultura	-541.000,00	0,40%	-	
Direitos da Cidadania	-		-	
Urbanismo	-		-	
Habitação	-		-	
Saneamento	-		-	
Gestão Ambiental	-		-	
Ciência e Tecnologia	-		-	
Agricultura	-		-	
Organização Agrária	-		-	
Indústria	-		-	
Comércio e Serviços	-		-	
Comunicações	-		-	
Energia	-		-	
Transporte	-		-	
Desporto e Lazer	-		-	
Encargos Especiais	-		-	
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-		-	
Juros e Encargos da Dívida	-		-	
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-		-	

Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-		-	
Outros Encargos da Dívida	-		-	
Transferências Concedidas	-18.468.937,52		-15.991.770,91	15,49%
Intergovernamentais	-		-	
A Estados e/ou Distrito Federal	-		-	
A Municípios	-		-	
Intragovernamentais	-18.405.974,52	99,66%	-15.945.284,91	15,43%
Outras Transferências Concedidas	-62.963,00	0,34%	-46.486,00	35,45%
Outros Desembolsos das Operações	-24.447.132,60		-19.148.952,77	27,67%
Dispêndios Extraorçamentários	-474.669,91	1,94%	-781.042,37	-39,23%
Transferências Financeiras Concedidas	-23.972.462,69	98,06%	-18.367.910,40	30,51%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-19.053.125,46		-27.381.582,59	-30,42%
INGRESSOS	-		-	
Alienação de Bens	-		-	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-		-	
Outros Ingressos de Investimentos	-		-	
DESEMBOLSOS	-19.053.125,46		-27.381.582,59	-30,42%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-14.270.240,21	74,90%	-27.140.657,45	-47,42%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-		-	
Outros Desembolsos de Investimentos	-4.782.885,25	25,10%	-240.925,14	1885,22%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-		-	
INGRESSOS	-		-	
Operações de Crédito	-		-	
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-		-	
Transferências de Capital Recebidas	-		-	
Intergovernamentais	-		-	
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-		-	
Dos Municípios	-		-	
Intragovernamentais	-		-	
Outras Transferências de Capital Recebidas	-		-	
Outros Ingressos de Financiamento	-		-	
DESEMBOLSOS	-		-	
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-		-	
Outros Desembolsos de Financiamento	-		-	
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	715.706,90		-3.910.741,40	-118,30%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	173.487,50		4.084.228,90	-95,75%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	889.194,40		173.487,50	412,54%

NOTAS EXPLICATIVAS – BALANÇO FINANCEIRO

Receitas Orçamentárias

As Receitas Orçamentárias tiveram uma redução de R\$ 1.602.073,04, ou seja, de (-64,14%) em relação ao mesmo período de 2015. Essa redução se deve principalmente a diminuição das receitas Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas² - Transferências Financeiras Recebidas

Transferências Financeiras Recebidas

O grupo representa 92,38% do total dos Ingressos. Ressalta-se que o maior valor desse grupo encontra-se na conta Repasse Recebido que representa 76,77% do grupo Transferências Financeiras Recebidas. Em relação ao exercício de 2015, houve variação aumentativa de 14,47%.

Transferências Recebidas para Pagamento de RP

As transferências financeiras recebidas, para pagamento de Restos a Pagar até o 4º trimestre de 2016 tiveram uma redução de R\$ 1.391.340,04, ou seja, de (5,24%) em relação ao mesmo período de 2015.

Recebimentos Extraorçamentários

Neste grupo são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento até o 4º trimestre de 2016. A Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados teve uma redução de 42,82% em relação ao mesmo período de 2015. Este fato se deve ao esforço do Governo Federal para redução desta rubrica, onde o Instituto Federal de Brasília se empenhou também para atender a esses esforços.

Onde ano após ano, vem adotando medidas para aprimorar a sua execução orçamentária. O saldo do grupo Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados apresentou um saldo, até o 4º trimestre de 2016 no valor de R\$ 478.542,54 representando uma redução de (-38,84%) em relação ao mesmo período de 2015.

Despesas Orçamentárias

As Despesas Orçamentárias do Balanço Financeiro compreendem as Ordinárias, que tem processo de aplicação livre, ou seja, são destinadas a atender a quaisquer finalidades, tais como as despesas com custeio e investimentos e, compreendem também as Vinculadas, que visam o atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela legislação. Considerando o grau de relevância, as despesas vinculadas com educação representam 81,32% do total das Despesas Orçamentárias e teve um aumento de 16,01% em relação ao mesmo período de 2015, enquanto que com Seguridade Social representam 0,03% do total das Despesas Orçamentárias diminuindo 35,69% em relação ao mesmo período de 2015.

Transferências Financeiras Concedidas

O grupo representa 11,32% do total dos Dispêndios. Ressalta-se que o maior valor desse grupo encontra – se na conta Sub-repasse Concedido no montante de R\$ 18.534.390,73 representando 77,32% do grupo. Em relação ao exercício de 2015, houve variação aumentativa de 25,97%.

Despesas Extraorçamentárias

Os dispêndios referentes ao pagamento de Restos a Pagar Processados teve um aumento de R\$ 2.521.108,84 até o 4º trimestre de 2016, ou seja, um aumento de 3.501.540,06% considerando o mesmo período do ano de 2015. Este fato se deve ao esforço da Administração Pública para redução desta conta.

NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO PATRIMONIAL

Caixa e Equivalente de Caixa

A conta representa 0,45% do total do Ativo Circulante. Ressalta-se que o maior valor desse grupo se encontra na conta 1.1.1.1.2.20.01 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PAGAMENTO. Em relação ao exercício de 2015, houve variação aumentativa de 412,54% na conta em função do maior vulto das despesas e aquisições por parte do órgão.

Neste grupo de contas há recursos financeiros obtidos por receitas próprias na fonte 0250 cuja arrecadação está demonstrada na DVP no grupo de Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos – aumentando de acordo com a análise horizontal em 568,46%.

Demais créditos e valores a curto prazo

A conta representa 0,75% do total do Ativo. Ressalta-se que o maior valor desse grupo se encontra na conta 1.1.3.1.1.01.00 - ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL, especialmente em adiantamento de 13º salário. Em função desse adiantamento, houve variação aumentativa de 1878,00% ao mesmo período de 2015.

Estoques

A conta representa 0,92% do total do Ativo. O saldo é referente a material de consumo. A variação diminutiva de -69,75% em relação ao exercício de 2015 se deu pelo consumo e pela baixa ocorrida em agosto/2016 para conciliação com o relatório mensal de almoxarifado, impactando registros na conta de Ajuste de exercícios anteriores: 23711.03.00.

Imobilizado

A conta representa 97,84% do Ativo. Em relação ao exercício de 2015, houve variação aumentativa de 2,13%. Bens móveis representam 39,86 % do total do Ativo, bens imóveis representam 71,30% e a depreciação acumulada de bens representa -13,31%.

Bens Móveis

A conta representa 39,86% do Ativo. Em relação ao exercício de 2015, houve variação aumentativa de 18,29%. Destaca-se que os maiores valores do Ativo se encontram nas contas 1.2.3.1.1.01.00 - MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA, que representa os equipamentos didáticos e reflete a natureza da instituição e a conta 1.2.3.1.1.03.00 - MOVEIS E UTENSILIOS possui o maior saldo de bens móveis, representando 12,63% do total do ativo não circulante.

Ressalta-se que no grupo dos bens móveis, na conta 123.119.908 – Bens Móveis a Classificar há um saldo em 31/12/2016 de R\$5.185.596,56- Este saldo está sendo baixado à medida em que os processos de Auxílio a Pesquisador são encaminhados para a prestação de contas.

Bens Imóveis

A conta representa 71,30% do Ativo. Em relação ao exercício de 2015, houve variação aumentativa de 14,79%. O aumento se deve principalmente ao registro de imóveis da UG 152139 no SPIUNet. A conta 1.2.3.2.1.06.01 - OBRAS EM ANDAMENTO representa 73,27% do total dos bens imóveis.

Depreciação e Amortização

A conta representa -13,31% do Ativo, pois possui natureza credora. Em atendimento à macrofunção 02.03.30, o órgão reconheceu a depreciação acumulada dos exercícios anteriores no mês de maio/2016 pelo método linear. Como não havia registro de depreciação no exercício de 2015, não há dados para realização da análise horizontal.

Intangível

A conta representa 0,04% do Ativo. Em relação ao exercício de 2015, houve variação diminutiva de -92,72% em função da classificação dos ativos intangíveis como vida útil definida e o respectivo registro da amortização de períodos anteriores. O tempo de uso da licença é utilizado como vida útil dos ativos.

Pessoal a pagar

A conta representa 28,72% do total do Passivo. Em relação ao exercício de 2015, houve variação aumentativa 3759,84% devido à apropriação da provisão de décimo terceiro salário no ano de 2016.

Outras obrigações a curto prazo

A conta representa 56,49% do Passivo. O aumento se deve principalmente aos registros na conta 2.1.8.9.1.23.00 - AUXILIOS FINANCEIROS A PESQUISADOR que representa 97,05% do total do grupo OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO, em função do não pagamento das liquidações realizadas em dezembro de 2016.

Fornecedores e Contas a pagar

A conta representa 11,60% do Passivo. Em relação ao exercício de 2015, houve variação diminutiva de - 88,34%. O saldo corresponde somente a credores nacionais.

Patrimônio líquido

A conta representa 98,61% do total do Passivo e Patrimônio Líquido. Em relação ao exercício de 2015, houve variação diminutiva de -12,66% devido ao registro da depreciação acumulada de

exercícios anteriores, que gera saldo na conta 2.3.7.1.1.03.00 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.

NOTAS EXPLICATIVAS BALANÇO ORÇAMENTÁRIO:

Receitas de Contribuições

No quarto trimestre de 2016, foram arrecadados 1018,11% do total das Receitas Previstas dessa natureza, representando 42,10% do total das Receitas do órgão 26428 - IFB.

Indenizações, Restituições e Ressarcimentos

Outras Restituições: Até 31.12.2016, foram arrecadados 1.373,26% do total das Receitas Previstas de "Outras Restituições", representando 43,96% do total das Receitas do órgão 26428- IFB.

DESPESAS CORRENTES

Até o quarto trimestre de 2016, o total empenhado com os recursos orçamentários consignados na LOA de 2016, por Grupo, teve o seguinte percentual: Pessoal e Encargos Sociais, com 66,93%; Outras Despesas Correntes, com 25,40% e Investimentos, com 7,67%.

Pessoal e Encargos Sociais- Despesas Correntes x Dotação Fixada

O percentual de execução das Despesas com Pessoal e Encargos Sociais apresenta o maior montante de recursos da Dotação Fixada, essas despesas representam 96,82% do Total das Despesas do Órgão 26428.

Despesa Corrente Locação de Mão de Obra

Outro Grupo que possui a maior representatividade do Total de Despesas do Órgão 26428 é o grupo de Despesas Correntes, com 23,37% do total pago, sendo que a despesa com locação de mão de obra representa 38,79% do total despesas correntes pagas.

Despesa Corrente RPNP

Considerando o valor empenhado e o valor liquidado no grupo de DESPESAS CORRENTES, e considerando que a inscrição de RPNP ocorreu na data de 31/12/2016, foi inscrito um percentual de 4,17% nesta rubrica. Em RPP foi inscrito um percentual de 0,29%.

Cabe destacar que do total dos recursos consignados na LOA para o órgão 26428 foram empenhados em despesas correntes 98,03%.

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

No quarto trimestre de 2016, das DESPESAS DE CAPITAL, os "Investimentos" apresentaram uma execução de 80,30% no exercício (R\$ 12,6 milhões/R\$ 15,7 milhões), representados pelo Total de Despesas Empenhadas/Total Dotação Atualizada.

Considerando as despesas empenhadas e o valor liquidado no grupo de DESPESAS de Investimento, e considerando que a inscrição de RPNP realizada na data de 31/12/2016, foi inscrito um percentual de 54,24% nesta rubrica. Em RPP foi inscrito um percentual de 17,44%.

Ressalta-se que os empenhos são para cobrir despesas com obras em andamento nos *Campus* Planaltina e Brasília.

Transferências Correntes- Movimentação orçamentária

A tabela, em anexo, demonstra a movimentação orçamentária de recebimento de orçamento de outros órgãos: MEC – FNDE e transferências internas do próprio Instituto.

Em relação a dotação atualizada, ainda resta saldo de crédito disponível no valor R\$ 12.489.105,50.

Do total de despesas empenhadas, 91,16% foram pagas.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs)

As VPAs apresentaram as seguintes variações entre o quarto trimestre dos anos de 2015 e 2016, por grupo de conta contábil:

Tabela 4 - Variações Patrimoniais Aumentativas — Por Grupo

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Explor. e Venda de Bens, Serviços e Direitos	501.706,32	75.053,91	568,46%
VPAs Financeiras	5.794,48	89.662,84	-93,54%
Transferências e Delegações Recebidas	261.866.415,17	180.734.014,86	44,89%
Val. e Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos	63.809.178,25	2.337.077,33	2.630,30%
Outras VPAs	388.103,16	2.332.953,75	-83,36%
Total	326.571.197,38	185.568.762,69	75,98%

Fonte: SIAFI

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

O grupo de Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos (4.3.0.0.00.00) representou 0,15% das VPAs até o quarto trimestre de 2016. Em relação ao mesmo período em 2015, houve variação positiva de 568,46%. O aumento mais significativo foi em Venda de Mercadorias (4.3.1.1.0.00.00), que em 2016 apresentou saldo de R\$ 377 mil em função de leilões realizados pelo *Campus Planaltina*.

Transferências e Delegações Recebidas

O grupo de Transferências e Delegações Recebidas (4.5.0.0.00.00) representou 80,19% das VPAs até o quarto trimestre de 2016. Em relação ao mesmo período em 2015, houve variação positiva de 44,89%. Ressalta-se que o saldo inclui transferências realizadas entre as Unidades Gestoras (UGs) do próprio órgão e, portanto, não reflete adequadamente a situação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Subtraindo as Transferências e Delegações Concedidas (3.5.0.0.00.00) das Transferências e Delegações Recebidas, identifica-se a variação positiva de 10,25% em relação a 2015 no saldo das transferências:

Tabela 5 - Transferências e Delegações — Por ano

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Transferências e Delegações Recebidas	261.866.415,17	180.734.014,86	44,89%
Transferências e Delegações Concedidas	(83.289.996,15)	(18.755.762,73)	344,08%
Total	178.576.419,02	161.978.252,13	10,25%

Fonte: SIAFI

Variações Patrimoniais Aumentativas –

O grupo de Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos (4.6.0.0.00.00) representou 19,54% das VPAs até o quarto trimestre de 2016. Em relação ao mesmo período em

2015, houve variação positiva de 2.630,30%. O aumento se deu principalmente em função de Reavaliação de Ativos (4.6.1.0.0.00.00), pois houve o registro do imóvel do *Campus* Gama no SPIUnet no valor de aproximadamente R\$ 62 milhões. Além disso, houve ganhos com incorporação de ativos decorrentes de registros de nascimentos de semoventes no *Campus* Planaltina.

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs)

As VPDs apresentaram as seguintes variações entre o quarto trimestre dos anos de 2015 e 2016, por grupo de conta contábil:

Tabela 6 - Variações Patrimoniais Diminutivas — Por Grupo

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	AH (%)
Pessoal e Encargos	117.862.069,60	98.384.978,77	19,80%
Benefícios Previdenciários Assistenciais	461.308,74	355.901,74	29,62%
Uso de Bens, Serv. e Consumo de Capital Fixo	34.289.502,00	27.881.028,53	22,99%
VPDs Financeiras	7.288,66	3.027,43	140,75%
Transferências e Delegações Concedidas	83.289.996,15	18.755.762,73	344,08%
Desval. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	57.339.506,25	15.501.442,68	269,90%
Tributárias	108.033,29	93.892,12	15,06%
Outras VPDs Diminutivas	6.405.478,06	3.764.354,03	70,16%
Total	299.763.182,75	164.740.388,03	81,96%

Fonte: SIAFI

Pessoal e Encargos

O grupo de Pessoal e Encargos (3.1.0.0.0.00.00) representou 36,09% das VPDs até o quarto trimestre de 2016. Em relação ao mesmo período em 2015, houve variação positiva de 19,80%. O aumento dos salários dos servidores implicou em acréscimo de R\$ 14 milhões nas despesas com Remuneração a Pessoal (3.1.1.0.0.00.00), com reflexos nas demais contas do grupo.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

O grupo de Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo (3.3.0.0.0.00.00) representou 10,50% das VPDs até o quarto trimestre de 2016. Em relação ao mesmo período em 2015, houve variação positiva de 22,99%. Destaca-se que em 2016 a depreciação de bens móveis começou a ser contabilizada, acumulando saldo de R\$ 6,36 milhões no quarto trimestre do ano.

Transferências Intergovernamentais

O grupo de Transferências e Delegações Concedidas (3.5.0.0.0.00.00) representou 25,50% das VPDs até o quarto trimestre de 2016. Em relação ao mesmo período em 2015, houve variação positiva de 344,08%.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

O grupo de Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos (3.6.0.0.0.00.00) representou 17,56% das VPDs até o quarto trimestre de 2016. Em relação ao mesmo período em 2015, houve variação positiva de 269,90%. O aumento se deu principalmente em função de Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas (3.6.1.0.0.00.00), pois houve o registro da desvalorização do imóvel do *Campus* Gama no SPIUnet no valor de aproximadamente R\$ 37 milhões. A conta de Desincorporação de Ativos (3.6.5.0.0.00.00) teve variação positiva de

52,46% em função de ajustes realizados para baixa de ativos referentes a obras, semoventes e intangíveis.

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

O grupo de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas (3.9.0.0.0.00.00) representou 1,96% das VPDs até o quarto trimestre de 2016. Em relação ao mesmo período em 2015, houve variação positiva de 70,16%. Houve aumento considerável de incentivos a educação, consolidados em Incentivos (3.9.4.0.0.00.00). As despesas nessa conta tiveram acréscimo de aproximadamente R\$ 2,65 milhões — uma variação positiva de 72,91%.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Caixa e equivalente de caixa final

A conta caixa e equivalente de caixa final teve um aumento de 412,54%, em relação ao mesmo período de 2015, no montante de R\$ 715.706,90.

Fluxos de caixa das atividades das operações

Compreende a diferença entre as receitas relativas às atividades operacionais e transferências recebidas e as despesas relativas às atividades operacionais e transferências concedidas.

Em 2016, houve uma redução no fluxo operacional de (-15,77%) em relação ao mesmo período de 2015, especialmente na conta de outras receitas derivadas e originárias.

Houve redução de ingressos referentes as receitas decorrentes de restituições, ocorrendo apenas ingressos de uma execução de garantia da empresa Pottencial Seguradora S.A, no valor de R\$209.078,20 que contribui para que a arrecadação de receitas demonstrasse o valor de R\$393.686,00.

Os desembolsos com pessoal também aumentaram, em decorrência do aumento de número de servidores do quadro funcional do IFB

Fluxos de caixa das atividades de investimento

Em 2016, houve uma redução de (-30,42%) no fluxo de investimentos. Sendo que dentro fluxo de investimento, a Aquisição de Ativo não circulante teve redução de (- 47,42 %).

O maior desembolso do grupo de investimentos foi aplicado em Obras, cujo saldo no balanço patrimonial está demonstrado na conta de obras em andamento.

Fluxos de caixa das atividades de financiamento

Compreendem a diferença entre as obtensões de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito e as despesas com amortização da dívida.

Em 2016 o IFB não houve movimentação no fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa

A Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa é o resultado dos fluxos. Em 2016 totalizou o valor de R\$ 715.706,90. Esse valor ficou disponível em caixa, devido ao fato de que não houve tempo hábil para o liquidação e pagamento das notas fiscais que foram atestadas, sendo que a liquidação e o pagamento ocorrerão em 2017.